

Rosane Piccolo Loretto

PARAÍSO & MARTÍRIOS:
HISTÓRIAS DE DESTRUIÇÃO DE ARTEFATOS URBANOS E
ARQUITETÔNICOS NO RECIFE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/ UFPE) como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Virgínia Pontual

Recife, 2008.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Loretto, Rosane Piccolo

Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife / Rosane Piccolo Loretto. – Recife: O Autor, 2008.

274 folhas: il., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2008.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Igrejas - Destruições. 3. Urbanização. I. Título.

**711.4
711.4**

**CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)**

**UFPE
CAC2008-08**



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da mestranda **ROSANE PICCOLO LORETTO**.

Às 14.00 horas do dia 26 de março de 2008 reuniu-se na Sala do Mini-Auditório 2 do CAC (Centro de Artes e Comunicação da UFPE), a Comissão Examinadora de dissertação, aprovada pelo Colegiado do programa, composta pelos seguintes professores: Virginia Pontual (orientadora), Sarah Feldman (examinadora externa), Denis Antônio de Mendonça Bernardes (examinador externo) e Luiz Manuel do Eirado Amorim (examinador interno) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "PARAÍSO & MARTÍRIOS: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profª. Virginia Pontual, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas

AGRADECIMENTOS

Esta página mostra-se pequena frente à gratidão que tenho por muitas pessoas que me auxiliaram na elaboração deste trabalho, seja direta ou indiretamente. Porém, quero iniciar com meu profundo agradecimento, admiração e carinho a Virgínia Pontual. A ela devo grande parte da minha formação acadêmica, por todos os ensinamentos que me foram passados desde a iniciação científica, continuando pela graduação e chegando até ao mestrado. A constante dedicação e paciência, o seu exemplo de amor à pesquisa e, sobretudo, à história urbana, a tornaram uma figura muito importante ao longo destes anos e possibilitaram a realização desse trabalho.

Ao professor Denis Bernardes pela acolhida e pelo constante incentivo, desde o período da pesquisa da Avenida Dantas Barreto. Agradeço também pelas preciosas contribuições sobre este fascinante tema, que muito auxiliaram na condução e desenvolvimento deste trabalho.

A todo o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, especialmente aos professores que através de suas disciplinas contribuíram e também deram bases para o exercício científico.

À Cúria Metropolitana, à Santa Casa de Misericórdia do Recife, à Matriz de São José, à 5ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, ao Arquivo Público de Pernambuco, à Fundação Joaquim Nabuco, ao Museu da Cidade do Recife, ao Museu do Estado de Pernambuco, à Empresa de Urbanização do Recife, à Biblioteca Joaquim Cardozo e à Biblioteca Castelo Branco por terem colaborado na pesquisa documental.

Aos professores José Luiz da Mota Menezes e Geraldo Santana por terem me auxiliado no esclarecimento de dúvidas no trabalho e pelos depoimentos de grande valor.

Aos meus queridos colegas do mestrado e do doutorado, que se tornaram meus amigos. Com quem dividi momentos de inquietações, angústias, mas principalmente de alegria e amizade.

A CAPES pelos dois anos de auxílio financeiro em fomento a esta pesquisa.

A minha família, especialmente à Rosangela Piccolo, minha mãe e primeira professora. Ao meu irmão Tiago Piccolo por toda ajuda e alegria de sempre. Ao meu pai Nelson Loretto pelo constante estímulo. A Leonardo Menezes pelo companheirismo durante todo este tempo.

Finalmente a Deus, por tudo que possibilita.

RESUMO

O que leva os homens a destruir seus próprios artefatos urbanos e arquitetônicos? Artefatos que em um dado momento foram construídos e estimados, mas que com o passar do tempo foram descartados e destruídos... A presente dissertação se propõe a discutir essa questão, tendo como objeto de estudo a destruição da Igreja do Paraíso, ocorrida em 1944, e a da Igreja dos Martírios, efetivada em 1973. Estas estavam localizadas na Cidade do Recife, bairros de Santo Antônio e São José, respectivamente. A investigação é guiada por dois eixos analíticos, representados pelas questões no âmbito institucional e urbanístico de cada uma das destruições. Assim, narrativa se encontra estruturada de modo a contemplar a trajetória histórica das duas igrejas, desde o momento das edificações, até completas demolições, pontuando-se os principais fatos relacionados às suas “vidas e mortes”. Desse modo, estão identificadas as instituições que participaram dos processos de destruição das igrejas, buscando-se compreender as motivações que as levaram a defender a preservação ou a demolição dos templos. Estão avaliadas as posições da Prefeitura do Recife, da Comissão do Plano da Cidade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, dos Conselhos de Cultura, da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, da Santa Casa de Misericórdia, dentre outros. Também é verificado como as práticas urbanísticas vigentes estiveram relacionadas com as demolições das igrejas, iluminando-se quais as motivações que as impulsionaram para determinada decisão. Paralelamente está apontado o modo como os urbanistas equacionaram a construção com a destruição das áreas no decorrer das reformas urbanas do centro da cidade, que promoveram uma grande transformação na sua fisionomia. Por fim, através de uma abordagem comparativa entre as histórias das igrejas do Paraíso e dos Martírios, busca-se ampliar a compreensão das motivações das suas demolições. É identificado que tais destruições apontam para dois processos distintos, mas que guardam entre si relações interativas e, que juntos, oferecem uma visão clara de uma questão comum que os atravessou, representada pelo exercício do poder da municipalidade nas questões referentes ao destino dos artefatos urbanos e arquitetônicos da cidade.

Palavras-chave: Destruição, igrejas, instituições, urbanismo.

ABSTRACT

What brings men to destroy their own urban and architectonic artefacts? Artefacts which in a certain moment in History were built and valued, although destroyed and discarded through the time... The present dissertation proposes to discuss that issue, and focuses on the destruction of Paraíso Church, which occurred in 1944, and Martírios Church in 1973. They were placed in Recife, in Santo Antônio and São José districts, respectively. The investigation is led by two analytical axes, represented by questions in the institutional and urbanistic scopes of each one of the destructions. Therefore, the narrative is structured in order to contemplate the historical trajectory of both churches, from the moment of their edifications to the full process of demolitions, marking the main facts related to their “lives and deaths”. In this way, the institutions which joined those destructions process are identified, willing to comprehend the motivations which brought the institutions to defend either the preservation or demolition of those temples. The following institutions were analysed: Recife City Hall, City Planning Commission, National Historical and Artistic Heritage Institute, Pernambuco’s Archeological, Historical and Geographical Institute, Culture Council, Senhor Bom Jesus dos Martírios Brotherhood, Santa Casa de Misericórdia Brotherhood, between the remainder. The way how the current urbanistic practices were related to the demolitions is also verified, enlightening which motivations guided them into specific decisions. In a similar manner, the way how the urban planners equated the construction with the demolition of areas during downtown urban renewal is identified. This fact promoted a substantial transformation in its physiognomy. Finally, by means of a comparative approach between the stories of both churches, the comprehension of the motivations behind the churches demolitions is enlarged. It is identified that such demolitions point at two distinct processes, although they keep inwardly interactive relations, and together, offers a clear insight of a common issue that got them through. This insight is represented by the municipality power exercise on questions which refer to the destiny of city urban and architectonic artefacts.

Key-words: Destruction, churches, institutions, urbanism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE I. A IGREJA DO PARAÍSO	36
CAPÍTULO 1. Da fundação da estrutura assistencialista e religiosa às dimensões arquitetônicas e urbanísticas	37
1.1 A edificação da igreja, do hospital e o seu patrimônio	37
1.2 Notas gerais sobre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	42
1.3 A Santa Casa de Misericórdia do Recife	45
1.4 O conjunto urbano do Paraíso	55
CAPÍTULO 2. O urbanismo praticado no Recife nas décadas de 1930 e 1940	59
2.1 Os planos urbanísticos de Domingos Ferreira a Ulhôa Cintra	63
2.2 Os diálogos com a <i>tabula rasa</i> : a equação entre a construção e a destruição	68
CAPÍTULO 3. As instituições envolvidas: a representação e o papel político	77
3.1 A Prefeitura do Recife	77
3.2 O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	96
3.3 A Comissão do Plano da Cidade	106
3.4 A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife	110
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	118
PARTE II. A IGREJA DOS MARTÍRIOS	123
CAPÍTULO 4. A fundação da irmandade e edificação da igreja	125
4.1 A criação da irmandade e a construção da Igreja dos Martírios	125
4.2 A Igreja dos Martírios no bairro de São José	133
4.3 Aspectos arquitetônicos da Igreja dos Martírios	136
CAPÍTULO 5. A Igreja dos Martírios e a abertura da Avenida Dantas Barreto (1946-1964): urbanismo e instituições	143
CAPÍTULO 6. A Igreja dos Martírios e a Avenida Dantas Barreto (1964-1973)	154
6.1 A primeira gestão de Augusto Lucena (1964-1968)	154
6.1.1 O ideário preservacionista e a prática urbanística:	156
- Sugestão de novos traçados	
- O plano de gabaritos	
- A controvertida revisão do plano de abertura	

6.1.2 O embate institucional	161
6.2 A gestão de Geraldo Magalhães (1969-1971)	168
6.2.1 Uma possibilidade de preservação: as sugestões do ETPF	170
6.3 A segunda gestão de Augusto Lucena (1971-1975)	172
6.3.1 O processo de destruição da Igreja dos Martírios	172
- A intensificação de medidas administrativas	
- A arquidiocese apóia a prefeitura	
- A ameaça de desabamento: uma maquinação de Augusto Lucena	
- Igreja dos Martírios: perigo à vida humana	
- A busca da legalidade e legitimidade: outra farsa da prefeitura	
- Permanência dos Martírios: ato conspiratório contra o regime	
- A tardia certidão de tombamento	
- A prefeitura frente ao tombamento	
- O prosseguimento das ações demolitórias: a desestabilização da Igreja dos Martírios, outra manobra de Augusto Lucena	
- As sugestões de Gilberto Freyre e mais um parecer do Conselho Federal de Cultura	
- O IPHAN e a restauração dos Martírios: uma tentativa de garantir a preservação	
- O decreto de destombamento: pela glória do autoritarismo	
- O golpe mortal da prefeitura: a demolição dos Martírios	
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	229
PARTE III. COMPREENDENDO A DESTRUIÇÃO DA IGREJA DO PARAÍSO E DOS MARTÍRIOS	233

INTRODUÇÃO

PROBLEMATIZAÇÃO

As cidades, como as pessoas, guardam num canto do que lhes seja alma as vertigens e os vestígios de todos os seus mortos. Dos que não ficam. O Recife é uma dessas cidades. Embora seja corriqueiro decantar o seu passado, os documentos que tornam a sua memória mais viva, ainda são muito pouco divulgados. Os que não foram simplesmente destruídos ou desperdiçados falam dos seus monumentos, das suas vitórias e ruínas. “Memória viva de um passado morto...”. O que se mostra nessa página são alguns retratos dos seus mortos. Tudo o que tendo sido vivo um dia, anos, não é hoje mais que um desenho, uma gravura, uma fotografia na gaveta ou na parede.¹

A destruição dos artefatos² culturais é um fenômeno que incide praticamente em o todo mundo. Algumas delas terminam por desencadear inúmeras reações por grupos ou por sociedades inteiras que se sentem lesadas por tais perdas, como se viu nas manifestações contra a destruição do patrimônio no Iraque ou dos Budas de Bamiyán, aniquilados em março de 2001, no Afeganistão.

Tais destruições estão relacionadas a guerras, porém aquelas ocorridas em “tempos de paz” são igualmente de grande repercussão. Robert Bevan (2006), em sua obra *The destruction of the memory*, associa tais destruições à modernização e à industrialização, com seu conteúdo ideológico implícito, aos conflitos entre grupos, aos desejos de quebra de resistência, dentre outros fatores. A destruição de edifícios, por exemplo, também pode estar relacionada com a intenção de apagar as memórias, a história e a identidade agregadas a esses artefatos, reforçando o esquecimento. O significado assimilado ao edifício, por vezes, pode tornar-se a razão de sua presença e, além disso, motivo do desejo de apagá-lo. Não se quer necessariamente colocar que edifícios são objetos políticos, mas que se tornam politizados pelo motivo e pela forma pelas quais eles foram construídos, estimados e destruídos (BEVAN, 2006).

Tamanha é a relevância da questão, que a destruição de artefatos, que podem constituir tanto um bem cultural como um patrimônio cultural³, representa um nicho dentro das discussões sobre a preservação do espaço urbano e arquitetônico, estando presente nas agendas das principais

¹ Nesta matéria de M. H. (conforme o autor assina) são citadas a Igreja dos Martírios, a Igreja do Paraíso, Matriz do Corpo Santo, o Arco de Santo Antônio, o Templo Anglicano, a Biblioteca Pública e o Tribunal da Relação, como importantes monumentos do Recife, que após sua destruição, tornaram-se ilustres mortos. Fonte: Suplemento Cultural (2003). Matéria original publicada no Diário de Pernambuco, Março de 1996. Página: 21.

² A palavra artefato é originada do latim e se reporta à *arte facto*, ou seja, “feito com arte”, englobando os objetos produzidos pelas mãos e pelo engenho humano.

³ O termo “bem cultural” aqui utilizado reporta-se aos artefatos que suscitam interesse de preservação pela significância cultural que adquiriram junto a uma dada sociedade. Já “patrimônio cultural” representa o bem cultural que foi institucionalmente reconhecido como objeto de preservação.

organizações internacionais, como foco de discussão e medidas. Esse foi o tema da discussão na Convenção de Haya (1954), dedicada à destruição intencional de bens em caso de conflito armado, ou ainda, nos tempos de paz. Por destruição intencional, entende-se que representa qualquer ato que persiga a destruição total ou parcial do bem cultural e ponha em perigo sua integridade, realizado de tal modo que viole o direito internacional, ou atente, de maneira injustificável, contra os princípios da humanidade e os ditados pela consciência pública. Na 32ª reunião ocorrida em Paris durante a Conferência Geral da UNESCO (2003), esse assunto foi retomado, originando a *Declaração relativa à Destruição Intencional do Patrimônio Cultural*. Nessa declaração foram postulados:

- I - Reconhecimento da importância do patrimônio cultural;
- II - Âmbito de aplicação;
- III - Medidas para lutar contra a destruição intencional do patrimônio cultural;
- IV - Proteção do patrimônio cultural nas atividades realizadas em tempos de paz;
- V - Proteção do patrimônio cultural em caso de conflito armado, compreendido em casos de ocupação;
- VI - Responsabilidade do Estado (Coloca-se que o Estado que, intencionalmente destrua o patrimônio cultural de grande importância para a humanidade ou se abstenha de adotar as medidas oportunas para proibir, prevenir, fazer cessar e castigar qualquer ato de destruição intencional do dito patrimônio, independentemente de que este figure ou não em uma lista mantida pela UNESCO ou outra organização internacional, assumirá a responsabilidade desses atos, na medida em que disponha o direito internacional);
- VII - Responsabilidade penal individual;
- VIII - Cooperação para a proteção do patrimônio cultural;
- IX - Direitos humanos e direito internacional humanitário;
- X - Sensibilização do público.

Apesar das intenções de serem envidados esforços para a proteção desses artefatos, observa-se que as destruições foram e ainda têm sido recorrentes. Dentro desse conjunto, o caso da destruição dos edifícios religiosos sugere um particular interesse. Para além do significado intrínseco de uma edificação que abriga atividades relacionadas ao culto de divindades, seu arcabouço arquitetônico normalmente costuma revelar o destaque a ela conferido. Frente a tal consideração, é presumível que, de forma geral, as reações contra a destruição desse tipo de artefato sejam mais agudas se comparadas à de outros edifícios. O historiador grego Políbio, no

século II a.C., já colocava que ninguém pode negar que legar à destruição templos, estátuas e demais objetos religiosos é uma ação de loucos.

Um exemplo paradigmático nesse caso pode ser observado na haussmannização da velha Paris no século XIX, onde o contínuo processo de destruição tomou grande impulso, com o arrasamento de trechos inteiros da malha urbana e de edifícios nela contidos, em nome da higiene, do trânsito e da estética. Dentre esse conjunto de edifícios, atente-se para edificações religiosas destruídas durante e após as obras empreendidas, referenciando um conjunto de edifícios elencados pelo poeta Victor Hugo:⁴

Nesse sentido, as intervenções urbanísticas realizadas no Rio de Janeiro⁵ mostram-se de particular interesse para delinear notáveis destruições. Bruand (2002, p. 336) coloca que, durante a gestão do Prefeito Dodsworth (1937-1945), foi registrado um grande surto de destruição, em que se “demoliu em tempo recorde, em pleno bairro antigo, quatro filas de grupos de casas e três das igrejas mais bonitas do Rio⁶ para criar, no eixo da Igreja da Candelária, uma enorme avenida de oitenta metros de largura.”

Maurício Abreu (1987), em sua obra *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, conta que essa se constituiu na maior intervenção realizada durante o Estado Novo, a qual destruiu 525 edifícios durante os três anos da obra, em que o processo de demolição de antigos edifícios e sua substituição por novos, constituiu uma nova face da modernização.

A destruição de edifícios religiosos também se fez presente no Recife, especialmente em suas áreas centrais. Foi no século XX que se viu a maior incidência, podendo ser citada a destruição permanente do Arco de Santo Antônio, do Arco da Conceição (SETTE, 1978), da Matriz do Corpo Santo (LUBAMBO, 1991), da Igreja do Paraíso e da Igreja dos Martírios.



Figura 1. Gravura do Arco de Santo Antônio, localizado no bairro homônimo no final do século XIX
Fonte: Coleção de Villares, avulsa



Figura 2. Gravura do Arco da Conceição, localizado no Bairro do Recife no final do século XIX
Fonte: Coleção de Villares, avulsa



Figura 3. Matriz do Corpo Santo no Bairro do Recife, início do século XX
Fonte: Museu do Estado Pernambuco



Figura 4. Igreja do Paraíso no bairro de Santo Antônio, início do século XX. Ao lado esquerdo, o hospital da Santa Casa de Misericórdia do Recife anexo à igreja
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 5. Igreja dos Martírios no bairro de São José, fim da década de 1960
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)

⁵ No início do século XX, o Rio de Janeiro foi palco de uma grande reorganização e transformação do espaço urbano, tendo início com as obras executadas pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906) e prosseguindo com o arrasamento do Morro do Castelo sob as administrações de Carlos Sampaio (1920-1922) e Antônio Prado Júnior (1922-1928). Entre 1928 a 1930, o urbanista Alfred Agache elaborou um plano para a cidade, que não foi adotado.

⁶ Uma das três igrejas destruídas foi a de São Pedro dos Clérigos, tida por Germain Bazin (1981) como um dos mais belos e expressivos templos barrocos já criados no Brasil.

Tais destruições foram alvo de muitos protestos, já que os edifícios religiosos sempre tiveram um lugar de grande destaque no Recife nos séculos XVII, XVIII e XIX, por várias razões.

Dentre as áreas da cidade, os bairros de Santo Antônio e São José, correspondentes à antiga ilha de Antônio Vaz, representavam um espaço singular pelo grande número de edificações religiosas ali presentes. Até o início do século XX, havia 18 edificações religiosas, entre igrejas e conventos, e estima-se que dez delas tenham sido primitivamente construídas no século XVII, cinco no século XVIII e três no século XIX.⁷ De acordo com Bazin (1945), o Recife participou, com edifícios grandiosos, do movimento de edificação que se observou no Brasil durante a segunda metade do século XVII, o que esclarece, assim, tamanho número de igrejas desse período. Era então configurado um dos mais sacros lugares na cidade, localidade de maior densidade de edifícios religiosos por área no Recife.



Figura 6. Bairros de Santo Antônio e São José. Marcação das edificações notáveis religiosas, civis, militares e espaços livres públicos.

Cartografia-base: Planta da Cidade do Recife (1906)

Fonte: Acervo da pesquisa Avenida Dantas Barreto

A implantação dessas igrejas e conventos seguiu determinada ordem topológica dum ar(e)-5.9deóg

além de uma grande urbanidade. Os eixos de integração que conectavam os edifícios religiosos uns aos outros terminaram por conformar os principais percursos de Santo Antônio e São José.

Esses percursos que interligavam as edificações religiosas detinham tamanha importância no contexto urbano até o século XIX, que se constituíam em um dos elementos balizadores da organização espacial da área. Zancheti (2000), ao analisar as concepções compositivas utilizadas na construção da cidade no século XVIII, em especial do centro do Recife, enfoca que a composição formal não se dava de uma maneira aleatória, mas seguia uma sintaxe clara que organizava elementos urbanos simples, como os arcos de passagem e o casario, usando basicamente a perspectiva como sistema de ordenação espacial. Em sua leitura compositiva, o autor reconheceu dois tipos de organização: a das praças e largos, e a dos percursos, ou seja, os percursos nascidos da interligação de igrejas e conventos, assim como a relação entre praças e largos, atuavam como vetores de ocupação e expansão urbana do local.

Menezes (1984), de modo semelhante a Zancheti (2000), confere às “casas religiosas” o papel de balizadoras do crescimento da ilha, principalmente a partir do fim do século XVII, após a expulsão holandesa. O autor reforça que, com o início da elevação da Igreja dos Jesuítas,⁹ a construção do convento carmelita e a reformulação do Convento de Santo Antônio, houve também o crescimento da antiga ilha de Antônio Vaz. Percebe-se, então, que o desenvolvimento e a construção das edificações religiosas seguia paralelamente ao desenvolvimento físico e social do local que as abrigava.

Murilo Marx (2003), ao tratar da formação dos espaços urbanos, reitera as idéias de Zancheti (2000) e Menezes (1984) sobre o papel das edificações religiosas na organização do território. O autor afirma que, não havendo uma planta oficial e uniforme a ser repetida nos casos de ocupação, apenas procedimentos costumeiros eram aplicados nas vilas e cidades que iam sendo fundadas. Como o processo de gerenciamento da produção de territórios no Brasil não foi plenamente determinado, foi dando margem a soluções variadas, nas quais o papel da visão religiosa foi determinante para a sua configuração.

As edificações religiosas não só nortearam e deram impulso à ocupação e organização do Recife, mas também conformaram centralidades urbanas. A noção de lugar central, de onde deriva o conceito de centralidade urbana, presente na obra de Walter Christaller (1966), remete ao conjunto de funções centrais que determinada área apresenta. O resultado é uma trama urbana configurada pela superposição de células, cujo núcleo é o lugar central plasmado por uma região

⁹ Essa igreja anteriormente tinha servido aos flamengos sob a invocação de Igreja dos Franceses.

complementar. As funções urbanas estabelecidas entre as relações de diversos agentes dão origem a um lugar central, princípio que pode ser entendido tanto pelo seu sentido geográfico como pelo seu conteúdo de centralidade.

Desse modo, as igrejas e conventos eram reconhecidos como centralidades nos referidos bairros até o século XIX, já que agregavam funções religiosas, sociais, educativas e assistencialistas em seu espaço interno e externo (LEÃO, 2004). A divisão espacial em freguesias, e posteriormente em paróquias, assinala claramente a demarcação de uma centralidade e o que ela compreende. Etimologicamente, a palavra freguesia é derivada do vocábulo *fili ecclesiae*, ou filho da igreja. Na acepção utilizada até hoje, freguesia assume o sentido de povoação sob o aspecto eclesiástico. Já o termo paróquia remete à divisão territorial de uma diocese, sobre a qual tem jurisdição ordinária um sacerdote, nesse caso o pároco. Tanto as freguesias quanto as paróquias constituíam unidades territoriais e religiosas, cuja centralidade era marcada pela presença de uma ou mais igrejas. Assim, as centralidades religiosas ou eclesiásticas terminaram por conformar reais centralidades urbanas.

Além do que foi exposto, as edificações religiosas também detinham grande importância arquitetônica e artística em Santo Antônio e São José. Menezes (1984) afirma que os edifícios religiosos construídos nesses bairros expressavam a monumentalidade das igrejas encontradas em Olinda no período anterior à invasão holandesa de 1630, e remetiam aos monumentos da metrópole portuguesa. A grandiosidade dos edifícios religiosos abordados contrastava sensivelmente com a modéstia do casario civil, seja pelas suas reduzidas dimensões, seja pela simplicidade da forma e dos materiais nele empregados. A monumentalidade das edificações religiosas acentuava-se ainda mais pela presença das altas torres sineiras, característica essa bastante peculiar aos edifícios religiosos barrocos em Pernambuco, segundo Bazin (1983). O frontispício das igrejas e torres eram as construções mais altas da cidade, compondo o *skyline* e atuando como elementos referenciais para a orientação espacial, seja em terra firme, seja à deriva, a exemplo das canoas, jangadas e barças que eram balizadas por meio desses proeminentes elementos (MILFONT, 2003).



Figura 7. Prospecto da Villa do Recife vista pello lado fronteiro a Cidade de Olinda huma das praças mais fortes, e Comerciozas do Estado do Brasil
Fonte: Goulart (2000)

A maior parte dessas edificações era antecedida por pátios ou largos, geometricamente definidos. Na maioria dos casos, tais espaços conformavam quadriláteros, retângulos ou trapézios, fechados em seus quatro lados pelo casario circundante. A composição da igreja, com o casario e seu pátio, formava pequenos conjuntos urbanos. De acordo com Nestor Goulart (1994), tratava-se de conjuntos de edifícios que obedeciam a um projeto comum, de tal sorte que, se tomados isoladamente, se apresentavam como edifícios de importância relativa, mas, no conjunto, adquiriam a monumentalidade que até então havia sido privilégio dos palácios, tanto em termos arquitetônicos como urbanos. Dentre os edifícios religiosos presentes nos bairros de Santo Antônio e São José, as igrejas do Paraíso, Carmo, Divino Espírito Santo, Livramento, São Pedro dos Clérigos, Terço e São José do Ribamar eram antecedidas por pátios. Esses se constituíam em grandes áreas herméticas e desprovidas de vegetação na maior parte dos casos, onde eram realizadas as celebrações religiosas e as festividades laicas, como será visto adiante.

Os aspectos arquitetônicos das igrejas e conventos também conferiam um status diferenciado e superior à maior parte das demais edificações locais. Bazin (1983), em sua obra *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, mostra que muitos projetos de igrejas e conventos eram elaborados por engenheiros militares, mestres-de-risco, padres e arquitetos, refletindo erudição e apuro técnico, cujos princípios eram extraídos de Portugal.

Verificava-se a grande variação estilística de templos, entre jesuítas, barrocos, rococós, ecléticos, neoclassicizados, chegando até a estilos neogóticos no início do século XX. Entretanto, foram as igrejas barrocas as que mais marcaram a cidade, em especial os bairros de Santo Antônio e São José, cuja maior florescência foi verificada no século XVIII. Bazin (1945) relata que esse foi o século das grandes construções no Brasil, onde a distância e o isolamento das províncias favoreceram o estabelecimento de escolas regionais, sendo a pernambucana uma das mais originais e representativas do país. O autor enfatiza que:

É de admirar que o conjunto das igrejas barrocas em Pernambuco não tenha a fama que de fato merece. A Bahia aproveita o seu prestígio de primeira capital e Minas Gerais a reputação do Aleijadinho. Mas sem dúvida, a miragem holandesa, que parece ter atraído a atenção dos historiadores brasileiros, impediu-os de ver o esplendor do Recife Português [...] O núcleo artístico pernambucano merece, na realidade, um lugar igual ao que ocupa o núcleo da Bahia ou o de Minas. É mesmo a única região do Brasil onde hoje é possível estudar, sem falta, a evolução da arte religiosa da terra de Santa Cruz, desde as suas origens (BAZIN, 1945, p. 171).

É ainda salientado que a eloquência da arte barroca no Recife era tamanha que nem Portugal conseguia expressá-la com tanta intensidade.

Os aspectos artísticos expressos na arquitetura dos edifícios e nos bens integrados a eles também conferiam às igrejas e aos conventos uma posição privilegiada. Estevão Pinto (1922), em *Pernambuco no Século XIX*, conta que a única manifestação de arte, exceção singular, situava-se no âmbito das igrejas, sobretudo das barrocas. As estátuas, imagens, altares expressavam grande apuro artístico e reforçavam a suntuosidade desses edifícios.

Dentre os bens integrados, as esculturas em pedra assumiram um lugar preponderante na produção artística religiosa e conferiram à arquitetura barroca do Recife grande originalidade. Ayrton Carvalho (1954) dedicou-se ao estudo do tema e demonstrou a riqueza artística desse trabalho, determinado pelos recursos minerais de calcário encontrados na região. Smith (1979, p. 46) reforça essa idéia e salienta que “tais fantasias de escultura, mais do que qualquer outro elemento, caracterizam e tornam típicas as fachadas das igrejas pernambucanas do século XVIII.”

Outro elemento artístico comum às igrejas do Recife, que as tornam distintas e peculiares em relação às demais construídas no Brasil no mesmo período, refere-se aos quadros pintados a óleo nos seus interiores. Destaca-se o uso de grandes painéis nas paredes em direção à capela-mor. Smith (1979) assinala que esses elementos, recorrentes em antigas igrejas em Lisboa, foram igualmente encontrados nas igrejas da Conceição dos Militares, Livramento e Rosário dos Pretos. Assim, percebe-se que nas igrejas estavam congregadas as mais notáveis manifestações da pintura, escultura ou arquitetura, o que as tornava edifícios portadores de grande expressão e destaque artístico na cidade.

Os edifícios religiosos também detinham um importante papel social, já que o Estado e a sociedade até meados do século XIX eram religiosos. Sette (1978) enfatiza que o espírito religioso da cidade andava à flor das ruas como ondas de incenso a transbordar das igrejas. Para o autor, o ambiente que caracterizava o Recife era místico, tomado pelos eventos litúrgicos que eram apropriados por grande parte da sociedade. Fernando Pio (1977) reafirma a importância dessas celebrações para a sociedade, enfatizando que a Igreja Católica ingressou na vida social do Recife por meio das cerimônias litúrgicas do seu culto.

Os eventos de cunho religioso pontuavam o tempo, o calendário anual¹⁰ e o espaço da cidade, sobretudo nos séculos XVIII e XIX (MARX, 2003). Essas celebrações “litúrgico-sociais” giravam em torno das procissões oficiais organizadas pela Câmara, pelas procissões seculares e leigas,

¹⁰ O ano litúrgico da igreja católica tem uma organização própria, e fazem parte dele: o ciclo do Natal, que é preparado por um tempo de quatro semanas, chamado advento; o ciclo da Páscoa que se estrutura na forma de Tríduo Pascal; o tempo comum, que constam de 33 a 34 domingos e não são ocupados pelo Natal e Páscoa; e ainda, determinadas datas fixas, como as festas de Nosso Senhor, as festas de Maria e dos outros santos.

exposições públicas de custódia, festas reais, festas de corporações religiosas e leigas, festas de devoção local, atos de posse de autoridades eclesiásticas, além das ordenações, batizados, primeira eucaristia, crismas, casamentos, enterros e festas de dias de santos.

Dentre essas celebrações, as procissões constituíam-se na cerimônia católica externa de maior vulto urbano e eram extremamente valorizadas pela maior parte da sociedade, por serem um dos raros motivos de convívio social até o início do século XIX (SETTE, 1978; MARX, 2003). Tamanha era a sua importância que os locais por elas contemplados adquiriam um status diferenciado, sendo comum, de acordo com Mário Sette (1978, p. 224), o anúncio em jornais de “casas em rua onde passa procissão.” Tradicionais procissões, como a do Senhor Bom Jesus dos Desamparados, Triunfo, Nosso Senhor dos Passos, Fogaréus, Corpus Christi, Cinzas, Senhor Bom Jesus dos Martírios e Bom Jesus das Chagas eram bastante populares e tinham nos bairros de Santo Antônio e São José o grande ponto de articulação entre as diferentes localidades que contemplavam.¹¹

As procissões sempre estiveram presentes na vida social e religiosa do Recife. Entretanto, Fernando Pio (1977, p. 30) destaca que o século XIX foi o período das “procissões pomposas e piedosas. Dolorosas ou exóticas. Dos cortejos noturnos de penitência por ocasião dos grandes flagelos, principalmente por causa das epidemias que preocupavam constantemente a tranquilidade da cidade. Do lúgubre desfile de ‘encomendação de almas’.”

Nesse contexto, um aspecto relevante que deve ser colocado refere-se à existência das irmandades religiosas. As irmandades, organizações bastante populares no Brasil, constituíam-se em associações religiosas em que se reuniam os leigos no catolicismo. Eram dominadas pela idéia de ação social e de religião prática (ALMOEDO, 1986), compondo o clero secular,¹² cuja presença conferiu uma das marcas mais características do catolicismo no período colonial no Brasil. A presença das irmandades tornou-se ainda mais acentuada após a segunda metade do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas durante a política pombalina e as crises dos franciscanos e beneditinos, membros da coluna vertebral do aparelho eclesiástico regular.

A grade devoção e os festejos dedicados aos santos, comuns às irmandades, representavam uma herança lusitana, que não só atingiu praticamente todo o território brasileiro mas que se tornou

¹¹ Algumas procissões partiam do Recife e iam até Olinda.

¹² O clero divide-se em duas categorias: regular e secular. O clero regular compreende os monges, frades ordenados e outros que vivem em comunidades monásticas. Seu nome deriva do latim *regula*, que significa regra; quer dizer que eles se submetiam aos regulamentos especiais de suas comunidades monásticas. O clero secular compreende o grande número de padres e bispos que vivem a vida cotidiana em contato com o mundo leigo. Seu nome deriva-se da palavra latina *saecula*, termo figurativo para o mundo das preocupações materiais.

uma das mais fortes características das formas de culto e devoção desta grande colônia. Murilo Marx (2003, p. 66), ao se referir aos portugueses, assinala que, quando se “trata de festejar um santo, eles gastam o rendimento dum ano em touradas, em comédias, em sermões, em ornamentos de igrejas, e morrem de fome o resto do ano. Se tirasse dos portugueses seus santos e suas amantes, eles se tornariam muito ricos.”

As atribuições gerais das irmandades eram a construção e conservação dos edifícios destinados ao culto, a remuneração do clero e a propagação da fé cristã dentro de uma articulação do poder eclesiástico com o civil. As obrigações particulares e formais de cada irmandade eram constituídas pela devoção a um santo, fato que se rebatia na unidade dos irmãos, na proteção e salvaguarda dos interesses comuns. De acordo com o Leão (2004), nas igrejas ainda eram promovidas ações de assistência social aos homens negros naturais da Vila de Santo Antônio do Recife.

Dessa forma, as irmandades religiosas congregavam distintos grupos separados pela cor da pele, o que se confundia em grande parte com sua categoria socioeconômica. Tamanha era a importância das irmandades que elas se tornaram um veículo de integração na sociedade, em que o habitante que não participasse de nenhuma delas estaria marginalizado do seu contexto social, segundo coloca Almoedo (1986).

Uma das mais populares era a irmandade da Misericórdia, que fundava e mantinha hospitais e igrejas, com o objetivo de realizar “obras de misericórdia,” como o enterro de mortos, o atendimento médico-hospitalar, o tratamento e o cuidado com os presos (SCARANO, 1978). Essa irmandade, diferentemente das demais, oferecia seus serviços tanto aos seus membros como a pessoas externas a ela, detendo grande valor assistencial.

Nos bairros de Santo Antônio e São José, a construção da maior parte de igrejas foi devida à atuação de irmandades, como a do Santíssimo Sacramento (Igreja de Santo Antônio), Senhor Bom Jesus dos Martírios (Igreja dos Martírios), Misericórdia do Recife (Igreja do Paraíso), Conceição dos Militares (Igreja dos Militares), dentre outras. As únicas edificações religiosas nesses bairros que não pertenceram a irmandades são representadas pelo Convento de Santo Antônio, Igreja e Convento do Carmo, ligadas a ordens do clero regular.

Além de edificar templos, promover o culto e o assistencialismo social aos seus membros, as irmandades também eram responsáveis pela organização de eventos laicos associados à igreja. Normalmente, nos espaços externos como em pátios e largos, eram realizadas inúmeras celebrações profanas, a exemplo das tradicionais festas de pátio. Fernando Pio (1977, p. 13) relata

que essas festas eram conhecidas popularmente como “festas de igrejas,” sendo consequência e prolongamento das novenas celebradas em louvor aos santos, comemoradas “frente à igreja com música de pancadaria, repiques de sino e grande foguetório.” O autor vai além, narrando que:

... não representam as festas de pátio de nossas velhas igrejas apenas manifestações de ordem social, nessa aproximação de homens e mulheres de todas as castas, de todos os níveis, nessa real promiscuidade de escravos e senhores, de pretos e de brancos, de iaiazinhas e gamenhos. Também em nossa história política as festas de igreja deixaram gravados acontecimentos de extraordinária importância.

Percebe-se que as igrejas também congregavam acontecimentos políticos, sendo notória a grande esfera de organizações que com elas se relacionavam.

Parahym (1978, p. 99), ao resgatar o discurso do Comendador Domingos de Souza Leão, presidente da Província de Pernambuco no século XIX, enfatiza que o templo católico, quer do ponto de vista religioso, quer do social, era por excelência a casa do povo: “Mostrae-me outro lugar de reunião, em que membros da grande família social mais se aproximem, se unam, se respeitem, e mais eficazmente estreitem os laços de fraternidade humana? Aqui, na Casa do Senhor, sente-se a vida moral e social diffundir-se em grande ondas.” Apesar do discurso romantizado do comendador, nota-se que a igreja promovia o contato entre os fiéis, unidos pela devoção aos santos, por meio dos cânones do catolicismo e sob o desejo de sociabilização.

A ligação da sociedade com as igrejas, por sua vez, extrapolava o âmbito social e adquiria um significado simbólico. O simbolismo característico da igreja, por lançar questões transcendentais sobre a existência humana, adquiria no episódio da morte a sua maior tônica. Cabe citar que era nas igrejas que os mortos eram sepultados, segundo afirma Parahym (1978). Nesse contexto, a vida católica na igreja e o enterro do corpo representavam a garantia de descanso eterno das almas. Percebe-se em antigos testamentos a preocupação constante com o destino final, a exemplo de Dona Inês Barreto de Albuquerque, no ano de 1697, que “temendo da morte, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer, [...] faço esse testemunho.”¹³

Tal preocupação também era expressa nos estatutos compromissais que regiam as irmandades, sendo grande o número de disposições que tratavam de tal questão. Desse modo, a igreja por meio da administração dos seus sacramentos (batismo, confirmação, eucaristia, ordem, matrimônio, reconciliação, unção dos enfermos) e do enterro católico dava o direcionamento das almas para o almejado descanso.

¹³ Testamento publicado por Gonsalves de Mello (1975).

Além do local do sepultamento, as igrejas eram, sobretudo, o local de realização da liturgia. A liturgia se constituía em um culto público e oficial instituído por uma igreja, representando uma ação conjunta de uma sociedade para algo do bem comum. No caso da religião católica, a liturgia representava a celebração do mistério de Cristo, o que ele viveu, sua morte, ressurreição e ascensão, cujo centro estava na Páscoa. O espaço dessa celebração correspondia ao espaço da assembléia, o lugar da reunião. Na liturgia, a igreja, dentro da acepção do corpo de irmãos, se formava. Assim, os edifícios religiosos, além de serem a sede das liturgias da palavra, constituíam-se no local onde se congregava e formava o “povo de Deus.”

Além de abrigar o “povo de Deus,” as igrejas também representavam a “casa de Deus.” Baróbio (1990, p. 176) explica que “para o cristão, é claro que o templo em si não é o lugar da presença de Deus, mas precisamente o lugar da assembléia em que Deus se faz presente,” justificando dessa forma o título do edifício. Portanto, o lugar da liturgia católica não era identificado pela presença da divindade, mas pelo que nele se realizava e pelo que nele se evocava, reforçando o caráter simbólico e sagrado do edifício.

Percebe-se, por conseguinte, o modo como as igrejas se encontravam entrelaçadas com a vida da cidade e da população do Recife, que foi registrado nas palavras de Gilberto Freyre presentes na introdução de *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*.¹⁴

O recifense não está ligado às suas igrejas só por devoção aos santos, mas de um modo lírico, sentimental: porque se acostumou à voz dos sinos chamando para a missa, anunciando incêndio; porque em momento de dor ou de aperreio ele, ou pessoa sua, se pegou com Nossa Senhora, fez promessa, alcançou a graça; porque nas igrejas se casou, se batizaram seus filhos e estão enterrados avós queridos. Outrora era nas igrejas que se enterravam os mortos. O turista indo a uma igreja velha do Recife há de dar com inscrições marcando catacumbas e jazigos. De famílias antigas. De recifenses de quatro costados. Ainda hoje se recolhem os ossos, em urnas, à sombra dos altares da Virgem e dos Santos. E, marcando-as, palavras de saudade: “filhinho querido,” “mãezinha do coração;” “nossa adorada Teté.” O que na Europa é luxo reservado aos reis no Escorial, aos grandes poetas, aos sábios e estadistas da abadia de Westminster e no Pantheon, nesta boa cidade que o turista está vendo foi até pouco tempo direito de todo burguês devoto de Nossa Senhora.

Por meio dessas colocações, observa-se que as igrejas, onde especialmente se incluem as dos bairros de Santo Antônio e São José, detinham grande importância no Recife até o século XIX, pelas diversas razões acima enumeradas.

Entretanto, a partir da administração de Francisco do Rego Barros (1838-1842) ou Conde da Boa Vista, o Recife viu seu panorama começar a ser modificado com intervenções em seu espaço construído, e com ele a importância dos seus edifícios mais notáveis.

¹⁴ Flávio Guerra (1978, sem página).

Esse governo foi marcado pela abertura e calçamento de vias, pela construção da ponte pênsil de Caxangá, do Teatro Santa Isabel, pelo planejamento para o fornecimento de água potável para a cidade, pela implementação da iluminação pública a gás e pela reforma da Repartição de Obras Públicas (REZENDE, 1999). Essas intervenções que modificaram a fisionomia da cidade se constituíram no primeiro impulso modernizador, ou na gênese da modernização do Recife, como atestam Pontual (1998) e Moreira (1999). Entretanto, apesar do amplo espectro dessas modificações, Mario Sette (1987) afirma que o Recife ainda permaneceu com seus ares provincianos no fim do século XIX.

Adentrando no século XX, viu-se o início de um grande movimento em busca do “progresso,” naquele momento representado pela renovação das estruturas físicas da cidade. A primeira grande medida urbana de sintonizar parte da cidade com as novas exigências daquele momento foi a Reforma do Bairro do Recife, ocorrida entre os anos 1910 e 1913. Nessa medida estavam contidos o Plano de Saneamento do Recife, a reforma completa do bairro, o reaparelhamento e modernização do porto, além de um incremento das ações higienistas, por meio da reorganização da Inspeção de Higiene (LUBAMBO, 1991). Percebe-se que a tônica de tal proposta girava em torno das questões de salubridade, estética e funcionamento dessa área da cidade, o que correspondia aos pressupostos do aclamado progresso.

Lubambo (1991) mostra, além da forma e das razões de encadeamento desse processo de remodelação urbana, os resultados da medida para o Bairro do Recife. Um dos principais refere-se à destruição da Matriz do Corpo Santo, do Arco da Conceição e Arco de Santo Antônio¹⁵ para abertura de novas vias, reparcelamento urbano e melhorias no tráfego. Tão grande quanto o impulso reformador foi o impulso destruidor, que levou consigo registros da expressão formal e social do Recife, juntamente com os arcos e com a ermida de São Telmo.¹⁶ A demolição desses edifícios religiosos pode ser compreendida como o marco instaurador de uma nova ordem. De importantes artefatos para a cidade, as igrejas passaram a ser bens passíveis de destruição total.

Frente a essa situação, pode-se traçar um paralelo com a “perda do halo” colocada por Marx¹⁷ e analisada pelo cientista político Marshall Berman (2005). Ao avaliar os textos de Marx, o autor coloca que o halo é tido como o símbolo primordial da experiência religiosa, a experiência de algo sagrado. Essa experiência, por sua vez, se coloca além da crença, do dogma e da teologia,

¹⁵ O Arco de Santo Antônio, voltado para o bairro homônimo, foi destruído posteriormente, no ano de 1917.

¹⁶ Esse era o nome primitivo da Matriz do Corpo Santo.

¹⁷ Para Marx, “a burguesia despiu de sua halo todas as atividades até então honradas e vistas com reverente respeito. Transformou o médico, o advogado, o pregador, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados” (MANIFESTO, 1848, p. 476). Informações presentes em Berman (2005, p. 131).

compondo o substrato da vida religiosa. Nesse sentido, o halo divide a vida em sagrada e profana, criando uma aura de respeito e radiância sagradas em torno da figura que o ostenta, “a figura santificada é expelida da condição humana matricial, inexoravelmente afastada das necessidades e pressões que impelem homens e mulheres à sua volta” (BERMAN, 2005, p. 131).

Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo tendia a destruir essa modalidade de experiência, em que tudo o que era sagrado passava a ser profanado, tornando-se a experiência inteiramente dessantificada. Dessa forma, a destruição da Matriz do Corpo Santo, assim como a dos arcos, podem ser consideradas como uma manifestação da “perda do halo,” revelando a transformação e o nascimento de novos valores que passaram a guiar as modificações na cidade que, acima de tudo, refletiam as modificações da sociedade.

Apesar de bastante significativas as modificações urbanas, a reforma do Bairro do Recife não representou a maior intervenção destruidora observada no centro do Recife, já que “outras vitórias teve o martelo demolidor,” como relatou Sette (1987, p. 234). Aproximadamente 30 anos mais tarde, as áreas vizinhas ao Bairro do Recife, representadas por Santo Antônio e São José, passariam por um processo semelhante, de medidas e conseqüências profundas.



Figura 8. Demarcação das quadras destruídas no Bairro do Recife e em Santo Antônio e São José (vermelho)
Cartografia base: Planta da Cidade do Recife (1906)
Fonte: A autora (2007)

É importante colocar que esses bairros, especialmente o de Santo Antônio, passaram a estar permeados por representações¹⁸ negativas desde o início do século XX, em que essa antiga área era tida como um corpo “feio, sujo, insalubre, doente e congestionado,” segundo relata Outtes (1991, p. 220), ou ainda considerada como uma “menina mal-educada e maltrapilha,” de acordo com Pontual (1998). Os periódicos locais registraram durante longo tempo a existência de “becos

¹⁸ Segundo Chartier (2002, p. 21), representação é o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquele por este,” que surge a partir das “relações intelectuais” entre a sociedade e o mundo. E, embora aspirem à universalidade no momento em que são criadas, as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo.”

infectos, casinhas modestas,¹⁹ pardieiros, que deixavam os bairros repletos de “porcarias arquitetônicas”²⁰ e ruelas tortuosas.

A percepção de desordenamento, desatualização, falta de salubridade e funcionalidade do espaço urbano, além do processo de renovação intelectual presente na primeira metade do século XX, criou a conjuntura ideal para se repensar essa parte da cidade enquanto organização formal. Tal processo se assemelha àquele descrito por Lepetit (2001, p. 147), ao estabelecer que “as sociedades urbanas [...] procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas, elas a reinterpretem.”

Nesse contexto, as “formas antigas” da cidade arraigadas às igrejas, que remetiam aos séculos XVIII e XIX, foram alvo de reflexão e reelaboração. Foram introduzidos preceitos modernos²¹ tanto na arquitetura quanto no urbanismo, culminando em “inflexões da forma urbana e das idéias sobre o ordenamento da cidade,” de acordo com Pontual (1998, p. 18).

Percebe-se que essas inflexões da forma e das idéias de ordenamento urbano foram predominantemente expressas por meio dos planos urbanísticos elaborados para a área de Santo Antônio e São José. Esses planos representaram, por um lado, esforços que procuraram identificar antecipadamente um possível estado de coisas do futuro, e, por outro, uma sucessão de iniciativas por meio das quais se procurou responder a um “conjunto disperso de exigências contingentes,” parafraseando-se as palavras de Secchi (2006, p. 17). Destacam-se as propostas de Domingos Ferreira (1926, 1927), prosseguindo com as propostas apresentadas por Nestor de Figueiredo (1930-1934), com o plano de Atílio de Correa Lima (1936), as proposições da Comissão do Plano da Cidade (1934, 1938) e com as sugestões de Ulhôa Cintra (1943).

A tônica desses planos centrava-se na abertura de avenidas, sendo notória a resignificação das antigas igrejas na cidade. As propostas elaboradas refletiam a criação de novas centralidades, novos eixos de estruturação urbana, relevando diferentes atributos estéticos e artísticos, em um contexto predominantemente laico e dominado por diferentes elementos simbólicos. A conjunção desses fatores culminou na recorrência da previsão de destruição de grandes trechos de malha urbana.

¹⁹ Folha da Manhã. 4 de janeiro de 1945.

²⁰ Jornal do Commercio. 10 de março de 1946.

²¹ Pontual (1998, p. 104-105) estabelece que os preceitos da arquitetura e do urbanismo modernos estavam fundados nas questões da “higienização, salubridade, insolação, ventilação, iluminação, velocidade e mobilidade nos deslocamentos, a especialização funcional, a presença de vegetação, a verticalização e a não-permanência do antigo.”

Dois dos citados planos, o de 1938 e o de 1943, foram colocados em prática, ainda que de forma parcialmente distinta da imaginada sobre o papel. Um grande número de ruas e edifícios foram destruídos, porém os protagonistas desse conjunto extinto foram as Igrejas do Paraíso e dos Martírios, pela notoriedade dessas edificações que se constituíam em bens culturais na cidade em um dado momento, e pela nova manifestação da “perda do halo.” A primeira igreja, localizada no bairro de Santo Antônio, representava uma das iniciais edificações religiosas construídas no local,²² ainda no século XVII, tendo sido destruída no ano de 1944. A segunda estava situada no bairro de São José e também compunha um dos mais tradicionais templos do Recife, sendo demolida em 1973.



Figura 9. Destruição Igreja do Paraíso, 1944
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 10. Igreja dos Martírios destruída, 1973
Fonte: FUNDAJ

É importante pontuar que as citadas propostas só puderam ser elaboradas, e algumas delas aplicadas, pela existência de uma demanda institucional. Essas instituições,²³ especialmente as político-administrativas, eram detentoras desse poder e o colocavam em prática por meio de mecanismos consubstanciados em atos efetivos, que se referiam à possibilidade de transformar a cidade, tendo a encargo a decisão do que deveria permanecer e do que deveria ser excluído dela.

Essas instituições eram orientadas por um jogo de normas que as regiam e pelos interesses, individuais ou coletivos, que se colocavam no momento. Nelas preponderava a consciência do poder de decisão sobre o que apagar e o que guardar, e mais, sobre o que introduzir de novo. Dessa forma, essas instituições, cujo poder incidia sobre a cidade, expressavam uma atitude seletiva perante o presente, futuro e passado do lugar, traduzidas no processo de decisão. Nelas estava presente a idéia da “vontade de potência,” conceito básico do pensamento nietzschiano que se refere ao desejo de poder, de realização, o ímpeto criativo e afirmativo do homem diante

²² A Igreja do Paraíso foi primitivamente construída neste período; entretanto, seu edifício foi reconstruído no início do século XX.

²³ O termo “instituição,” que se encontra ligado a “organização,” será utilizado na acepção que lhe foi atribuída por Henri Lefèbvre. O autor estabelece a relação entre estes dois termos e assinala que “uma necessidade social determinada engendra uma organização. Quando a organização suscita um interesse político, é transformada em instituição.” Lefèbvre também ressalta que “o movimento que cria organizações vai de baixo para cima. A institucionalização vai de cima para baixo. Ela comporta seja a intervenção, seja o estabelecimento de uma autoridade específica [...] Houve escolas e médicos antes da institucionalização do ensino e da saúde pública. Houve fontes e poços antes do serviço das águas, e assim por diante” (LEFÈBVRE, 1977, p. 140).

de sua existência. A “vontade de potência” incidia sobre a continuidade dos elementos urbanos, a qual estava ligada a diversas motivações que orientavam tais decisões e definiam suas “probabilidades de sobrevivência,” utilizando-se o termo lançado por Amorim (2007, p. 69).

Pontual (1998, p. 122), ao tratar das gestões municipais do Recife, enfoca que “os mecanismos políticos, embora heterogêneos em relação aos dispositivos normatizadores dos planos urbanísticos, operaram complementarmente para a efetivação da organização espacial da cidade” e ainda destaca a formação de uma aliança entre urbanistas e governantes.

Nesse sentido, a destruição de partes da cidade representa uma das decisões que podiam ser tomadas frente a determinadas demandas institucionais. Essas instituições, por sua vez, se valiam do conhecimento técnico do urbanismo para efetivar as suas medidas de atuação no espaço urbano. Assim, o par urbanismo e instituições apresenta uma relação de grande ligação e complementaridade, já que as instituições se baseavam nos planos urbanísticos para que fossem efetivadas as suas medidas de atuação no espaço urbano. As práticas urbanísticas, por sua vez, efetivavam-se por meio das demandas institucionais, que permitiam a sua execução.

OBJETIVOS DO TRABALHO

Frente ao exposto, é pertinente indagar: quais foram os fatores que concorreram para que artefatos de reconhecidos atributos e de grande importância para a cidade até o século XIX fossem completamente destruídos no século XX? Como compreender o fenômeno²⁴ da destruição das igrejas do Paraíso e dos Martírios que se instaurou durante as reformas urbanas dos bairros de Santo Antônio e São José? Quais foram as motivações que conduziram essas igrejas a tal destino?

Para responder a essa indagação, objetivo principal do trabalho, tomou-se o âmbito institucional e urbanístico das destruições como os dois eixos analíticos pelos quais se desenvolverá a investigação. Cabe colocar que estes dois eixos serão tratados de forma distinta ao longo do trabalho, seja por meio de uma abordagem conjunta, como aspectos indissociáveis para se compreender o fenômeno da destruição, seja como âmbitos autônomos. Cada um desses eixos

²⁴ Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência. Podem ser coisas puramente ideais, que existem apenas no pensamento, como os entes estudados pela matemática e pela lógica. Entretanto, além das coisas materiais, naturais e ideais, também são fenômenos as coisas criadas pela ação e pela prática humanas, onde se destacam as técnicas, artes, instituições sociais e políticas, crenças religiosas, valores morais, entre outros. Em outras palavras, os resultados da vida e da ação humanas também se constituem em fenômenos (CHAUI, 2000).

analíticos suscita questões particulares sobre a extinção da Igreja do Paraíso e Igreja dos Martírios, as quais se constituem nos objetivos específicos desta investigação.

No primeiro eixo, que se reporta ao âmbito institucional das destruições, há que se apreender os aspectos: quais foram as instituições envolvidas e como elas atuaram no processo de destruição das duas igrejas? De que modo as práticas institucionais em voga estiveram envolvidas com essas destruições? Quais as motivações alegadas no âmbito institucional para se destruir as igrejas?

No segundo eixo analítico, que se refere ao âmbito urbanístico das destruições, deve-se tentar compreender: como as práticas urbanísticas de então equacionaram a construção com a destruição das áreas reformadas, especialmente das igrejas? De que modo as práticas urbanísticas empregadas estiveram envolvidas com as duas destruições? Quais as motivações alegadas no âmbito urbanístico para se destruir as igrejas?

Tais questões, por sua vez, remetem a indagações menores, mas que colaborarão para o atendimento dos objetivos específicos, como: quais eram os protagonistas das instituições envolvidas? Como essas atuavam no seio da cidade, consentindo ou desautorizado as destruições? Quais eram os limites institucionais que as cercavam? Qual era aquela cuja nota final era unanimemente sobreposta às demais? As idéias de destruição eram consensuais ou se deram de forma polêmica? Sendo polêmica, como se desenvolveram os principais embates? Quais as teorias e práticas urbanísticas que estavam envolvidas nesta questão? Quem as proferia? Quais eram suas filiações teóricas? As propostas elaboradas diferiam quanto à destruição das igrejas?

Cabe lembrar que as duas destruições representam histórias distintas, separadas no tempo e em diferentes contextos. Frente ao exposto, também é pertinente perguntar: como essas distinções concorreram para a repetição de destruição após quase 30 anos? Existe uma lógica de repetição? Caso exista, que lógica é essa?

Concorda-se com Secchi (2006, p. 18) ao colocar que “é difícil separar o aspecto concreto de uma transformação dos argumentos propostos para justificá-la, das intenções que, presumivelmente, a impulsionaram, da cultura, das imagens, das crenças e tradições, a partir das quais as várias decisões de transformação tomaram forma.” Por isso, ao se estudarem as destruições em si, as motivações que levaram a tais fatos também se tornam protagonistas da história.

Assim, deseja-se compreender o jogo das regras que defiram a descontinuidade interna que suspendeu a permanência das duas igrejas. Com isso, busca-se entender por meio dos fios que

tecem essa trama, especificamente, o que levou os homens a destruir os seus próprios artefatos urbanos e arquitetônicos.

Razões especiais justificam o interesse pelo assunto referente à destruição da Igreja do Paraíso e da Igreja dos Martírios. Apesar de os bairros de Santo Antônio e São José terem sofrido reformas urbanas, a destruição das duas igrejas constituiu-se em um marco expressivo nessa trajetória, representando um fato singular²⁵ e nunca verificado na área em apreço. A ausência de trabalhos que enfoquem tal questão também foi determinante para que esse tema fosse escolhido, ainda que a transformação das áreas centrais do Recife esteja bem contemplada por diversos autores.²⁶

MÉTODO E METODOLOGIA

Apesar de o caso das igrejas estar inscrito em uma questão mais abrangente, que se refere à transformação das áreas centrais do Recife, o procedimento da redução da escala de observação para a destruição de ambas e o estudo intensivo do material documental poderão revelar fatores previamente não-observados. Para Giovanni Levi (1992), as questões consideradas como bastante descritas e compreendidas assumem significados completamente novos quando se altera a escala de observação. Dessa forma, pode ser registrada uma série de acontecimentos ou fatos significativos que, sob a forma de uma abordagem mais ampla, seriam imperceptíveis. Desse modo, a partir da análise de pequenos fatos,²⁷ se comparados à grandeza e complexidade do contexto geral que os cerca, podem ser aferidas importantes constatações, em um movimento dinâmico de idas e vindas, nas diferentes escalas de observação. Trata-se de um procedimento que toma o particular como o seu ponto de partida e prossegue, “identificando seu significado à luz do seu próprio contexto específico” (LEVI, 1992, p. 154), como realidades indissociadas.

Feitas essas colocações, cabe mencionar que a dissertação desenvolvida se apóia no método histórico de investigação. Esse método caracteriza-se pela abordagem do objeto de estudo, seja

²⁵ A singularidade e individualidade desse fenômeno de destruição podem revelar uma das faces que o processo de modernização assumiu na Cidade do Recife, dentro de um prolongado processo de intervenção com perdas e ganhos urbanos e arquitetônicos. Le Goff (2003, p. 39) ao citar Paul Veyne (1971) defende que “a história interessa-se por acontecimentos individualizados, dos quais nenhum é a inútil repetição do outro, mas não é a sua individualidade enquanto tal que a interessa: ela procura compreendê-los, isto é, reencontrar neles uma espécie de generalidade ou mais precisamente de especificidade.”

²⁶ Pode-se citar Lubambo (1991), Outtes (1991), Moreira (1994), Pontual (1998) e Reynaldo (1998).

²⁷ Giovanni Levi (1992, p. 137) elucida essa simplicidade factual por meio do exemplo: “mesmo a ação aparentemente mais insignificante, como por exemplo a de alguém sair para comprar um pão, realmente envolve o sistema bem mais amplo dos mercados de grão de todo o mundo”. Com isso, o autor busca mostrar que, apesar de diminuto objeto de pesquisa, a forma com esse se encontra interligado com um contexto mais amplo conota a sua riqueza enquanto objeto de conhecimento.

ele um fenômeno, um evento, um indivíduo, um grupo, uma cidade, no tempo. Desse modo, o método histórico está vinculado ao conhecimento das distintas etapas do objeto em sua sucessão cronológica²⁸ para conhecer-se seu desenvolvimento, baseando-se nas conexões históricas fundamentais com outros fenômenos, sendo “um saber mais dedutivo que demonstrável,” ou seja, “mais avaliações que demonstrações” (LE GOFF, 2003, p. 41). A significação se faz tanto tornando inteligível um conjunto de dados inicialmente separados, como por meio da lógica interna de cada elemento, pelo fato de essa significação ser essencialmente contextual.

A especificidade do método histórico culmina em um conjunto de procedimentos metodológicos próprios, em grande parte voltados para o tratamento dos documentos, que representam a principal fonte de informações de tal tipo de investigação. Entretanto, enfatiza Le Goff (2003, p. 110) que “os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade,” já que nenhum documento é inocente, tampouco um material acabado. As informações presentes nos documentos devem ser verificadas quanto aos quesitos de autenticidade e credibilidade. Essas críticas têm como objetivo averiguar o documento externamente, checando a sua veracidade, e internamente, avaliando o seu significado, a competência de seu autor, determinando a sua sinceridade, medindo sua exatidão e controlando-o por meio de outros testemunhos.

É importante destacar que os limites dessa investigação referem-se à existência e ao acesso às fontes relacionadas com a temática. Dessa forma, buscou-se explorar ao máximo as informações contidas nos documentos relacionados, tendo o cuidado de extrair apenas o que esses continham, não adicionando nada que não lhe fosse próprio (LE GOFF, 2003).

Michel Foucault²⁹ (1987, p. 7), autor de grandes contribuições filosóficas e metodológicas no campo da história, defende que a atual e primordial tarefa da história não é apenas interpretar o documento, mas “trabalhar no seu interior e elaborá-lo.” Ela o organiza, recorta, distribui, ordena, reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente e o que não é, identifica elementos, define unidades entre os diversos documentos e descreve relações. De acordo com Foucault (1987), esses conjuntos de documentos podem ser agrupados e relacionados de quatro formas distintas: quando seus enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, se

²⁸ A cronologia é de essencial importância para o método histórico. Le Goff (2003, p. 47) enfatiza que datar é e sempre será uma das tarefas fundamentais do pesquisador em história, mas deve fazer-se acompanhar da periodização para que a datação se torne historicamente pensável. Desse modo, se o método histórico se encarrega de estudar um objeto no tempo observando seu desenvolvimento, a periodização constitui-se no principal instrumento de inteligibilidade das mudanças ocorridas.

²⁹ De acordo com Veyne (1995, p. 151), Foucault reifica uma instância que escapa à ação humana e à explicação histórica, que privilegia os recortes e as estruturas sobre as continuidades ou evoluções, sendo ele mesmo o historiador acabado, o remate da história.

referem a um único e mesmo objeto; quando existem diferenças e similitudes entre sua forma e encadeamento; determinando o sistema de conceitos permanentes e coerentes que se encontram em jogo e identificando a identidade e persistência dos temas, pois as temáticas se ligam e animam um conjunto de enunciados. A partir do tratamento documental, as chaves interpretativas são delineadas. Desse modo, esse tratamento documental pode ser sistematizado nos seguintes tópicos, em função da especificidade de cada ação:

- Constituição de um corpo documental e sua organização;
- Crítica aos documentos com a verificação de sua consistência;
- Delimitação de conjuntos e subconjuntos que articulem os documentos levantados;
- Determinação das relações que caracterizem e relacionem esses conjuntos entre si;
- Estabelecimento das chaves interpretativas.

Com o estabelecimento das chaves interpretativas para a construção do conhecimento sobre as motivações das destruições de cada uma das igrejas, está procedido o estudo comparativo entre ambas. Para José Barros (2007, p. 2), trata-se de uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, e que se refere a um modo específico de observar a história, e a escolha de um campo de observação de determinado tipo, na verdade um “duplo campo de observação,” ou mesmo um “múltiplo campo de observação.”

A intenção de se proceder a esse tipo de análise é a de serem reveladas as semelhanças e as diferenças entre dois fatos de natureza análoga, mas em intervalos temporais e contextos distintos. A abordagem comparativa é aqui utilizada como meio para permitir a passagem da descrição à compreensão mais ampla desses processos históricos tão caros à trajetória da preservação desses artefatos que se constituíram em bens culturais no Recife. Como procedimento operacional, destaca-se a iluminação recíproca dos objetos entre si, de modo que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro

as especificidades.³⁰ Dessa forma, a partir de fatos distintos que remontam a problematizações comuns, podem ser encontradas respostas diferentes, abrindo-se o diálogo e rompendo o isolamento entre os objetos de análise.

É importante colocar que a construção do problema de pesquisa foi constituída por questões iguais que perpassavam pelas investigações particulares de cada igreja e que direcionavam o lugar pelo qual seriam observados e analisados os objetos de pesquisa. Realizou-se uma escolha em torno de um feixe de problemáticas que responderiam à mesma questão em casos distintos (THEML; BUSTAMANTE, 2007).

De acordo com José Barros (2007, p. 11), dois aspectos são imprescindíveis para que se promova esse tipo de abordagem. De um lado, certa similaridade dos fatos; de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que tal similaridade ocorre. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem um jogo dinâmico: “sem analogias, e sem diferenças, não é possível falar-se de uma autêntica comparação.”

Entretanto, é pertinente colocar a existência de uma tipologia de perspectivas comparatistas, elaborada pelo especialista em sociologia histórica Charles Tilly. Segundo esse autor, são quatro as perspectivas nos estudos em comparação: da universalização, da globalização, da individualização e da diferenciação.³¹

A seguir estão definidos cinco aspectos essenciais para que possa se tratar de uma abordagem comparativa dentro dos estudos históricos.

³⁰ Barros (2007, p. 3-4) coloca que é preciso distinguir a boa da má analogia: “a generalização aceitável, da camisa de força em que são mal acomodadas sociedades e experiências históricas dotadas de singularidades que as fazem únicas; a aparência similar que apresentam alguns processos, de suas motivações mais profundas” (por vezes territórios de diferenças fundamentais que a mera aparência factual costuma ocultar).

³¹ Sobre as quatro perspectivas está disposto: a abordagem comparatista individualizadora, que parte de uma meticolosa atenção a certas realidades histórico-sociais singularizadas, investe no cuidado de identificar as propriedades comuns a todos os casos examinados (semelhanças), de modo a identificar claramente a singularidade de cada caso. Enquanto isso, a abordagem comparatista diferenciadora, similar à perspectiva anterior nos seus objetivos particularizantes, caminha por uma metodologia distinta. Trata-se de submeter os diversos casos que estão sendo examinados a certo conjunto de variáveis, alguns traços ou questionamentos que são escolhidos para efetuar as comparações, de modo a tirar conclusões sobre os diferenciais de cada caso examinado. A abordagem comparativa universalizadora intenciona encontrar os elementos comuns a todos os casos examinados, postulando-se uma unicidade dos processos históricos. A abordagem globalizadora, por fim, visa examinar os diversos casos de modo a incluí-los em um sistema geral que os abranja e lhes dê sentido. Para mais informações, consultar Barros (2007).

Quadro 1. Aspectos essenciais para o exercício do comparativismo apoiado nos pressupostos da modalidade historiográfica da História Comparada

Aspecto	Descrição
Múltiplo campo de observação	Âmbito multifocal de análise
Articulação intradisciplinar	Com outras modalidades históricas, como História Política, História Econômica, História Cultural, História Demográfica, História Urbana, entre outras.
Escala de inscrição	A própria escolha de um problema histórico muito específico a ser examinado, permite falar em uma “escala problematizadora,” que já não é definida por espacialidades reais ou imaginárias, nem pela unidade de uma vida ou grupo social, e sim pela força e complexidade de uma problematização específica.
Metodologias comparativas	Percepção de diferenças e semelhanças, na produção de analogias, na identificação de traços de singularidade, na elaboração de tipologias, na construção de modelos de aproximação, na sujeição dos casos a uma avaliação de comportamento diante de variáveis fixas, etc.
Perspectiva comparativa	Uma “perspectiva” refere-se aos objetivos ou às intenções do historiador: generalizar a partir dos casos que examina; inseri-los todos em um sistema globalizador que lhes dê sentido; ou, ao contrário, buscar com o trabalho comparativo a “individualização” e a “diferenciação,” em que cada caso examinado conquista a sua singularidade por meio da construção do historiador.

Fonte: Barros (2007)

A realização desses procedimentos fornece as informações e elementos para que seja construída a narrativa. Sua construção, segundo Peter Burke (1992, p. 339), deve ser realizada de forma “densa o bastante, para lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos, mas também com as estruturas: as instituições, o modo de pensar, entre outros, e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos.”

Apresentados os principais referenciais metodológicos que serão utilizados no trabalho, será procedida a descrição das atividades de pesquisa essenciais para o alcance do objetivo.

Como forma de entendimento do universo da análise, foi necessário o levantamento das fontes de pesquisa primárias e secundárias com os registros das mesmas, seguindo-se o tratamento das informações e a construção da narrativa.

Os documentos investigados consistiram em matérias de jornais locais e nacionais, notícias do Diário Oficial do Município do Recife e do Diário Oficial do Estado de Pernambuco; planos urbanísticos elaborados tanto para a destruição como para a preservação das igrejas; atas de reunião, notificações, ofícios, cartas, declarações, correspondências entre as instituições ou entre os personagens envolvidos nas demolições; abaixo-assinados; certidão e dossiês de tombamento. Também foram contemplados o Boletim da Cidade e do Porto do Recife; Atas de Reunião do Conselho Municipal de Cultura, do e Culturarso2 Tc5TJE179.68 630.9.68Tntetícias82atamento das

seus membros e a província, estatutos compromissais das irmandades, registros de atividades eclesiais, relatórios e listas da provedoria, plantas e fotografias.

Para a reunião desse acervo documental, foi necessário percorrer distintos acervos, tais como:

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 5º Superintendência Regional;
- Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco;
- Arquivo Público do Estado de Pernambuco - Jordão Emerenciano;
- Empresa de Urbanização do Recife (Arquivo da Documentação Administrativa);
- Fundação Joaquim Nabuco;
- Museu da Cidade do Recife;
- Museu do Estado de Pernambuco;
- Cúria Metropolitana do Recife;
- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Recife;
- Arquivo Eclesiástico da Matriz de São José.

Também foram contempladas as seguintes bibliotecas:

-

notas gerais a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, prosseguindo com a Santa Casa de Misericórdia do Recife e finalizando com o conjunto urbano do Paraíso. Neste primeiro capítulo do trabalho, buscou-se dissertar sobre o edifício e a principal irmandade da Igreja do Paraíso, desde o momento de sua formação até o início do século XX.

O segundo capítulo trata sobre o urbanismo praticado na Cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940, ressaltando o aspecto demolidor contido nesses planos urbanísticos coetâneos e iluminando a forma de tratamento das igrejas do bairro de Santo Antônio e São José nas idéias de remodelação de tais bairros. Assim, o capítulo se encontra subdividido nos planos urbanísticos de Domingos Ferreira a Ulhôa Cintra, passando pelos diálogos com a *tabula rasa*, cujo enfoque foi centrado na equação composta pela construção e destruição planejadas.

O terceiro e último capítulo dessa parte contempla a destruição da Igreja do Paraíso e as instituições que estiveram envolvidas nessa decisão. Para tanto, foram analisadas as posições da Prefeitura do Recife, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, da Comissão do Plano da Cidade e da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Além da identificação das posições tomadas por cada uma destas instituições no caso da destruição do Paraíso, buscou-se iluminar as motivações pelas quais determinadas medidas foram tomadas, correlacionando-as com o contexto do momento.

A parte I do trabalho é fechada com as considerações parciais que puderam ser aferidas por meio das questões levantadas por cada um desses três capítulos.

A **Parte II** da dissertação é dedicada à **Igreja dos Martírios**, e também se encontra dividida em três capítulos. No primeiro é abordada a fundação da irmandade e a edificação da igreja, prosseguindo com a Igreja dos Martírios no bairro de São José e os seus aspectos arquitetônicos. O segundo capítulo da parte II está voltado para a discussão a respeito da Igreja dos Martírios e a abertura da Avenida Dantas Barreto no ano de 1946, enfocando o urbanismo vigente e as instituições envolvidas nesse momento, até o ano de 1964.

O terceiro capítulo enfoca a destruição da Igreja dos Martírios frente à continuidade da abertura da Dantas Barreto, durante três gestões municipais do Recife. A narrativa desenvolve-se do ano de 1964 até 1973, quando o templo é destruído. É então abordada a primeira gestão de Augusto Lucena (1964-1969), quando se enfocam o ideário preservacionista e a prática urbanística vigentes, bem como o embate institucional promovido pela discussão sobre a demolição do templo. Prossegue-se com a gestão de Geraldo Magalhães (1969-1971) em que é explorada uma

possibilidade de preservação da igreja, finalizando com a segunda gestão de Augusto Lucena (1971-1975), até o momento em que esta é destruída. A última parte está dividida em 13 itens que narram cronologicamente os distintos momentos do processo de derrubada da igreja, o qual se prolongou de 1971 a 1973, permeado por discussões e polêmicas. As instituições que estiveram envolvidas no processo de decisão sobre o destino dos Martírios estão contempladas nos posicionamentos tomados e nas motivações alegadas para defender a destruição do templo.

Na **Parte III** está apresentado o fechamento da dissertação, que busca ampliar a compreensão da destruição das igrejas do Paraíso e dos Martírios e das suas motivações, por meio de uma abordagem comparativa. Essa parte consta de uma síntese das principais considerações levantadas, na tentativa de evidenciar as contribuições que a dissertação poderá trazer para a compreensão da diversidade de questões que envolveram a destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos, especificamente das igrejas do Paraíso e dos Martírios. Pretende-se, ainda, trazer múltiplos registros e reflexões que possam auxiliar na identificação dos processos que envolveram a trajetória de determinados bens culturais no Recife.

Com isso, busca-se oferecer, a partir da perspectiva de fatos passados, uma nova compreensão do presente³² sob o enfoque da destruição deste tipo de artefato, recorrente no Recife, na maior parte das cidades brasileiras e em outras localidades internacionais.

³² Le Goff (2003, p. 227), ao tratar do par Passado/ Presente, coloca que o conhecimento histórico, além de esclarecer o passado, oferece caminhos para que se compreenda o presente. Para tanto, utiliza as idéias de Henri Lefèbvre e de Marc Bloch. Para o primeiro, o historiador vai do presente ao passado e depois retorna ao presente, que pode ser mais bem analisado e conhecido, não oferecendo mais à análise uma totalidade confusa. De modo semelhante, Bloch propõe um duplo movimento de investigação que vá do presente ao passado e do passado ao presente como meio de compreender a ambos.

PARTE I. A IGREJA DO PARAÍSO

A parte I do trabalho busca compreender o fato da destruição da Igreja do Paraíso, tendo como eixo analítico o âmbito institucional e urbanístico. Para tanto, o texto encontra-se organizado em três capítulos, como fora colocado anteriormente. O primeiro se refere à igreja no período anterior à sua destruição, quando é abordada a sua construção, a formação do patrimônio canônico, as irmandades sediadas (especificamente as Santas Casas de Misericórdia), os serviços oferecidos e sua relação com o espaço urbano onde se encontrava inserida, além da ocupação da área em seu entorno. Esse item busca mostrar o papel que o Paraíso tinha para o Recife, desde o século XVII até o século XIX.

O segundo capítulo situa o estudo no século XX, abordando os bairros de Santo Antônio e São José como território onde incidiram práticas urbanísticas, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, é iluminada a questão da destruição e da construção do tecido urbano nessas propostas, além da forma como a Igreja do Paraíso foi considerada, buscando entender as motivações pelas quais o templo tinha sua destruição prevista.

O terceiro capítulo abarca as instituições envolvidas diretamente com a destruição da igreja, visando compreender os argumentos por elas utilizados, tanto para defender a sua destruição como a sua manutenção. Por fim, são tecidas as considerações parciais que fazem o fechamento das questões levantadas e investigadas em cada um dos capítulos desta primeira parte do trabalho.

1. DA FUNDAÇÃO DA ESTRUTURA ASSISTENCIALISTA E RELIGIOSA ÀS DIMENSÕES ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS

1.1 A EDIFICAÇÃO DA IGREJA, DO HOSPITAL E O SEU PATRIMÔNIO

A Igreja do Paraíso foi inicialmente construída no século XVII, no ano de 1686. O desejo de sua construção e a realização da obra partiram do mestre de campo Dom João de Sousa e de sua esposa Dona Inês Barreto de Albuquerque, segundo foi publicado em seus testamentos que datam de 1684 e 1697,³³ respectivamente. Ambos, por não terem herdeiro direto legítimo, nem ascendentes, nem descendentes, decidiram dispor de seus bens e dinheiro na morte, em favor de obras pias. Decidiram então, em comum consentimento,

... por serviço de Nosso Senhor, e obra meritória e bem dos pobres enfermos e desamparados em suas enfermidades, de edificarem à sua custa um hospital no Recife³⁴, da banda de Santo Antônio, nas terras deles dotadores por detrás das trincheiras, com suas casas, com sua igreja, capelão e enfermeiro, e mais serventes necessários e fábrica (ESCRITURA DE DOAÇÃO E DE EDIFICAÇÃO DE UM HOSPITAL - REGISTRO N° 1, 1684).

Dessa forma, entre o conjunto de edificações que pertenceriam ao hospital, bem que foi instituído como “herdeiro universal” do casal, segundo consta na escritura, estava a igreja erigida sob a dupla invocação de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus. A escolha de São João de Deus foi devida à devoção do mestre de campo, que recebera esse nome em seu batismo.

Para a manutenção do hospital e da igreja, seus fundadores legaram uma série de bens a partir dos quais poderia ser gerada uma renda que os sustentassem. Segundo está declarado na Escritura de Doação (1684), foram doados sete contos, seiscentos e dez mil réis para que fossem feitas as obras das casas, das oficinas, da igreja com seus preparos e ornamentos. O restante do dinheiro que sobrasse deveria ser empregado na compra de mais imóveis ou no cultivo produtivo das terras doadas.

Dessa forma, nasceram simultaneamente o chamado “Hospital do Recife,”³⁵ e a “Igreja do Hospital” ou “Capela do Hospital.”³⁶ Segundo o Registro do Testamento de Dom João de Souza (Registro n° 2), de 26 de agosto de 1748, à frente da regência do hospital ficou o Reverendo Padre Bento de Souza Coelho, tendo como procurador o Ajudante Manuel de Barros. Seus

³³ Esses testamentos foram publicados no livro *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*, de autoria de José Antônio Gonsalves de Mello (1975).

³⁴ Esse foi o primeiro hospital do Recife.

³⁵ Esse foi o primeiro nome do hospital, pelo qual era chamado por seu fundador.

³⁶ Pereira da Costa refere-se a esse templo tanto pelo nome de Igreja do Paraíso (1985, v. 6, p. 8) ou como por Igreja ou Capela do Hospital (1985, v. 7, p. 381; 1985, v. 6, p. 394; 1985, v. 2, p. 396; 1985, v. 6, p. 479; 1985, v. 6, p. 481; 1985, v. 4, p. 518).

fundadores ainda permitiram que no hospital fosse erigida uma irmandade de provedor e membros, que anos após conformou a Santa Casa de Misericórdia.

Essa estrutura assistencialista e religiosa, além de ter recebido as terras e meios para sua construção, herdou muitos bens do casal. De acordo com o Registro do Testamento (1748), formavam essa lista: o engenho Trapiche, um sítio na freguesia de Ipojuca, duas fazendas de criar “gados vacuns e cavalares” no sertão do Cariri, chamadas Bonito e Seriema. Além disso, o autor do testamento legou “a morada de casas que possuo no Recife, e mais uma sorte de terras de meia légua em Cajabuçu, e um pesqueiro de rede na praia da Paiva com quinhentas braças de terra para o sertão da Barra da Jangada até o Tapuama, que de tudo há título.”

Ainda foi determinado no Testamento de Dona Inês Barreto de Albuquerque (Registro nº 3), de 1697, que deveria ser casada uma órfã na igreja em cada ano, perpetuamente, no dia de Nossa Senhora do Paraíso, devendo sempre haver uma lâmpada acesa com azeite doce na capela-mor. Ela ainda deixou bacias, tachas, caldeiras, paróis de cobre ao hospital, além dos 35 escravos designados abaixo:

Filipe, Filipe crioulo e sua mulher Maria Cabuta; João Congo e sua mulher Luzia crioula; Miguel carpina e sua mulher Lucrecia; Gaspar carpina e sua mulher Isabel Conga; Manuel trinta e sua mulher Luzia; Garcia Tambor e sua mulher Violante; João novo e sua mulher Susana; João Valente e sua mulher Madalena; Pedro Banguela e sua mulher Maria; Manuel crioulo, barbeiro; Domingos crioulo; Roque crioulo; Cosme crioulo; Manuel Angico; Sebastião mutambo; Francisco fome; Matias; Gonçalo Carvalho; José Angola; Simão sarabanda; Simão mudo; Mateus tanga; Mateus crioulo; Garcia comprido; Garcia barriga.

Assim foi formado o vasto patrimônio inicial do hospital e de sua igreja, o qual refletia sua riqueza não apenas na lista dos bens a ele pertencentes, mas sobretudo no requinte das suas construções para a época. Da edificação ficou encarregado Antônio Fernandes de Matos, que já tinha realizado obras proeminentes na cidade³⁷ e era considerado um notável construtor.

Na Certidão de Construtor, datada de 16 de setembro de 1688,³⁸ o próprio Fernandes de Matos menciona a construção dos edifícios do Paraíso:

Certifiquo que o Mestre de Campo Dom João de Souza, que Deus aja, em sua vida mandou fazer a sua custa em Santo Antônio do Recife huma Igreja em vocação Noça Senhora do Paraízo e hum hospital mistiquo à dita Igreja [...] E o dito Mestre de Campo me pediu quizeçe tomar a um cargo a mandar fazer as ditas obras da Igreja e hospital, que se obrarão com toda a perfeição e brevidade e estão coaze no fim e tem gasto athe

³⁷ Destacam-se o Arco e Capela do Senhor Bom Jesus, a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, a Igreja e Colégio Nossa Senhora do Ó, a Igreja e Convento da Madre de Deus, a Capela da Ordem 3º de São Francisco, a Igreja e Hospital do Paraíso, dentre outros.

³⁸ Segundo consta em Mello (1981), esse documento encontra-se na coleção particular do historiador Charles Ralph Boxer, em Londres.

o presente, despendidos por minha mão, doze contos de réis. E por me ser pedida a presente a passei na verdade e assim o juro aos Santos Evangelhos, assignada e sellada com o signete de minhas Armas.



Figura 1. Igreja do Paraíso no início do século XX, possivelmente em sua primeira década
Fonte: Museu do Estado de Pernambuco

A igreja era uma construção composta pela sua nave central, capela-mor e torre sineira, essa última recuada em relação ao frontispício. Sua fachada principal era formada pela base, onde se localizavam a porta, duas janelas e o óculo, pelo frontão, arrematado por dois pináculos equidistantes e pela cruz sagrada no topo. A composição do corpo da igreja era marcada pela simetria de seus elementos, em cujo eixo central estavam localizados o óculo, a porta e um pequeno frontão acima dessa, o qual continha ornamentos que remetiam às armas de Dom João de Souza. As duas janelas, situadas de cada lado do óculo, faziam a triangulação desse conjunto de elementos. O frontão triangular era bastante simples, sendo apenas contornado pela cimalha em seus três lados, sobressaindo o seu tímpano liso e sem adornos.

A torre sineira apresentava uma composição volumétrica semelhante ao corpo central da igreja por utilizar os mesmos elementos. Seu corpo era composto por uma porta no térreo, uma janela acima dessa e por um óculo na mesma dimensão que o da igreja. Quatro aberturas eram observadas no nível do sino, trecho da torre que estava separado do restante dela por meio de um par de cimalthas. Cabe citar que tais aberturas, ao contrário das portas e janelas da igreja e da sua torre, apresentavam verga em arco pleno, sendo circundadas por moldura em pedra. O topo da torre era arrematado por um zimbório contornado por quatro pináculos equidistantes. O templo encontrava-se revestido por argamassa de cal, apresentando detalhes e pilastras dóricas em pedra. Seu telhado era composto por duas águas, sendo coberto por telha canal.

Além de contarem com um construtor notável neste período, a igreja e o hospital apresentavam o seu interior bastante requintado, sendo também ornado por meio da doação de Dom João de

Souza. Em 12 de setembro de 1688, foi feita uma certidão subscrita, pelo então regente do hospital, Padre Simão da Cruz,³⁹ na qual era declarado que estava em seu poder:

... 26.000 cruzados em prata, hornamentos, imagens, relíquias collocadas em pessos de prata douradas de muito preço e alcatifas ricas da Índia e muita roupa branca de Olanda e Cambraia para o culto Divino e uso da Igreja e outrosi para o serviço do Hospital todo o necessário com grande abundancia, asi de escravos como de tudo o mais para serem bem servidos os Pobres de IESV Christo.

Na igreja, segundo informações presentes no códice intitulado *Estatutos que se devem observar neste Hospital de Nossa Senhora do Paraízo e São João de Deus desta Villa do Recife*, de 1727,⁴⁰ destacavam-se imagens douradas e estofadas de Senhora do Paraíso, São João de Deus, Santo Cristo e Santa Inês, além das imagens de marfim na sacristia e de 22 painéis com efigies de santos na nave.

Em 1727, ano em que foi realizado um inventário dos bens móveis e imóveis do hospital e da igreja,⁴¹ o patrimônio havia aumentado consideravelmente. Aos bens anteriormente descritos, somaram-se o Engenho Algoduais, com todos os seus pertences; um partido de cana no Engenho São Bartolomeu na Muribeca, legado por Miguel Gomes em 1695; três pesqueiros, o de Itapuama, o do Cerco e o das Calhetas no Cabo de Santo Agostinho, comprados em 1695 a Joana Faleiro Furtado; as casas nas ruas do Queimado, São Francisco e das Cruzes e sessenta terrenos aforados. Além disso, o hospital e a igreja possuíam uma soma superior a cinco contos de réis, advinda de dinheiro emprestado a juros, sendo administrados pela irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instituída pelos seus fundadores.

Percebe-se, então, que a igreja, seja pela autoria do seu projeto arquitetônico, pelo requinte dos utensílios e objetos a ela pertencentes, seja pelo seu grande patrimônio no qual se incluíam propriedades produtivas, casas, pesqueiros, escravos, compunha uma rica edificação que se destacava das demais no período dos seicentos e setecentos.

A Igreja do Paraíso manteve-se formalmente como havia sido projetada até o início do século XX, quando a sua irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, como o apoio da Cúria Metropolitana, decidiram modificá-la. Conta Loreto Couto (1981, p. 202) que na década de 1910, houve um grande movimento de remodelação da cidade, o qual acabou atingindo a Praça Barão de Lucena, como era chamada no momento o antigo Pátio do Paraíso. Entre os edifícios que

³⁹ Segundo consta em Mello (1981), esse documento encontra-se na coleção particular do historiador Charles Ralph Boxer, em Londres.

⁴⁰ Segundo Mello (1981), esse documento encontra-se no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

⁴¹ Esse inventário de bens possivelmente constava nos *Estatutos que se devem observar neste Hospital de Nossa Senhora do Paraízo e São João de Deus desta Villa do Recife* de 1727, que, de acordo com Mello (1981), se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

sofreram largas modificações, foi incluída a antiga igreja. Segundo o referido autor, “entendeu muito bem a Santa Casa de Misericórdia que melhor seria arrasar completamente a sua antiga igreja e elevar nova que servisse plenamente ao culto christão e condissesse com os melhoramentos em tam bôa hora com vigor renovados em Pernambuco.”

Dessa forma, no ano de 1911, a Igreja do Paraíso foi inteiramente demolida, e no seu lugar construído um novo templo a cargo do arquiteto Rodolpho Lima. O mesmo aconteceu com o hospital. O estilo adotado era completamente distinto do anterior e revelava linhas neogóticas.



Figura 2. Igreja e Hospital do Paraíso após reconstrução
Fonte: Parahym (1978)

Tanto a igreja quanto o hospital passaram a estar recuados em relação à testada do lote, especialmente o segundo, que se isolava por meio de um gradil de ferro. Uma escadaria permitia o acesso ao templo, elevado aproximadamente um metro do solo. É interessante notar que a nave central da igreja se encontrava interceptada na região do altar por um transepto simétrico, sem formar, no entanto, a tradicional cruz latina comum aos templos desse estilo.

Sua fachada principal era composta por uma grande porta de acesso com duas janelas altas. Todas as vergas eram conformadas por arcos ogivais constantes nessa composição. A torre da igreja coincidia com o eixo de simetria do edifício, onde repousava um zimbório piramidal de base quadrangular. As fachadas, tanto da igreja quanto do hospital, eram marcadas por uma série de pilaretes externos, coroados por pináculos na altura do telhado.



Figura 3. Fachada sul da Igreja do Paraíso
Fonte: IPHAN/ 5º SR

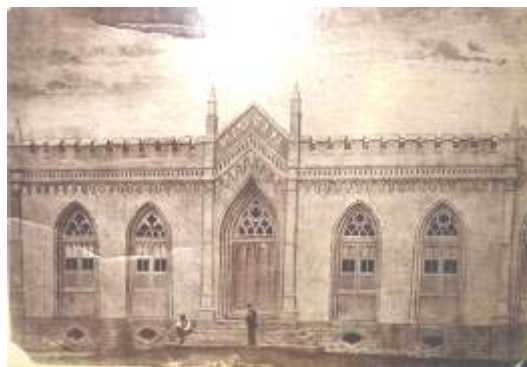


Figura 4. Fachada principal do Hospital do Paraíso
Fonte: Museu do Estado de Pernambuco

Apesar da modéstia das dimensões da igreja, o seu interior era bastante requintado, sendo todo revestido de mármore e abrigando vários carneiros de tradicionais famílias pernambucanas.



Figura 5. Lápide do carneiro da família do Marquês do Recife
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 6. Nave principal da Igreja do Paraíso com altar ao fundo
Fonte: IPHAN/ 5º SR

1.2 NOTAS GERAIS SOBRE A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

A Santa Casa de Misericórdia constitui uma irmandade voltada para a prática de obras de misericórdia, como o enterro de mortos, assistência aos presos, recolhimento de enjeitados, órfãos e assistência médico-hospitalar, sendo “a mais famosa das instituições do gênero no Brasil,” segundo relata Charles Boxer (1969, p. 157).

As irmandades eram organizações bastante populares, tanto em Portugal como no Brasil, e, de acordo com Julita Scarano (1978, p. 1), representavam um “fenômeno tipicamente urbano,” estando presentes em vilas, arraiais, ou até mesmo em simples povoados.

Caio Boschi (1986, p. 14) assinala que essas associações também eram conhecidas pelas denominações genéricas de origem latina, como “*confraternitas, sodalitas, sodalitium, confraternitas laicorum, congregatio, pia unio, societas, coetus, consociatio.*” Porém, apesar de esses termos serem

utilizados inicialmente como sinônimos de irmandade, com o passar do tempo eles adquiriram uma especificidade que passou a distingui-los. O quadro abaixo sistematiza os principais conceitos a partir da definição do referenciado autor.

Quadro 1. Denominações e significados das associações religiosas

forma de assistencialismo do trabalho das Santas Casas de Misericórdia marcou o surgimento e o fortalecimento do Estado Moderno Português, com o aparato ideológico pertencente a ele.

Dessa forma, a irmandade da Santa Casa da Misericórdia, instituição bastante prestigiada pela monarquia, passou a agregar muitos irmãos, tanto com o intuito de exercitar a fé e a caridade cristãs, como com intenções de se aproximarem do poder para dele obter proveitos. Tal assertiva é confirmada por Julita Scarano (1978, p. 27), que conta que “há quase uma completa coincidência entre os nomes de indivíduos prestigiosos de cada localidade e os membros das Misericórdias.”

Ela se mantinha com os legados que lhe eram deixados pelos seus membros, o que significava uma grande fonte de bens e renda. Para Rocha (2005, p. 35), tais legados eram empregados em investimentos em “bens imóveis, em um esforço de minimizar a depreciação do patrimônio e salvaguardando a herança da má administração,” e em empréstimos, utilizando apenas os juros recebidos em suas ações caritativas. Os legados eram comumente deixados à irmandade sob três formas: em dinheiro, em imóveis ou propriedades, sendo estes dois últimos mais numerosos e recorrentes. Esses bens eram legalmente repassados à Santa Casa por meio de doações em vida ou por meio dos testamentos⁴² dos seus membros.

De acordo com Marielza Gouveia (1983), o Primeiro Regimento da Misericórdia, o chamado Compromisso, foi autorizado pela Rainha Leonor, pelo Rei Dom Manuel, por Frei Contreras, pela Infante Dona Brites e pelo Arcebispo de Lisboa, Dom Martinho da Costa. Esse primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa resgata as obras de Misericórdia, sendo sete materiais e sete espirituais. São elas:

Quadro 2. Obras de misericórdia da Irmandade da Santa Casa de Lisboa

Obras Espirituais	Obras Materiais ou Físicas
Ensinar os ignorantes	Resgatar cativos e visitar prisioneiros
Dar bons conselhos	Tratar doentes
Punir transgressores com compreensão	Vestir os nus
Consolar com piedade os infelizes	Dar de comer aos famintos
Perdoar injúrias / Suportar a deficiência do próximo	Dar de beber aos sedentos
Sofrer com os vizinhos	Abrigar os visitantes e os pobres
Rezar a Deus pelos vivos e mortos	Enterrar os mortos

Fonte: Rocha (2005) e Gouveia (1983)

⁴² Segundo Rocha (2005, p. 14), “o compromisso testamental, por meio do legado às irmandades (dentre as quais está Misericórdia), aos hospitais, aos pobres, à igreja, à ação caridade em geral, tornou possível a salvação da alma sem renunciar totalmente aos bens possuídos em vida. Ao legado recebido, as instituições caritativas pagavam com moeda espiritual: os sufrágios. Essa prática ganhou espaço entre os segmentos destacados da sociedade, nobres e comerciantes, que resolviam dessa maneira a aparente contradição entre a prosperidade econômica e a prática religiosa. Associado à pompa das cerimônias fúnebres, o testamento resolveu o conflito entre a suntuosidade da vida terrestre e a salvação da alma.”

Os estatutos compromissais conferiam à Santa Casa de Misericórdia um papel de extrema importância, já que ela era responsável pelo auxílio material à população, e não apenas aos seus membros, privilegiando a assistência ao outro tanto quanto aos irmãos e seus familiares.

As Santas Casas de Misericórdia não ficaram restritas a Portugal, mas o acompanharam por todo o seu projeto colonizador do além-mar. Essas instituições representavam a garantia do sistema de assistência pública, instrumentos moralizadores da comunidade, núcleos do poder local e, dessa forma, convertiam-se em estruturas homogeí

uma década antes desse registro, vereadores da Câmara do Recife, membros do governo provincial e o mestre de campo já haviam fundado a irmandade da Misericórdia do Recife.⁴³

Cabe pontuar que desde o ano de 1735, foi solicitada a presença de uma instituição assistencialista para o Recife. Segundo o códice 650 do Arquivo Histórico Ultramarino, datado de 25 de junho do mesmo ano, moradores e oficiais da câmara da vila de Santo Antônio do Recife, lamentavam em requerimento dirigido ao rei, “o fato de não existir ainda uma Santa Casa de Misericórdia na povoação, e sugerem, dada a existência já ali do Hospital do Paraíso, a ereção de uma Irmandade e a criação de uma junta da Santa Casa no Recife. Pedem para isso a devida provisão ao soberano.” João Alfredo dos Anjos (1997), ao analisar os órgãos destinados ao acolhimento dos enjeitados em Pernambuco no século XIX, menciona que, de acordo com o *Segundo Livro de Vereações da Câmara da Vila do Recife (1714-1738)*, se vê que antes de 23 de setembro de 1738 foi decidido fundar uma Misericórdia no Recife. Segundo Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 5), seu funcionamento já havia sido confirmado pelo rei em 5 de outubro de 1745.

Essa irmandade, fundada a partir da articulação de estratos civis e políticos locais, ficou sob a direção de uma mesa administrativa formada por irmãos e confrades⁴⁴ por eles próprios nomeada. Seu nome oficial era “Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do lugar de Santo Antônio do Recife.”⁴⁵

Segundo conta Anjos (1997), Dom João de Sousa assumiu o cargo de provedor, o capitão João de Oliveira ficou como escrivão, o capitão José de Freitas Sacoto como mordomo das esmolas, e como irmãos de primeira condição o capitão João Machado Gaio, o coronel Manuel de Araújo Carvalho, o coronel João da Costa Monteiro, o capitão Cristóvão de Freitas Guimarães e o tenente-coronel José Vaz Salgado. Como irmãos de segunda condição estavam os ourives Veríssimo Barbosa, Antônio Ferreira, Manuel de Siqueira Torres, Manuel Dias Assunção e o mestre ferreiro Manuel de Souza Garcia.

assistencialista. Entretanto, é possível que o hospital tenha iniciado seu trabalho antes mesmo da criação da irmandade, já que se tem informação em Mello (1981, p. 41) de que os “Estatutos do Hospital foram aprovados por alvará régio em 19 de agosto de 1689.” Domingos Loreto Couto⁴⁶ (1981, p. 159) coloca que “para que aos vivos não falte o alívio em suas pobreza, e necessitados, em hum magnifico hospital, [...] são curados os enfermos e a multidão de pedintes a quem mais que a fortuna fez pobres a preguiça, acodem os moradores com extremada caridade.” Os atendimentos eram custeados pela renda proveniente do patrimônio legado ao hospital e por esmolas que eram doadas à irmandade para o auxílio e manutenção dos serviços prestados.

Com o incremento dos atendimentos, decidiu a irmandade da Misericórdia do Recife, em 3 de dezembro de 1740, solicitar ao rei de Portugal que a ela fossem concedidos os mesmos “privilégios, insenções e prerrogativas” que eram dadas pela realeza à irmandade da Misericórdia já instalada na cidade de Olinda, segundo Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 4). Essa solicitação enviada ao rei foi encaminhada ao Papa Benedito XIV que deu parecer positivo ao pedido por meio do breve expedido em 31 de agosto de 1741. Assim, foi concedida à Misericórdia do Recife os mesmos privilégios da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, onde o poder papal e o monárquico, em uma clara associação da Igreja com o Estado, patrocinaram aos “suplicantes com especiais graças e favores, por exercitarem certas obras de piedade, e ter próprio hospital para curar enfermos.”⁴⁷

A coroa portuguesa tinha o interesse em apoiar essas irmandades caritativas, uma vez que era desejo da metrópole responder de forma organizada às necessidades assistenciais de suas colônias, vendo na utilização dos hospitais já criados e no apelo ao envolvimento dos fiéis uma possibilidade de economia de recursos. Desse modo, com os auxílios emitidos, os hospitais conduzidos por essas irmandades terminavam por assumir uma atribuição que seria competente ao Estado ou às câmaras locais.

Porém, esse auxílio recebido pela Misericórdia do Recife parece ter sido o estopim para a fase mais tumultuosa do conflito que a Misericórdia de Olinda passou a mover contra ela. Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 5) registra que, no ano de 1744, os irmãos leigos da Irmandade da Misericórdia do Recife foram “impedidos de entrar na própria Igreja do Paraíso em dia de procissão, tentando arrombar duas portas com violência, fazendo com que a infantaria fosse chamada.” As portas da igreja foram fechadas pelo Padre Bento de Souza Melo, que havia

⁴⁶ Foi utilizada a obra: COUTO, Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, baseada na edição original do Rio de Janeiro: Officina Ttpographica da Bibliotheca Nacional, 1904.

⁴⁷ Livro do Tombo da Santa Casa de Misericórdia de Goiana, in Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 4).

recebido ordens para isso, sendo ameaçado com excomunhão maior e pena pecuniária pelo bispo, que considerava litigiosa a procissão da Misericórdia do Recife.

Em 4 de março de 1748, segundo registra o códice 704 do Arquivo Histórico Ultramarino, o provedor e os demais irmãos da Misericórdia de Olinda solicitaram ao rei de Portugal que fosse fechada a Misericórdia aberta na vila de Santo Antônio do Recife. É bastante provável que a rivalidade existente entre as duas irmandades fosse devida ao interesse pelas quantias adquiridas a partir da realização das obras caritativas. Também é possível que, no século XVIII, a Igreja e o Hospital do Paraíso, sob a guarda da Santa Casa de Misericórdia, tenham crescido em importância tanto religiosa como social, acirrando a concorrência com Olinda.

Laurinda Abreu (2001, p. 602), ao analisar o relacionamento das misericórdias do mundo português com outras instituições, afirma que a prosperidade econômica decorrente da situação de monopólio da assistência, sobretudo quando incluía os hospitais, “foi tenazmente defendida pelos gestores das Misericórdias que, a todo custo, tentaram evitar a concorrência não só de entidades ligadas à Igreja como até de outras Misericórdias.”⁴⁸ Estima-se que a partilha dos generosos auxílios vindos do governo e esmolas doadas às irmandades de caridade pelos abastados fiéis tenha sido o pomo da discórdia que fez com que a instituição de Olinda movesse uma extensa batalha contra a do Recife.

Entretanto, tamanha foi a pressão da irmandade de Olinda que a Irmandade de Misericórdia do Recife foi transferida da Igreja do Hospital, ou do Paraíso, para outro templo, para a Igreja da Congregação, onde permaneceu até o ano de 1791, quando retornou à sua sede inicial por meio da portaria do Governador Dom Tomás José de Mello, de 5 de março. Esse retorno foi seguido da renomeação da mesa administrativa e da anexação da Casa dos Expostos ao hospital, ficando, juntamente com o hospital, ao encargo da dita irmandade (PEREIRA DA COSTA, 1985, v. 6). É possível que a fundação da Casa dos Expostos tenha ocorrido durante o governo de Manoel da Cunha Meneses em Pernambuco. Segundo o códice 956 do Arquivo Histórico Ultramarino, de 9 de novembro de 1770, o governador, em correspondência com o Secretário do Ultramar solicitou a criação de uma Casa dos Expostos por,

... amanhecer todos os dias nesta vila do Recife, meninos e meninas expostos nas portas das igrejas, ou dos conventos e casas de moradores, cujos inocentes perecem a maior parte, por não ter direito nem abrigo ou servindo de pasto a cães e outros bichos, o que não sucederia havendo uma casa destinada que os recebessem e criassem.

⁴⁸ A autora ainda colocou que do Brasil a Goa, nem os argumentos dirimidos nem os objetivos que se pretendiam alcançar diferiam no essencial.

Dessa forma, a Irmandade da Misericórdia do Recife retomou seus serviços assistencialistas no seu hospital e igreja originais (Paraíso), funcionando ainda por alguns anos até a sua extinção, em momento não identificado. Pereira da Costa (1985, v. 7) conta que a irmandade desapareceu devido aos conflitos com sua rival de Olinda. Com a extinção da irmandade, a administração do hospital e estabelecimentos associados passou a ficar sob o encargo de um familiar do fundador da igreja e hospital, o Capitão-mor do Cabo, Francisco Paes Barreto, mais comumente conhecido como Marquês do Recife, até o ano de sua morte, em 1848. Cabe citar que, durante esse entretempo, nessa igreja e no hospital foram assentados os primeiros planos de emancipação nacional sob o título de Academia do Paraíso, ou seja, esses foram os locais de fomentação do Movimento Revolucionário de 1817, encabeçado pelo Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, segundo conta Pereira da Costa (1985, v. 4).

Porém, mesmo com a grande batalha entre as assistências do Recife e Olinda, após o desaparecimento da Irmandade da Misericórdia do Recife, viria a Misericórdia de Olinda a ser extinta devido à precariedade do seu funcionamento e ao número de dívidas que acumulara ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Apesar do fechamento da Misericórdia do Recife, a sua história sempre teve bastante prestígio. Isso está bem representado pelos sepultamentos realizados por essa irmandade e pelos corpos que suas igrejas abrigavam. Segundo consta na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, a irmandade do Recife assumiu tamanha importância que o “Bispo Diocesano Salvador Henrique foi favorável à transferência dos ossos da sepultura de João Fernandes Viera da Igreja da Misericórdia de Olinda para a do Paraíso no Recife.”⁴⁹ Além disso, a Igreja do Paraíso também guardava a sepultura da proeminente figura do Marquês do Recife. Também se deve destacar sua notoriedade como palco de celebrações diversas, a exemplo daquela registrada por meio do “offício do Sr. Asmin Laporte, cônsul da França n’esta cidade, convidando ao Instituto para assistir ao Te-Deum, que em comemoração do aniversário do Imperador dos Francezes que devia ser cantado no dia 15 do corrente, na Igreja do Paraíso.”⁵⁰ Pereira da Costa (1985, v. 9) ainda reforça essa importância ao salientar que o Paraíso abrigou a primeira biblioteca pública do Estado de Pernambuco, além do primeiro curso de desenho.

Após a extinção de duas importantes unidades assistencialistas no Recife e Olinda, o Governo Regencial e a Assembléia Geral Legislativa resolveram criar a “Junta da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade do Recife,” por meio do decreto de 13 de outubro de 1831, que

⁴⁹ Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Pernambuco. v. 1. n°11, Ata da 63° seção, p. 436.

⁵⁰ Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Pernambuco. v. 1. n°14, Ata da 89° seção, p. 89.

visava reorganizar os serviços e ordenar a direção dos referidos estabelecimentos. Uma das resoluções tomadas pela junta referia-se à reunião das instituições de caridade das duas cidades sob uma só administração, que passou a ser chamada de “Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade,” centralizando a organização dos serviços assistenciais (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DESDE A INDEPENDÊNCIA, 1831, v. 3, p. 454-456).⁵¹ Esee parece ter sido o primeiro passo para a criação da instituição da Santa Casa de Misericórdia, que permanece até os dias atuais.

A Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade não só assumiu a direção do hospital mas também requereu a propriedade dos bens a ele pertencentes. Tal reivindicação por parte da nova administração deu origem a um litígio judicial contra os herdeiros do Marquês do Recife, que posteriormente ganharam a causa, segundo conta Pereira da Costa (1985, v. 4, p. 242).

Essa Administração Geral permaneceu atuando até a instituição de uma nova irmandade específica para exercer tais atividades. Essa foi a Irmandade Santa Casa de Misericórdia que, apesar do mesmo nome, apresentava diferenças bastante significativas em relação às anteriores, tanto a do Recife, como a de Olinda. Enquanto as anteriores, instituídas no século XVIII, realizavam as suas obras com fins eminentemente religiosos, a Irmandade da Santa Casa do século XIX caracterizava-se por ser uma instituição filantrópica e de utilidade pública. Essa nova irmandade foi criada no ano de 1858 pelo Presidente da Província, por meio da lei provincial de 12 de junho do mesmo ano, para administrar os estabelecimentos de caridade da capital, segundo consta na introdução do compromisso dessa irmandade, datado de 27 de junho de 1860. Paralelamente à criação da instituição, foi elaborado o seu estatuto compromissal.

O artigo 1º do capítulo 1 do Compromisso da Santa Casa (1860) estabelecia que a irmandade tinha como padroeira Nossa Senhora do Paraíso, sendo sediada na igreja consagrada a essa santa. Os seus fins consistiam na “prática de obras pias e de misericórdia, em favor e socorro dos pobres e dos enfermos desvalidos.” O artigo 2º do capítulo 1 referia-se às qualidades que os irmãos que desejassem entrar na irmandade deveriam ter. Era exigido que eles professassem a religião católica apostólica romana, que fossem morigerados, de bons costumes, caritativos (§1.º), que tivessem 25 anos de idade (§2.º), que soubessem ler, escrever e contar (§3.º) e que tivessem decentes e seguros meios de sustento, sendo de “notória honradez e probidade” (§4.º). Como obrigações, era colocado no artigo 13º do capítulo 2 que os irmãos deveriam aceitar e desempenhar as atividades e ocupações que lhes fossem conferidas (§1.º), que deveriam

⁵¹ In Nascimento (2004).

comparecer à Santa Casa de Misericórdia no dia da festa da padroeira, na quinta feira da semana santa, na sexta feira durante a procissão de enterro do Senhor (§2.º), que deveriam estar presentes nos enterros dos irmãos (§3.º) e que pagassem na entrada da irmandade a quantia de “vinte e cinco mil réis para o aumento dos bens patrimoniais da Santa Casa” (§4.º).

As partes subseqüentes do Compromisso da Santa Casa (1860) tratavam:

- Capítulo 3: Das causas por que podem ser despedidos os irmãos
- Capítulo 4: Da nomeação da junta administrativa e das qualidades que membros devem ter
- Capítulo 5: (Capítulo ausente no Estatuto Compromissal consultado)
- Capítulo 6: Da substituição e escusa dos membros da junta
- Capítulo 7: Da administração da Santa Casa
- Capítulo 8: Das sessões: ordem dos trabalhos e modo de deliberar da junta administrativa
- Capítulo 9: Da junta administrativa e suas atribuições
- Capítulo 10: Das atribuições dos membros da junta (provedor, vice-provedor, tesoureiro-esmoler, mordomos)
- Capítulo 11: Dos anos compromissais: dos orçamentos da receita e da fixação da despesa; da escrituração e disposições diversas
- Capítulo 12: Dos balanços da receita e despesa e das tomadas de contas
- Capítulo 13: Do processo das contas perante o juiz de capelas e de resíduos
- Capítulo 14: Da secretaria da Santa Casa (escrivão, oficial, contínuo, arquivo)
- Capítulo 15: Das qualidades dos outros empregados da Santa Casa (almoxarife, capelão,⁵² sacristão)
- Capítulo 16: Do pagamento dos vencimentos dos empregados
- Capítulo 17: Disposições diversas acerca dos empregados
- Capítulo 18: Disposições gerais e transitórias

Esse compromisso foi aprovado pelo então bispo de Pernambuco, Dom Frei João da Purificação Marques Perdigão (1831-1864), no Palácio da Soledade, em 10 de junho de 1860, data em que passou a vigorar oficialmente. O compromisso foi utilizado até o ano de 1892, quando um novo

⁵² Segundo o §3º, artigo 122º desse capítulo, o capelão deve “ter á seu encargo a igreja de N. S. do Paraizo, requisitando os objectos necessários ao culto; dizer nesta igreja, ou em qualquer outra parte, onde for determinado pela junta, missa nos domingos e dias santos.” Isso quer dizer que o capelão estava subordinado à Junta Administrativa da Santa Casa.

conjunto de estatutos o substituiu. No ano de 1958, o estatuto foi novamente reelaborado alterando-se a maior parte das cláusulas do anterior.

Essa irmandade diferia das homônimas pelo modo como foi instituída. Enquanto as irmandades anteriores eram constituídas a partir do interesse e reunião de leigos que procuravam auxílio e permissão ao Estado e à Igreja para que elas fossem fundadas, a nova Irmandade da Santa Casa foi instituída pelo governo para que atendesse aos seus interesses administrativos e assistencialistas. Para tanto, a mesa administradora era designada pelo governador.

Com a posse da Santa Casa de Misericórdia “oficial,” foi selado um acordo entre os herdeiros do Marquês do Recife e essa nova instituição, lavrado por escritura pública em 4 de março de 1861, nos seguintes termos: “fizeram os ditos herdeiros doação da quantia de 98:000\$000 réis em favor do hospital de caridade, compreendendo nessa doação a Igreja do Paraíso, suas alfaias e paramentos, o prédio contíguo, e todos os edifícios, terrenos e o mais que pertenceu ao hospital,” constante na escritura de instituição (PEREIRA DA COSTA, 1985, v. 4, p. 243).

Dessa forma, ao encargo da Santa Casa de Misericórdia ficaram os estabelecimentos do Hospital do Paraíso e dos seus bens, Hospital Pedro II, Hospital dos Lázaros e Hospital de Santa Águeda, o Asilo de Mendicidade, o Hospício de Alienados, a Casa dos Expostos, os Colégios dos Órfãos e o Instituto dos Cegos. Da mesma forma que ocorreu durante a vigência da irmandade anterior, a fonte de receita da irmandade provinha do patrimônio que havia sido constituído durante aproximadamente 100 anos.

Segundo o que foi colocado no Capítulo 9 do compromisso da Santa Casa de Misericórdia, que também se referia aos bens e à aplicação de suas rendas, passaram a constituir como patrimônio (Artigo 76º):

§1º. Os bens que formavam o patrimônio dos estabelecimentos de caridade, os que formavam o antigo hospital de Misericórdia de Olinda, os que formavam o antigo hospital Pedro II, formando o patrimônio do mesmo hospital, da casa dos expostos e do hospital dos Lázaros;

§2º. Os bens que fazem parte o patrimônio dos orphãos, formando o patrimônio dos collegios dos orphãos e das orphãs;

§3º. O capital subscripto a favor do asylo de mendicidade, formando o patrimonio deste;

§4º. As doações, legados, esmolos, ou qualquer dádiva feita á Santa Casa, para qualquer um dos estabelecimentos actualmente a seu cargo, e aos que para o futuro se lhes incorporar, formando no primeiro caso, patrimônio da mesma Santa Casa, ou de todos os estabelecimentos que ella mantém, e vier a manter; e no segundo caso, do estabelecimento, ou estabelecimentos a cujo favor forem;

§5º. Os prédios e templos occupados hoje pelos estabelecimentos a seu cargo, e os que virem elles a occupar para o futuro, salvo o dominio particular, bem como os moveis nelles exixtentes, alfaias e quaesquer objectos que representem valores, formando patrimônio dos estabelecimentos que hoje pertencem.

Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 9) ainda estende a lista das riquezas dessa irmandade ao colocar a existência de propriedades rurais e títulos diversos, “em virtude de legados e doações particulares; e da contribuição do govêrno, proveniente de certos impostos, cuja renda lhe cabe por atos legislativos; e da renda dos Hospitais Pedro II e dos Lázaros, e dos outros estabelecimentos pios a seu cargo.”

Apesar da riqueza, a sua associação ao poder político, por um lado, lhe rendia auxílios financeiros e regalias administrativas, mas, por outro lado, a mantinha subordinada ao seu domínio e intervenção. O governo controlava a Santa Casa de Misericórdia ditando os membros que de sua direção participariam e fazendo-a prestar contas das receitas e das despesas, como pode ser observado nos exemplares dos relatórios da administração bianual da sua junta administrativa.

Essa situação manteve-se até o ano de 1889, momento em que o país foi marcado por uma nova fase política, com a Proclamação da República e a extinção do Padroado Régio, que representava uma organização administrativa em que o Estado e a Igreja eram ideológica e politicamente unidos. Os membros da junta administrativa da Santa Casa, criada em 1858, foram nomeados bienalmente pelo governo até esse momento, quando novas disposições legislativas deram autonomia à instituição para que ela elegeisse os seus dirigentes, baseadas na nova constituição federal. Outorgou então o Governador Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896):

Palácio do Govêrno do Estado de Pernambuco 1º de maio de 1892: O governador do Estado atendendo ao que dispõe os § 3.º e 7.º do art. 72 da constituição federal, considerando que a nomeação da junta administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife importa numa relação de dependência da irmandade sob a invocação de Nossa Senhora do Paraíso para com o govêrno do Estado; considerando que a lei provincial nº 531 de 9 de junho de 1862 acha-se implicitamente revogada pelas disposições dos artigos 83 e 78 da constituição federal; resolve deixar ao arbítrio da referida irmandade a nomeação da sua junta administrativa, reformando para êsse fim o seu compromisso pela forma que entender conveniente nos têrmos das citadas disposições da constituição federal.⁵³

Com isso, a Santa Casa de Misericórdia do Recife permaneceu como uma instituição filantrópica pertencente à Igreja Católica Apostólica Romana, desassociada administrativamente do Estado, encontrando-se apenas subordinada à autoridade eclesiástica local, representada pela Cúria Metropolitana ou Arcebispado de Olinda e Recife.

⁵³ Informações extraídas de Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 10).



Figura 7. Escudo do símbolo da Santa Casa de Misericórdia do Recife na Igreja do Paraíso após a sua reconstrução

Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 8. Símbolo da Santa Casa de Misericórdia do Recife extraída do papel timbrado para correspondência da irmandade

Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano

Entretanto, apesar desse afastamento formal entre a Santa Casa e o Estado, ambas as instituições ainda se encontravam bastante ligadas, sendo comum a correspondência entre elas e a participação do segundo nos eventos religiosos realizados na Igreja do Paraíso. Tanto o Ofício nº 24 de 8 de agosto de 1894 como o Ofício de 12 de agosto de 1895, endereçado ao Governador do Estado, Barbosa Lima, colocam:

... a honra de convidar a Vossa Excelência para assistir a solenidade religiosa que a Junta Administrativa desta Santa Casa celebra annualmente no dia 15 do corrente, às 10 horas da manhã, na Igreja de Nossa Senhora do Paraíso, em honra da Excelsa Padroeira da Irmandade desta mesma Santa Casa de Misericórdia.

O Estado participava não apenas comparecendo com seus representantes a essas solenidades, mas também auxiliando sua realização. Um simples exemplo disso pode ser verificado no ofício nº30, de 8 de agosto de 1906, em que a Santa Casa solicitou ao Governador de Pernambuco, Sigismundo Gonçalves, que cedesse a banda musical do corpo da polícia “para tornar parte na Festa que, em honra da Excelsa Padroeira desta Santa Casa, Nossa Senhora do Paraíso, na celebração na igreja desta invocação.” O ofício nº32, de 16 de agosto de 1906, informou que o pedido foi atendido.

No ano de 1894, segundo consta da *Relação de estabelecimentos pios a cargo da Santa Casa de Misericórdia do Recife* redigida pela Secretaria da Santa Casa de Misericórdia em 4 de julho, os estabelecimentos regidos por essa instituição eram: Hospital Pedro II nos Coelhos, Hospital dos Lázaros em Santo Amaro, Asilo da Mendicidade em Santo Amaro, Hospital de Santa Águeda na Estrada João de Barros, Hospício dos Alienados na Tamarineira, Casa dos Expostos na Jaqueira, Colégio dos Órfãos em Duarte Coelho e o Hospital do Paraíso.

Durante os séculos XIX e XX, sua função esteve voltada preponderantemente para as áreas de Saúde e Educação, especialmente para a população carente do Estado de Pernambuco. As escolas e hospitais de atendimento público e gratuito foram mantidos, tanto pela sua renda imobiliária quanto por convênios com instituições públicas e privadas, de modo semelhante ao que havia nos períodos anteriores.

A Santa Casa de Misericórdia de Recife, instituída em 1860 e chegando até os dias atuais, coloca-se atualmente como “uma instituição de caridade e assistência social, de fins filantrópicos, de utilidade pública e [...] é filiada à Confederação das Misericórdias do Brasil (localizada em Brasília) e à Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas de Pernambuco.”⁵⁴

1.4 O CONJUNTO URBANO DO PARAÍSO

Segundo o códice 605 de 1729,⁵⁵ os edifícios da igreja e hospital foram erguidos ao nordeste da Ilha de Antônio Vaz, às margens de um rio que a cortava completamente, em uma região ainda pouco ocupada no fim do século XVII e início do XVIII. Essa área era caracterizada pela presença de inúmeros alagados, situação que parece ter permanecido até a primeira metade do século XVIII. A igreja e o hospital encontravam-se praticamente rodeados por água, sendo iminente a realização de obras que corrigissem tal alagamento. Frente a essa situação, em 14 de dezembro de 1729, foi solicitado ao rei de Portugal o auxílio para essa área, quando “o regente do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso e da igreja anexa de São João de Deus, na vila de Santo Antônio do Recife, pede ao rei uma provisão que o autorize a fazer obras de aterro nos alagados que circundam os prédios,” segundo consta no códice 604 do Arquivo Histórico Ultramarino.

Com a realização das obras de aterro, é possível que a concentração de edifícios tenha aumentado na área e, a partir daí, começou a ser delineado um amplo espaço aberto localizado logo à frente da igreja e do hospital, conforme pode ser verificado com maior clareza na Planta Genográfica da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco, do ano de 1763. Os levantamentos cartográficos posteriores, ainda que em um intervalo temporal próximo, mostram a progressiva ocupação do território, adensando-se as quadras e aumentando-se o seu número, e com isso redefinindo-se as ruas e becos presentes no local.

⁵⁴ Informações extraídas do site oficial da Santa Casa de Misericórdia do Recife disponível no endereço: <http://www.santacasarecife.org.br/>, acessado em 5 de setembro de 2007.

⁵⁵ O acesso a estas informações se deu por meio de documentos recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino, que foram compilados pelo historiador Flávio Guerra, no livro *Alguns Documentos de Arquivos Portugueses de Interesse para a História de Pernambuco*, publicado em 1969.



Figura 9. Detalhe da Planta Genográfica da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco (1763)
Fonte: Departamento de História, UFPE



Figura 10. Plano da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco (1771)
Fonte: Goulart (2000)



Figura 11. Plano da Villa do Recife de Pernambuco e parte da costa até a ponta da cid. D'Olinda (1776)
Fonte: Departamento de História, UFPE

A igreja, o hospital e o espaço aberto à frente deles, delineando um pátio, formavam um singelo conjunto urbano. O conjunto urbano do Paraíso encontrava-se intimamente relacionado com a Praça da Polé, sendo ligado a ela pela Rua do Rosário, e à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento pela Rua Saldanha Marinho. Esses três pontos consistiam em marcos urbanos ao norte da Freguesia de Santo Antônio.

A acepção que Kevin Lynch (1997, p. 88) atribui ao termo “marco” parece bastante apropriada para designar o caráter dos três pontos citados, e em especial do conjunto do Paraíso. Para o autor, os marcos constituem-se em pontos de referência cuja principal característica é a “singularidade, algum aspecto que seja único ou memorável no contexto.” Eles são passíveis de ser escolhidos por sua importância quando possuem uma forma física bem definida, contrastando com seu plano de fundo, ou quando existe alguma proeminência em termos de localização espacial. No caso do conjunto do Paraíso, sua forma geométrica regularmente definida em retângulo, bastante próxima à Praça da Polé, de formato quadrado, conferia-lhe uma notoriedade formal que o tornava bastante significativo enquanto espaço livre nessa área compacta.

No século XIX, com a expansão da ilha em direção aos alagados de Afogados e com a construção de novas grandes edificações, especialmente as civis, como o Mercado de São José, o Teatro Santa Isabel e Casa de Câmara e Cadeia, estas últimas atribuídas ao engenheiro Louis Léger Vauthier, chegado no Recife em 8 de setembro de 1840, novos marcos são adicionados à trama urbana, somando-se àqueles existentes.

José Luiz da Mota Menezes (1988) afirma que foi a partir deste século que se intensificou a construção de uma série de quadras com casas térreas por trás da igreja e do hospital, conseguidas por meio de novos aterros de mangues e alagados. Esse fato pode ser atestado pelo paulatino alargamento da Ilha de Antônio Vaz, principalmente no lado oeste. A grande quantidade de habitações construídas nas proximidades da igreja e do hospital diz da importância que essas

edificações tinham para a população residente na freguesia, ocupando densamente a sua área de entorno, até a Rua do Sol, às margens do rio Capibaribe.



Figura 12. Plano de Porto e Praça de Pernambuco (1808) de autoria de José Fernandes Portugal
Fonte: Goulart (2000)



Figura 13. Planta de Santo Antônio (1820)
Fonte: Goulart (2000)

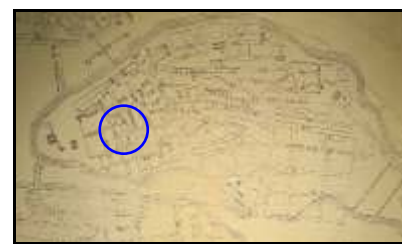


Figura 14. Planta da Cidade do Recife e seus Arrabaldes (1855)
Fonte: Museu da Cidade do Recife

É interessante observar que na maior parte das plantas do Recife, até o século XIX, a igreja e o hospital do Paraíso apareciam assinalados como edificações de destaque, ao lado dos fortes, dos palácios, das grandes igrejas e conventos, o que denota a importância desse conjunto, seja pela sua notoriedade arquitetônica e urbanística, seja pelas atividades nele realizadas. Além disso, a região norte de Santo Antônio, onde estava o Paraíso, concentrava importantes funções na cidade, já que reunia notáveis edificações religiosas, um hospital, a residência dos governadores portugueses,⁵⁶ o comércio no século XVIII e instituições administrativas.

Assim, no início do século XX, a Igreja do Paraíso com seu hospital estavam localizados no Pátio do Paraíso ou Praça Barão de Lucena, situada entre a Rua das Florentinas e a Saldanha Marinho.



Figura 15. Planta da Cidade do Recife (1906) ilustrando a Igreja e o Pátio do Paraíso
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 16. Face sul do Pátio do Paraíso no fim da década de 1940
Fonte: Museu da Cidade do Recife

⁵⁶ Segundo consta no *Atlas histórico Cartográfico do Recife*, de autoria de José Luis da Mota Menezes (1988), com a expulsão holandesa, o Palácio das Torres passou a servir de residência dos governadores portugueses. Esse palácio veio a ser demolido, aproximadamente, em 1780.



Figura 17. Detalhe da face leste do Pátio do Paraíso no início do século XX
Fonte: Museu do Estado de Pernambuco



Figura 18. Face leste do Pátio do Paraíso na década de 1930
Fonte: Museu do Estado de Pernambuco



Figura 19. Rua Larga do Paraíso
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 20. Face oeste do Pátio do Paraíso
Fonte: FUNDAJ

A área onde estava situada a Igreja do Paraíso, em especial os fundos do templo, passou a ser caracterizada por uma grande densidade habitacional, predominando as casas térreas, e por um grande número de vias estreitas. Essa área de entorno, entre a igreja e a Rua do Sol, a partir da segunda década do século XX passou a ser reconhecida como portadora de problemas de salubridade e de circulação, estando a idéia de sua destruição presente desde esse período.

2. O URBANISMO PRATICADO NO RECIFE NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Esse capítulo trata do urbanismo no Recife nas décadas de 1930 e 1940, período de grande efusão de propostas voltadas para os bairros de Santo Antônio e São José. Pontual (1998) assinala que é no jogo entre o ideal e o real que está escrita a história do urbanismo desta cidade, seja pelo grande número de propostas elaboradas para o estabelecimento de um novo modelo urbano, seja pelo desejo de solucionar os aspectos que naquele momento eram tidos como problemas.

Estão então identificados os personagens que fizeram parte do processo de elaboração e implementação dessas propostas, responsáveis pela circulação das idéias sobre a cidade e do saber urbanístico que, a cada época, foram sendo incorporados aos meios técnicos e políticos locais. Esses personagens também se encontram relacionados com a filiação teórica que seguiram para a elaboração de tais propostas.

A análise das propostas urbanísticas apresentadas encontra-se bem referenciada em trabalhos já realizados como de Pontual (1998), Reynaldo (1998), Outtes (1991) ou Moreira (1999), sendo o objetivo maior deste estudo compreender como cada um desses planos equacionou a destruição de edifícios, vias e demais espaços públicos existentes, apontando o modo como essas práticas estiveram associadas às destruições das igrejas.

Deve-se apontar para a necessidade de observar em profundidade as influências das escolhas urbanas traduzidas em um projeto para que se possa verificar o que foi sendo introduzido e o que foi sendo suprimido, ainda que potencialmente, por determinadas escolhas.

O urbanismo praticado no início do século XX, em especial a partir da década de 1930 no Recife, refletia uma mescla de influências, oriundas do sanitarismo e do higienismo, provenientes do século XIX, e do modernismo,⁵⁷ que começava a se irradiar com mais intensidade com os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.⁵⁸ Entretanto, apesar de apontarem para a realização de medidas distintas, tanto o sanitarismo como o higienismo e o modernismo se valeram da *tabula rasa* para a consecução dos seus objetivos, seja com sua adoção irrestrita, seja com sua utilização em doses tóxicas. Tal afirmação encontra um forte eco quando se abordam as propostas urbanísticas elaboradas para os bairros de Santo Antônio e São José, desse período mencionado, por isso é interessante caracterizar conceitualmente o termo, primeiramente.

⁵⁷ Para as referências sobre os diferentes tipos de urbanismo, consultar Françoise Choay (2003).

⁵⁸ Apesar da referência aos CIAMs, é importante ressaltar que a adoção de grandes doses de destruição esteve presente no urbanismo moderno desde Cerdá e Haussmann.

Clarissa da Costa Moreira⁵⁹ (2004) assinala as distinções existentes entre os termos “*tabula rasa*” e “tábua rasa.” O termo em latim *tabula rasa*, expressa um significado filosófico que indica um estado em que determinado objeto se encontra. Empiricamente, o termo se reporta a um objeto tomado por um estado de indeterminação completa, de vazio total, que caracteriza a mente antes de qualquer experiência. Já a tábua rasa remete à superfície preparada para receber uma inscrição, onde nada ainda se gravou, analogicamente comparada a uma tela antes de receber as tintas.

A apropriação do conceito de *tabula rasa* pelo campo do urbanismo sugere os dois sentidos expostos, o que corresponde a um “posicionamento de ruptura, daquele que pensa ou age em relação às experiências ou concepções anteriores, em seu sentido filosófico, e também a um estado de ‘vazio’ da matéria, [...] o espaço a ser preenchido” (MOREIRA, 2004, p. 17). Entretanto, cabe citar que para o urbanismo, a *tabula rasa* corresponde a um estado idealizado, distante do zero absoluto de um campo em branco.

Para Anatole Kopp (1990), o princípio da *tabula rasa* utilizado em determinadas práticas urbanísticas consistia na adoção da demolição, sem contestações, do existente tecido urbano das cidades, das tradições e estilos arquitetônicos então em voga, dos modos de funcionar a cidade, enfim, dos hábitos do homem antigo que os tinha criado.⁶⁰ Bruno Taut⁶¹ assinala que a *tabula rasa* representou a proposição moderna fundamental, “manifesta enfaticamente por como uma condição básica para a implementação das mudanças propostas.”

Feitas essas breves considerações, convém voltar à questão do urbanismo praticado no Recife. Durante o governo de Estácio Coimbra e do Prefeito Joaquim Pessoa Guerra (1926-1928), foi elaborado um álbum denominado *Alguns Aspectos do Trecho do Bairro de Santo Antônio a ser Demolido*, publicado na Revista dos Municípios, em 1927. Esse álbum trazia fotos dos logradouros, entre praças, ruas, becos e travessas, que deveriam ser extintos para a melhoria urbana. Foram listados o sul da Praça Barão de Lucena, as ruas Major Agostinho Bezerra, Pedro Ivo, Diário de Pernambuco, Conselheiro Peretti, Francisco Jacintho, Neto de Mendonça, Vinte e Oito de

⁵⁹ Essa autora avalia a tensão existente entre a *tabula rasa* e a preservação no processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro, especialmente do seu porto.

⁶⁰ Esses preceitos de destruição do “antigo” para a instauração do “novo” foram amplamente disseminados no campo do urbanismo por meio das cartas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Os CIAMs, promovidos desde o início da década de 1930, permaneceram até o ano de 1952, quando em sua nona edição em Aix-en-Provence, Aldo van Eyck, o casal Smithson e demais membros do chamado Team X lideraram posicionamentos contrários aos preceitos de até então.

⁶¹ “Oh, nossos conceitos: espaço, lar, estilo! Ugh, como estes conceitos cheiram mal! Destruam-nos, dêem um fim a eles! Não deixem sobrar nada! Acabem com suas escolas, deixem suas perucas professorais voarem, vamos brincar de pega-pega com elas... Deixe o mundo dos conceitos, ideologias e sistemas empoeirados sentirem nosso frio vento do norte. Morte ao conceitual! Morte a tudo! Morte a tudo chamado título, dignidade, autoridade! Morte a tudo que é sério!” (TAUT, 1991, p. 71 in MOREIRA, 2004).

Setembro, João do Rego, Ilha do Carvalho, Major Codeceira, Travessa João do Rego e o sul da Praça Duarte Coelho. Todos estes logradouros que foram listados no álbum haviam sido desapropriados em 7 de outubro de 1927, de acordo com o decreto municipal nº132⁶², editado durante a gestão do citado prefeito. O decreto incidiu preponderantemente sobre o norte de Santo Antônio, no trecho compreendido entre a Praça da República e a Rua Nova.



Figura 1. Capa do álbum *Alguns Aspectos do Trecho do Bairro de Santo Antônio a ser Demolido*

Fonte: Museu do Estado de Pernambuco



Figura 2. Fotografia do lado leste da Praça Barão de Lucena ou Pátio do Paraíso. Esse era o conjunto de casas à frente da igreja que seria destruído. Álbum *Alguns Aspectos do Trecho do Bairro de Santo Antônio a ser Demolido*

Fonte: Museu do Estado de Pernambuco

⁶² Segundo o decreto municipal nº132, presente na Exposição do prefeito Joaquim Pessoa Guerra a 1ª Seção do Conselho Municipal do Recife em 1928, p. 67/67, os prédios desapropriados foram:

- Praça da República nºs: 215, 221, 225, 229, 233, 239, 243 e 249.
- Travessa João do Rego nº:2 (antigo)
- Rua Ilha do Carvalho nºs: 26, 30, 36, 40, 44, 50, 54, 58, 64, 68, 74, 80, 84, 90, 96, 102, 108, 112, 118, 124, s/n, 25, 29, 37, 41, 45, 49, 53, 57, 63, 67, 73, 79, 87, 91, 97, 103, 111, 113, 129, 137, 139, 147, 157.
- Rua Francisco Jacinto nºs: 150, 156, 164, 174, 180, 184, 190, 194, 198, 206, 228, 234, 240, 244, 254, 260, 266, 290, 296, 300, 310, 316, 322, 326, 322, 326, 332, 372, 95, 237, 241, 245, 251, 259, 265, 275, 279, 285, 289, 293, 299, 303, 33 e 35 antigos, 319, 325, 331.
- Rua Conselheiro Pereti n : 124, 130, 134, 138, 142, 146, 150, 154, 158, 196, 204, 216, 107, 111, 113, 123, 127, 135, 141, 143, 149, 153, 161, 163, 169, 173, 179, 187, 195 e 201.
- Rua Neto de Mendonça nºs: 2/A antigo, 36, 40, 29, 33, 65 e 89.
- Rua Agostinho Bezerra nºs: 34, 40, 42, 46, 48, 50, 54, 58, 62, 66, 68, 74, 82, 86, 90, 94, 100, 104, 112, 114, 47, 49, os: 10, 18, 24, 26, 32, 36, 38, s/n, 106, 114, 118, 122, 126, 130, 132, 140, 150, 152 e 158.
- Rua Imperador Pedro II nºs: 272 e 276.
- Rua Diário de Pernambuco nºs: 10, 16, 24, 28, 32, 38, 42, 7,15, 19, 23, 27, 33, 39 e 41.
- Praça Barão de Lucena n os: 3, 7, 15, 19, 21, 27, 33, 39, 43, 47, 6, 10, 16, 24, 26, 34, 38 e 376.
- Rua João do Rego nºs: 124, 130, 134, 140, 144, 164, 176, 188, 192, 196, 200, 204, 210, 220, 226, 230, 234, 240, 246, 256, 284, 306, 161, 167, 173, 177, 183, 187, 193, 199, 205, 213, 221, 229 e 235.
- Rua Pedro Ivo nºs: 32, 38, 42, 46, 72, 78, 82, 86, 94 e 100.
- Travessa do Calabouço nºs: 38, 45 e 49.
- Travessa das Belas Artes nºs: 28, 36, 42, 56, s/n, 66, 76, 80, 65, 69, 77, 81 e 85.
- Beco da Travessa das Belas Artes nºs: 2, 1/A e 3 antigos.
- Rua General Abreu e Lima nºs: 132, 140, 148, 190, 196, 202, 208, 214, 218, 226, 230, 236, 242, 139, 195, 255, 265, s/n e Prédio da Pernambuco Tramways.
- Rua Major Codeceira nos: 301, 355, 363 e Oficinas do Liceu de Artes e Ofícios.

A inadequação do emaranhado de vias às exigências de tráfego do início do século, os problemas de salubridade e a feição colonial constituíram-se no tripé que motivou a elaboração de medidas que visassem melhorar esse trecho da cidade. As intervenções voltadas para a chamada “parte podre do bairro”⁶³ de Santo Antônio visavam tratar um espaço visto de uma forma uniforme e indistinta: como um jogo de “velhos pardieiros e casebres”⁶⁴ dispostos em ruas estreitas.

As medidas propostas, por sua vez, não se basearam em ações pontuais, como no alinhamento de edifícios, na abertura, alargamento e prolongamento de vias, no modo como comumente era determinado pelas posturas municipais do Recife no século XIX, ou na ordenação espacial das áreas que ainda seriam ocupadas. Uma nova prática distinta foi marcada por medidas baseadas na reformulação total da área que deveria ser “sanada” de tais males. Entretanto, o desejo de transformar um local densamente construído só poderia ser viabilizado mediante as demolições em massa, empreendidas onde predominasse um tecido urbano referente aos séculos XVIII e XIX. Dessa forma, por ser uma área urbana consolidada, reconstruir significava destruir, isto é, substituir estruturas arquitetônicas e urbanas preexistentes por outras que atendessem aos anseios de circulação, salubridade e estética colocados pelos urbanistas daquele momento.

O futuro prefigurado e almejado constituía-se no produto de um conjunto de decisões que buscavam, além da satisfação das necessidades existentes, a satisfação de futuras necessidades. Assim, foram elaborados vários planos urbanísticos de 1926 até 1943,⁶⁵ visando superar as questões impostas que se traduziam em novos modelos de cidade.

O desejo de corrigir tais “falhas urbanas” foi um dos fatores que orientaram a reforma do bairro de Santo Antônio, o que levou a um grande número de propostas com soluções urbanísticas semelhantes. Os vários planos apresentados por vezes constituíam-se na compilação das idéias dos seus antecessores, com algumas modificações, segundo coloca Outtes (1991).

⁶³ Jornal Pequeno. 1º de junho de 1938. *Ontem, Hoje e Amanhã* - Mário Melo.

⁶⁴ Jornal do Commercio. 13 de março de 1946. *Problema de urbanismo* - Mário Melo.

⁶⁵ Os principais planos foram de Domingos Ferreira (1926 e 1927), do Arquiteto Nestor de Figueiredo (1930-1934), da Comissão do Plano da Cidade (1934, 1938), do Arquiteto Atilio de Correia Lima (1936) e do Engenheiro Ulhôa Cintra (1943). Cabe citar a existência do Plano de Remodelação para o Recife – Bairro de Santo Antônio, Rede Viária, elaborado pelo arquiteto Fernando de Almeida (aproximadamente 1940) e do Projeto de Melhoramentos do Recife (1930), da autoria de José Estelita, Moraes Rego e Eduardo Jorge Pereira, que não serão contemplados neste estudo.

2.1 OS PLANOS URBANÍSTICOS DE DOMINGOS FERREIRA A ULHÔA CINTRA

A primeira das propostas elaboradas desse conjunto abordado foi a do Engenheiro Domingos Ferreira, pertencente à Seção Técnica da Prefeitura do Recife. Sua proposta demonstrava a preocupação com a articulação entre as áreas peninsulares e continentais (REYNALDO, 1998), bastante dificultada pelos braços de rios que as cortavam e agravada pelo crescente fluxo de automóveis.⁶⁶ A proposição incidia na criação de uma via radial de articulação que partiria da Praça da Independência em direção à Boa Vista. Do conjunto de vias proposto, a que mais se destaca é aquela que corta parcialmente os bairros de Santo Antônio e São José, o que equivaleria à atual Avenida Dantas Barreto. Apesar do incremento da estrutura viária por meio da proposição de novas vias e pontes, Reynaldo (1998) observa ainda que se previa a predominância da estrutura urbana tradicional, definida por ruas estreitas, tortuosas e quadras irregulares.

Esse plano de Domingos Ferreira, elaborado em 1926, entretanto, foi criticado por uma série de motivos, dentre os quais a falta de aproveitamento da estrutura da rede geral de esgotos proposta pelo engenheiro Saturnino de Brito⁶⁷ em 1909, para o Recife. A partir de tal constatação, o engenheiro elaborou no ano seguinte uma segunda proposta restrita apenas ao bairro de Santo

⁶⁶ Para Outtes (1991), o fato de o Recife estar sendo considerado um corpo congestionado, em que o foco principal do problema se encontrava nos bairros de Santo Antônio e São José fez com que a solução desse problema se tornasse o mote principal do urbanismo deste período.

⁶⁷ De acordo com o Plano Urbanístico para o Recife da Companhia Pernambucana de Saneamento, o engenheiro Saturnino de Brito implementou um “extenso plano para a cidade de 1909 e 1915, no qual se incluíam diferentes medidas. Esse plano dotou a cidade de um moderno sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento d’água. Em julho de 1909, Brito foi contactado pelo Governo do Estado para assumir o cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão de Saneamento, órgão recém-criado que seria responsável pela construção de uma nova rede de esgotos na cidade. Analisando os recursos disponíveis, Brito propôs que fossem incluídos, além do sistema de esgotamento sanitário, o serviço de abastecimento de água potável. O plano de Brito também compreendia um plano urbanístico para as áreas de expansão da cidade. No entanto, desfalques nos recursos da Comissão impossibilitaram a execução deste último e atrasaram as obras de abastecimento d’água, só concluídas em 1918, três anos depois das dos esgotos. O sistema adotado por Brito para a rede de esgotos foi o separador absoluto ou completo, ou seja, uma rede para os esgotos pluviais e outra para os despejos. A rede sanitária, que tinha uma extensão de 1182 hectares, abrangia toda a área habitada da cidade. Brito dividiu a cidade em distritos e adotou o sistema de elevação elétrica, único no país, além de Santos. Brito também procurou solucionar o problema das reformas, das novas construções e dos consertos que não estivessem sintonizados com a moderna técnica da engenharia sanitária. Dessa forma, criou o Cadastro Sanitário Municipal, pelo qual todos os proprietários interessados em construir, reformar ou até mesmo efetuar pequenos consertos nas tubulações eram obrigados a satisfazer a correta disposição dos aparelhos sanitários, as condições de iluminação e ventilação. O regulamento proposto por Brito para a Repartição de Saneamento é extremamente detalhado, rigoroso e pródigo em normas disciplinadoras. Evidencia um marco no processo de regulamentação e controle do poder local sobre o espaço urbano, e pode ser visto, efetivamente, como um instrumento de planejamento urbanístico. Brito propôs ainda o Plano Geral de Arruamentos, um plano de ocupação para as periferias, seguindo moderadamente os modelos das cidades-jardim inglesas, estabelecendo e alargando vias, além de regularizar as habitações. Assim, com o objetivo de drenar certas áreas, livrando-as das enchentes e tornando os terrenos mais baixos urbanizáveis, à maneira de Santos, Brito propôs dois canais estruturadores. Um desses canais tornar-se-ia um dos grandes eixos viários da cidade mais de meio século depois. O Plano de Saneamento do Recife, apesar de não ter o mesmo impacto visual do de Santos ou do “Novo Arrabalde” de Vitória e, talvez por isto, não receber a devida atenção na obra de Brito nem na história da cidade do Recife, foi de fundamental importância para a estruturação do Recife moderno, pois suportaria, em termos infra-estruturais, o crescimento da cidade por vários anos.” Para mais informações sobre Saturnino de Brito, consultar Moreira (1994) e Araújo (1996).

Antônio fazendo essa adequação, na qual sugeriu a criação de uma grande praça no Cais do Sol (OUTTES, 1991). Essa seria o centro a partir de qual partiriam grandes radiais em forma de leque ligando essa área à Praça da República, ao Cais Martins de Barros na outra margem do rio e à Praça da Independência. Foi mantida a idéia de criação do eixo norte-sul sob o leito da Rua João do Rego, que seria alargada em até 20 metros. A perspectiva de seu projeto evidenciou forte influência do urbanismo haussmaniano, com o uso de um traçado clássico que combinava quadriculas e praças com um conjunto marcado por um obelisco e uma *étoile*, gerando, por meio da ênfase no desenho e na composição, efeitos cênicos e visuais.

Novamente o seu plano não foi colocado em prática, sendo convidado o arquiteto Nestor de Figueiredo para apresentar uma proposta para a cidade, após a apresentação de um estudo no IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos do Rio de Janeiro, em 1930. Para Outtes (1991), o estudo de Figueiredo apresentado no congresso teve a Praça da Independência como centro de irradiação a partir da qual deveriam irradiar dois eixos de ligação com os subúrbios. A praça estaria integrada formal e visualmente à Rua 1º de Março, formando um conjunto monumental, a partir do qual seriam dispostas duas avenidas em semicírculo. De acordo com Moreira (1999), o traçado de Figueiredo apresentava forte influência de Agache, com quem trabalhou, fato observado nos aspectos maciços, cênicos do conjunto de vias e edifícios propostos. Também estava presente uma via que seccionava o bairro de Santo Antônio no sentido leste e oeste.

Dessa forma, Figueiredo elaborou uma segunda proposta à qual foram incorporadas as sugestões feitas pelos membros da Comissão do Plano da Cidade,⁶⁸ sendo apresentada em janeiro de 1932. Coloca Pontual (1998) que esse novo plano constava do zoneamento territorial e da proposição de um sistema viário, compreendendo os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista e São José. A autora descreve que a estrutura viária adotada era composta por duas radiais e três perimetrais. As radiais partiriam simetricamente da Praça da Independência para as zonas oeste e sul da cidade, enquanto as perimetrais articulariam a estação ferroviária central com o sul do porto, ligariam Olinda a Boa Viagem e conectariam o Largo da Paz ao bairro de Casa Amarela. Além dessas propostas, Outtes (1991) coloca a existência de duas alternativas para o bairro de Santo Antônio elaboradas por esse arquiteto, as quais pouco diferiam em sua concepção original, mas foram marcadas pela presença das avenidas em “Y,” recorrentes temas do urbanismo formal francês. É interessante perceber a proposição do eixo norte sul, que concetava a Rua João do Rego à Rua Coronel Suassuna.

⁶⁸ A Comissão do Plano da Cidade foi criada pela municipalidade com o objetivo de dar pareceres sobre os projetos propostos para o bairro de Santo Antônio. Essa comissão será mais detalhada em capítulo posterior deste trabalho.

Elaborada a nova proposta por Figueiredo, a Comissão do Plano da Cidade solicitou pareceres de Prestes Maia, Washington Azevedo e Atílio Correia Lima (PONTUAL, 1998). A não-aprovação completa do plano resultou na elaboração da primeira proposta pela comissão em 1934, na qual foram reeditadas as idéias de Domingos Ferreira e Nestor de Figueiredo, como o alargamento e prolongamento da Rua João do Rego e a presença da radial ligando a Praça do Sol à Praça da Independência.

Apesar da elaboração de um plano para o bairro de Santo Antônio pela Comissão do Plano da Cidade, o mesmo não foi colocado em prática. Desse modo, em 1936, Atílio Correa Lima foi convidado a apresentar uma proposta para o bairro que, de acordo com Pontual (1999), consistiu em um anteprojeto, compreendendo o zoneamento e a proposição do sistema viário. Para Outtes (1991) essa proposta apresentava a influência das idéias das cidades-jardins inglesas, com o estabelecimento de várias áreas verdes em áreas condensadas. Observa-se que o traçado proposto possibilitava a manutenção do desenho já existente, pouco alterando o formato das quadras e a direção de determinadas vias.

Mesmo com um plano de menores custos de execução para a municipalidade, uma nova proposta foi elaborada para o bairro de Santo Antônio, em 1938, pela Comissão do Plano da Cidade. De acordo com Pontual (1998), o projeto consistia na retomada das idéias de Nestor de Figueiredo aprovadas com modificações pela antiga comissão, em 1934. No plano de 1938, estava mantida a ligação entre as praças Duarte Coelho e da Independência por meio de uma larga via, para onde estava prevista a construção de imponentes edifícios, com a intenção de criar um conjunto monumental, conforme fora proposto por Agache no Rio de Janeiro (OUTTES, 1991). Propunha-se também a ampliação da Praça da Independência, que se consolidava como centro de irradiação, sendo o encontro das principais vias projetadas.

Dentro de um intervalo de 12 anos de proposições, essa foi a primeira proposta de grande envergadura que foi colocada em prática no local, e que seria posteriormente complementada pelo plano do diretor de Obras Públicas de São Paulo, Ulhôa Cintra. Esse engenheiro foi convidado pelo Prefeito do Recife para “realizar estudos que nortearassem o desenvolvimento do urbanismo na cidade e as obras de remodelação e circulação que o crescimento da ‘urb’ impunha ao Governo Municipal” (REVISTA ARQUIVOS, 1943, p. 161). A ele foi incumbida a tarefa de auxiliar a Comissão do Plano da Cidade na condução de projetos já em andamento na diretoria de Obras da Prefeitura do Recife. Assim, foram apresentadas propostas para o porto e sua expansão; a remodelação da área central a partir do estabelecimento do “perímetro de irradiação”; a implantação de uma nova estação central; a remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José

(referente à parte do perímetro de irradiação localizado na Rua Coronel Suassuna) e o estabelecimento de radiais e perimetrais viárias. Segundo Reynaldo (1998), as práticas urbanísticas de Ulhôa Cintra estavam vinculadas às postulações teóricas de Eugène Hénard, somadas a esquemas teóricos de viação.

Na remodelação nos bairros de Santo Antônio e São José, além da questão do progresso, salubridade, insolação, ventilação, Ulhôa Cintra propalava a desobstrução. A Avenida Coronel Suassuna, que deu origem à Dantas Barreto, estava associada à quinta radial do perímetro de irradiação, que partia do Pátio do Carmo e, prosseguia até a Estação Central. Dali, o esquema viário continuaria pela Rua Imperial, que seria duplicada em uma via paralela à Avenida Sul, chegando essa última ao Cais do Porto por meio de um pequeno desvio.

O conjunto do Perímetro de Irradiação e a abertura da Avenida Coronel Suassuna constituíram, de acordo com Cintra na Revista Arquivos (1943, p. 269), na “máxima cirurgia aconselhável” para os bairros de Santo Antônio e São José. O engenheiro colocou que a intervenção era:

Inevitável sob o prisma do sistema viário central; máxima quanto ao escopo propriamente de remodelação e saneamento. Os dois aspectos estão, entretanto, de tal modo entrelaçados que o primeiro quasi que já resolve o segundo, eis que são grandes rasgos de sol e ventilação, mesmo ao âmago do denso casario dos dois bairros. Isso permite indicar para as partes restantes tratamento cirúrgico muito mais discreto, simples cirurgia plástica, por assim dizer, que se limite a curar as feridas e as chagas causadas pelo tempo, respeitando-lhes a feição própria tão característica e tão comovedoramente tradicional.

Apesar de reconhecer que a proposta para esses bairros se constituía em medidas que ocasionariam uma grande modificação no espaço, Cintra⁶⁹ defendeu que havia “muito mais coisa a conservar que de destruir.” O engenheiro assumiu essa posição pela grande influência que recebeu do urbanista inglês Barry Parker, em sua experiência com a remodelação da cidade do Porto, e o cita em seu estudo de remodelação:

To demolish the old part of the town, to clear it all away, to make a clean sweep of it, is naturally the first impulse of anyone who realizes the horror of the present condition of life in it. But after a little reflection he sees that this is not necessary and would be a vandalism which could by no means be justified. In calmer mood he comes to see far better results could be obtained by approaching the work with more reverence for what is old and historical, by retaining that which is good (of which he would find much), and eliminating what is bad [...] Its present condition is due to its misuse, and not to any inherent qualities in it, making it of necessity unwholesome to live in and unfair to look upon.

Segundo o plano, essas novas avenidas que seriam abertas por meio de extensas áreas destruídas permaneceriam ladeadas pelo mesmo casario presente antes da intervenção. O modesto correr de

⁶⁹ Revista Arquivos (1943, p. 270).

casas, cujas testadas de fachadas dificilmente superavam seis metros, passariam a delinear uma nova via de 50 metros de um lado a outro. Percebe-se a disparidade das proporções entre a massa edificada e o vazio das avenidas, sejam elas a Avenida Coronel Suassuna no sentido norte-sul ou a Avenida Nossa Senhora do Carmo, de leste-oeste.

A antiga Rua Coronel Suassuna, para onde se voltava a fachada principal da Igreja dos Martírios, em seu projeto como uma avenida, teria a sua largura aumentada aproximadamente de 10 vezes. Entretanto, as ruas que se conectavam diretamente com ela, como a Travessa dos Martírios, Tobias Barreto, Passo da Pátria, não seriam modificadas formalmente, nem incluídas no plano do novo esquema de circulação.⁷⁰ A Avenida Coronel Suassuna, proposta pelo plano de Ulhôa Cintra, previa uma profunda alteração do final do bairro de Santo Antônio e do bairro de São José. Junto a essas modificações se encontrariam envolvidos os Pátios do Carmo, de São Pedro e a Igreja dos Martírios. As modificações que a intervenção traria se colocaram bastante além da transformação formal. Com a proposta de abertura dos pátios, o uso também seria profundamente alterado, já que a forma fechada estava intimamente ligada aos tipos de celebração que eram realizados no seu interior.

Entretanto, a intervenção colocada em prática divergiu em alguns pontos da imaginada no papel, por diferentes razões. O Pátio de São Pedro, por exemplo, não teve seu pátio mutilado ao norte como fora previsto, como será tratado adiante neste trabalho. Para tanto, a avenida que por ele passaria foi desviada algumas quadras ao norte. O Pátio do Carmo, por sua vez, teve duas quadras, que o fechavam ao sul e a leste, completamente destruídas, desfigurando a sua forma inicial e o deixando como um amplo espaço aberto à beira de uma larga avenida.

É interessante observar que, apesar de a Avenida Dantas Barreto ter começado a ser aberta apenas após a elaboração desse plano, a mesma tinha sido prevista por praticamente todos os planos urbanísticos elaborados para a área, ainda que com larguras e comprimentos distintos. No entanto, é possível que a idéia de sua abertura anteceda bastante esses planos já que, em 1911, é publicada nas Exposições dos Prefeitos uma referência a um “projeto antigo e muito conhecido,” consistindo na “ligação da Praça da República á Rua Barão da Vitória, atravessando a Praça Saldanha Marinho.” Esse seria um trecho da avenida no norte de Santo Antônio.

⁷⁰ O engenheiro Ulhôa Cintra, no início do discurso sobre as suas sugestões, considera a cidade como uma árvore que, para que tenha seu perfeito e regular crescimento, deve ser dotada da “seiva urbana” (REVISTA ARQUIVOS, 1943, p. 263). Essa seiva, segundo Cintra, precisaria ser distribuída de maneira contínua, sob pena do rápido desenvolvimento de algumas áreas, em detrimento de galhos secos em outras. Entretanto, o discurso se afastou da prática, uma vez que o plano para os bairros de São José e Santo Antônio propunha uma pequena harmonia formal e funcional entre as áreas novas e as antigas.

2.2 OS DIÁLOGOS COM A *TABULA RASA*: A EQUAÇÃO ENTRE A CONSTRUÇÃO E A DESTRUIÇÃO

Neste tópico estão contemplados os planos urbanísticos até então referenciados, buscando identificar como essas propostas, ou como determinados conjuntos de propostas equacionaram a destruição do tecido antigo, com a sugestão de novas vias, quadras e edifícios, relacionando ainda tais práticas urbanísticas às previsões de destruição dos templos. Esse estudo, por sua vez, foi baseado na superposição cartográfica, a partir da qual estão feitas algumas inferências sobre as questões colocadas. A base cartográfica tomada foi a Planta da Cidade do Recife levantada pelo engenheiro Douglas Fox, em 1906. A escolha desse mapa foi devida ao fato de ser um levantamento bastante preciso, que relata com exatidão os logradouros dos bairros de Santo Antônio e São José, ainda que esses não sejam ilustrados no parcelamento dos lotes.

A primeira proposta analisada, a do engenheiro Domingos Ferreira (1927),⁷¹ apresenta em um único plano duas soluções distintas quanto à destruição do tecido urbano. Uma delas pode ser verificada a partir da face oeste do bairro de Santo Antônio, ou seja, do alargamento da Rua João do Rego (atual Dantas Barreto) até a Rua do Sol. A outra corresponde à área entre a Rua João do Rego e a Rua Martins de Barros. Nessa primeira fatia, pode ser observada a previsão de destruição completa de todas as quadras, exceto daquelas que margeavam a Rua Nova, onde estavam situadas a Igreja de Santo Antônio e Conceição dos Militares.



Figura 3. Plano de Domingos Ferreira (1927) sobre Planta da Cidade do Recife (1906)
Fonte: A autora (2007)

A Rua Novas que preponderantemente conduzia o fluxo dos bairros de Santo Antônio, São José e Recife para a Boa Vista e demais localidades continentais, foi preservada nesse plano por meio da relocação desse eixo de tráfego. O fluxo que escoava das ilhas por meio da Ponte da Boa Vista passaria a ser conduzido pela mais longa diagonal do sistema, que cortava as duas “fatias” e desembocava no local da Ponte da Estrada de Ferro, pela qual circulavam os bondes. Além de ser

⁷¹ A primeira proposta de Domingos Ferreira (1926) não foi analisada pelo mau estado em que se encontra o plano, não permitindo a sua leitura nem sua superposição cartográfica.

um dos eixos principais de conexão interna e externa do bairro, essa avenida interligaria a Praça da Independência com a Praça do Sol, essa última criada pela proposta.

A Praça do Sol apareceria como um centro de irradiação a partir do qual partiriam grandes eixos de circulação. A disposição de tais eixos, interceptados longitudinalmente por vias mais estreitas, conformaria quadras triangulares, constituindo uma malha urbana completamente dissociada da anterior, marcada por desenhos retangulares e trapezoidais. Essa falta de coincidência entre o que estava sendo criado e o que existia mostra por um lado, a crença na necessidade de medidas de remodelação desse local e, por outro, a falta de importância de permanência dessa área, o que não se percebe na parte abaixo da Rua João do Rego. Era proposta a destruição total de 21 quadras e a reconstrução de novas 11. Com isso, desapareceriam aproximadamente 400 lotes e 14 vias, sendo elas: Rua do Caju, Rua Pedro Ivo, Rua do Ciúme, Rua Francisco Jacinto, Rua General Abreu e Lima, Rua 28 de Setembro, Rua Major Agostinho Bezerra, Rua Neto de Mendonça, Rua Conselheiro Peretti, Travessa das Belas Artes, Rua Francisco Jacinto, Rua Ilha dos Carvalhos, Travessa Ilha dos Carvalhos e Travessa João do Rego. A área destruída totalizaria 53.980,80 m² em um perímetro de 937,08 metros.

As únicas modificações que a proposta previa para abaixo da Rua João do Rego reportavam-se ao corte da quadra a oeste da Praça da Independência, à construção de uma quadra no local do antigo Pátio do Paraíso e ao alargamento da Rua Siqueira Campos, o que, em comparação com a face oeste da proposta, apresentava doses homeopáticas de destruição.

Desse modo, percebem-se na proposta dois graus distintos de intervenção, em que o desenho urbano foi determinante para a manutenção ou a destruição do traçado. A solução buscada foi bastante além da melhoria do sistema de tráfego, sendo motivada igualmente pelo desejo de transformar a imagem urbana dos séculos anteriores, em que a destruição teve um papel primordial no plano, dado ainda estarem presentes os preceitos do urbanismo higienista, muito agregado ao novo padrão de edificação.

A segunda proposta analisada refere-se ao plano de Nestor de Figueiredo, apresentado no Congresso Pan-Americano de Arquitetos, em 1930. A primeira questão a ser colocada diz respeito à forma de apresentação da proposta, expressa no seu desenho. Diferentemente de Domingos Ferreira que há três anos havia elaborado seu plano sobre o papel branco a partir do qual ilustraria suas idéias, Figueiredo apresentou sua proposta desenhada sob um levantamento cartográfico.



Figura 4. Plano de Nestor de Figueiredo (1930)
Fonte: Reynaldo (1998)

Porém, apesar de ter esboçado o seu plano sobre a malha urbana existente, em nada elas coincidiam. O único elemento que foi formalmente mantido na proposta foi a Praça da Independência, ainda que de modo parcial, já que foi ampliada e convertida em faixas de circulação de automóveis.

Novamente o desenho apresentado possuía dois partidos distintos, separados por meio de uma longa avenida que partiria o bairro de Santo Antônio em duas bandas: leste e oeste, representadas por meio de uma malha quadricular e de outra radial, respectivamente. Ambas teriam a sua área completamente destruída, onde todo o sistema viário, além das quadras e lotes, seriam novamente criados. Estima-se que a área total de destruição prevista no plano totalizaria 239.551,34 m², compreendidos em um perímetro de 2.052,97 metros, aproximadamente. Nessa proposta, o arquiteto incorporou plenamente os princípios da *tabula rasa*, fazendo com que coincidissem completamente toda a área de intervenção com a de destruição.

A sua próxima proposta de 1932, por sua vez, apresentou um caráter menos experimental que a primeira. Nela, Figueiredo também partiu de uma base cartográfica que representava a malha existente, sem todos os seus elementos, entretanto. Pode-se observar que a Igreja do Paraíso e a Santa Casa não estavam representadas, diferentemente das igrejas de Santo Antônio, Conceição dos Militares, Penha, Rosário dos Negros, Carmo, Convento de Santo Antônio e Capela Dourada, que apareciam marcadas por um contorno mais escuro e uma cruz.



Figura 5. Plano de Nestor de Figueiredo (1932)
Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano

Da mesma forma que as anteriores, essa proposta mostra que o foco prioritário de intervenção estava representado pela banda oeste do bairro de Santo Antônio, onde a remodelação foi prevista por meio de dois tipos de medidas. A primeira delas referia-se ao corte periférico de quadras para o alargamento de vias, normalmente o procedendo nos lados par e ímpar. A representação do corte de quadras foi realizada por meio da marcação de dois pontos, cuja distância indicava a largura da via ampliada. A segunda medida reportava-se à demolição total de algumas quadras e vias para a construção de novas, conforme está ilustrado na avenida prevista por Figueiredo que corresponde à atual Guararapes, e no conjunto de quadras à sua direita, situadas por trás da Igreja do Paraíso. Esse seria o ponto onde a maior parte das demolições da proposta incidiriam e onde seria criada uma sucessão de novas quadras, cuja face menor margearia a Rua João do Rego. Essa segunda proposta demandava a destruição de uma área de 73.640,20 m², circunscrita em um perímetro de 1.753,26 metros.

Já a proposta de Atílio Correa Lima (1936), da mesma forma que a de Domingos Ferreira, foi representada sobre o papel liso. Entretanto, esse foi o plano de menor modificação da malha existente e que acarretaria um menor número de destruições, tanto de quadras, como de vias.



Figura 6. Plano de Atílio Correa Lima (1936) sobre a Planta da Cidade do Recife (1906)
Fonte: A autora (2007)



Figura 7. Perspectiva da remodelação do Pátio do Paraíso na proposta de Atílio Correa Lima (1936)
Fonte: Não identificada

O cerne de sua proposta referia-se à demolição da quadra onde estava situada a Igreja do Paraíso e a Santa Casa, assim como das oito que se situavam por trás dessa. Esse conjunto era de pequenas quadras, se comparadas às circundantes, e situava-se nas imediações das mais estreitas vias, como a Rua 28 de Setembro, a Rua do Caju, dentre outras.

A demolição proposta pelo plano de Atílio Correa Lima totalizava, aproximadamente, uma área de 24.556,93 m², com um perímetro de 629,35 metros, em que seriam construídas duas grandes quadras em formato de “8”, com dois pátios internos em cada uma. Apesar da previsão de

alteração da tipologia edilícia, a forma e a direção das novas quadras seriam mantidas bastante semelhantes às existentes.

É interessante observar que essa proposta se distingue das demais, não apenas pela pouca quantidade de tecido urbano que teria de ser destruído para sua execução mas, sobretudo pela diferença em relação às soluções projetuais. Correa Lima buscou melhorar a conexão e o tráfego no bairro de Santo Antônio, não construindo a “Guararapes” com uma nova ponte conectando-a ao bairro da Boa Vista, mas retirando o miolo de quadras incompatíveis com as formas de circulação e com o fluxo de automóveis existentes no momento. Além disso, essa foi a única proposta em que o espaço do Pátio do Paraíso não foi tomado por quadras, nem a Praça da Independência foi alterada.

Dois anos após a apresentação dessa proposta, foi elaborado um plano pela Comissão do Plano da Cidade (1938), que se assemelhava bastante àquele produzido no ano de 1934.⁷² O plano de 1938 propunha a demolição total de quadras e vias, bem como o corte de algumas quadras e lotes para o alargamento e perfilamento de novas ruas e avenidas que se tencionavam criar.

Os desenhos abaixo ilustram que a proposta foi apresentada sobre o tecido urbano existente, sinalizando ainda as quadras que seriam alteradas, seja mantendo a sua forma original com algumas alterações, seja construindo-as novamente.



Figura 8. Plano da Comissão do Plano da Cidade (1934)

Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 9. Plano da Comissão do Plano da Cidade (1938). Marcação de quadras modificadas

Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano



Figura 10. Plano da Comissão do Plano da Cidade (1938)

Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano

⁷² Pelo fato de essas duas propostas serem bastante semelhantes, deu-se prioridade à análise da de 1938, que foi implementada.

Dessa forma, percebe-se que essa proposta previa a destruição da quadra onde se localizava a Igreja do Paraíso, assim como de suas quadras posteriores. O intervalo que se iniciava na quadra

abertura da Avenida Guararapes, a construção da Ponte Duarte Coelho e a remodelação da Praça da Independência.

O bairro de São José, por sua vez, ainda não havia sido objeto de intervenção de grande envergadura no século XX. Para a melhoria do tráfego e da conexão dessa área com outras localidades, especialmente com a zona sul do Recife, o engenheiro propôs a destruição completa de sete quadras centrais, situadas entre o Pátio do Carmo, que seria parcialmente demolido, e a Rua Imperial. Ainda propôs a destruição e o corte de onze quadras para a abertura de uma via que interligasse o Pátio do Carmo ao Cais de Santa Rita, a fim de se chegar ao Bairro do Recife.

Para a execução de ambas as medidas, que compreenderiam a demolição total e parcial de quadras, foi prevista a destruição de uma área de 65.524,60 m², inscrita em um perímetro de 2.866,75 metros. A implementação posterior dessa proposta, ainda que com modificações, foi responsável por uma grande alteração na lógica urbana do bairro de São José, que passou a ser marcado por uma larga e longa avenida, ladeada ora por pequenas casas térreas, ora por altos edifícios, como o Igarassu e o IAP.

A partir da análise dessas propostas, algumas inferências podem ser feitas. Em uma primeira instância, observa-se que a *tabula rasa* se tratava de uma prática bastante recorrente e empregada nas intervenções desse momento, ainda que dentro de áreas históricas e densamente edificadas. Entretanto, foi utilizada em distintas medidas. O quadro⁷³ abaixo mostra os índices de destruição em função das diferentes propostas apresentadas.

Quadro 1. Comparativo entre os diversos planos urbanísticos abordados e o total de destruição prevista

Urbanista	Período de proposição	Área de Destruição	Perímetro de Destruição
Domingos Ferreira	1927	53.980,80 m ²	937,08 m
Nestor de Figueiredo	1930	239.551,34 m ²	2.052,92 m
Nestor de Figueiredo	1932	73.640,20 m ²	1.753,26 m
Atílio Correia Lima	1936	24.556,93 m ²	629,35 m
Comissão Plano da Cidade	1938	49.231,50 m ²	894,77 m
Ulhôa Cintra	1943	65.524,60 m ²	2.866,75 m

Fonte: A autora (2007)

Observa-se que a proposta que apresentou uma maior área de demolição diz respeito ao plano de Nestor de Figueiredo (1930), sendo a menor área a obtida por Atílio Correa Lima (1936). Entretanto, foi com o projeto de Ulhôa Cintra que a destruição mais se espalhou pela zona de intervenção, o que pode ser observado no perímetro cuja demolição foi prevista.

⁷³ O quadro apresenta valores aproximados, devido à falta de qualidade de alguns planos e pela diferença de precisão entre os cartografias.

Por um lado, a prática da *tabula rasa* sublinhou a responsabilidade na escolha e a necessidade de escolha, e, por outro, conferiu destaque ao sujeito que a concebia, nesse caso os urbanistas. Bernardo Secchi (2006, p. 21) coloca que “a ação do urbanista foi por muito tempo apresentada não só como aquilo que põe fim a um inexorável processo de agravamento das condições da cidade ou do território submetidos a exame, mas como início de um virtuoso processo de sua própria melhoria.” Para o autor:

O urbanista descreve por meio de textos e desenhos, o estado das coisas, tenta fornecer delas uma interpretação, constrói hipóteses de suas modificações e as põe sobre o plano de uma imagem do futuro suficientemente delineada para que seu sentido resulte claro, tenta avaliar sua adequação às exigências e aos desejos da sociedade do modo como se lhe apresentam, estuda as possibilidades oferecidas pelo correto uso das técnicas disponíveis para realizar essas modificações, avalia os recursos físicos, financeiros e humanos que são necessários mobilizar para sua realização... (SECCHI, 2006, p. 52).

A partir dessas constatações, pode-se observar que os urbanistas, no Recife, durante as décadas de 1930 e 1940, ocuparam um lugar privilegiado na cidade, sendo responsáveis pelo que deveria permanecer e pelo que deveria ser apagado permanentemente. Os planos da Comissão do Plano da Cidade (1938) e de Ulhôa Cintra (1943) que foram colocados em prática, o que bem demonstra o sentido que era conferido ao urbanismo nesse momento. Apesar de distintas as proposições, a destruição consistiu em um meio para concretizar as idéias dos urbanistas que estavam sendo promovidas pela municipalidade.

Determinadas extinções, além de liberarem a área para a construção de novas vias e novas tipologias edilícias, eram vistas como um passo a ser dado em direção ao futuro, tornando-se as demolições dos antigos edifícios sinônimo de progresso nesse momento. Progresso que só poderia ser obtido com a superação dos problemas de congestionamento, salubridade e estética tão enunciados como negativos à cidade. Tal opinião era compartilhada não apenas pelos urbanistas e pela elite política mas, sobretudo, por grande parte da elite intelectual do Recife. A matéria de Mário Melo ilustra o sentido que a destruição havia assumido:

Há muitos anos vi, numa revista ilustrada do Rio de Janeiro, uma gravura que me impressionou. Representava duas faces da vida daquela cidade. A primeira, do século XVII ou XVIII: Erguia-se um sobrado, com arquitetura da época, estreito, acanhado, telhas romanas em biqueira. Um homem do povo, mão no bolso, olhava para aquilo e dizia orgulhoso: - Como o Rio progride! A segunda, século XX, época da febre da remodelação de Pereira Passos. Operários trepados naquele mesmo edifício, com o martelo em punho a destruí-lo. Ao lado, outro homem do povo a dizer orgulhoso: - Como o Rio progride! Progresso com a construção, progresso com a demolição. Atravessando a praça da Independência, vi, ao acaso, que estão sendo demolidos o edifício da Farmácia Santo Antônio e o pardieiro que lhe fica ao lado. E, com a demolição, me veio à idéia o caso da gravura acima referida: - Como o Recife progride! Certamente a mesma frase teria saído da boca de outros, em época anterior, quando se

ergueram do solo os dois edifícios que estão indo agora abaixo para o rasgamento da avenida que se prolongará até a praça Duarte Coelho⁷⁴.

O entendimento de que “nem sempre construir significa progresso. Às vezes o progresso está na destruição”⁷⁵ expressou uma nova concepção de cidade, em que a demolição de antigos edifícios e vias foi essencial para sua consecução, nos bairros de Santo Antônio e São José.

Entre os antigos edifícios, a Igreja dos Martírios teve a sua destruição anunciada e confirmada pela aprovação do plano de Ulhôa Cintra, que a previa. Já a Igreja do Paraíso, apesar de ter tido sua destruição prevista por algumas propostas, não teve a sua morte decretada com a implementação do plano da Comissão do Plano da Cidade de 1938.

⁷⁴ Jornal Pequeno. 1º de junho de 1938. Ontem, Hoje e amanhã - Mário Melo.

⁷⁵ Jornal Pequeno. 5 de outubro de 1938. Ontem, Hoje e amanhã - Mário Melo.

3. AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS: A REPRESENTAÇÃO E O PAPEL POLÍTICO

Pôde-se observar que as zonas centrais do Recife foram um terreno fértil para a elaboração de idéias sobre o estabelecimento de um novo modelo de cidade. O número de planos urbanísticos idealizados, contendo a imagem de um futuro desejado, assim o demonstra.

Apesar de a Igreja do Paraíso e o Hospital serem significativos para o Recife, como foi mostrado no capítulo 1, percebe-se que essa situação foi sendo transformada a partir do início do século XX e teve sua apoteose entre maio de 1944 e o ano de 1945,⁷⁶ quando foi completamente destruída. Frente a essa metanóia, para se utilizar um termo teológico que remete a uma conversão radical de significado, cabe questionar: por quais motivações essa igreja foi destruída? A quem coube a decisão de destruí-la? Quais as instituições apoiaram, ou não, essa medida? Como essas instituições estavam inter-relacionadas?

Esse item abordará as instituições diretamente relacionadas com a destruição da Igreja do Paraíso. Para tanto, serão abarcadas a Prefeitura do Recife, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, a Comissão do Plano da Cidade e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife.

3.1 A PREFEITURA DO RECIFE

No período de destruição da Igreja do Paraíso, quem estava à frente da municipalidade do Recife era o Prefeito Antônio de Novaes Melo Avelins Filho,⁷⁷ nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães⁷⁸ nos primeiros dias do seu mandato o qual, permaneceu no cargo até o dia 29 de outubro de 1945. A escolha de Novaes Filho para a Prefeitura do Recife se deu em virtude da

⁷⁶ Apesar da intensiva busca em diferentes fontes documentais do dia exato em que a Igreja do Paraíso foi destruída, tal informação não foi encontrada. Apenas pôde ser identificado o intervalo em que ocorreu.

⁷⁷ Pontual (1998, p. 113) coloca que “Novaes Filho nasceu em 19 de junho de 1898, no engenho Pimentel, localizado no município do Cabo, em Pernambuco, filho de Antônio Soares de Melo Avelins e Rita de Cássia Carneiro de Novaes. Proveniente de família de senhores de engenho, preservou os laços de origem em toda a sua vida. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Alagoas, em 1926, mas não exerceu a advocacia, dedicando-se à lavoura canavieira em engenho de sua propriedade ou da família.”

⁷⁸ Para Pereira (1973, p. 44), Agamenon Magalhães havia sido nomeado pelo presidente devido ao “seu temperamento arrebatado, na sua visão imediata da mística política...”. Também cabe citar que, durante todo o Estado Novo, a função dos governadores estaduais era chamada de interventoria, instância político-administrativa subordinada ao governo central.

afinidade política⁷⁹ que ele apresentava com o interventor do Estado, e, por conseguinte, com o regime então instaurado.

Essa gestão esteve inserida no regime político ditatorial do Estado Novo, instituído em 10 de novembro de 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e anunciou a nova Constituição, tendo ainda no mês de dezembro do mesmo ano, dissolvido os partidos políticos e extinguido a democracia (CARONE, 1976). Esse regime, que durou até o ano de 1945, foi marcado por medidas de centralização política que, segundo Dulce Pandolfi (1984, p. 48), resultariam da combinação de uma série de mecanismos, desde a “abolição do Poder Legislativo, o reforço do Poder Executivo, o funcionamento do Sistema de Interventorias e a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, somada a uma série de institutos, autarquias e conselhos econômicos.” O novo governo estabeleceu suas bases na negação dos “princípios políticos do liberalismo clássico” e adotou “novas formas de controle social, agora dirigidas de maneira cada vez mais centralizada à sociedade” (CANCELI, 1993, p. 25).

Nesse período, a capital pernambucana era considerada a principal do Nordeste, sendo bastante enfatizado no discurso varguista que seria transformada em uma metrópole regional mediante sua modernização e ajuste ao modelo de desenvolvimento industrial propagado pelo governo central (LEITÃO, 1997). Essas diretrizes políticas estiveram bastante visíveis no Recife, que foi alvo de uma série de intervenções.⁸⁰

⁷⁹ Eram comuns as comunicações elogiosas que se estabeleciam entre ambos e bastante notório o aspecto complementar das duas gestões, em que a prefeitura se encontrava subordinada ao poder do Estado. Isso pôde ser observado em carta dirigida aos diocesanos em 1939, na qual o Arcebispo de Olinda e Recife afirma que Deus “deu ao ilustre interventor federal, um intérprete executor inteligente e fidelíssimo, do seu pensamento e de suas ordens, na pessoa do grande prefeito do Recife, o senhor Dr. Antônio Novaes Filho.”

⁸⁰ Segundo o relatório *Seis Anos de Administração Municipal* da Prefeitura Municipal do Recife (1945), destaca-se um grande número de realizações voltadas para a melhoria do espaço urbano em sua gestão, tais como:

- Serviços de pavimentação da cidade, onde de 1937 até 1943, foram pavimentados 222.628 m² com paralelepípedos, concreto, asfalto e macadame alcatroado;
- Conclusão do Parque 13 de Maio em 1939;
- Construção e reforma de jardins;
- Arborização de avenidas e logradouros;
- Embelezamento da praia de Boa Viagem;
- Aterro de alagados;
- Construção e reconstrução de pontilhões e pontes, como a Caxangá;
- Duplicação da iluminação pública em 1941 e estabelecimento de um plano de substituição gradual da iluminação a gás por iluminação elétrica;
- Nomeação em caráter permanente da Comissão do Plano da Cidade em 1938;
- Início da abertura da Avenida Dantas Barreto (trecho entre a Praça da República e o Pátio do Carmo);
- Criação de uma comissão de avaliação de gastos em obras composta Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal, do engenheiro-chefe do Escritório Técnico da Diretoria de Obras e do Diretor da Fazenda;
- Estabelecimento de políticas visando à erradicação do mocambo (a questão dos mocambos foi tratada tanto do ponto de vista urbano, como elementos indesejáveis a uma cidade progressista onde deveriam ser extintos, como do ponto de vista social, pois impediam o desenvolvimento humano da população devido às suas péssimas condições de salubridade);

Dentre as realizações empreendidas durante a gestão de Novaes Filho, aquelas referentes à construção da Ponte Duarte Coelho (1940), remodelação da Praça da Independência (1943), abertura da Avenida Guararapes (1938-1943) e do início da Avenida Dantas Barreto (1943-1973) foram as mais notórias. Tamanho foi seu empenho nas obras públicas, que o próprio interventor do estado, Agamenon Magalhães, em matéria de 18 de fevereiro de 1944, publicada na Folha da Manhã, se reportou ao prefeito do Recife como o “urbanista matuto.” O traço de executor, daquele que realiza e fala politicamente por meio de obras, era bastante frisado nos periódicos locais e nos artigos assinados por Novaes Filho. Em matéria publicada no Diário de Pernambuco de 5 de novembro de 1938, o jornalista falou que durante um pronunciamento do prefeito, esse “em vez de fazer um discurso cheio de frases bonitas, preferiu ler um relatório e dizer o que fez com o dinheiro do município, enumerando uma por uma suas realizações.”

Dentre as obras empreendidas, a abertura das novas vias constituiu-se na medida de maior vulto, devido à mudança urbana que operou no bairro de Santo Antônio por meio da destruição de grande parte do seu tecido urbano e dos edifícios nele contidos.



Figura 1. Destruição para abertura da Avenida 10 de Novembro ou Guararapes, 1938
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 2. Remodelação da Praça da Independência, 1943
Fonte: Museu da Cidade do Recife

Essas medidas ficaram bastante associadas ao momento em que ocorreram, tornando-se, como atesta Pontual (1998), o símbolo rememorativo do governo do Estado Novo no Recife. O prefeito, no relatório *Seis Anos de Administração Municipal* da Prefeitura Municipal do Recife (1945) e na matéria da Folha da Manhã intitulada *Pronunciamento de Novaes Filho*, em 31 de agosto de 1939, corrobora essa idéia ao afirmar:

Trabalhei e construí. A nova fisionomia da cidade que já se vai definindo em traços nítidos, a planificação urbana do Recife a cujos trabalhos presidi dando-lhes características, uniformidade e organização, os novos rumos administrativos introduzidos e fixados, são o testemunho do que afirmo. / O trabalho é fruto do regimen de trabalho e ação administrativa que o Estado Novo, em boa hora, veio inaugurar para a salvação do paiz [...] em cujo governo nenhum problema fica sem solução e nenhum serviço soffre retardamento.

Dessa forma, com a realização dessas obras, e em especial com a abertura das avenidas, foram destruídos aproximadamente 50.000 m², entre sobrados, casas térreas e outros tipos de edificações no bairro de Santo Antônio.

Após o término de abertura da Avenida Guararapes, a Igreja do Paraíso ficou situada em sua margem, próxima à nova Praça da Independência, no encontro da citada avenida com a Dantas Barreto, no meio da quadra. Percebe-se então, que a igreja não obstruía a passagem da Guararapes. O mesmo ocorreu em relação à Dantas Barreto, onde a manutenção do templo não impediria a sua abertura tal qual foi planejada. Essa avenida, idealizada no plano de Ulhôa Cintra (1943) sob o nome de Avenida Coronel Suassuna, compunha-se de um dos trechos do perímetro de irradiação proposto. A faixa de rolamento de veículos estaria situada logo à frente da Igreja de Santo Antônio, templo localizado no mesmo alinhamento da Igreja do Paraíso e bastante próxima a ela. A passagem da Dantas Barreto só coincidiria com a extensão do Pátio do Paraíso, mas não com sua igreja. A única medida a ser realizada constituía-se no corte da quadra onde estava situada a igreja para o perfilamento da avenida que, no entanto, não ameaçava sua permanência, já que ela se encontrava recuada do limite do lote.



Figura 3. Proposta de abertura da Avenida Guararapes ilustrando o redesenho de lotes e quadras e a manutenção da Igreja do Paraíso pelo traçado proposto
Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano



Figura 4. Sugestões de Ulhôa Cintra ilustrando o conjunto de quadras que seriam demolidas para a abertura das avenidas. Nesta proposta, a Igreja do Paraíso era mantida, sendo apenas realizado um pequeno corte na quadra onde essa estava localizada, mas que em nada ameaçava a sua permanência
Fonte: Revista Arquivos

A partir destes indícios, verifica-se que a destruição da igreja não se deu em virtude de sua localização, que impediria a passagem de veículos, já que tanto a Guararapes quanto a Dantas Barreto não dependiam desse espaço para a circulação. Entretanto, cabe questionar: se a Igreja do Paraíso não foi destruída para a abertura da Guararapes, nem prejudicava a passagem da Avenida

Dantas Barreto,⁸¹ quais foram as motivações que levaram a municipalidade a demolir a Igreja do Paraíso?

É possível que muitas destruições, para além das motivações de ordem técnica (circulação), estética (embelezamento) e higienista (saneamento), se tenham movido pelo interesse da Prefeitura do Recife e das instituições a ela ligadas, em promover a valorização dessa área da cidade, por meio de sua reconstrução. A relação estabelecida entre as reformas urbanas e o processo de valorização do seu solo não tem sido devidamente explorado no caso dos bairros de Santo Antônio e São José, e pode auxiliar na compreensão das motivações que orientaram a sua transformação, na qual se inclui a destruição da Igreja do Paraíso.

A associação entre as reformas urbanas e a agregação de valor à área que, na maioria dos casos, além de beneficiar a população, terminam por favorecer determinados segmentos da sociedade e instituições, compõe uma das faces de transformação que muitas cidades sofreram no início do século XX. Bárbara Freitag (2003, p. 124) coloca que, em muitos casos, os critérios alegados para “botar tudo abaixo,” prática bastante recorrente nas reformas urbanas, “eram via de regra higiênicos, mas encobriam, de fato, interesses particulares, políticos e econômicos.”

Um caso bastante paradigmático nessa perspectiva pode ser verificado na cidade do Rio de Janeiro, onde um grande conjunto de obras promovidas pela municipalidade arrasou parte da cidade nas duas primeiras décadas de 1900. Dentre as destruições que mais marcaram esse processo e mais estiveram associadas a interesses financeiros está o caso do Morro do Castelo.

Maurício de Abreu (1987) aponta que a localização onde se situava o morro, ocupado por famílias de renda baixa, era bastante favorável à instalação de empresas, pelo fato de ser vizinho a áreas extremamente valorizadas da cidade, representadas pelas imediações da Avenida Rio Branco. Desse modo, coloca o mesmo autor, que “daí porque era preciso eliminá-lo, não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital” (ABREU IN NONATO E SANTOS, 2000, p. 220).

⁸¹ Esse dado também é compartilhado pelo Professor José Luiz da Mota Menezes que, em entrevista no dia 14 de agosto de 2007, concordou com a autora deste trabalho sobre a proposição apresentada.



Figura 5, 6 e 7. Processo de arrasamento do Morro do Castelo
Fonte: Nonato e Santos (2000)

Em determinados casos, a demolição do morro era claramente associada aos benefícios financeiros que essa extinção poderia propiciar com a liberação da sua área. É o que diz o jornal *O Malho*, de número 991, de 10 de setembro de 1921,⁸² em matéria intitulada *O Morro do Castelo e o lado financeiro dessa grande obra*. Foi publicado que “será pois, para a Prefeitura a demolição do morro do Castello um negócio excelente. Os lucros provenientes da venda dos terrenos cobrirão fartamente as despesas realizadas [...] Assim, pois ainda financeiramente, como higienica e estheticamente, é mais que justificável essa obra magnífica...”.

O arrasamento do histórico Morro do Castelo ficou tamanhamente associado a uma diretriz financeira, além da técnica, estética ou higienista, que causou muitas polêmicas no meio intelectual da capital federal na década de 1920. Contra sua destruição levantaram-se argumentos referentes à necessidade de preservação dos trechos da cidade dignos de perpetuação pelo seu significado histórico, em que um dos seus principais porta-vozes foi Monteiro Lobato:⁸³

Percebe que virou negócio, que o verdadeiro tesouro oculto em suas entranhas não é a imagem de ouro maciço de Santo Inácio e sim o panamá do arrasamento [...] Os homens de hoje são negociastas sem alma. Querem dinheiro. Pra obtê-lo venderam tudo, venderiam até a alma se a tivessem. Como pôde ele, pois, resistir à maré, se suas credenciais – velhice, beleza, pitoresco, historicidade – não são mais valores de cotação na bolsa?

Por outro lado, colocava-se uma série de interesses que seriam atendidos a partir da destruição completa do morro, por vezes, ilícitos. Foi o caso do Prefeito Carlos Sampaio, que chegou a ser acusado de estar por trás da proposta da Adamaczyx, uma das empresas que estavam concorrendo para a realização das obras de arrasamento (NONATO E SANTOS, 2000, p. 237).

Nesse contexto, a prefeitura apareceu como uma das maiores beneficiárias desse projeto que seria bastante lucrativo no tocante à valorização fundiária que promoveria, liberando novas áreas para construção e removendo as pequenas e pobres habitações que pouco contribuíam para o erário municipal e para a imagem moderna da cidade. Juntamente com a prefeitura, destacou-se a

⁸² Essa matéria está publicada em Nonato e Santos (2000, p. 223).

⁸³ In Nonato e Santos (2000, p. 227).

cooperação de outras instituições, como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado para salvaguardar a memória do lugar, protegendo seus principais registros e documentos. A pesquisadora em História Política do Rio de Janeiro, Marly Silva da Motta,⁸⁴ salientou que os “sócios fundadores do IHGB, Bellegarde e Niemeyer faziam coro com a maioria dos intelectuais que, no instituto, apoiava a demolição do marco fundador da cidade.”

Lilian Fessler Vaz (1995, p. 862), em uma perspectiva voltada para a questão das habitações na reforma do Rio de Janeiro, defende que “o processo de demolição de casas velhas e sua substituição por prédios novos, a renovação urbana, constituiu uma nova face da modernização.” Para a autora, por meio de doses homeopáticas de demolições, removia-se o grande impedimento à expansão do setor imobiliário: a limitada disponibilidade de lotes para novas construções em áreas ocupadas. Dessa forma, estabeleceu-se a prática de transformação do espaço urbano mediante um contínuo processo de destruição-reconstrução.

De modo semelhante ao conjunto de obras de remodelação do Rio de Janeiro, a destruição para a posterior reconstrução de áreas já consolidadas na cidade representou também uma grande fonte de lucros no Recife. Tal fato pode ser observado em situações semelhantes ocorridas em três momentos distintos de ação da municipalidade na transformação da cidade no século XX.

O primeiro momento em que se observa um movimento de reformas urbanas associadas a interesses lucrativos, pode ser verificado na reforma do Bairro de Recife (1909-1915). Nessa medida incluíram-se obras referentes ao Plano de Saneamento do Recife, cujo autor foi Saturnino de Brito, a reforma total do bairro portuário, o reaparelhamento do porto da cidade e o incremento das medidas higienistas. Moreira (1994) destacou que esse conjunto de obras se motivou a partir da necessidade de modernização infra-estrutural urbana e de uma intervenção higiênica que solucionasse os problemas da insalubridade. Era necessário que o Recife, a terceira capital brasileira, tivesse meios possíveis de participar do contexto econômico vigente, sendo o porto uma importante chave nesse processo.

Moreira (1994) ainda coloca que era necessária uma mudança da imagem urbana naquele momento, de modo a se criarem as condições necessárias para a atração de investimentos, cuja forma remetia à cidade moderna, e não mais à colonial portuguesa. O modelo de cidade moderna se pautava na higiene e na organização, e essa imagem foi vista como uma estratégia para reverter o processo de decadência econômica em que se encontravam a cidade e a região.

⁸⁴ In Nonato e Santos (2000, p. 231).

Ainda que o objetivo declarado de tal medida pela municipalidade fosse a melhoria do porto da cidade, não se pode deixar de salientar que muitos setores foram diretamente beneficiados, incluindo-se empreiteiros, proprietários de terrenos nas novas áreas, corporativismos profissionais, o capital financeiro e comercial, a Associação Comercial de Pernambuco e políticos.

Esse tema também é explorado por Cátia Lubambo, ao colocar que, além de acatar as novas necessidades da cidade, esse conjunto de obras se moveu pela finalidade de “atender aos interesses do grande capital imobiliário,” dentro de operações bastante destrutivas (LUBAMBO, 1991, p. 141). A autora frisa na sua argumentação, que essa reforma se desenvolveu pela articulação de grupos e instituições motivadas pelo atendimento de seus interesses particulares, viabilizados pelo auxílio do poder público, que também era favorecido com a situação:

... existiram inúmeros interesses em jogo que, certamente, determinaram os rumos que as obras de Reforma tomaram em todo o seu processo. Vale salientar a propósito, a tendência evidente ao enriquecimento privado, em todo o percurso deste empreendimento, viabilizado, essencialmente, pelo Estado. Nesta operação, reconhecidamente, o Estado beneficiou o capital financeiro na obtenção dos recursos com os quais foram financiadas as obras... (LUBAMBO, 1991, p. 113)

Além da concessão de privilégios particulares durante a realização das obras, a modernização do Bairro do Recife também favoreceu diversos segmentos após seu término, especialmente por meio da valorização territorial de que a área foi alvo. Lubambo (1991, p. 111) salienta que “a valorização imprimida à área gerou uma disputa que não encontrava antecedentes na região, e no País e assemelhava-se apenas à corrida durante a Reforma da Capital Federal.” Não está sendo aqui colocado que a reforma do Bairro do Recife tenha ocorrido apenas pelo desejo de valorização da área portuária, mas essa face do processo de modernização também não pode assumir um papel secundário na compreensão das transformações que muitas cidades sofreram no início do século XX, nem das motivações pelas quais essa municipalidade se moveu.

Tal valorização foi explorada pela referenciada autora por meio da comprovação da concentração espacial do capital comercial e financeiro no Bairro do Recife após o término da reforma, e pela comparação entre o valor da área dos imóveis antes e depois das obras. Dentro de um intervalo de nove anos, sabe-se que determinadas áreas chegaram a aumentar o seu valor “em mais de 400%” (LUBAMBO, 1991, p. 132-133). Essa vertiginosa valorização beneficiou os grupos que passaram a ser proprietários de imóveis no local e, sobretudo, a Prefeitura do Recife.

O segundo momento em que se percebe a articulação de obras de reforma com interesse lucrativo ocorreu durante o governo de Sérgio Loreto (1922-1926), quando foram realizadas medidas de expansão urbana para a periferia, urbanização da campina do Derby, construção da

Avenida Beira-Mar e modernização de largos e praças no subúrbio. Uma de suas realizações mais notórias foi a abertura da via no bairro de Boa Viagem e o parcelamento dos lotes ao longo dela, fomentando a ocupação urbana na direção sul da cidade.

Entretanto, destaca Antônio Paulo Rezende (1997, p. 43) que, durante a realização dessa obra, “o prefeito favoreceu componentes do governo”, como Amaury de Medeiros, Mário Castilhos, Aníbal Fernandes e até Sérgio Loreto Filho. Tal denúncia foi realizada pelo ex-prefeito Manoel Borba, que por meio de uma análise dos gastos efetuados para a abertura da avenida, alertou para o processo de especulação imobiliária que se estava desenrolando e que favorecia as citadas personalidades compradoras de terrenos no local. De acordo com Rezende (1997), essa averiguação foi realizada a partir de dados oficiais publicados no Jornal do Recife de 31 de agosto de 1924. Desse modo, desencadeava-se um processo no qual as personalidades ligadas ao governo municipal tiravam proveitos econômicos de uma obra, recebendo privilégios quanto ao local de ocupação de uma área que foi transformada com o dinheiro público.

Esses momentos ilustram a relação medular existente entre o campo do urbanismo e o campo institucional, já que a intervenção pública na condução transformadora do espaço urbano sempre se valeu do saber urbanístico, apropriado pelos especialistas, saber esse entendido como o domínio do conhecimento relevado pelas teorias, técnicas e métodos aplicados sobre a cidade.

O terceiro momento está representado pela reforma ocorrida no bairro de Santo Antônio durante a gestão de Novaes Filho e a interventoria de Agamenon Magalhães. Essa reforma urbana, que previu a remodelação do bairro, não se motivou apenas pelo desejo de atualização de suas estruturas físico-construídas como um meio de trazer o progresso à cidade (PONTUAL, 1998), mas também pela fonte de recursos que a remodelação da área poderia criar.

Inicialmente, cabe colocar que, no início da sua gestão como prefeito do Recife, Novaes Filho percebeu a latente necessidade de se equilibrarem as finanças públicas e reverter a crise econômica e administrativa presente (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1945). Nas palavras de Agamenon Magalhães, essa situação financeira resumia-se no seguinte:

Deficit orçamentário, dívida flutuante, empréstimos vencidos, depressão econômica e desemprego, pauperismo e miséria social na rua e nos lares [...] A administração anterior tinha feito um empréstimo de trinta mil contos, a juros de 7%, com o empenho compulsório de 10% da receita recolhidos diariamente na agência do Banco do Brasil...⁸⁵

⁸⁵ Folha da Manhã. 25 de fevereiro de 1944. *A situação financeira do Estado*.

Segundo matéria do Jornal do Comércio de 24 de dezembro de 1937, o prefeito publicou um quadro das condições financeiras do Recife, onde a dívida flutuante era de 1.167:000\$000 réis, a dívida interna fundada de 14.646:575\$700 réis, a dívida externa 11.891:000\$000 réis e o saldo disponível 365:000\$000 réis. Pela indicação das cifras, percebe-se que a situação da prefeitura estava bastante deficitária, tendo em vista a quantidade de dívidas e o baixíssimo saldo em caixa.

Além do pouco dinheiro com que contava a municipalidade por meio dos seus recursos ordinários, o Recife vinha perdendo investimentos privados devido à precária infra-estrutura que a cidade oferecia, minimizando sua arrecadação tributária. Esse fato é delatado por Aníbal Fernandes no Diário de Pernambuco,⁸⁶ ao colocar que seria interessante que a Diretoria de Turismo da Prefeitura fizesse um levantamento das famílias pernambucanas que abandonaram o Recife nos últimos 20 anos, levando seus bens e haveres. Para o jornalista, muitas dessas famílias deixaram o Recife por ser uma cidade mal iluminada, suja, com pouco calçamento e pouco transporte: “e o pior é que passam a empregar o seu dinheiro em construções no Rio e em São Paulo. Ou a cidade melhora, toma o aspecto de uma urbs moderna ou aos poucos vai afugentando a sua própria população, agora que em poucas horas se está no Rio de Janeiro.” Percebe-se, então, que a atração de investimentos estava relacionada com a melhoria das estruturas físicas da cidade, que não mais deveriam remeter aos períodos anteriores, mas sim, ao futuro, expresso sob a égide do progresso e compatíveis com a nova economia.

Entretanto, apesar da escassez de recursos, a remodelação do bairro de Santo Antônio havia se tornado meta da administração municipal, tendo sido buscadas fontes externas de financiamento, ainda na gestão anterior do governador Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937). A prefeitura realizou um contrato de empréstimo financeiro com o banco S.A. Martinelli do Rio de Janeiro, em 22 de março de 1937, apesar de inicialmente ter negociado com a Sul América Capitalização, segundo diz Outtes (1991).

O contrato, conhecido como “Empréstimo Popular da Cidade do Recife”, foi realizado no valor de Cr\$ 20.000.000,00, e previa o estabelecimento de 400.000 apólices ao portador, com juros de 4% ao ano. (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1945, p. 17-21). Entretanto, durante a gestão de Novaes Filho, o acordo estipulado entre a Prefeitura do Recife e o banco da capital federal foi modificado, de modo a não acarretar tantos ônus à municipalidade pelo ritmo lento em que as obras vinham ocorrendo.

⁸⁶ Diário de Pernambuco. 21 de março de 1946. Cousas da Cidade.

O bairro de Santo Antônio, lugar priorizado pelos planos urbanísticos do Recife na década de 1930 e 1940, como mostrou Pontual (1998, p. 54), era onde estavam localizados “o comércio varejista e de luxo, as principais edificações religiosas e as organizações governamentais, enfim, o lugar com maior concentração dos elementos simbólicos citadinos.” Porém, além de ser um lugar que reunia significativos edifícios e funções, o bairro se localizava no “baricentro” do Recife.

No início da década de 1940, a cidade possuía aproximadamente 350.000 habitantes e foi separada em dois distritos, a parte continental e a ilha de Fernando de Noronha, após a divisão administrativa do Brasil feita pela presidente Getúlio Vargas. Segundo coloca Mário Melo em matéria do *Jornal do Commercio* de 25 de julho de 1941, a porção continental da cidade ficou dividida onze bairros:

- 1) Recife;
- 2) Santo Antônio;
- 3) São José;
- 4) Boa Vista (primeiro mais denso);
- 5) Pina – Boa Viagem (menos denso);
- 6) Arruda – Beberibe (menos denso);
- 7) Graças (terceiro mais populoso);
- 8) Poço (segundo mais populoso);
- 9) Afogados (primeiro mais populoso);
- 10) Várzea;
- 11) Coqueiral – Tejipió.

Nessa trama de bairros, Santo Antônio encontrava-se localizado ao lado do moderno bairro portuário do Recife, vizinho à Boa Vista, bairro mais denso entre os onze e bastante próximo a Afogados, a localidade mais populosa da cidade. Percebe-se que Santo Antônio, assim como São José, assumiam posições centrais no Recife, sendo o ponto convergente de suas áreas mais populosas, modernas e densas. Dessa forma, esse local era potencialmente atrativo para investimentos, devido à sua situação privilegiada em relação a importantes localidades do Recife. O contexto da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) também propiciou uma conjuntura econômica ideal para a intensificação do processo de “especulação, a febre dos lucros e negócios,”⁸⁷ fato recorrentemente relatado nas folhas dos periódicos locais.

⁸⁷ Folha da Manhã. 24 de agosto de 1944.

Agamenon Magalhães, na matéria *O limite do capital*, publicada na Folha da Manhã de 17 de janeiro de 1944, explica o porquê dessas mudanças econômicas e salienta que:

... os lucros são excessivos devido à guerra. Quem diz guerra diz procura exagerada de todos os produtos. Diz valorização de todas as mercadorias, uma vez que parte do mundo não produz ou só produz material bélico [...] Os lucros, então, não correspondem ao capital. Excedem o capital cem, duzentas por cento em um só ano [...] Dir-se-á que os lucros serão depositados nos bancos ou capitalizados além de certos limites. Mas é precisamente essa capitalização que aumenta as disponibilidades bancárias, determinando a inflação do crédito ou a febre dos negócios.

Assim, ao mesmo tempo em que estratos sociais mais baixos do Recife sofriam com a crise da guerra devido à falta de produtos de necessidade básica, como carne de xarque e querosene,⁸⁸ as camadas altas se favoreciam como detentoras e multiplicadoras de investimentos. Tal situação terminou por elevar os valores das obras públicas por meio do aumento dos preços da mão-de-obra e dos materiais de construção, restringindo a atuação de muitas empresas da iniciativa privada de construção civil,⁸⁹ que tencionavam participar da concorrência pública de construção.

A atuação da municipalidade na promoção de reformas urbanas viria assim a implusionar a construção de novos edifícios na cidade. Dorina Polimeni Riccardi (1990, p. 22) coloca que “o circuito imobiliário é o locus estratégico do capital privado, onde as frações desse capital se articulam e é a fronteira pela qual se articula a valorização dos excedentes gerados em outras órbitas do capital...”.

Nesse contexto, era massiça a propaganda e o estímulo por parte do governo em torno da construção no Recife. Agamenon Magalhães, em matéria no Diário da Manhã de 4 de janeiro de 1944, coloca que, “quanto mais acelerado fôr o ritmo das construções e maior fôr o seu volume, mais dinheiro, mais riqueza e mais prosperidade serão distribuídos...”. Entretanto, o processo de construção em determinadas áreas da cidade só poderia ser viabilizado mediante a demolição, já que essas se encontravam consolidadas, como as zonas centrais do Recife.

Assim, as demolições no bairro de Santo Antônio aconteceram com uma frequência bastante acelerada, que muitas vezes o processo de reconstrução não conseguiu o acompanhar. Tal ato era recorrentemente criticado pela imprensa, especialmente por Mário Melo. Em matéria de 16 de agosto de 1942 do Jornal do Comércio, o jornalista ressalta a indiscriminação das demolições que estavam ocorrendo, alegando que, “em alguns casos, os terrenos passam a meros depósitos de lixo, e as demolições nada mais são que uma forma de extinguir parte da história.”

⁸⁸ Folha da Manhã. 29 de janeiro de 1944.

⁸⁹ Segundo consta na matéria *Obras públicas* da Folha da Manhã de 22 de agosto de 1944.

Entretanto, por meio dessas demolições, a municipalidade criava oportunidades de construção de novos edifícios e a abertura de novas ruas e avenidas. A relação entre novas vias e edificações no período das reformas era de grande complementaridade, já que a idéia de que “onde surge o calçamento, imediatamente vem a edificação” era amplamente difundida, e a constatação de que a “Prefeitura aufere também bons resultados...”⁹⁰ era igualmente conhecida.

Percebe-se na política de aproveitamento do potencial do solo, refletido no novo Código de Construções de 1936, o estímulo à intensa construção e verticalização. A verticalização, segundo coloca Dorina Polimeni Riccardi (1990, p. 58), foi possibilitada pela criação de instituições especializadas e por sua atuação nas reformas urbanas. Conta a autora que, em 1939, foi fundada a “Empresa Brasileira de Engenharia, que executava os serviços de instalação elétrica, hidráulica e mecânica de grandes edifícios”, que, dada a complexidade de suas obras, não poderiam ser feitos por trabalhadores autônomos nem pelas empresas desse subsetor de construção de edifícios, pois não estavam habilitados para assumir esse tipo de demanda, particularmente por causa da verticalização das construções.

À medida que as áreas remodeladas recebiam edifícios de vários pavimentos, maximizava-se o potencial de uso do solo, tornando-o mais lucrativo. Isso pode ser verificado na Avenida Guararapes, que foi ocupada por uma série de edifícios destinados a escritórios, bancos, correios, cinemas, institutos de aposentadorias e pensões e se constituiu no novo centro de negócios do Recife, segundo destaca Naslavsky (1998).

Inicialmente, a venda desses lotes pela prefeitura estava sendo realizada por meio de concorrência pública, sendo estipulado o prazo máximo de seis meses para a construção a partir da entrega do lote, e o gabarito mínimo de sete pavimentos. Entretanto, também aconteceram doações, mediante um acordo de construção predeterminada.

Quadro 1. Empresas e instituições que estiveram envolvidas na aquisição dos novos terrenos

Negociaram mas não compraram	Compraram	Receberam lotes doados
Eqüitativa	Produtora Cinematográfica UFA	Correios e Telégrafos
Loureiro, Barbosa & Cia	Sulamérica Capitalização	Clube de Engenharia de Pernambuco
Alfredo Fernandes & Cia	Caixa Econômica Federal	Instituto de Aposentados e Pensionistas (IAP) dos Bancários
	Ademar da Costa Carvalho (Almare)	IAP Comerciais
	Ademar da Costa Carvalho (Almare Anexo)	IAP Industriários
	Ademar da Costa Carvalho (Arnaldo Bastos)	IAP Empregados em Transportes e Cargas
	Ademar da Costa Carvalho (Conde B. Vista)	IAP Marítimos e da Estiva

Fonte: Outtes (1991) e Prefeitura Municipal do Recife (1945)

⁹⁰ Diário de Pernambuco. 7 de outubro de 1938. Causas da Cidade - Aníbal Fernandes.

A nova tipologia edilícia, os novos arruamentos do bairro de Santo Antônio e a abertura da Avenida Guararapes, assim como os novos usos desses edifícios atraíram investimentos para essas áreas da cidade. Conta Naslavsky (1998) que, a partir dos anos 1940, as petições para a construção de edifícios de escritórios nas áreas centrais da cidade cresceram e, no final da década, eles já eram numerosos no centro, onde os mais modernos edifícios construídos foram ocupar essa avenida. O quadro abaixo enumera os edifícios construídos, considerando-se a área e perímetro dos lotes criados, a área construída do edifício, o número de pavimentos e a altura.

Quadro 2. Edifícios construídos na Avenida Guararapes

Edifício	Área lote (m²)	Per. Lote (m)	Área const. (m²)	Pavimentos (número)	Altura (m)
Trianon	869	150	4868	8	27
Sertã	284	73	1908	9	30
Art-Palácio	947	126	947	1	7
Iapi	1163	134	5132	8	27
Iapc	1050	135	6534	9	30
Caixa Econômica	906	122	5132	12	39
Sig. Cabral	450	90	3658	10	33
Inst. Bancários	556	95	4383	10	33
Sulacap	684	112	5290	10	33
Correios	2901	236	14616	8	27
Arnaldo Bastos	247	67	2191	10	33
Almare Anexo	240	73	2734	10	33
Continental	756	112	8556	12	39
Almare	433	94	3524	11	36
C. Boa Vista	357	74	3318	11	39
Santo Albino	1081	150	10690	12	39
Pernambuco	345	73	4209	13	42
INSS	334	74	3002	9	27
Dantas Barreto	249	66	3872	16	48

Fonte: Silva (2001)

É interessante observar que o terceiro maior lote de todos os presentes na Guararapes é representado pelo Edifício Santo Albino (1081 m²), ficando atrás dos Correios (2901 m²) e do IAPI (1163 m²). Esse edifício ainda hoje, está localizado no encontro da Avenida Guararapes com a Dantas Barreto, e situa-se no local onde ficava a antiga Igreja do Paraíso.

É provável que, apesar da manutenção inicial da Igreja do Paraíso no plano implementado, percebeu-se que ela ocupava uma área de grande potencial financeiro, e que valia mais destruí-la do que mantê-la. Isso pode ser verificado ao se comparar o preço de desapropriação do metro quadrado do terreno onde estava situada a igreja e o preço do metro quadrado que os lotes adjacentes à igreja teriam, segundo o estudo *Modificação e valor dos lotes ao lado da Igreja do Paraíso*. O terreno da igreja totalizava 1.558,85 m² de área no período anterior à demolição, e foi desapropriado pela quantia de Cr\$ 250.000,00.



Figura 8. Modificação e valor dos lotes ao lado da Igreja do Paraíso
Fonte: Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano

Entretanto, o novo lote proposto para o encontro da Avenida Dantas Barreto e Guararapes, ao lado da igreja, com 309 m² de área, custava, segundo consta no citado documento, Cr\$ 108.752,00. Percebe-se que o preço do metro quadrado do lote com a igreja construída era de aproximadamente Cr\$ 160,00, enquanto o preço do lote vazio a ser comercializado ao seu lado era de Cr\$ 351,90. O preço dessa área após a intervenção foi aumentado⁹¹ em mais de 100%.



Figura 9. Igreja do Paraíso em 1938.
Vista lateral
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figuras 10 e 11. Igreja do Paraíso em 1943 e 1944. Vista panorâmica e frontal
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Além disso, o lote situado no encontro entre as avenidas Dantas Barreto e Guararapes representava o mais caro em comparação com os demais que são referenciados na citada planta. Dessa forma, ao se destruir a Igreja do Paraíso, o lote localizado na intersessão dessas avenidas seria acrescido de uma área tal que elevaria ainda mais o seu preço de comercialização.

⁹¹ Carlos (1994, p. 88-89), ao explorar a questão da formação de preço imobiliário, coloca que os fatores que o determinarão vinculam-se principalmente à “inserção de determinada parcela no espaço urbano global.” Nesse sentido, quesitos como a localização do terreno, a acessibilidade em relação aos lugares considerados privilegiados e o acesso à infra-estrutura existente consistem em instâncias fundamentais para a determinação e o aumento do preço. Porém, a autora coloca que um dos mais importantes fatores se refere ao processo de valorização espacial que acomete a área onde é localizado o bem imobiliário. Já a evolução dos preços se interrelaciona com as condições de reprodução do espaço urbano, os custos gerados pela aglomeração, o grau de crescimento demográfico, a utilização do solo, as políticas de zoneamento ou de reserva territorial e as modificações do poder aquisitivo dos habitantes.

Ao se analisar o preço do metro quadrado dos quatro lotes presentes na planta *Modificação e valor dos lotes ao lado da Igreja do Paraíso*, pôde-se verificar que aqueles localizados na Guararapes, via recém-aberta e com uma nova infra-estrutura, eram de maior quantia que os localizados na Dantas Barreto, obra ainda em andamento. Porém, os preços verificados ao longo da Guararapes não eram iguais. À medida que os lotes se aproximavam da esquina, o seu preço era bastante aumentado, sendo o mais caro de todos aquele localizado na intersessão.

Quadro 3. Comparativo entre o preço e a localização dos lotes de acordo com as avenidas

Lote	Localização	Preço m ²	Percentual Comparativo
X	Guararapes x Dantas Barreto	Cr\$ 351,90	Número de referência
Y	Guararapes junto à esquina	Cr\$ 225,90	35,81% menor
W	Guararapes	Cr\$ 191,68	45,60% menor
Z	Dantas Barreto	Cr\$ 164,20	53,34% menor

Fonte: A autora (2007)

Dessa forma, foi destruído o Paraíso, não pela necessidade de abertura da avenida ou pelo perfilamento das novas vias, mas pelo desejo de potencializar a rentabilidade do solo que estava sendo criado, com um acréscimo à área do lote de maior preço dessa localidade.



Figura 12. Vista posterior da Igreja do Paraíso após a destruição do hospital
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 13. Destruição da Igreja do Paraíso
Fonte: Museu da Cidade do Recife

Esse conjunto de medidas de reconstrução, no final do ano de 1943, havia colaborado em parte para reverter a precária situação econômica pela qual passava o Recife, por meio do acréscimo de fontes de arrecadação municipal. Em matéria de 25 de fevereiro de 1944 do Diário da Noite, foi colocado que em seis anos de governo foi paga a dívida flutuante, resgatada a dívida consolidada e o empréstimo de trinta mil contos com o Banco do Brasil, retomado o pagamento da dívida externa, “saneando integralmente as finanças do Estado.” Por fim, foi publicado que, no tocante ao plano de obras públicas, a prosperidade pública marchou ao lado da prosperidade privada, aumentando a riqueza e a arrecadação orçamentária da cidade.

O Parecer n° 90 referente ao Exercício de 1943,⁹² que enumera os valores orçamentários da prefeitura desde 1939 até 1943, ilustra o crescimento constante da arrecadação:

- Renda do Exercício de 1939 – Cr\$ 20.368.687,70
- Renda do Exercício de 1940 – Cr\$ 20.863.170,90
- Renda do Exercício de 1941 – Cr\$ 23.556.248,10
- Renda do Exercício de 1942 – Cr\$ 24.998.162,90
- Renda do Exercício de 1943 – Cr\$ 30.916.468,90

Grande parte desse incremento na arrecadação se deu pelo retorno do investimento em obras públicas, onde foi aplicado grande montante nesse governo. No setor de obras públicas, a administração municipal excedeu o gasto de Cr\$ 16.733.386,90 com serviços de jardinagem, conservação, obras novas, execução do plano da cidade e iluminação, o que representa a porcentagem de 59,83% sobre o total da despesa realizada durante o exercício anual de 1943.

O quadro a seguir ilustra a proveniência das maiores fontes de rendimento na receita da Prefeitura do Recife em três momentos distintos.

Quadro 4 Fontes de rendimento da prefeitura por ano

Fonte/ Ano	1939	1940	1943
Imposto de Indústrias e Profissões	1.693:467\$900 réis	6.155:238\$100 réis	Cr\$ 10.967.382,30
Imposto Predial	350:170\$500 réis	3.451:737\$900 réis	Cr\$ 4.473.606,70
Renda do Matadouro	223:848\$600 réis	1.690:110\$900 réis	-
Taxa de Limpeza e Saneamento	190:478\$300 réis	2.078:023\$300 réis	Cr\$ 2.853.474,50

Fonte: Pareceres n° 107, 115 e 90 (respectivamente) referentes ao Exercício Municipal in Prefeitura Municipal do Recife (1945)

Sobre o incremento na arrecadação dos impostos prediais, advindo do grande número de novos edifícios construídos, especialmente os de altura, as quotas por exercício revelam, em números absolutos, uma firme evolução, como naturalmente seria de se esperar da mutiplicação das construções civis. A Prefeitura do Recife chegou a esses índices adotando “uma legislação especialmente favorável ao incremento das novas construções, ou seja, ampliando em vários decretos, os favores destinados a estimular, por todos os meios, a dilatação da área edificada” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1945, p. 5).

A destruição de edificações antigas e a construção de novas, além de aumentar bastante o montante arrecadado pela prefeitura, como o mostraram os números acima colocados, também promoveram a valorização de determinadas áreas, como o bairro de Santo Antônio, principalmente pela mudança de uso propiciada pelas novas tipologias edilícias. A mudança de

⁹² Constante em Prefeitura Municipal do Recife (1945).

uso, entretanto, acarretou uma mudança de população que utilizava essas áreas, da mesma forma que foi observado no caso da destruição do Morro do Castelo no Rio de Janeiro, ou na reforma do Bairro do Recife.

A valorização desses espaços terminou por desencadear um claro exemplo de substituição, em que a implantação de sistemas de abastecimento d'água, coleta de esgotos, iluminação pública e transporte eliminou as condições de permanência popular existentes nesse centro antigo, modificando a composição social da área em questão. Os residentes não tiveram condições de retornar à área na qual interveio a prefeitura após o término das obras, já que a quantia paga pela indenização das habitações era bastante inferior ao novo preço dos imóveis e lotes.

Essa idéia é desenvolvida por Batistuzzo e Pacheco (1981, p. 31-32) ao tentarem verificar a valorização ocorrida em determinadas áreas a partir da intervenção pública. Colocam que, nessas situações de mudança de valoração econômica do território pós-intervenção, depara-se com processos correlatos que, ao mesmo tempo, influenciam e são influenciados pelo preço dos terrenos. Nesse sentido, ao se levantar o preço por metro quadrado dos terrenos comercializados nos locais que sofreram intervenção, também há referência à situação do mercado imobiliário (momentos significativos de retenção de terra, de volume de comercialização, de potencial de uso), à mudança de uso do solo (novas funções do espaço) e à mudança da população moradora (como se efetua a apropriação da valorização).

Esse foi o caso que pôde ser verificado com a reconstrução do bairro de Santo Antônio, onde em nome da potencialização econômica e rentabilização do solo foram destruídos significativos edifícios dos séculos passados, dentre os quais se inclui a Igreja do Paraíso, de mais de 250 anos, no decorrer de operações marcadas pela ausência de conflitos. Segundo Novaes Filho, a “cidade inteira” estava ao seu lado na questão dessas reformas urbanas, sempre o “distinguindo e apoiando”(FOLHA DA MANHÃ, 31 DE AGOSTO DE 1939).

A grande propaganda⁹³ que circulava em torno das obras expressava o apelo social que elas continham em seu seio, não apenas ao se tratar de novas construções, mas também das destruições. O prefeito, em seu relatório de prestação de contas (1945, p. 14), assinala que:

⁹³ Uma característica peculiar a esse período de governo foi a massiva propaganda política, enfatizando e doutrinando a população a favor do novo regime político. De acordo com Capelato (2000, p. 123), do mesmo modo que o Estado Novo se referenciava como a solução para o atraso brasileiro, o período anterior a ele era completamente abominado, em que “o contraste entre o antes e depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. Havia promessas de um futuro glorioso.” Essa diretriz tinha o intuito de estabelecer aquele momento presente como instituidor de novas práticas políticas, em oposição a um passado apresentado como negativo e, portanto, condenado ao fim. Grande parte dessa propaganda política

Empenhado em manter minha administração atenta às exigências humanitárias e sociais que de ordinário se impõem ao poder público, não tenho poupado esforços para, dentro das possibilidades financeiras, atender a todos... Em primeiro lugar assinalo que todo o material resultante das vultuosas destruições procedidas no curso dos trabalhos do Plano da Cidade é invariavelmente doado. São artigos de cerâmica, como telhas e tijolos, calça, encanamentos, pias e bacias sanitárias, que contam por dezenas e centenas de unidades, distribuídas gratuitamente...

No empenho de “conferir a um bairro central uma fisionomia compatível com o progresso da cidade,”⁹⁴ a prefeitura ainda divulgava que “os que procuram embaraçar a execução do plano da

3.2 O INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO

Será contemplada a posição do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco quanto à questão da destruição da Igreja do Paraíso, identificando quais foram as motivações que o levaram a tomar determinado partido. Para tanto, será brevemente abordada a criação dessa instituição, sua função, além dos princípios que as regiam.⁹⁷

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco foi fundado em 28 de janeiro de 1862 como uma organização civil e particular. Segundo consta no relatório publicado em 1919-1920,⁹⁸ “constituiu-se o Instituto de Pernambuco, o primeiro que se fundou nas antigas províncias e atuais estados. Ante ele apenas o da Corte.”⁹⁹ O instituto da Corte, sediado até meados do século XX na cidade do Rio de Janeiro, foi fundado em 1838, com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...,” segundo consta no Artigo 1º do seu Estatuto de 1838.

O instituto, tanto o brasileiro como o pernambucano, constituiu-se desde sua fundação em um porta-voz de um grupo de intelectuais próximos ao poder político, seja ele imperial, seja de presidentes, governadores ou prefeitos. A relação entre o instituto e tais poderes, em especial o imperial, manifestava-se de uma forma tão evidente que se tornou alvo de estudos diversos. Sanchez (2003), ao analisar a produção e circulação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na “cidade letrada”¹⁰⁰ do século XIX, enumera alguma dessas produções. É citada a obra intitulada *Os Guardiões da Nossa História Oficial*, de autoria de Lília Moritz Schwarcz

ao regime.” O interventor de Pernambuco, que recorrentemente escrevia no jornal Folha da Manhã, em 14 de janeiro de 1944, atesta em uma de suas matérias o impacto do seu governo, seja pelo seu caráter impositivo, seja pelas modificações políticas que trouxe: “No começo, poucos compreenderam o meu plano de govêrno. Parecia reformador, drástico, violentos, sob certos aspectos. Os resultados, porém, foram tão certos que hoje não encontram mais divergências, nem reações. O nosso esforço foi traumatizante, ninguém poderá negar o seu fim construtivo e eminentemente social... O que combatemos na ordem local vemos com prazer que vai ser combatido no plano nacional e no internacional.”

⁹⁷ Como fontes primárias de pesquisa foram utilizadas as matérias de jornal publicadas pelos seus membros, sejam eles secretários, sócios, sócios beneméritos, seja a Revista do Instituto. “Diante da revista se colocam dois eixos de entrada para a abordagem dessa instituição: de um lado pelo estudo dos textos escritos e nela publicados pelos seus membros, o que permite observar um pouco do pensamento do grupo; do outro, pela análise das atas das reuniões, que enfocavam o conjunto das que pairavam sobre o instituto. A publicação regular desses textos e atas permite adentrar em um repertório rico a respeito das práticas institucionais desse grupo de intelectuais ao longo dos séculos XIX e XX.” Essa forma de investigação foi tomada de empréstimo a Bonfim e Pontual (2006).

⁹⁸ Relatório do 1º Secretário Perpétuo, v. 22, Ano: 1919-1920, [p. 77-78].

⁹⁹ Segundo o referido relatório, sua fundação proveio do fato de ter o imperador, em 1859, buscado visitar certos lugares históricos da guerra holandesa sem haver quem lhe informasse com segurança. Por isso, deixou de visitar, dentre outros pontos, o local do forte de São Jorge, do forte do Arraial Velho e do forte do Arraial Novo.

¹⁰⁰ Segundo Sanchez (2003, p. 21), a “cidade letrada” deriva do conceito de “cidade literária” que organiza o ensaio *A Cidade das Letras* do uruguaio Angel Rama, publicado em 1984. “O ensaio procura explicar a participação dos intelectuais na sociedade latino-americana desde a conquista até o início do século XX, relacionando-os com a esfera do poder. É criado um quadro interessante para a reflexão a respeito da relação entre os grupos letrados e as esferas do poder em nosso continente.”

(1989), na qual foram analisadas as instituições denominadas Institutos Históricos, elegendo-se três representantes: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, o Instituto Archeológico de Pernambuco e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Lília Schwarcz, ao iluminar a estrutura dessas associações, mostra a sua proximidade com o poder imperial, que os contemplava com benefícios financeiros ou de títulos, sendo esse tema ainda tratado em *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, publicado em 1998.¹⁰¹

Sanchez (2003) também cita a tese de doutorado de Lúcia Maria Paschoal Guimarães (1995) intitulada *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. O título do trabalho mostra de forma clara a relação entre esses dois entes, sendo defendida pela autora a idéia de que o instituto teria sido criado como uma forma de um determinado grupo intelectual adquirir lugar no espaço político.

Ainda há referência à associação do Instituto Brasileiro com o poder administrativo na tese de doutorado de Paula Porta Santos Fernandes (2000), intitulada *Elites Dirigentes e Projeto Nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil*. O objetivo central do trabalho consistiu em documentar o processo de construção do Estado Nacional brasileiro por meio da experiência vivida por aqueles que participaram diretamente dessa construção, na qual também se inserem os membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Dessa forma, pode-se perceber que o instituto representava uma importante organização detentora de poder, seja pelo papel que desempenhava como guardião da memória histórica e geográfica nacional, seja pela sua proximidade com a esfera política, o que lhe conferia destaque diante das demais instituições.

O Instituto Brasileiro e o de Pernambuco estavam ligados entre si com o mesmo objetivo de registrar e perpetuar documentos de interesse; entretanto, possuíam estatutos específicos que regulamentavam as suas funções. De acordo os estatutos do Instituto de Pernambuco, datados de 1864,¹⁰² o objetivo principal da instituição e da Revista do Instituto criada juntamente com ele era:

Art. 1.º. Coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter, ou de que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até os nossos dias [...]; *Art. 3.º.* O Instituto publica, de três em três meses, uma brochura, que tem pelo menos trinta e duas páginas de impressão, com o título seguinte: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Nesta

¹⁰¹ Schwarcz (1998).

¹⁰² Revista do Instituto Arqueológico. v. 1. Número: 2. Ano: 1862-1863. [p. 33-34].

revista de publicam, além das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros, julgadas interessantes à história de Pernambuco ou à do Brasil, assim como as notícias ou extratos da nossa história, publicadas por outras sociedades ou pessoas literatas, nacionais ou estrangeiras, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seio do Instituto, para esse efeito nomeada.

Um dos membros mais ilustres e atuantes desde sua fundação foi o jornalista Mário Melo. Tendo ingressado no Instituto Arqueológico¹⁰³ em 29 de maio de 1909, foi saudado “pela sua entrada no grêmio da Associação, declarando-se que era muito esperado seu valioso auxílio,” segundo está registrado na *Ata de Sessão de 1908-1909*.¹⁰⁴ Seu papel dentro do instituto foi tamanho que, no momento de sua morte, foi publicado um volume exclusivo da revista para abordar sua trajetória,¹⁰⁵ fato esse também identificado por Bonfim e Pontual (2003). Destaque-se que:

- Foi eleito como membro da Comissão de Redação da Revista do Instituto no ano de 1910, mas já aparecendo na publicação de número 79;
- Foi eleito 1º Secretário da Sociedade¹⁰⁶ em 1912;
- Passou a Sócio Benemérito da Sociedade em 1913;
- Sobre sua vida profissional, foi registrado que “o jornalismo em sessenta anos de profissão diária tornou Mário Melo o mais conhecido dos pernambucanos de seu tempo. As homenagens que vem recebendo desde sua morte, deve-as, sem dúvida, à vercaença que praticou discutindo, opinando, divergindo, brigando, caturrando, nas páginas dos jornais”;
- Confessou em artigo: “a maior inspiração da minha vida é ser sócio do Instituto Arqueológico”;
- “Tão impregnado de Mário Melo estava o instituto e tão impregnado do instituto estava Mário Melo que um e outro se confundiam.”



Figura 14. Mário Melo visto pelo caricaturista A. Albuquerque em 1941
Fonte: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico



Figura 15. Diploma de Sócio Efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
Fonte: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

¹⁰³ O termo “Instituto Arqueológico” designa o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

¹⁰⁴ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das sessões. v. 18. Ano: 1908-1909: [p. 438].

¹⁰⁵ Revista do Instituto Arqueológico. Mário Melo. v. 45. Ano: 1960. [p. 10-24].

¹⁰⁶ O termo “Sociedade” refere-se à organização do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

de Pernambuco

de Pernambuco

O Instituto Arqueológico, presente até os atuais dias, sempre promoveu uma notada discussão intelectual em torno das questões referentes às tradições e aos monumentos locais. Os monumentos, segundo o sentido que lhes foi atribuído pelo instituto, representavam: “os edifícios, quer civis, quer religiosos, todas construções públicas e mesmo as particulares por qualquer modo notáveis; as diversas obras de arte [...] que tem relação com os fatos...”.¹⁰⁷ Por tradição, foi estabelecido que se constitui em “narrações orais, feitas de geração a geração, e os mitos, as lendas, os hinos, as festas, os usos, as etimologias...”.¹⁰⁸

Desde sua fundação, o instituto representou um grande espaço de debate no qual eram abordados temas em que o passado representasse uma das faces. Nesse amplo fórum de discussão, eram abarcadas questões desde os fatos memoráveis do passado do Brasil e de Pernambuco, até a construção, destruição, conservação e restauração de edifícios, quesito esse que interessa primordialmente ao presente trabalho.

Sobre os edifícios, discutia-se preponderantemente a sua conservação e manutenção, sobretudo nos anos 1930, momento que o Instituto Arqueológico assinalou como portador de uma “onda destruidora dos monumentos.”¹⁰⁹ Frente a esses casos, o instituto atuava “limitando-se a pedir, a fazer sugestões”¹¹⁰ às autoridades competentes do governo municipal e estadual. Bonfim e Pontual (2006, p. 29) citam um caso paradigmático: o da demolição dos Arcos de Santo Antônio e da Conceição, questão que “fora comentada por quase 25 anos,” ainda que discutida “de forma divergente entre os sócios” do instituto. Tamanha divergência de opiniões se rebatida na diferença de posições assumidas pela instituição, onde “ora aqueles intelectuais apenas se colocavam como espectadores diante do que estava acontecendo, ora intervinham enfaticamente” (BONFIM E PONTUAL, 2006, p. 29).

As citadas autoras mostram em seu trabalho que, apesar de tencionar proteger alguns edifícios, a instituição omitiu-se em casos significativos de transformações pelas quais passava a cidade do Recife no início do século XX. Paradoxalmente, algumas iniciativas de proteção aos edifícios ameaçados pela falta de conservação adequada ou pelas novas necessidades que se impunham e

¹⁰⁷ Revista do Instituto Arqueológico. Breve memória sobre o processo mais fácil de investigar, colecionar e organizar os materiais da história. v. 1. Número: 11 de 26 de junho de 1866. [p. 451].

¹⁰⁸ Revista do Instituto Arqueológico. Breve memória sobre o processo mais fácil de investigar, colecionar e organizar os materiais da história. v. 1. Número: 11 de 26 de junho de 1866. [p. 451].

¹⁰⁹ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das Sessões. v. 35. Ano: 1930. [p. 252].

¹¹⁰ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das sessões. v. 31. Ano: 1925: Em sessão ordinária de 19 de março de 1925, Methodio Maranhão diz ter lido no Diário de Pernambuco, um artigo, em que há censura ao Instituto [p. 377].

se confrontavam com sua permanência eram tão significativas que chegavam a despertar a animosidade daqueles que se viam prejudicados por tais medidas.

O instituto chegou a ser censurado “por conservar certas coisas” na segunda década do século XX. Argumentava-se que “o progresso não permite certas conservações, porque do contrário estaríamos ainda nas cavernas e nas cidades lacustres... Há outros meios de ligar o presente ao passado, sem esse caturriso que estorva o progresso.”¹¹¹

A tensão entre a intenção de conservar determinados monumentos e a insenção de uma posição quanto à destruição de determinadas edificações, assumia no destino de algumas igrejas uma expressão notória. É assinalada a presença de comentários e debates a respeito da Matriz do Corpo Santo, Igreja do Carmo em Olinda, Igreja da Madre de Deus, Igreja da Estância, Matriz da Soledade, Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Matriz de Goiana, Matriz de Igarassu, Capela de Boa Viagem, Igreja da Muribeca, Igreja da Massangana e Sé de Olinda. Porém, ao passo que se empreendiam grandes esforços para a conservação de alguns edifícios, outros se encontravam seriamente comprometidos e desprovidos, por parte do instituto, de qualquer apoio que defendesse suas permanências. Esse foi o caso da Igreja do Paraíso.

O templo, ameaçado de destruição desde a década de 1920, quando o decreto municipal nº 132, de 7 de outubro de 1927, foi lançado durante a gestão do Prefeito Joaquim Pessoa Guerra, prevendo sua demolição, não foi alvo do desejo de proteção do Instituto Arqueológico. Essa afirmativa está baseada na inexistência de registros nas revistas do instituto que defendessem a permanência do templo, nem no momento mais crítico, representado pelo ano de 1944. A notícia da destruição da igreja e do hospital da Santa Casa da Misericórdia não foi sequer colocada nos registros das atas de reunião ou nos textos publicados por essa instituição na revista, dado esse também verificado por Bonfim e Pontual (2006). O fato de o instituto não se ter posicionado em seu meio de divulgação oficial, a Revista do Instituto, frente à iminência da destruição da Igreja do Paraíso e do Hospital da Santa Casa, denota que consentia essa medida.¹¹²

O único membro a defendê-la, de acordo com as fontes consultadas, foi Mário Melo, que se colocou a favor da permanência da igreja por um tempo e expôs suas opiniões nos jornais locais. Essas opiniões revelavam a sua posição como membro do instituto, e não quanto à instituição; entretanto, não deixam de ser importantes para que se compreenda o embate das idéias.

¹¹¹ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das sessões. v. 31. Ano: 1925. [p. 377].

¹¹² Outro fator que corrobora a idéia de que o instituto não considerava a Igreja do Paraíso digna de preservação é observado no parecer da Sub-Comissão de História, Tradição e Monumentos (Comissão do Plano da Cidade), formada pelos membros do Instituto Arqueológico. O parecer não indicou que essa igreja devesse ser protegida, sendo sua demolição completamente consentida.

Frente a tal situação, cabe questionar: quais foram as motivações que levaram o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco a concordar com a demolição da Igreja do Paraíso, templo inicialmente seiscentista, mas reconstruído no início do século XX, e encravado no centro do Recife?

Para responder a essa questão, ou ao menos elaborar algumas hipóteses, é necessário resgatar alguns dos princípios que fundamentavam o discurso preservacionista do instituto, para que se compreendam as motivações pelas quais se acreditava que o Paraíso poderia ser destruído. Pela leitura das Revistas do Instituto, em especial das Atas das Sessões, sobretudo das publicadas da década de 1910 até 1930, puderam ser sistematizados seis tópicos que ilustram o pensamento dessa instituição quanto à condição de permanência de edifícios. Depreendeu-se que:

- *Os monumentos deveriam ser portadores de tradições históricas*¹¹³ → As tradições históricas, segundo a definição fixada pelo instituto e já citada neste trabalho, constituíam-se no critério que qualificava o edifício como um monumento, artefato digno de preservação pelo caráter evocativo de fatos do passado que deveriam ser perpetuados;
- *Deveriam ser preservados os edifícios característicos do Recife, ligados a sua fisionomia*¹¹⁴ → A ligação do edifício com a fisionomia da cidade constituía-se em uma condição essencial para a preservação edilícia, já que se as edificações deviam remeter a determinados fatos. Tais fatos, por sua vez, só se tornavam inteligíveis e passavam a fazer parte da memória do lugar quando relacionados com o local e o tempo no qual ocorreram;
- *Deveria ser mantida a antiguidade do monumento, e o monumento portador de antiguidade, já que a “simples antiguidade, fala mais que tudo,” ainda que não tenha “merecimento artístico”*¹¹⁵ → A idade do monumento assim como as marcas da passagem do tempo que nele se imprimiam representavam um importante critério para a manutenção do edifício, já que testemunhavam, por meio da sua forma física, um dos seus principais atributos: a senilidade. A idade avançada do monumento sobrepunha-se ao seu caráter artístico, prevalecendo a “estética do tempo.” Cabe citar que esse posicionamento se aproxima das formulações teóricas do inglês John Ruskin, ainda no século XIX, assim como os pontos seguintes;

¹¹³ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das Sessões. v. 36. Ano: 1931, [p. 361]

¹¹⁴ Revista do Instituto Arqueológico. Mario Melo. A Torre Malakoff. v. 30. Ano: 1930 [p. 119].

¹¹⁵ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das Sessões. v. 33. Ano: 1929 [p. 392].

- *A restauração era vista como uma destruição, uma ameaça contra o monumento*¹¹⁶ → As medidas de restauração eram consideradas pelo instituto como atos destrutivos, já que subtraíam do monumento o seu aspecto de antiguidade, condição essencial para a informação dos feitos do passado a ele ligados;
- *A remodelação era tida como um “atentado à arte e à história,” promovendo a descaracterização do monumento. Os edifícios deveriam ser mantidos em seu “estilo original”*¹¹⁷ → A manutenção do estilo original do edifício era bastante perseguida pelo instituto e expressava o caráter do edifício em sua idade e em seus traços arquitetônicos;
- *Demolições em nome da utilidade pública eram permitidas, excetuando-se apenas, os casos de monumentos de grande relevância histórica para a tradição da cidade*¹¹⁸ → Apesar do estabelecimento dos cinco pontos acima descritos, o instituto concordava com a extinção de monumentos portadores de não muita tradição, em prol do que acreditavam que promoveria a melhoria urbana. Percebe-se que essa última colocação põe em xeque as demais anteriores, e termina por ligar o destino de certos edifícios a critérios relativos, como o que seria um edifício de “grande relevância histórica” ou uma obra de “utilidade pública.”

Dentre esses itens, os que eram recorrentemente discutidos nesse intervalo temporal investigado na revista referiam-se aos monumentos como expressão da história e tradição do Recife e a perda dessa capacidade de expressão, nos casos de remodelação do edifício.

Elaborados e sistematizados os princípios preservacionistas encontrados no discurso do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, cabe agora relacioná-los com a Igreja do Paraíso, para que sejam identificadas as convergências ou divergências entre aquilo que a instituição defendia que deveria estar presente em um edifício para que esse fosse preservado, e o referido templo.

Inicialmente, é importante colocar que essa igreja não era tida como um monumento importante pelo fato de ter sido inteiramente reconstruída em estilo eclético, dentro de uma linguagem inteiramente neogótica. A obra realizada na igreja conferiu-lhe uma nova feição que em nada remetia ao seu aspecto passado, o que constituiu um dos principais argumentos para justificar a possibilidade de sua demolição. Mário Melo, no início de 1944, alegou que:

¹¹⁶ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das Sessões. v. 31. Ano: 1925-1926 [p. 413].

¹¹⁷ Revista do Instituto Arqueológico. Atas das Sessões. v. 31. Ano: 1925-1926 [p. 413].

¹¹⁸ Revista do Instituto Arqueológico. *O Edifício do Instituto Arqueológico*. v. 18. Ano: 1916. [p. 58-60].

... está completamente descaracterizada. Perdeu aquela beleza simples e ingênua de seus tempos primitivos, como capela do hospital que Dom João de Souza levantou, nos fins do século XVII. Admite-se coisa assim chocante (referindo-se à destruição) quando há verdadeiramente tradição a defender. Descaracterizada como está, não é possível armar reação. Aliás, aquele local tem perdido aos poucos o que se deveria conservar...¹¹⁹

Com a reconstrução, o Paraíso passou a apresentar uma linguagem arquitetônica “estranha” ao contexto dos edifícios locais. Apesar de o ecletismo ter sido bastante difundido no início do século XX, eram poucos os edifícios que apresentavam uma feição inteiramente neogótica. Além disso, o estilo eclético gerava muitas polêmicas na cidade, em virtude da forma como o mesmo era visto. Para Souza Barros (1985), por exemplo, o ecletismo arquitetônico correspondia a um momento de falta de criatividade e inovações que acometeu, sobretudo, a década de 1920, quando as criações refletiam a mesmice parnasiana.

Por outro lado, o estilo proposto para a Igreja do Paraíso e para o hospital também era admirado. Tal fato pode ser observado nos registros presentes no Almanach de Pernambuco (1917, p. 207). Foi dito que “pela sua elegância que allia a grande simplicidade de motivos, entre severos e graciosos, conforme o gosto preconizado pelo alludido sistema architectonico, é um dos templos mais vistosos de nossa capital.” Pereira da Costa (1985, v. 4, p. 244) tece semelhantes elogios ao afirmar que “a nova capela de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus, obedece a um plano de elegante arquitetura, de estilo gótico.”¹²⁰

Porém, essa não era a opinião compartilhada pelos membros do instituto, que não conferiam valor estético a tal obra, sendo mais afeitos ao repertório barroco e neocolonial, conforme está evidenciado nos monumentos mencionados nas revistas e que deveriam ser protegidos. Aníbal Fernandes¹²¹, jornalista do Diário de Pernambuco e sócio do instituto, em matéria publicada em 24 de agosto de 1940, reuniu razões de falta de interesse histórico e estético para justificar sua posição quanto à destruição da igreja:

Não há razão nenhuma para que as demolições do Pátio do Paraíso poupem a igreja, que ali existe. O que havia de interessante era o antigo templo, reformado, ao que parece, no mesmo tempo em que se perpetuou a infeliz restauração ou coisa parecida da velha Sé de Olinda. Mas desde que o que era antigo e bom desapareceu, não há razão para que se conserve uma verdadeira aberração arquitetônica... O prefeito Novaes Filho prestará um serviço à cidade, apresentando a demolição e livrando-se de uma construção que é uma peça de requintado mau gosto.

¹¹⁹ Jornal do Commercio. 15 de janeiro de 1944. Crônica da Cidade - Mário Melo.

¹²⁰ A incorporação desse estilo ao repertório edilício local nesse período encontra-se tratado no estudo *Ecletismo arquitetônico na cultura pernambucana*, de Maurício Rocha de Carvalho (1992), em que é mostrada a sua difusão no Recife.

¹²¹ Segundo Pontual (1998, p. 54), Aníbal Fernandes foi “diretor-redator chefe do Diário de Pernambuco, escrevia com vários codinomes, como Rui Lara e Delara, e utilizava R, X, Z na sua coluna diária ‘Cousas da Cidade’, que tinha grande destaque à época.”

Especificamente, a remodelação dos monumentos religiosos era vista como uma atitude iconoclasta, com a qual se destruía a sua imagem em prol de novos modelos figurativos sem correspondência com a tradição local, em um repertório formal que remetia aos séculos XVII, XVIII e XIX. Além disso, a reconstrução fez com que o templo perdesse a antiguidade da matéria característica a um edifício construído ainda no século XVII, cuja pátina revelava a sua trajetória temporal. O Paraíso não era mais uma igreja antiga, nem portadora dos traços de antiguidade. Seu estilo original, de linhas singelas, da autoria de Antônio Fernandes de Matos, sumiu completamente, impossibilitando de fruição artística dos traços que a marcavam anteriormente à reforma.

Outro argumento utilizado para dar consentimento à destruição da igreja se referiu à relação que essa estabeleceria com os elementos urbanos localizados no seu entorno imediato. Mário Melo salienta que a permanência do Paraíso às margens de avenidas largas e suntuosas, ficaria inadequada devido ao confronto entre as escalas das novas vias e a do antigo templo, “como coisa chocante: uma piaba num cardume de baleias,” segundo expôs em 15 de janeiro de 1944, em sua coluna *Crônica da Cidade*.¹²²

Dessa forma, percebe-se que a presença da igreja não fazia parte da imagem urbana que o instituto prefigurava para o Recife.

A princesa do norte do Brasil, tão prodigalizada pela natureza, será, com as suas pontes majestosas, com os edifícios suntuosos que já se erguem, com os seus **imponentes e admiráveis templos religiosos**, as suas **largas avenidas**, o progresso da sua indústria, a consistência do seu comércio, o encanto dos seus arrebois, a suavidade do seu clima, a limpidez do seu céu, a doçura de suas noites estreladas, uma das mais lindas cidades da América do Sul¹²³.

Nessa perspectiva, as igrejas do Recife deveriam ser tão monumentais quanto o espaço urbano que estava sendo criado a partir das vias previstas pelos planos de remodelação. Porém, o Paraíso era apenas um templo singelo, marcado pela “exigüidade de suas dimensões,” segundo coloca o Almanach de Pernambuco (1917, p. 207), cuja presença era considerada incompatível com a monumentalidade das avenidas Guararapes e Dantas Barreto, símbolos primeiros do progresso da cidade.¹²⁴

¹²² Jornal do Commercio. 15 de janeiro de 1944. Crônica da Cidade - Mário Melo.

¹²³ Revista do Instituto Arqueológico. O Recife. v. 23. Ano: 1921-1922: [p. 105] (Grifo da autora).

¹²⁴ Nesse contexto, era colocado que o Pátio do Paraíso era sinônimo de descaso e relaxamento, com seu grande amontoado de pedras, sendo necessária sua transformação. Para Aníbal Fernandes, também “seria vantajoso para a cidade que fossem logo ao chão as casinholas que dão para a Rua Diário de Pernambuco, iniciando-se assim as novas construções. Aquele casario é uma vergonha para o Recife; e a Prefeitura poderia fazer desde já as devidas intimações. Não é possível que o Recife mantenha no seu centro de maior movimentação, aspectos que o rebaixam à categoria de um humilde burgo do interior” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10 DE OUTUBRO DE 1947).

Cabe ressaltar que a igreja estava localizada em um local bastante estratégico: na quadra do encontro entre essas duas avenidas, como foi colocado no subcapítulo anterior. Era um local de acumulação de fluxos de automóveis, pessoas e olhares, que marcava o encontro de duas das avenidas mais importantes do centro do Recife, e deveria expressar a nova imagem urbana que estava sendo criada. Nesse contexto, a Igreja do Paraíso não apresentava o estilo arquitetônico, o porte nem o uso adequado para tal, segundo o Instituto Arqueológico.

Esse argumento específico convergia inteiramente para os ideais da Prefeitura do Recife, empenhada no objetivo de conferir uma imagem de progresso à cidade, mediante a atualização das suas estruturas urbanas. Essa convergência das duas instituições não representava uma coincidência de opiniões quanto ao destino da cidade, mas um alinhamento que havia entre ambas, dando continuidade ao relacionamento existente desde os períodos imperiais, conforme foi colocado no início deste tópico.

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco permaneceu alinhado com o poder político do estado e do município no século XX, sobretudo durante o período do Estado Novo. Tal fato pode ser verificado na troca de elogios promovida por ambas as instituições e relatadas nos periódicos locais. Em matéria escrita pelo interventor Agamenon Magalhães em a Folha da Manhã em 11 de fevereiro de 1944 sobre a Revista do Instituto, percebe-se a admiração e o compartilhamento de idéias entre ambos.

É uma revista diferente das outras. Não tem anúncios, nem vulgaridades. Só publica o que interessa á geografia ou á história... Nesses tempos tumultuosos e frívolos em que o pensamento não se detem e é arrastado em todas as direções, ao sabor dos fatos e dos acontecimentos, uma revista como a do nosso Instituto, que não vende nas ruas nem amoeda as suas páginas, é um pregão do passado, conclamando as gerações a se voltarem para a história, onde encontrarão luz, filosofia e exemplos que ilustram o espírito e curam as atribulações da hora aguda que vivemos.

Por outro lado, o instituto colocava-se como um aliado político, corroborando as medidas governamentais adotadas, seja na instância estadual, seja na municipal. Em matéria publicada no Jornal do Comércio de 5 de janeiro de 1938, referente aos atos administrativos de remodelação do Recife, Mário Melo afirma que “motivo não me deram ainda os membros do governo instituído pelo novo regime, para deixar de apoiá-los. Até parece que tudo vai correndo á medida dos meus desejos.” Observa-se, portanto, que o instituto e a prefeitura estavam unidos sob o mesmo desígnio de transformar o centro da cidade, concordando quanto às medidas empregadas para essa consecução.

O somatório desses fatores, que possivelmente pesaram contra a manutenção da igreja, aliado a uma idéia de demolição em prol da utilidade pública, representada pela melhoria do tráfego, da

salubridade e da imagem do bairro de Santo Antônio, constituíram-se nas motivações pelas quais o Instituto Arqueológico não ponderou no sentido de manter a Igreja do Paraíso, apoiando a sua destruição sem resistências. A única ressalva em relação ao templo destruído com o suporte técnico dessa instituição foi feita por Mário Melo, que defendeu a necessidade de que:

... não se perca a memória dos feitos... Se for possível, como sugeri ao Prefeito, uma igreja na praça, na forma primitiva, muito bem. No caso contrário, o edifício Santo Albino (edifício que ocupou o lugar onde estava localizada a igreja) deverá conter uma inscrição que lembre o local da igreja a ser crucificada...¹²⁵.

Dessa forma, percebe-se que, para o instituto, a Igreja do Paraíso havia deixado de ser um monumento, edificação notável ou exemplar de obra de arte, convertendo-se apenas em um depositário de reminiscências. O elo entre o edifício (forma e estilo) e os feitos, representado pelo tempo, viu-se partido no momento em que foi dado um corpo novo a uma alma antiga. Desligado do feito, a perpetuação da tradição não se dava mais por meio do edifício, mas a partir da memória dos fatos a ele relacionados.

O edifício que era reconhecido pela sua fisionomia, forma externa que se dava a ler, recebeu uma nova face, tornando-se irreconhecível enquanto monumento do passado e ligando-se a novos fatos afeitos naquele tempo presente. O templo converteu-se então, aos olhos do instituto e em uma mera construção desprovida de sentido e significado, cuja permanência não era relevante por não se constituir mais em um canal com o “passado glorioso” do Recife.

Acima da conservação do edifício, estava o desejo de preservação dos feitos, que não mais dependiam da Igreja do Paraíso para se expressar, mas apenas de uma inscrição informativa.

3.3 A COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE

A atuação do Instituto Arqueológico e dos seus membros apresentava tamanha relevância para a cidade que esse foi solicitado pela municipalidade para que colaborasse com a Comissão do Plano da Cidade instaurada em agosto de 1931, segundo notícia do Diário da Manhã de 12 de agosto de 1931, enviando alguns de seus membros.¹²⁶

A Comissão do Plano da Cidade¹²⁷ tinha como atribuição a elaboração de pareceres cujos subsídios auxiliariam na concepção dos planos elaborados para a remodelação do Recife, dela

participando profissionais como “engenheiro civil, sanitarista, arquiteto, jurista e até financista,” segundo escreve José Estelita no Diário da Manhã de 31 de março de 1931.

A implementação dessa comissão era bastante defendida por Mário Melo, que criticava abertamente o ato de dissolução do antigo governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, da comissão anteriormente criada pelo prefeito Lauro Borba para avaliar o projeto de Domingos Ferreira.

A partir do ato desastrado do Sr. Carlos de Lima, continuamos a marchar as tontas. Organizaram-se com o nome de Comissão do Plano da Cidade, agrupamentos de técnicos, porem desvirtuados... Nada produziram, mesmo porque o objetivo duma Comissão de Plano da Cidade não é traçar o Plano, o que compete a arquitetos-urbanistas, mas orienta-lo, guia-lo, auxilia-lo, na fase de elaboração, para depois tornar-se defensora e fiscalizadora da execução do plano. Sem plano estudado antecipadamente e aprovado, os Prefeitos vão fazendo o que querem a seu arbítrio, ora desmanchando o que fizeram os antecessores, ora construindo, para que os outros desmanchem o que faz hoje.¹²⁸

Tal comissão, por sua vez, foi dividida em seis sub-comissões, nas quais cada uma respondia tecnicamente por questões específicas pertinentes ao plano. A pluralidade de profissionais egressos de diferentes campos disciplinares, dentre eles do Instituto Arqueológico, conota a particular preocupação com o destino dos monumentos da cidade, tendo como base a experiência da Reforma do Bairro do Recife, em 1913. Procurava-se combater o monopólio das decisões projetuais, como foi o caso da Matriz do Corpo Santo, que a engenharia portuária condenou com o peso de sua suficiência técnica.

Assim, foram instituídas as sub-comissões de: Traçado Geral de Melhoramentos da Cidade; Loteamento e Estudo Econômico dos Terrenos; Esgotos Pluviais; Unificação de Leis e Regulamentos da Construção; Estudos de Terrenos da Marinha; Estudo da Localização das Estações Terminais das Vias Férreas; Regimento Interno da Comissão; Higiene; História, Tradição e Monumentos da Cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 1945)

-
- Criada por Lauro Borba em 11 de agosto de 1931 como Comissão Consultiva do Plano da Cidade;
 - Dissolvida em 1935 por divergências entre membros;
 - Institucionalizada por Novaes Filho, pelo Ato nº 17 de 16 de dezembro de 1937;
 - Deixou de funcionar sem data e sem motivo aparentes;
 - Recriada pelo Decreto nº 102 de 3 de outubro de 1938;
 - Logo suspensa;
 - Reativada com o Decreto nº 317 de 2 de junho de 1942;
 - Permaneceu até 1952;
 - Foi substituída pela Comissão de Estudos e Planejamento do Recife, com outras atribuições e outra composição;
 - Foi substituída pela CEPRE, criada pelo Decreto nº 1.408 de 2 de maio de 1956 (finalidade de opinar sobre os problemas de tráfego e do zoneamento da cidade e principalmente tratar dos aspectos sociais e econômicos da região metropolitana).

¹²⁸ Jornal do Commercio. 15 de agosto de 1942. Crônica da Cidade - Mário Melo.

Uma das maiores contribuições dadas pela Sub-Comissão de Monumentos foi a elaboração de um parecer,¹²⁹ no ano de 1931, apresentado à Comissão do Plano da Cidade para guiar o arquiteto Nestor de Figueiredo na elaboração da proposta de remodelação do bairro de Santo Antônio. Esse parecer mostrava como se deu a evolução urbana da Cidade do Recife em uma perspectiva histórica, tendo como ponto de partida do percurso o século XVI. No total, encontrava-se subdividido nas seguintes partes:

- [I] Introdução
- [II] O Recife no século XVI
- [III] O Recife no século XVII
- [IV] A fundação de Mauricéa
- [V] O Recife após a restauração
- [VI] A predominância do nome Recife
- [VII] O povoamento da Boa Vista
- [VIII] O ensaio de urbanismo
- [IX] O Recife no século XIX
- [X] A fase áurea do Recife no século passado
- [XI] O Recife nos últimos dias da Monarquia
- [XII] O Recife no período Republicano¹³⁰
- [XIII] O que devemos conservar

Os itens I ao XII ofereciam um panorama geral do processo de urbanização da cidade com o suporte histórico para que fosse eleito “o que parece digno de conservação”¹³¹ na remodelação de parte do centro do Recife, cujas obras demandariam uma grande quantidade de demolições, justificando um olhar especializado sobre o que deveria ser perpetuado. Desse modo, a Sub-Comissão de Monumentos dividiu os monumentos das áreas da cidade em duas classes: [A]

¹²⁹ *A evolução da capital de Pernambuco: Parecer da Sub-Comissão de História e Tradição*, apresentado à Comissão do Plano da Cidade, para guiar o arquiteto urbanista Nestor de Figueiredo na remodelação do Recife. Publicado na Revista do Instituto, v. 31. Ano: 1931. [p. 75-85].

¹³⁰ No período republicano, o Instituto Arqueológico assinala significativas destruições na cidade, referindo-se a elas como erros: “Os erros a que aludimos referem-se ao desprezo pela tradição. Assim foi que arruinaram o forte do Picão, anterior ao domínio holandês; demoliram a Igreja do Corpo Santo, erguida sobre os escombros da primeira capelinha que houve no Recife; arrasaram os arcos de Santo Antonio da Conceição, evocadores do período holandês e ainda recentemente permitiram que uma empresa particular absorvesse os palmos de terra que embeberam o sangue de Frei Caneca.” In: *A evolução da capital de Pernambuco: Parecer da Sub-Comissão de História e Tradição*, apresentado à Comissão do Plano da Cidade, para guiar o arquiteto urbanista Nestor de Figueiredo na remodelação do Recife. Publicado na Revista do Instituto, v. 31. Ano: 1931. [p. 84].

¹³¹ *A evolução da capital de Pernambuco: Parecer da Sub-Comissão de História e Tradição*, apresentado à Comissão do Plano da Cidade, para guiar o arquiteto urbanista Nestor de Figueiredo na remodelação do Recife, publicado na Revista do Instituto, v. 31. Ano: 1931. [p. 84].

aqueles que rigorosamente deveriam ser poupados e [B] aqueles que só em último recurso poderiam ser destruídos. Eram eles:

Quadro 5. Seleção de edifícios, segundo índices de proteção e bairros, realizada pela Sub-Comissão de Monumentos

Local	Classe A	Classe B
Bairro do Recife	Cruz do Patrão; Fortaleza do Brum; Igreja do Pilar; Torre Malakoff; Igreja da Madre de Deus; Ruínas do Forte do Buraco e do Forte do Picão.	Antiga Casa da Moeda.
Santo Antônio	Palácio do Governo; Teatro Santa Isabel; Edifício da atual Biblioteca; Convento de São Francisco e respectivos templos; Igrejas do Espírito Santo, da Congregação, do Carmo, Matriz de Santo Antônio, Conceição dos Militares; São Pedro, Terço.	Igrejas de Santa Tereza e do Livramento; Quartel do Paraíso.
São José	Fortaleza das Cinco Pontas; Igreja da Penha.	-
Boa Vista	Palácio Episcopal da Soledade; Congresso, Igrejas da Boa Vista, da Soledade; do Rosário; da Santa Cruz, da Estância, João de Barros; Quartel da Soledade.	-
Graças	A casinha conhecida como “A panela dos cupins.”	-
Poço	Matriz do Poço; Igreja da Jaqueira; Campina da Casa Forte; Arraial Velho.	-
Torre	A Matriz da Torre.	-
Várzea	Matriz da Várzea; Arraial Novo.	-

Fonte: *A evolução da capital de Pernambuco: Parecer da Sub-Comissão de História e Tradição*, apresentado à Comissão do Plano da Cidade, para guiar o arquiteto urbanista Nestor de Figueiredo na remodelação do Recife, publicado na Revista do Instituto, v. 31. Ano: 1931. [p. 84].

O parecer é finalizado pelos membros dessa sub-comissão: Mário Melo como relator, Samuel Campelo e José Campello, mencionando-se que os pontos históricos do município estão apenas assinalados e, caso houvesse necessidade de tocar em algum desses pontos assinalados, dever-se-iam conservar as placas com os indicativos. O texto finaliza colocando que “... não sendo este um trabalho definitivo, a comissão aguarda sugestões para examiná-las ou se reserva para oportunamente modificá-lo no decorrer dos estudos do plano.”

Dessa forma, a partir do parecer da Sub-Comissão de Monumentos, percebe-se que a lista dos edifícios que deveriam permanecer durante as obras de remodelação era muito seleta, excluindo muitas edificações. Segundo esse olhar, a Igreja do Paraíso não deveria ser conservada. Das edificações do Conjunto do Paraíso, apenas o quartel,¹³² que se referia ao hospital da Santa Casa, deveria ser preservado, ainda que fosse sinalizada a possibilidade de sua destruição, de acordo com eventuais diretrizes do plano.

Por um lado, a sub-comissão ligava esse edifício a feitos considerados memoráveis para a história pernambucana, representados pela Revolução de 1817, mas, por outro, a sua reconstrução em estilo eclético atuava como um contrapeso, diminuindo sua importância de salvaguarda. A

¹³² O chamado “quartel” pela Sub-Comissão de Monumentos, r. 112 229.08 93o.”8D=0.0001 T41[(com ev dosos)do hospHtal da Sar

sinalização desse edifício como um bem passível de destruição, em último caso, elucida a tensão existente entre a importância dos fatos relacionados e a desimportância da nova forma física. É possível que, como a sub-comissão não relacionava feitos importantes à Igreja do Paraíso, que também foi reconstruída, essa não tenha entrado nem na classe B dos monumentos.

Esse parecer, embora tenha sido elaborado no ano de 1931, orientou as diversas propostas posteriores a ele, quanto ao que devia ser conservado. Essa mesma posição foi mantida sete anos após, quando foi instituída em caráter permanente a Comissão do Plano da Cidade.

O quadro abaixo mostra os membros dessa nova comissão, instituída em outubro de 1938 e retomada em 1942, por “motivos especiais”.

Quadro 6. Membros da Comissão do Plano da Cidade elencados pela instituição procedente

Instituição	Membro representante
Prefeitura da Cidade do Recife	Novaes Filho [Membro nato, substituído em seus direitos pelo Diretor de Obras Municipais]
Diretoria de Obras Municipais	Engenheiro José Hermógenes Tolentino de Carvalho
Secretaria de Viação e Obras Públicas	Engenheiro Paulo Guedes Pereira
Sindicato dos Engenheiros	Engenheiro José Estelita
Clube de Engenharia	Engenheiro Lauro Borba
Fiscalização do Porto do Recife	Engenheiro Décio Fonsêca
Departamento de Saúde Pública	Joaquim da Costa Carvalho
Instituto Arqueológico, Histórico, e Geográfico de Pernambuco	Jornalista Mário Melo
Associação da Imprensa	Jornalista José Campello
Estado Maior da 7ª R.M.	Major Frederico Carneiro Monteiro
Departamento Nacional do Saneamento	Engenheiro Sidney Herskorst
Escola de Belas Artes de Pernambuco	Engenheiro Heitor Maia Filho
Procuradoria dos Feitos da Fazenda	Romulo Cahú
Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura	Manoel de Souza Barros

Fonte: Prefeitura Municipal do Recife (1945) e Pontual (1998)

3.4 A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

A investigação da relação da irmandade da Santa Casa de Misericórdia com a destruição da Igreja do Paraíso foi realizada com base em matérias de periódicos locais, em documentos eclesiais, na sua maioria formados por atas de reunião e orçamentos. A partir da leitura e interpretação desses documentos, pôde-se perceber que foi partir da década de 1940¹³³ que se começou a discutir com mais vigor a ameaça de derrubada da sua igreja.

¹³³ Por meio das esparsas notícias no jornal referentes ao caso da Igreja do Paraíso, vê-se que as discussões, na década de 1930, levantadas pelos intelectuais da imprensa se centravam mais em questões como os mocambos e a construção de arranha-céus, que na destruição de edifícios.

Porém, as condições de permanência não eram muito favoráveis, já que, desde o ano de 1927, a sua destruição ao lado de grande parte do casario adjacente estava prevista, no momento da elaboração da segunda proposta do Engenheiro Domingos Ferreira para o bairro. Além disso, a partir do final de 1942, as missas que eram celebradas semanalmente na igreja foram transferidas para outro templo a pedido do padre responsável pela liturgia. Essa medida está registrada na décima oitava sessão da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife, página 14, de 10 de novembro de 1942, em que o “Padre Jerônimo de Couto, capelão da Santa Casa apresentou razões em ofício datado de 4 do corrente,” informando que “a missa que era celebrada nos sábados na Igreja do Paraíso passou a ser celebrada na Capela da Casa dos Expostos na Jaqueira a mesma hora.”

Apesar de ser registrada a notícia da mudança do local da missa do Paraíso, não são informadas as motivações que concorreram para tal. No entanto, pode-se estimar que existia o interesse, por parte da irmandade da Misericórdia e da Cúria Metropolitana, a quem era subordinada, de que a igreja fosse aos poucos perdendo importância, de modo a contribuir para a total suspensão de suas atividades litúrgicas. Também é possível que a presença das grandes obras de abertura da Guararapes e construção da ponte Duarte Coelho prejudicassem a celebração das missas e o acesso ao templo, sendo mais cômoda a mudança. A partir desse momento, a Igreja do Paraíso passou a ficar com seu funcionamento restrito, nela não mais eram realizadas missas, nem era mais constante a presença de padres ou freiras no local.¹³⁴

Mesmo assim, parte da irmandade ainda permanecia na tentativa de salvar a igreja da destruição. O veículo utilizado por ela para divulgar sua opinião contra essa medida foi a imprensa, nela contando com um apoio muito restrito. O jornalista Mário Melo¹³⁵ representou um dos raríssimos personagens a ir de encontro à extinção da igreja, ainda que por um período limitado. Segundo matéria publicada em 15 de janeiro de 1944 no Jornal do Comércio, divulgou-se que o jornalista escreveu, mais de uma vez, em favor da sua permanência. Entretanto, apesar de ser uma figura influente no meio intelectual do Recife na época, a sua opinião em favor da manutenção do Paraíso não era compartilhada por outros personagens de seu meio, tampouco foi capaz de mobilizar outras instituições para um possível apoio.

¹³⁴ Informações cedidas à autora pelo Professor José Luiz da Mota Menezes em 14 de agosto de 2007.

¹³⁵ Segundo Pontual (1998, p. 54-55), o advogado e jornalista Mário Melo foi uma das figuras mais eminentes desses tempos, publicava suas opiniões em colunas diárias em diversos jornais da cidade: no Jornal Pequeno a coluna: Ontem, Hoje e Amanhã, passando, nos anos 1940, a ser publicada pela Folha da Manhã (vespertina); na Folha da Manhã (matutina), a coluna Aqui e Ali, iniciada em 13 de agosto de 1946; no Jornal do Comércio, inicia uma coluna sem nome, mas logo depois adotaria o de Chronica da Cidade. Nessas colunas, o assunto principal era a cidade do Recife, principalmente nos seus aspectos urbanos: acontecimentos, problemas, eventos, polêmicas, cobranças aos poderes públicos, etc. Cartas eram enviadas a ele contendo reclamações, reivindicações e sugestões acerca de problemas da cidade, freqüentemente transcritas e divulgadas com os devidos comentários.

As suas declarações na imprensa, apesar de poucas, foram suficientes para que a irmandade, ao verificar a convergência de idéias, apelasse “em estado de desespero,” como ele próprio coloca em matéria do Jornal do Comércio de 15 de janeiro de 1944. Entretanto, Mário Melo não manteve a mesma posição durante todo esse processo, já que os laços que mantinha com outra instituição que autorizava a destruição da Igreja do Paraíso foram mais fortes¹³⁶. De acordo com a citada matéria, o jornalista infelizmente não mais poderia manter essa atitude, já que fazia parte da Comissão do Plano da Cidade, ligada aos interesses da Prefeitura do Recife.

No momento em que o apoio do jornalista deixou de existir, a situação da Igreja do Paraíso se tornou mais delicada, já que sua irmandade perdera um dos principais porta-vozes que havia na imprensa. Paralelamente à execução das obras da remodelação do bairro de Santo Antônio, a Santa Casa de Misericórdia vinha vivendo um período de dificuldades financeiras, marcado pelo crescimento brusco de dívidas. Um dos seus momentos mais críticos ocorreu no ano de 1944, segundo parecer constante no livro de atas da Santa Casa de Misericórdia do Recife (1942-1945); entretanto, já corria a notícia de grandes débitos desde 1942.¹³⁷ Como mostra o decreto nº 329, de 27 de agosto de 1942,¹³⁸ a Santa Casa de Misericórdia devia diversos tributos à prefeitura, sendo recorrentes as tentativas de negociação das dívidas.

Nesse contexto, em 1943, “o senhor mordomo Fernando Pereira de Sá, com a palavra, diz que indo a situação da Santa Casa financeiramente muito precária, propunha a ida de uma comissão ao Senhor Interventor fazer-lhe uma exposição...”¹³⁹ Essa comissão, que foi buscar apoio financeiro com o Governador do Estado Agamenon Magalhães, foi nomeada para dar pareceres sobre a situação financeira da instituição, além de cotar os seus orçamentos anuais. Entretanto, não há notícia registrada do apoio da interventoria nesse momento, tendo a instituição permanecido com as mesmas dificuldades no ano seguinte.

É pertinente citar a existência de fortes vínculos entre a interventoria e a Igreja Católica, estabelecidos desde o início da administração. Um exemplo disso pode ser observado pelos representantes escolhidos por Agamenon Magalhães para compor o secretariado, que eram na maioria da Congregação Mariana: “Manoel Lubambo ocupa a pasta da Fazenda, Etevlino Lins a

¹³⁶ Essa outra instituição foi o Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco, que atuou na Comissão do Plano da Cidade, responsável pela condução dos planos de reformas, como foi mostrado nos tópicos anteriores deste subcapítulo.

¹³⁷ Segundo o *Parecer sobre o orçamento para o ano de 1945*, de 23 de janeiro de 1945, a relação entre a despesa proveniente de todos os hospitais e colégios mantidos pela Santa Casa era maior que a sua receita mensal, acumulando em janeiro de 1945 um valor negativo de Cr\$ 1.124.300, 00.

¹³⁸ Esse decreto estabelecia que a Santa Casa deveria liquidar o que devia em 120 prestações mensais.

¹³⁹ Quadragésima quinta sessão da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife. 13 de novembro de 1943.

da Segurança, Apolônio Sales a da Agricultura, Arnóbio Tenório Wanderley a da Secretaria de Governo e Nilo Pereira o Departamento de Educação” (PANDOLFI, 1984, p. 48).

Essa associação é amplamente explorada por Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida (2001, p. 23), que analisa a relação da Igreja, Educação e Imprensa na doutrinação e legitimação do regime do Estado Novo, realizado sob a forma de “pacto,” característico das tramas de poder. A autora destaca o importante papel que a igreja teve na tarefa de legitimar o regime junto às massas populares, doutrinando por meio da criação de um conjunto de representações políticas nas quais os valores católicos se encontravam presentes.

Paulo Cavalcanti (1977, p. 179) ilustra a profundidade dessa relação naquele período, onde era propagado que “quem não crê, brasileiro não é.” O autor também destaca que a Igreja Católica se encontrava inteiramente submetida ao jogo do poder, “abençoando as obras do Estado Novo, participando com seus congregados marianos da cúpula governamental, secretários de Estado que, antes de ir às suas repartições, passavam pelo Colégio Nóbrega para receber as ordens do Padre Fernandes...”.

Tal aliança foi realizada em virtude da prestação de auxílio mútuo entre a instituição político-administrativa e a eclesiástica. A Igreja, por um lado, oferecia ao Estado um projeto de catequização, no qual os cânones de fidelidade, autoridade, ordem e obediência se identificavam com aqueles de caráter autoritário e nacionalista do Estado Novo; por outro lado, tal união assegurava a erradicação de qualquer “heresia política” contrária ao regime (ALMEIDA, 2004, p. 30). A Santa Casa de Misericórdia, principal instituição filantrópica da igreja, também não fugia à regra, e aparentava, segundo os documentos consultados, possuir um relacionamento estreito com a interventoria.

Porém, mesmo com esse relacionamento, a situação de dívidas da Santa Casa não regredia. Em 1944, foi colocado pela citada comissão que:

Os algarismos da “Receita e Despesa,” necessariamente compulsados com precisão, para que se tornasse imperioso conferi-los, demonstram que a situação deficitária é grave. Tempo houve que tais “déficits,” aliás em números modestos, quando submetidos a uma administração vigilante e rigorosa, poderiam vir a ser eliminados ou atenuados. Para chegar a êsse resultado, a administração, como outras anteriores, dar-se-ia ao programa aconselhável de tentar aumentar a receita e reduzir a despêsa. Atualmente, seria irrisório que a Comissão indicasse tal medida, quando se sabe de antemão que ela é inexecutável, porquanto a receita, por preceito legal, tem que permanecer estacionária, e a despêsa já está reduzida ao extremo. E se não há brecha

para aumento de receita nem diminuição de despêsa, nada resta senão deixar prevalecer o “déficit,” sem dúvida alguma, elevadíssimo...¹⁴⁰

O déficit financeiro pelo qual passava a instituição, resultante da falta de dinheiro em caixa, contrastava com a riqueza do patrimônio canônico da Santa Casa, como foi mostrado no capítulo 1 deste trabalho, um dos maiores detentores de terrenos e imóveis, tanto no centro da cidade, como em alguns subúrbios.¹⁴¹ A disparidade entre as riquezas acumuladas imobiliariamente e a dívida que a assolava, comprometia os serviços oferecidos e criava dúvidas sobre a idoneidade da instituição e dos estabelecimentos por ela regidos, como atesta o *Parecer sobre o orçamento para o ano de 1945*.¹⁴²

Dessa forma, a comissão defendeu que “o remédio tem que ser procurado... Se incorrer em medidas ou atitudes que não possam ser tomadas, bom, já que, pelo menos, fiquem consignadas.”¹⁴³ Uma dessas medidas adotadas foi a negociação de parte do seu patrimônio canônico com vista ao levantamento de recursos para quitar as dívidas e equilibrar o caixa. Esse era o tema recorrente das reuniões realizadas pela junta administrativa no período de 1942 até 1945, quando eram discutidos os preços dos imóveis, dos aluguéis, das ofertas recebidas, dentre outros itens. A predominância desse assunto nas 372 páginas de atas analisadas dentro desse intervalo aponta para a importância do patrimônio e para o enfoque dessa instituição na direção das suas propriedades, dando a idéia de que a gerência de seus imóveis e terrenos era tão importante quanto a administração e funcionamento dos hospitais, igrejas e escolas.

As obras de remodelação do centro do Recife possivelmente foram vistas como uma fonte de negócios e lucros, já que sua efetivação passava pela desapropriação de inúmeros terrenos nos bairros de Santo Antônio e São José. De acordo com o teor de determinadas resoluções tomadas nas reuniões pela junta administrativa e registradas nos livros de atas, percebe-se que houve uma intensa especulação imobiliária.¹⁴⁴ Essa especulação fundamentava-se na existência de expectativas que, coletivamente ou individualmente, foram criadas em relação a essa área.

Essa se reportava tanto aos imóveis pertencentes à Santa Casa, cuja destruição seria imprescindível para a continuidade das obras planejadas, quanto àqueles que permaneceriam e

¹⁴⁰ *Parecer sobre o orçamento para o ano de 1945*. Recife, 23 de janeiro de 1945. Fernando Pereira de Sá.

¹⁴¹ Até os dias atuais, a Santa Casa de Misericórdia permanece sendo uma instituição rica. Segundo o administrador Rozendo Rezende, o patrimônio está avaliado em R\$ 35.000.000, valor baseado num balanço feito pela própria Santa Casa. Entretanto, ele acredita que o valor comercial de todo o patrimônio deve ser duas a três vezes maior. Informações extraídas de Unidas (2006).

¹⁴² Parecer constante no livro de atas da Santa Casa de Misericórdia do Recife (1942-1945).

¹⁴³ Parecer constante no livro de atas da Santa Casa de Misericórdia do Recife (1942-1945).

¹⁴⁴ A idéia de que a Santa Casa de Misericórdia também se movia pelo interesse na especulação imobiliária é compartilhada pelo Professor José Luiz da Mota Menezes, que expressou sua posição à autora em entrevista realizada em 14 de agosto de 2007.

seriam beneficiados indiretamente com a melhoria da infra-estrutura local. Assim, muitos desses imóveis sofreram uma elevação de preço, tanto nos casos de permanência como de exclusão, em outras palavras, passaram a valer mais estando ainda de pé ou no chão.

Um exemplo disso pode ser observado no registro da reunião ocorrida na Sexagésima Sétima Sessão da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife, de 13 de março de 1944, página 101, onde,

... tendo apresentado a junta uma ordem suposta para permutar os prédios de número 60, 70, 80 na Rua das Trincheiras, discutindo o assunto os senhores Provedor e Tezoureiro em entendimento a respeito com o senhor Arcebispo [...] Aconselhou que depois do entendimento com mesmo senhor arcebispo deixe-se aguardar a presente proposta quando for iniciada a abertura da Avenida Dantas Barreto.

Essa especulação imobiliária existiu, não apenas pelo valor de troca ou de uso dos imóveis, mas pela necessidade da posse para o prosseguimento da abertura das avenidas e da remodelação de quadras e lotes. Dessa forma, deter a propriedade de imóveis situados nos locais que seriam contemplados pelas obras empreendidas pela Prefeitura do Recife deu à Santa Casa uma posição favorável à sua realização.

O quadro abaixo apresenta uma relação de logradouros e bairros nos quais a instituição possuía quantidade significativa de lotes, construídos ou não. É exibida apenas uma amostra do patrimônio canônico da Santa Casa de Misericórdia referente aos bens que apareceram registrados nos documentos consultados.

Quadro 7. Lista de logradouros onde a Santa Casa de Misericórdia possuía terrenos e/ou imóveis

Logradouro	Bairro	Logradouro	Bairro
Rua do Bom Jesus	Bairro do Recife	Rua Herculano Bandeira	Ilha do Nogueira ¹⁴⁵
Rua Marquês de Olinda	Bairro do Recife	Rua Joaquim Nabuco	Ilha do Nogueira
Rua Vigário Tenório	Bairro do Recife	Rua José Mariano	Ilha do Nogueira
Rua da Guia	Bairro do Recife	Rua Martins Ribeiro	Ilha do Nogueira
Rua 13 de Maio	Bairro em Olinda	Rua São Luiz	Ilha do Nogueira
Rua Duarte Coelho	Bairro em Olinda	Praça Joaquim Nabuco	Santo Antônio
Rua São João	Bairro em Olinda	Rua Coronel Suassuna	Santo Antônio
Estrada da Caixa d'Água	Beberibe	Rua das Laranjeiras	Santo Antônio
Estrada de Água Fria	Beberibe	Rua das Trincheiras	Santo Antônio
Rua da Alegria	Boa Vista	Rua Direita	Santo Antônio
Rua do Hospício	Boa Vista	Travessa do Livramento	Santo Antônio
Rua do Riachuelo	Boa Vista	Rua do Livramento	Santo Antônio
Rua dos Coelhoos	Boa Vista	Rua Duque de Caxias	Santo Antônio
Rua Matias de Albuquerque	Boa Vista	Pátio do Paraíso	Santo Antônio
Rua João de Barros	Campo Grande	Rua de Santa Rita	São José
Rua Santanna	Campo Grande	Rua Imperial	São José
Rua Jasmim Vilela	Caxangá	Rua Padre Floriano	São José

Fonte: Atas de Reunião da Santa Casa de Misericórdia do Recife de agosto de 1942 até dezembro de 1945

¹⁴⁵ A Ilha do Nogueira estava situada na área que corresponde nos dias atuais ao bairro do Pina.

Seu patrimônio imobiliário era tão vasto que era gerenciado por uma comissão específica para esse encargo, a chamada “Comissão de Prédios.” Ela foi criada após a elaboração do estatuto compromissal da Santa Casa de Misericórdia do Recife, em data não identificada, e era responsável por avaliar as propostas que a instituição recebia, além de controlar o uso e o aluguel de alguns dos seus imóveis. As atribuições da junta administrativa eram controlar, além dos hospitais e colégios, os prédios, os terrenos e o movimento do caixa resultante do funcionamento desses estabelecimentos.¹⁴⁶

Dessa forma, um dos imóveis que a Santa Casa negociou com a Prefeitura do Recife durante o período da reforma foi o edifício da Igreja do Paraíso, além do hospital ao lado. A Igreja do Paraíso só veio a ser desapropriada em 13 de maio de 1944, por meio do decreto-lei nº 386. Pelo templo, que correspondia ao imóvel nº 376 no Pátio do Paraíso, foi paga a quantia de Cr\$ 250.000,00 à Santa Casa de Misericórdia, no dia 16 de março de 1943,¹⁴⁷ para que dispusesse o seu bem ao poder público. De acordo com o mesmo decreto, pelo imóvel nº 77 localizado no Pátio do Paraíso, também de propriedade da Santa Casa, foi paga a quantia de Cr\$ 46.746,00.

Além disso, foi acordado entre a prefeitura e a Santa Casa o auxílio financeiro da transferência da sede da irmandade da Igreja do Paraíso para a Igreja do Espírito Santo, também localizada no bairro de Santo Antônio:

Em companhia do senhor tesoureiro, Eduardo Santos procurou o Senhor Prefeito para solucionar algumas dúvidas sobre o terreno da Igreja do Espírito Santo e necessidades financeiras da Santa Casa. Pelo Senhor Prefeito á Comissão foi bem acolhida, tendo nesta ocasião declarado que os vinte mil cruzeiros prometidos para a nova sede poderia ser agora recebidos para as adaptações da sede da Santa Casa na Igreja do Espírito Santo¹⁴⁸.

O processo de negociação da Igreja do Paraíso, estabelecido entre as citadas instituições, ocorreu de uma forma consensual e pacífica como pode ser visto, em que a municipalidade, além de pagar a indenização pela igreja, providenciou os meios e recursos necessários para a mudança da sede da irmandade. Cabe citar que tal transação foi autorizada pelo então Arcebispo de Recife e Olinda, Dom Miguel de Lima Valverde (1922-1951).¹⁴⁹ Assim a Igreja do Paraíso foi destruída.

A carência de informações que tratem especificamente sobre o Paraíso na documentação consultada da Santa Casa indica a pequena importância que esse templo possuía aos olhos da

¹⁴⁶ Essas eram as disposições mais recorrentes nas atas de reunião analisadas.

instituição naquele momento. De acordo com as fontes pesquisadas, a Santa Casa dedicava-se com mais vigor aos assuntos dos seus estabelecimentos assistencialistas, ficando em segundo plano as questões sobre suas igrejas.

O caráter funcional dos estabelecimentos assistencialistas suplantava em grande medida o uso religioso das suas igrejas, que foram negociadas a fim de que se levantassem recursos para a manutenção do atendimento médico e educacional. Apesar de o Hospital do Paraíso também ter sido destruído, esse fato foi imposto pela necessidade de abertura da Avenida Guararapes, ao contrário da Igreja do Paraíso, que foi demolida por meio de uma negociação imobiliária deliberada pelas partes interessadas.

Dessa forma, apesar de a irmandade ter apelado pela permanência do templo, o uso interrompido da igreja e a necessidade de captação de recursos que seria possível com a reforma empreendida nos bairros de Santo Antônio e São José constituíram-se nas motivações que levaram a Santa Casa de Misericórdia a autorizar a destruição da igreja mediante sua cessão, sob o completo consentimento da Cúria Metropolitana. A Igreja do Paraíso constituiu-se, então, em mais um ativo financeiro que, somado aos demais imóveis pertencentes à Santa Casa, engrandeciam o seu patrimônio.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Essa primeira parte do trabalho buscou explorar a história da Igreja do Paraíso para que pudessem ser identificadas as motivações que levaram à sua destruição, tendo como eixo analítico o âmbito urbanístico e institucional da questão.

Do ponto de vista urbanístico, percebe-se que a Igreja do Paraíso não se constituía em um bem cultural cuja permanência devesse ser assegurada; pelo contrário, representava uma edificação que poderia ser excluída do repertório urbano e arquitetônico caso a necessidade de abrir uma via ou de remodelar uma quadra ou lote fosse colocada. Nesse sentido, os planos tratados continham soluções urbanísticas que ora previam mantê-la, ora previam destruí-la, junto ao casario civil.

Entretanto, a proposta aprovada, em 1938, da Comissão do Plano da Cidade não previa sua demolição, já que a passagem da Avenida Guararapes não dependia da área que esse lote ocupava. Percebe-se que a destruição da igreja não esteve associada à necessidade de abertura de uma grande artéria de tráfego, como comumente se costuma colocar, mas remeteu a interesses distintos que fugiam dos da ordem técnica.

Nesse sentido, foram as posições assumidas pelas instituições envolvidas na questão que determinaram o destino do Paraíso. Essas instituições, por sua vez, mostraram-se articuladas em prol da destruição do templo. Verifica-se que a ligação, tanto do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, da Comissão do Plano da Cidade, como da Santa Casa de Misericórdia do Recife com a Prefeitura do Recife, foram bastante importantes para a definição do destino da igreja, ainda que cada uma delas se tenha apoiado em diferentes motivos para justificar tal medida. Apesar de consensual a idéia de sua destruição, ela era defendida e impulsionada por diferentes questões.

A primeira consideração a destacar é que a Igreja do Paraíso, apesar da grande relevância que teve no Recife até o século XIX, apresentava, desde o final da década de 1920 até o momento de sua destruição, muito pouca importância, não sendo conflituosa a sua derrubada devido à unanimidade desse pensamento. As poucas reações registradas pelos documentos consultados atestam tal afirmativa. Desde o início do século XX, essa edificação religiosa vinha perdendo sua importância de uso, já que eram poucas as missas e atividades eclesiais ou sociais nela celebradas, como já foi mostrado. Além disso, a proliferação das unidades assistencialistas passou a dividir o contingente de pessoas que nos períodos anteriores se dirigiam preponderantemente à Igreja e ao Hospital do Paraíso. Do ponto de vista arquitetônico, a igreja não era considerada por

determinadas instituições como um edifício digno de manutenção, tanto pelo seu estilo quanto por sua escala em relação aos templos localizados nos bairros de Santo Antônio e São José.

O IAHGPE, por exemplo, apenas a considerava como um edifício marcado pela perda da originalidade, antiguidade e tradição. Desse modo, a reconstrução do templo realizada em 1911 foi bastante significativa para a perda da importância artística e histórica que anteriormente foram conferidas ao Paraíso. O estilo eclético, de traços nitidamente neogóticos, não fazia parte do repertório formal prezado naquele momento e tido como nacional, em um período em que se realizaram grandes esforços na construção da identidade do país, impulsionada pelo Estado Novo e tendo na retaguarda o centenário da Independência do Brasil (1922), bem como o Movimento Regionalista (1926).

Assim, as considerações emitidas pelo Instituto Arqueológico sobre a pouca importância histórica e artística da igreja contribuíram com grande peso para a determinação do seu destino, conferindo à sua sentença de morte uma legitimidade técnica, já que foi enunciada por um grupo de intelectuais que tinha como objetivo auxiliar o registro e a permanência do que fosse de valor para a história, a geografia ou a arqueologia de Pernambuco.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,¹⁵⁰ por sua vez, omitiu-se da decisão sobre a destruição do templo, já que não o tombou,¹⁵¹ nem se envolveu com o seu processo de demolição. É importante salientar que, no ano de 1938, foram salvaguardadas institucionalmente as primeiras igrejas do Recife, sendo elas: Igreja de São Pedro dos Clérigos; Convento e Igreja do Carmo do Recife e Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Santa Teresa; Capela de Nossa Senhora da Conceição (Jaqueira); Capela Dourada; Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Convento e Igreja de Santo Antônio; Igreja da Madre de Deus; Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista; Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e Igreja de São Gonçalo, ficando o Paraíso excluído dessa lista.

Além disso, a destruição fazia parte da política estado-novista rumo ao progresso da nação. Opor-se à demolição da igreja seria sinônimo de se opor ao plano da cidade e, conseqüentemente, ao governo. As destruições, para além das razões urbanísticas, legitimavam-se

¹⁵⁰ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas.

¹⁵¹ Por tombamento, entende-se o instituto jurídico por meio do qual o poder público determina que certos bens culturais serão objeto de proteção especial. O Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, que continua em vigor, normatizou na esfera federal o ato de tombamento, e é um dos instrumentos legais do SPHAN.

não apenas por meio do apoio e do “protesto dos interessados, mas acima desses, pelo bem-estar geral,”¹⁵² conforme era divulgado.

A Santa Casa de Misericórdia, por sua vez, pela situação deficitária em que se encontrava e pela falta de interesse que demonstrava pela Igreja do Paraíso no momento de sua destruição, não hesitou em entregar o seu mais antigo templo no Recife, em um lucrativo negócio com a municipalidade, instituição a que era bastante ligada.

Já a Prefeitura do Recife se mostrou a principal interessada na destruição do pequeno templo, já que ele sinalizava a real possibilidade de maximização dos lucros nas reformas urbanas do centro do Recife, onde a valorização imobiliária foi uma grande aliada. A remodelação do bairro de Santo Antônio se tornava cada vez mais rentável para a prefeitura, à medida que os terrenos criados e que receberam a nova infra-estrutura em seu entorno, eram disponibilizados para o mercado imobiliário e negociados a altos preços, conforme aconteceu com o da Igreja do Paraíso. Além disso, os impostos arrecadados das edificações em altura suplantavam em grande medida a arrecadação anterior proveniente de edificações térreas, como já foi mostrado.

Assim, o quadro abaixo ilustra esquematicamente as motivações 4.3a

transformações urbanas, tornou-se a chave-mestra do processo, ou seja, a Prefeitura do Recife constituiu-se na principal idealizadora e executora da destruição da igreja, tendo contado com o grande auxílio das demais instituições.

As razões que motivaram conjuntamente a destruição da igreja orientaram, naquele momento, o que deveria permanecer e o que deveria ser suprimido da cidade. Hoje, restam apenas vagos registros e uma memória parcialmente esquecida ou parcialmente lembrada, mas “nada que matéria e espaço moldaram, expressaram, abrigaram ou possibilitaram” (AMORIM, 2007, p. 16).

Vamos embora, Maria!

[Ascenso Ferreira]¹⁵³

Os panzer-divisão de cimento armado
 Os panzer-divisão de
 Os panzer-divisão de prédios cimento-armado
 Estão tomando de assalto nossa Recife Colonial
 Abatendo por terra todas as tradições

Triunfante elas avançam
 Disformes e taciturnas
 Povoando o cenário de estranhas visões!
 - Tomaram conta do Pátio do Paraíso!
 - Refletem os vultos nas águas dos rios!
 As ruas de São José
 Ameaçadas estão

Oh! A tragédia iminente
 Dos velhos templos monumentais
 Espetacularmente cercado por elas
 No meio de praças públicas
 Como ilustres prisioneiros de guerra
 Expostos à curiosidade da multidão

- Vamos embora, Maria!

Quantos anos depois!

[Lutgardes Flores Neves]¹⁵⁴

Procurava o Recife.
 Chamei-o. Chamei-o. Gritei por ele.
 Rua do Cabugá. Rua do Cabugá.
 Que fizeram das dez casas da rua menor do mundo?

Pátio do Paraíso. Pracinha.
 Do trem de Caxangá e Várzea. Andando nas ruas.
 Lançando fumaça, cuspidando faíscas.
 Sem matar ninguém.
 Sem ninguém para matar.

¹⁵³ Poesia publicada em Correya (1998, p. 86-87).

¹⁵⁴ Poesia publicada em Nascimento (1997, p. 96-97).

PARTE II. A IGREJA DOS MARTÍRIOS

A parte II deste trabalho é dedicada à Igreja dos Martírios. Ela se encontra dividida em três capítulos que buscam contemplar a história desse templo desde a sua construção até a sua destruição. No primeiro capítulo, é abordada a criação da irmandade, a edificação da igreja ainda no século XVIII, além dos seus aspectos urbanos e arquitetônicos, que lhe conferiram um caráter singular em relação aos demais templos do Recife.

O segundo capítulo trata da relação da Igreja dos Martírios com a discussão em torno do prosseguimento da abertura da Avenida Dantas Barreto, que previa a sua destruição. Para tanto, são abordadas as idéias presentes nos meios intelectuais que se voltaram para essa questão e as veicularam, sobretudo nos jornais locais. Esse recorte temporal vai de 1946 até o ano de 1964, quando a mudança do regime político vem alterar a forma de condução das intervenções no espaço urbano do Recife. Dentro desse espaço de 18 anos, o ano de 1946, posterior à redemocratização advinda com o fim do Estado Novo, será tratado com maior detalhamento, devido ao fato de esse ser o momento em que se registrou uma mudança significativa de postura frente à abertura da Avenida Dantas Barreto, que anos mais tarde repercutiu sobre a discussão sobre a Igreja dos Martírios.

O terceiro capítulo aborda o processo de destruição do templo, ao passo que a abertura da avenida seguia o seu curso. Desenvolve-se a narrativa desde o ano de 1964, ano que vem marcar um novo regime político no Brasil, até 1973, quando os Martírios são destruídos. Esse intervalo é tratado em três partes, que correspondem às três gestões municipais do Recife. São mostrados os embates marcados pela intensa e longa disputa de forças, as quais apontavam para interesses distintos, por vezes completamente antagônicos, e tiveram representado no destino do templo o seu ponto de tensão.

Dentre as principais instituições envolvidas com o assunto estavam a Prefeitura do Recife, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tanto a sua sede nacional como a 5^o Superintendência Regional ou 1^o Distrito, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e os Conselhos Federal, Estadual e Municipal de Cultura. Também se destaca a participação da Arquidiocese de Olinda e Recife, ou Cúria Metropolitana, ou Mitra Arquiepiscopal, o departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Deve-se também mencionar os personagens políticos, artistas, sindicatos trabalhistas e a própria população.

Esse longo processo de destruição está bem documentado nas inúmeras matérias publicadas nos periódicos do Recife, em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, em revistas nacionais, nos programas divulgados pela rede de televisão local, pelo rádio, dentre outros meios. Esses documentos, que resgatam a memória e o ponto de vista de diferentes instituições, constituem-se em fontes de informação, e se encontram relacionadas ao momento político e social em que estiveram locadas. Assim está narrada a história de destruição da Igreja dos Martírios, marcada por uma série de embates, tendo as motivações que a promoveram bastante iluminadas.

4. FUNDAÇÃO DA IRMANDADE E EDIFICAÇÃO DA IGREJA

4.1 A CRIAÇÃO DA IRMANDADE E A CONSTRUÇÃO DA IGREJA DOS MARTÍRIOS

A história da Igreja dos Martírios começa antes mesmo da sua edificação. Inicia-se com a criação da irmandade que posteriormente construiria um templo onde seu santo protetor fosse abrigado.

Do ponto de vista católico,

... essa religiosidade leiga se caracteriza por traços reformistas e tridentinos, onde se avolumam os cultos aos santos, as devoções individuais, pomposas festas e procissões, uma “religiosidade barroca” de manifestações exteriores do culto, de incorporação de elementos profanos nos religiosos [...] Religião baseada na aliança entre o devoto e o santo [...] Uma forma atípica de religiosidade... (ALMOEDO, 1984, p. 164-165)

Além das características religiosas e sociais, as irmandades terminavam por reproduzir a estratificação social da Colônia em duas ordens básicas e dicotômicas: a dos senhores brancos e a dos escravos pretos. Nessa conjuntura, foi criada a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, segundo se encontra presente na notícia resumida sobre a “Irmandade, Terreno e Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Cidade do Recife.”¹⁵⁵

Essa irmandade foi instituída na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Recife no ano de 1773, tendo sido transitada para a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso na mesma vila, em 1775, segundo os documentos e requerimentos constantes no Arquivo Histórico Ultramarino, códice 1156.

Entretanto, segundo documento do conselho ultramarino de nº 10062,¹⁵⁶ de 22 de agosto de 1779, a irmandade ainda não havia sido oficialmente transferida para a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso do Recife, requerendo-se à Rainha D. Maria I a consolidação dessa medida, além da aprovação do seu compromisso. Esse primeiro compromisso foi elaborado no ano de 1775 pelos irmãos Thomas Ferreira Vila Nova, Domingos Teixeira Branco, Domingos de Castro e Felix da Rocha de Carvalho.

¹⁵⁵ Esse documento encontra-se presente no livro do *Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios*, presente na Cúria Metropolitana do Recife.

¹⁵⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. ACL_CU_015, Caixa 134, D. 10062



Figura 1. Capa e primeira página do livro do compromisso original da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios. Códice nº 1302

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – Lapeh/ UFPE

O seu capítulo primeiro continha disposições sobre as obrigações da irmandade, sendo colocado que:

... ordenamos q cada um año nodia da Invenção da Santa Cruz; q é a 3 de Mayo sefasa afesta do Snr Bom JESVS dos Martirios desta nosa Irmandade Erecta na Igreja de N. S. do Paraizo desta Villa de Santo Antonio do R.º. com Misa cantada, e Sermaõ para nella se publicar a Eleiçaõ, em aqual secharaõ todos os Irmaos doano com suas Capas Roxas, e Capelos brancos.

Os demais capítulos tratavam das seguintes questões:

- Capítulo II: Do modo e quando se fará a eleição
- Capítulo III: Das missas que serão de dizer no Altar do Senhor Bom Jesus
- Capítulo IV: Da procissão do Senhor Bom Jesus
- Capítulo V: Do modo que se terá a Irmandade com os irmãos defuntos
- Capítulo VI: Do modo que se terá no recebimento dos irmãos
- Capítulo VII: Que se faça ajuntamento sendo necessário algum conselho
- Capítulo VIII: Dos bens da irmandade
- Capítulo IX: Das missas depois do dia da festa
- Capítulo X: Da obrigação que temos de confessar
- Capítulo XI: Dos ornamentos de cada um irmão
- Capítulo XII: Da disposição das missas pelos irmãos defuntos
- Capítulo XIII: Das esmoladas das sextas-feiras
- Capítulo XIV: Da obrigação do processo

- Capítulo XV: Modelo para os que não forem irmãos¹⁵⁷
- Capítulo XVI: Que se possa acrescentar qualquer capítulo deste termo
- Capítulo XVII: Para lerem os termos precizanal

No capítulo IV, que dispõe sobre a procissão da irmandade, está colocada parte da sua ligação com a Igreja do Paraíso.

Na Dominga de Ramos sefara anosa Procisaõ aqual sairá pelas duas oras datarde da Igreja de N. S. do Paraizo a onde esta colocada a Santa Imagem: ora atrombeta com vestimenta Roxa, elevará estandarte o Procurador actual mais velho easduas guias primeiras os Irmaõs q servirão de Procuradores, eas outras duas guias os Irmãos q servirão de Tezourero, [...] aos irmãos zeladores: vinte equatro Anjos doze com os Martirios, edoze com flores navetas [...] O Andor do Snr Bom Jesus dos Martirios ira com todo ornato, edecencia acompanhado de seis lanternas, eo Escrivaõ adiante com sua c'ara porem mais delgada q ado provedor [...] Governará a Procissão osegundo Procurador actual, e Recebida q seja sefará uma pratica na Igreja de NS do Paraizo...

Segundo relata a notícia resumida constante no *Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martirios*, reformado pela comissão administrativa no ano de 1897 a 1900, posteriormente elaborado, a irmandade era representada por uma administração de homens pretos e crioulos e tinha como membros o provedor Ignácio Cardozo Pereira, o escrivão Felix da Rocha de Carvalho e os procuradores Simões dos Santos Pereira, José do Nascimento, Diogo de Barros, José Francisco de Souza, Roberto Pereira da Silva e outros.

Com o passar do tempo, os irmão pretos desejaram erigir uma capela própria “a fim de promoverem o esplendor da Religião Cathólica Apostólica Romana e especialmente o culto do seu Venerando Padroeiro, a sagrada imagem do Senhor Bom Jesus dos Martyrios”, segundo consta nos *Estatutos Compromissais* (1897-1900). Seus membros então procuraram um terreno para a ereção da capela, já que dependiam de doações para a concretização desse projeto, pelas precárias condições financeiras de uma irmandade formada preponderantemente por escravos.

Desse modo, a construção da capela se deu em um terreno¹⁵⁸ situado no extremo da Vila de Santo Antônio do Recife, que foi doado pelo sargento-mor José Marques do Vale e por sua mulher Ana Ferreira em 27 de março de 1782. A doação foi registrada no mesmo dia por meio da “escritura pública lavrada pelo tabelião João Bernardo de Silva Gondim”, segundo Pereira da

¹⁵⁷ Capítulo destinado a enterros de defuntos brancos, pretos e pardos na igreja, os quais não haviam sido membros da irmandade.

¹⁵⁸ Costa (1985, v. 6, p. 403) relata que essas terras pertenciam ao patrimônio da Câmara do Senado da Cidade de Olinda, tratando-se de uma “doação possessória.” A irmandade ficou incumbida de pagar os devidos foros de oitocentos e cinqüenta e cinco réis anuais, de acordo com o contrato de aforamento perpétuo fixado com a câmara, em 24 de setembro de 1808.

Costa (1985, v. 6, p. 403) e a mencionada notícia resumida do compromisso. Nesse mesmo terreno foi construída posteriormente a Igreja dos Martírios.

De acordo com Guerra (1978, p. 65-66), Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 406) e com os registros dos *Estatutos Compromissais* (1897-1900), os doadores, “muito piedosos e preocupados com o sossego de suas almas quando morressem”, estipularam no documento de cessão do terreno: a obrigação de manutenção do culto divino, o compromisso da celebração da festa do invocado com solenidade, e a sua procissão anual, na sexta feira da quarta semana da quaresma, “sendo nesse dia obrigada celebrar u’a missa por alma dos doadores do terreno, sem o que não poderá sair a procissão.”

Desta forma, foi construída uma capela própria para o culto do Senhor Bom Jesus dos Martírios, “embora simples, porém com o decôro necessário para a collocação do seu Divino Padroeiro,”¹⁵⁹ segundo coloca o seu compromisso reformado.¹⁶⁰ Com a conclusão da construção da capela, a irmandade foi trasladada com seu santo protetor para ela, em época desconhecida por não constar de nenhum dos documentos consultados.

Nos anos seguintes, decidiram os irmãos dos Martírios construir uma igreja nesse mesmo local, para que se pudesse abrigar um maior número de devotos. Segundo relata Pereira da Costa (1985, v. 4), coube ao Padre Caetano Francisco de Azevedo buscar a licença necessária à construção do templo, que foi dada pelo provisor do bispado, Dr. João Soares Moriz, em 20 de março de 1787. Murillo Marx (2003, p. 31) assinala que as “Constituições 683 e 684” proibiam a edificação ou reedificação e a entrada em uso e sem licença eclesiástica de qualquer igreja, ermida, capela, mosteiro, convento ou colégio, sendo necessária buscá-la. Essas constituições representavam um conjunto de leis eclesiásticas reguladas pelo acerbispado, e estiveram vigentes no Brasil desde os primórdios de sua colonização até o império.

O patrimônio canônico dos Martírios aumentou com a doação realizada em 31 de março de 1784 pelo Padre Antônio Gurjão. A irmandade recebeu uma casa térrea localizada na Rua de Santa Tereza, avaliada em 120\$000 réis. Pereira da Costa (1985, v. 4) relata que a fundação de uma igreja deveria ser obrigatoriamente antecedida pela formação do seu patrimônio edificado. Desse modo, o estoque fundiário tornava-se premissa para a edificação de templos nessa vila. Assim, no ano de 1791, começaram as obras de construção da Igreja dos Martírios, que duraram cinco anos, após a obtenção da licença eclesiástica.

¹⁵⁹ Segundo constam nas informações presentes nos *Estatutos Compromissais* (1897-1900).

¹⁶⁰ O compromisso reformado se refere aos *Estatutos Compromissais* (1897-1900).

Sobre a construção da igreja que veio a abrigar essa irmandade, o professor José Luiz da Mota Menezes afirma que ela representou o único exemplar inteiramente construído pelas mãos de escravos negros no Brasil, segundo consta na matéria do *Jornal do Comércio* de 15 de outubro de 2000. Esse fato apresenta um caráter excepcional, uma vez que a construção das igrejas estava vinculada aos mais variados ofícios mecânicos, cujas atribuições eram conferidas a profissionais regulamentados, “cujas assinaturas nos livros de termos só poderiam pertencer a homens brancos”, segundo afirma Germain Bazin (1983, p. 46). A irmandade desses homens pretos constituiu-se no instrumento de acesso do negro aos ofícios destinados a classes diferentes da sua, quebrando parte da rigidez da estratificada camada social e dando espaço para a manifestação da arte negra no Brasil colonial e escravagista.

O curto tempo gasto na edificação, bastante significativo para a época, já que muitas igrejas demoravam até 50 anos para ficar concluídas,¹⁶¹ foi devido à grande força de trabalho mobilizada para essa construção. Além disso, a Igreja dos Martírios foi construída em uma língua de terra, ou seja, em uma pequena faixa de solo firme, o que abreviou seu período de obras.

As datas principais da criação da igreja encontravam-se gravadas em uma lápide de mármore, localizada no seu frontispício, com os seguintes dizeres: “Foi construída em 1791, instalada em 1796 e reedificada em 1884 sob a presidência de Canuto B. Ramos.” Entretanto, com a retirada da lápide, foi gravado o ano de 1782, que corresponde ao momento de doação do terreno, e que persistiu até a sua demolição.

Cabe esclarecer que, ao contrário do que estava gravado nessa lápide, a Igreja dos Martírios nunca passou por uma reedificação. Segundo diz Pereira da Costa (1985, v. 6, p. 405.), “o que houve foram apenas simples reparos”, como limpeza geral, ladrilhagem da capela-mor a mosaico, e algumas novas obras internas, como a abertura de duas ordens de arcos nas paredes laterais da nave do templo. Tudo mais na igreja permaneceu inalterado, principalmente a sua fachada principal, que era a mesma da sua originária fundação.

As mais importantes festas realizadas pela irmandade e sua igreja eram a festa do padroeiro, celebrada em 3 de maio, e sua procissão. A procissão dos Martírios, segundo assinala Guerra (1972, s/p.), era a primeira a sair e marcava o início da quaresma com sua tradicional ladainha que enunciava: “Quando Vos vejo exangue, Da Santa Cruz pendente, Jesus, minh’alma sente, Quanto vos devo amar.”

¹⁶¹ É o caso da Igreja de São Pedro dos Clérigos que demorou 54 anos ser concluída.

Até o momento de extinção dessa procissão, o seu itinerário contemplava parte dos bairros de São José e de Santo Antônio. O percurso partia da Igreja dos Martírios, saindo pela Rua das Hortas e chegando até o Pátio do Carmo, onde realizava a primeira parada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Em seguida, prosseguia pela Rua de Santa Tereza, passando pela Tobias Barreto, Concórdia, Praça Joaquim Nabuco e Rua Nova, entrando na Igreja de Santo Antônio. Seguia pelas ruas Duque de Caxias, Livramento, Direita, Vidal de Negreiros, chegando até a Praça Sérgio Loreto. A partir daí, retornava pela Rua Augusta, recolhendo-se nos Martírios.



Figura 2. Percurso da Procissão da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios
Base Cartográfica: Planta da Cidade do Recife/ Douglas Fox (1906)
Fonte: A autora (2007)

A procissão contemplava um grande número de importantes vias onde se localizavam notáveis edificações religiosas, além de cinco espaços livres públicos não pontuais. Eles eram representados pela Praça Joaquim Nabuco, Pátio do Carmo, Praça da Independência, Pátio do Livramento e Pátio do Terço.

A procissão, organizada e constante no Capítulo IV do compromisso inicial da irmandade, era uma das mais populares do Recife. Aproximadamente 100 anos após a construção da igreja, os irmãos dos Martírios decidiram modificar os seus estatutos. Foi alegado que,

... tempo depois, reconhecendo aquelles funcionários que o mesmo compromisso estava em grande parte caduco, e como tal precisava de ser reformado em parte ou em seu todo, resolveram em sua maioria, isto depois da reforma que tinha feito na Igreja, impetrarão do Doutor Juis de Direito, então Provedor de Capellas Manoel da Silva Rego a divida licença para a confecção da reforma de conformidade com a actualidade e ficar sem effeito aquelle organizado...¹⁶²

Desse modo, o compromisso original da irmandade foi reformado entre os anos de 1897 e 1900. A modificação buscou sintonizar o compromisso com as novas disposições que, naquele

¹⁶² *Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios*, reformado pela comissão administrativa no ano de 1897 a 1900.

momento, eram tidas como indispensáveis para o regimento da igreja e dos irmãos. Desse modo, o novo compromisso ficou assim estruturado:

- Título 1º: Da irmandade e seus fins
- Título 2º: Do número, entradas, qualidades, deveres, regalias e direitos dos irmãos
 - Cap. 1º: Do número, entradas, qualidades dos irmãos
 - Cap. 2º: Dos deveres dos irmãos
 - Cap. 3º: Direitos dos irmãos
 - Cap. 4º: Das penas dos irmãos
 - Cap. 5º: Da classe dos irmãos
- Título 3º: Dos poderes da irmandade, da mesa regedora
- Título 4º: Da mesa geral
- Título 5º: Da consulta
- Título 6º: Da eleição
- Título 7º: Da posse
- Título 8º: Dos membros da mesa regedora, do provedor
 - Do vice-provedor
 - Do escrivão
 - Do procurador geral
 - Do tesoureiro
 - Dos procuradores
 - Dos definidores
- Título 9º: Dos empregados estependiados do Capelão
 - Do guarda
 - Do andador
 - Dos atos festivos e ordinários
 - Da procissão
 - Dos atos fúnebres e sufrágios
 - Do monte pio
 - Disposições gerais

Ambos os compromissos firmavam que a instituição só poderia ser dirigida por irmãos de cor preta ou crioulos, e seu fim era estabelecer o culto divino ao seu padroeiro por meio dos seus atos, devendo obediência ao Bispo Diocesano.

O novo compromisso era firmado sob uma composição social rigorosamente selecionada, já que eram exigidos dos ingressantes predicados como aqueles descritos no capítulo 1 do título 2º:

- Professar a religião católica e não pertencer a nenhuma sociedade secreta, ou a nenhuma outra condenada pela igreja;
- Ter virtudes morais;
- Ser maior de 21 anos, ou casado maior de 12 anos, tendo feito a Primeira Comunhão;
- Apresentar residência e emprego;
- Não ter sido excomungado por crime de heresia;
- Ser aprovado pela mesa regedora pela maioria dos votos dos seus membros;
- Ter pago a quantia de 15\$000 réis.

Para os irmãos que ingressavam na irmandade, estavam previstos direitos, deveres e penas, como uma reprodução em pequena escala da sociedade local. E como uma sociedade, a irmandade apresentava divisões sociais, em que os seus membros se encontravam separados em três classes, sendo elas a dos “Irmãos Simples” ou apenas “Irmãos”, “Irmãos Benfeitores” e “Irmãos Protetores”, segundo dispõe o capítulo 5 do título 2º do compromisso.

Os “Irmãos” seriam aqueles que houvessem pago a sua entrada e não tivessem exercido nenhum cargo na mesa regedora. O “Benfeitor” seria o irmão que tivesse prestado serviços reconhecidos ao longo do tempo, ou dado esmolas e donativos à irmandade no valor de 200\$000 réis. Todo irmão que recebesse esse título gozaria das mesmas regalias e honras do provedor. O “Protetor”, por sua vez, seria o irmão que tivesse concorrido com esmolas ou donativos à irmandade, no valor de 100\$000 réis, tendo os mesmos privilégios que o escrivão. Dessa forma, pode-se perceber que o acesso à administração da irmandade estava vinculado aos serviços que lhe eram prestados pelos irmãos, e que eram viabilizados por quantias financeiras vultosas para a época.

Nessee período, a irmandade ainda se caracterizava por uma estratificada estrutura social, que era ditada pelo poder aquisitivo dos seus membros. Esse poder aquisitivo rebatia no poder administrativo, por sua vez, o qual estabelecia as normas de conduta da irmandade. Nesse contexto, a administração da irmandade é notadamente uma das suas maiores preocupações e atribuições, já que a maior parte do seu esta

4.2 A IGREJA DOS MARTÍRIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Segundo foi colocado pela notícia resumida do *Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios* (1897-1900), o terreno doado para a construção inicial da capela e posterior da igreja era considerado como o extremo final da antiga Rua das Hortas da Vila de Santo Antônio do Recife. Anos depois, essa rua passou a ser denominada de Rua dos Martyrios da Freguesia de São José, sendo posteriormente conhecida como Rua Coronel Suassuna, que percorria tanto a freguesias de Santo Antônio, como a de São José.

É possível observar, a partir do Plano da Vila do Recife de Pernambuco (1776), que o local onde foi construída a Igreja dos Martírios representava uma pequena porção de terra firme ainda não edificada na margem oeste do rio Capibaribe, entre duas quadras. Por trás dessa área pode ser verificado um extenso banco de areia que ficava descoberto nos períodos de maré baixa, segundo consta na legenda da referenciada cartografia. Esse banco de areia era tamanho que sua área chegava a representar toda a porção oeste da freguesia de São José.



Figura 3. Plano da Vila do Recife de Pernambuco e parte da costa até a ponta da cidade de Olinda (1776). O fim da seta representa o exato local onde foi construída a Igreja dos Martírios, em 1778. A seta indica a localização do terreno da Igreja dos Martírios

Fonte: Lapeh/ UFPE



Figura 4. Planta de Santo Antônio (1820). O círculo indica a área onde foi construída a Igreja dos Martírios

Fonte: Goulart (2000)

No período posterior à implantação da igreja, percebe-se o aumento da construção de quadras e edifícios, ao passo que o grande banco de areia adjacente diminuía de tamanho. Essas novas quadras ocuparam as margens do rio acompanhando o seu sentido longitudinal, ou seja, suas maiores faces estavam dispostas paralelamente às águas, chegando próximas ao Forte das Cinco Pontas, conforme mostra a Planta de Santo Antônio (1820).

No período de edificação da igreja, pode-se perceber que ela atingia as testadas frontal e posterior do lote, porém, sem tangenciar os seus vizinhos na rua. As suas laterais, para onde estavam voltadas cinco arcadas para cada um dos lados, abriam-se para o espaço adjacente até o momento em que a área passou a ficar mais adensada e construídos esses lotes laterais.



Figura 5. Esquema da implantação da Igreja dos Martírios no período anterior à ocupação dos lotes vizinhos
Fonte: IPHAN/ 5ºSR

Já na metade do século XIX, especialmente com o plano de expansão da freguesia de São José elaborado por Mamede Ferreira, a Igreja dos Martírios ficou bastante afastada das margens do rio, em virtude dos sucessivos aterros efetuados que terminaram por tornar firme a terra, em praticamente toda a área correspondente ao banco de areia ilustrado na cartografia de 1776.

Foi a partir desse período que a malha urbana no entorno imediato da igreja passou a compor o “miolo” dessa freguesia que, com suas quadras longitudinais, interligava centralmente o norte ao sul da ilha. Tal disposição é bastante peculiar em relação aos demais arranjos espaciais presentes, como pode ser verificado na Planta da Cidade do Recife e seus Arrabaldes (1855). Já na Planta da Cidade do Recife (1906), levantada por Douglas Fox, percebe-se o estabelecimento das novas quadras propostas por Mamede Ferreira e a permanência da igreja no centro do então bairro de São José.



Figura 6. Planta da Cidade do Recife e seus Arrabaldes (1855). O círculo indica a área onde estava localizada a Igreja dos Martírios
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 7. Planta da Cidade do Recife (1906). O círculo indica a área onde estava localizada a Igreja dos Martírios
Fonte: Museu da Cidade do Recife

Um fato que é interessante observar refere-se à permanência de um pequeno recuo da edificação à frente da Igreja dos Martírios, mesmo com o adensamento construtivo da área intensificado a partir de meados do século XIX. Esse pequeno recuo pode ter sua existência observada desde a cartografia de 1776 até o início do século XX de forma inalterada.

O pequeno espaço livre frente à igreja representava uma composição normalmente verificada em muitas edificações religiosas no Recife. Nesse espaço que antecedia o frontispício dava-se a formação da procissão do Senhor Bom Jesus dos Martírios, sendo também o local de realização das festas promovidas pela irmandade. Murillo Marx (2003, p. 110) destaca, que na formação da estrutura urbana das principais cidades brasileiras, nas quais se inclui o Recife, os locais sacros se fizeram “especialmente a céu aberto.” Os locais pios estabelecidos pelo poder eclesiástico eram representados pela própria igreja, pelo espaço fechado à frente dela e pelos cemitérios, sendo locais próprios para a realização dos mais diversos cultos religiosos. O espaço livre encontrava-se interligado à igreja e ao Pátio do Terço por meio da Travessa dos Martírios.

Desse modo, a Igreja dos Martírios, no início do século XX, estava voltada em sua fachada principal para a Rua Coronel Suassuna, antiga Rua das Hortas, ou Rua dos Martírios, e em sua fachada posterior para a Rua Dias Cardoso. O lote permanecia todo ocupado, formando com o casario adjacente um bloco contínuo de fachadas. Entretanto, a sua fachada se destacava das demais pelos adornos e altura do frontispício, realçada pela presença da sua torre sineira. Observe-se que a largura da testada do seu lote harmonizava-se com o ritmo cadente das edificações civis que a antecediavam e lhe sucediam, já que essa dimensão é duplamente proporcional às demais adjacentes.



Figura 8. Igreja dos Martírios
Base Cartográfica: Planta da Cidade do Recife (1906)

Para José Luiz da Mota Menezes (1988), os desenhos, gravuras, litografias e fotos dessa área no início do século demonstram a unidade urbana entre a edificação, a rua, bem como o equilíbrio da densidade demográfica, representada pela ocupação das moradias em relação às vias de circulação. Para o autor, esse trecho da cidade se apresentava com uma unidade invejável, e nele estavam consolidados os princípios urbanos luso-brasileiros no trato formal, “onde nem sempre prevaleceram teorias, mas o bom senso, determinando uma escala humana digna de registro.”

4.3 ASPECTOS ARQUITETÔNICOS DA IGREJA DOS MARTÍRIOS

O frontispício da Igreja dos Martírios apresentava a altura de 22 metros até o topo da sua torre, 17 metros até o cimo do frontão e 15,50 metros até a base da torre, aproximadamente. A largura da fachada principal era de 13 metros, a qual aumentava de tamanho à medida que se aproximava da Rua Dias Cardoso. A igreja era notadamente um pequeno templo, principalmente se comparada à imponência da Basílica e Convento do Carmo, da Igreja de São Pedro dos Clérigos, da Igreja do Livramento, ou dos conjuntos religiosos de Olinda; entretanto a modéstia do seu tamanho não lhe subtraiu nenhum valor arquitetônico.

Sua fachada principal enquadrava-se estilisticamente na última fase do barroco, representada pelo rococó, cujas maiores expressões artísticas encontraram seu cenário no Nordeste brasileiro. Cabe salientar que o barroco, de acordo com Bazin (1983, p. 133), surgiu “em meados de 1670 e 1680 na Europa, e em aproximadamente 1730 e 1750 no Brasil”, sendo o elemento mais característico desse estilo as volutas dos frontispícios. Segundo o autor, as volutas representavam uma evolução dos retos frontões jesuíticos, agora suavizados pelas curvas barrocas que tanto marcavam o exterior da maior parte das construções religiosas. O barroco também se caracterizava pelo gosto pela ornamentação sobrecarregada, não mais motivada por uma estrita ordenação arquitetônica que marcara o classicismo anterior.

Nessa progressão, destaca-se entre o ano de 1750 e 1760 a fixação do rococó. As curvas dos frontões evoluíram até o jogo de curvas e contracurvas que marcavam dinamicamente as fachadas das igrejas. Bazin (1983, p. 167) destaca que “foi nas regiões de Pernambuco e de Minas Gerais que o rococó atingiu suas mais belas expressões arquitetônicas, porém com espíritos diferentes.” Para o autor, as obras de Pernambuco tendiam a enfatizar, enquanto as de Minas a harmonizar tais elementos. As igrejas de pernambucanas, diferentemente das demais de outras escolas regionais, mostravam claramente em suas fachadas a influência desse novo “estilo”, surgido anteriormente nos retábulos.

Apesar de o rococó representar uma evolução artística do barroco, esse último não gerou formas arquitetônicas próprias, sendo mais um “décor acrescentado a uma estrutura clássica” (BAZIN, 1983, p. 374). O rococó, por sua vez, as teria gerado, apresentando uma diversidade específica. Norberg-Schulz (1973, p. 103) ratifica essa idéia ao estabelecer que, nos distintos países, a tipologia romana, ou clássica, se encontrou com as tradições locais, se “iniciando um processo de simbiose e síntese” que levou à criação de tipologias regionais no final do rococó.

Como expressões características, o autor assinala a presença de novas relações entre as igrejas e o meio circundante, o que também aportou uma integração espacial mais pronunciada. Outra característica assinalada por Norberg-Schulz (1973) foi a acentuação do eixo longitudinal e vertical dos templos. Primeiramente, transformando a fachada na entrada principal ao *theatrum sacrum*, e o altar na outra entrada do espaço ilusório de uma imagem de devoção. Em seguida, aumentando suas proporções ou indicando um crescimento vertical de elementos superpostos que terminaram em outra imagem celestial.

Ao se deparar com os templos edificados no período do rococó em Pernambuco, a experiência mereceu atenção especial dos principais autores dedicados ao estudo dessas formas arquitetônicas, como está relatado abaixo.

Após ter atravessado centenas de quilômetros de mato, vagueando pelo sertão ou navegando sobre um deserto líquido, o viajante se emociona profundamente com o extremo requinte de civilização que esta arte rococó representa e com o heroísmo deste gesto do artista, manejando [...] o cinzel, a régua e o compasso, para recriar nestas terras virgens os encantos que então cativaram os homens da Europa, depois de tantos séculos de criação artística (BAZIN, 1983, p. 378).

Frente à pequena exposição de características gerais das edificações religiosas rococós, pode-se perceber que os Martírios se harmonizam bem com esses predicados. A igreja encontrava-se subdividida em base, frontão e torre. Sua base apresentava uma pequena elevação em relação ao passeio público, estando três degraus acima dele. A base encerrava-se nos frisos e entablamentos que a separavam de seu frontão, onde a torre se destacava por um formato que tendia ao quadrado. O corpo da base estava subdividido verticalmente em partes simétricas por meio de pilastras quadradas que prosseguiram até a torre. Essas pilastras apresentavam uma base saliente em pedra, da altura aproximada de um metro e meio.



Figura 9. Fachada Principal da Igreja dos Martírios voltada para a Rua Coronel Suassuna
Fonte: IPHAN/ 5ºSR



Figura 10. Fachada Posterior da Igreja dos Martírios voltada para a Rua Dias Cardoso
Fonte: IPHAN/ 5ºSR

A igreja apresentava cinco portas no térreo e no primeiro pavimento, e três óculos acima das três portas centrais. A porta térrea e o óculo central apresentavam maiores dimensões e mais ornatos que os demais, demarcando claramente o eixo de simetria da composição e seu local de maior hierarquia. Nove portas presentes na fachada principal apresentavam verga em arco abatido, exceto a porta principal que era encimada por dois contra-arcos simétricos e envolta por uma portada. Acima das portas térreas localizavam-se adornos em motivos fito-mórficos, que reproduziam o jogo de arcos e contra-arcos das volutas do frontão. As cinco portas do pavimento superior eram mais simples, seja pela suas folhas de madeira pouco trabalhadas, seja pela ausência de adornos acima delas. Apenas se registravam frisos acima das suas vergas, sendo essas portas protegidas por guarda-corpos individuais em ferro.

Os três óculos presentes na fachada apresentavam diferentes diâmetros e não se encontravam alinhados à mesma altura. O óculo central possuía a maior cercadura e acima dele localizava-se o brasão da irmandade cujo templo era a sede. O local onde estavam situados os óculos representava o trecho da fachada onde se detectava a menor presença de aberturas, já que nas demais partes a presença das portas propiciava uma grande permeabilidade do espaço interior com o exterior. Os frisos e o entablamento que separavam o frontão da base da igreja apresentavam uma grande saliência, de modo a formar um pequeno nicho que abrigava um símbolo da irmandade, semelhante ao encontrado na Igreja de São Pedro dos Clérigos.

O frontão da igreja formava uma composição simétrica composta por três arcos em voluta jônica para cada lado. Os arcos eram dispostos de maneira a não concordarem entre si, antes criavam um jogo de versos e reversos que conferiam bastante dinamicidade à fachada, sentindo-se bem nítido o parentesco de traços à Nazzoni, segundo o parecer de Robert Smith ao 1º Distrito do DPHAN. O arco intermediário era o único da composição a apresentar adornos no meio do seu corpo, contendo o símbolo do trigo.

Esses três arcos simétricos não se encontravam no ponto mais alto do frontão. Eles se dispunham separados e arrematados por um pequeno entablamento que formava uma coroa. Aqui, o artifício arquitetônico deu forma ao símbolo¹⁶³ do brasão da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, representado pela coroa. Sob a coroa, elemento simbólico que representava a irmandade, repousava a cruz. Essa também representava um elemento simbólico de natureza alegórica, que, segundo Lima Júnior (1938), expressava o Martírio de Jesus. Observe-se que essa

¹⁶³ Segundo Lima Júnior (1938, p. 108), “no cristianismo, quando se trata de mistérios intraduzíveis ou que envolvam concepções transcendentais, intervêm os símbolos. A Santíssima Trindade, por exemplo, cuja personificação é impossível na definição teológica: “Três pessoas distintas e uma verdadeira”, encontra nos símbolos ou figuras emblemáticas, a sua representação.”

composição era repleta de significações religiosas e encontrou na arquitetura e nos seus adornos o seu meio de comunicação, característica bastante comum ao barroco e ao rococó.

A torre da igreja, presente apenas em seu lado direito, o lado do evangelho, representava o ponto mais alto da fachada. A torre encontrava-se constituída por um prisma de base quadrada, cujo campanário apresentava aberturas voltadas para os seus quatro lados. Um destaque especial devia ser dado ao topo da torre sineira. O seu zimbório apresentava formas extremamente originais, não verificadas em nenhuma outra igreja pernambucana, as quais se assemelham a uma caldeirinha de prataria circundada por cintados. O campanário era encerrado por um grande entablamento, onde repousava uma nova base octogonal que suportava o zimbório, e por quatro pequenas torres de base quadrada coroadas por pináculos de louça em cada uma das suas extremidades. O zimbório assentava sobre o prisma octogonal com formato semi-esférico, e continha marcações verticais que se rebatiam em sua base. No topo da pequena cúpula, situava-se uma cobertura em contra-arcos que encerrava toda a superfície e recebia uma pequena estatueta.

A fachada posterior, voltada para a Rua Dias Cardoso, não apresentava o mesmo requinte e rebuscamento observados na fachada principal, entretanto; também expressava refinada feição artística. Sua base encontrava-se igualmente elevada em relação ao passeio público, e as portas presentes no primeiro pavimento da fachada principal compunham o jogo de aberturas posteriores. Destacava-se a presença de dez portas iguais, com vergas em arco abatido e guarda-corpos no primeiro pavimento. O frontão era triangular e se assemelhava às singelas composições jesuíticas. No centro do frontão, destacava-se uma inscrição de conteúdo não identificado. Nos vértices inferiores do frontão, verificavam-se pináculos cônicos, enquanto no superior registrava-se a presença de uma pequena cruz. A fachada apresentava largura brevemente maior e altura bastante inferior que a fachada principal, seja pela ausência da torre sineira, seja pelo pequeno pé-direito da sacristia, voltada para esse lado.

A portada central da Igreja dos Martírios continha uma talha flamejante em seu cimo, que evocava aquela encontrada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, apesar de essa última apresentar seu relevo menos trabalhado. As folhas entalhadas das portas guardavam uma relação com as encontradas na Igreja de São José do Ribamar, sendo ainda almofadadas. Na parte superior da porta principal, destacava-se o símbolo da irmandade com ilustrações de espinhos e arcos contorcidos, representando a cabeça martirizada de Cristo.

A planta da igreja refletia uma composição simples e bastante equilibrada. Antecedendo a nave central, estava localizado o nártex, uma espécie de átrio, que a interligava com o espaço exterior.

Em cada lado da nave central, destacava-se a presença de uma galeria, ou de uma pequena nave lateral, a partir da qual se tinha o acesso ao pavimento superior. A nave central encontrava-se interligada às galerias por meio de uma série de quatro arcos plenos que foram abertos no ano de 1884, cuja singular feição assemelhava-se à da Igreja da Conceição dos Militares.

Uma alteração que pode ser destacada, embora sem data precisa, refere-se ao fechamento das arcadas laterais de cinco arcos que comunicavam as galerias com o exterior da igreja. Essa alteração possivelmente se deu no momento em que foram construídas edificações vizinhas ao lote onde estava implantada a igreja, como já foi colocado anteriormente.

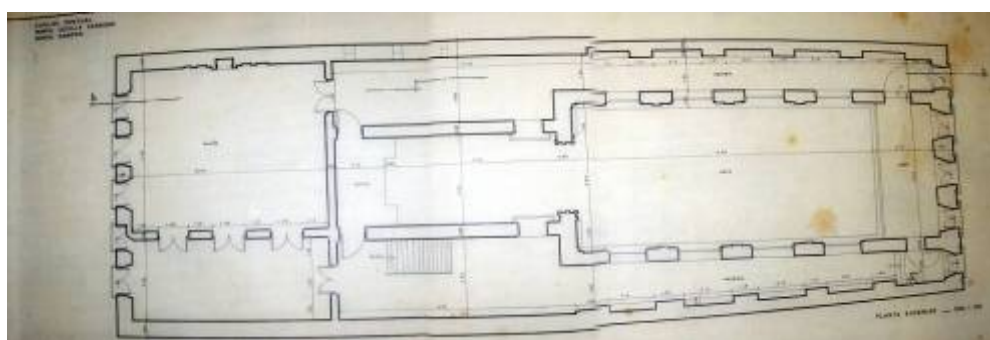


Figura 11. Planta baixa do pavimento térreo da Igreja dos Martírios
Fonte: IPHAN/ 5ºSR

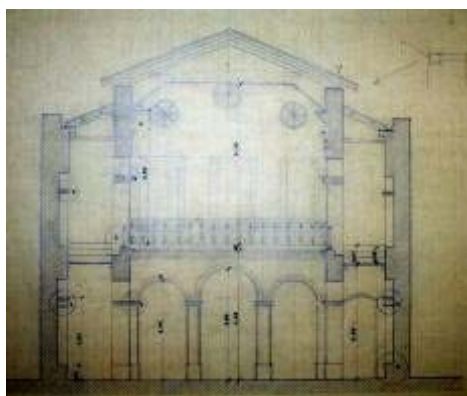


Figura 12. Corte longitudinal passando pelo coro da Igreja dos Martírios
Fonte: IPHAN/ 5ºSR



Figura 13. Altar-mor da Igreja dos Martírios
Fonte: IPHAN/ 5ºSR



Figura 14. Bancos na nave central
Fonte: IPHAN/ 5ºSR

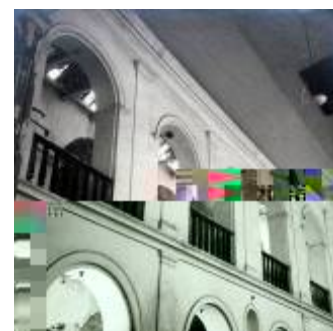


Figura 15. Vista das arcadas laterais a partir da nave central da Igreja dos Martírios
Fonte: IPHAN/ 5ºSR

O altar-mor, que se localizava no fim da nave central, apresentava menor largura que essa e maior pé-direito. Atrás do altar estava situado um depósito, possivelmente para abrigar peças da igreja e os utensílios necessários à celebração litúrgica. Voltada para a Rua Dias Cardoso estavam a sacristia e o local reservado para os sepultamentos e tumbas,¹⁶⁴ já que a prática de enterrar os fiéis nas igrejas era recorrente. No pavimento superior, localizava-se o coro, acima do nártex, as galerias laterais e o salão da igreja sobre a sacristia. O altar da igreja apresentava estilo neoclássico, mas ainda se percebiam elementos remanescentes do rococó, caracterizando um retábulo híbrido bastante característico desse período de transição, sendo escalonado e ascendente. A riqueza da fachada contrastava com a austeridade e a simplicidade do seu interior, de linhas singelas. Assim, por meio desse relato, pode-se perceber que a Igreja dos Martírios era um edifício que apresentava uma significância artística, já que representava um exemplar da arquitetura religiosa rococó em Pernambuco, e por ser a única igreja brasileira construída inteiramente por escravos.

Apesar do esforço empreendido pela irmandade na construção da Igreja dos Martírios, ela não esteve imune aos efeitos da passagem do tempo, principalmente nos meados do século XX. Seu estado de conservação era o reflexo de um longo processo de degradação física que vinha sofrendo desde as décadas anteriores. É possível que a falta de realização de reparos frente aos efeitos da passagem do tempo, aliada ao uso da igreja suspenso por um período, como se confirma na *Ata da 1ª Reunião da Comissão Administrativa Provisória da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife*, de 28 de agosto de 1949, tenham contribuído para seu estado de decadência em um dado momento.

No entanto, a partir do final da década de 1940, viu-se o início do processo de restabelecimento da integridade física da igreja, impulsionada pelo padre da Paróquia de São José, Manuel Barreto. O cônego, segundo a referida ata de reunião, “fez um apelo aos presentes para assumirem o compromisso de trabalhar pela Igreja, em vista de a mesma necessitar de urgentes reparos. Esperava-se também que os escolhidos tomassem o compromisso de bem servir, fazendo voltar ao culto a Igreja dos Martírios.”

A década seguinte, por sua vez, foi marcada pela realização de uma série de medidas pontuais, como pequenos consertos, por vezes feitos pelo próprio irmão tesoureiro dos Martírios (ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS MARTÍRIOS DO RECIFE. 8 DE ABRIL DE 1956). Entretanto, é possível que o grande número de reparos de que o templo necessitava tenha exigido um grande investimento financeiro,

¹⁶⁴ Parahym (1978, p. 85) esclarece que essa velha prática invocava uma “longa tradição religiosa”, contra a qual se voltaram muitos médicos no Recife, no ano de 1851.

demandando um dinheiro em caixa que a irmandade não possuía. Dessa forma, segundo as informações da *Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife*, de 10 de junho de 1956, Manuel Barreto passou a trabalhar “na reforma dos estatutos, afim de regularizar as finanças do Patrimônio da Irmandade” e de fazer a dita irmandade “futuramente, entrar em verdadeiro progresso” (ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS MARTÍRIOS DO RECIFE. 12 DE AGOSTO DE 1956).

Assim prosseguiram os pequenos restauros na igreja, onde o irmão tesoureiro Antônio Celestino trabalhou “com fervor, tanto nos reparos da Igreja, selando os móveis, e em outros aceios; nos altares, caiação das catacumbas, e em outros trabalhos de ordem financeira”, segundo está colocado na *Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife*, de 16 de setembro de 1956, melhorando o seu estado.

5. A IGREJA DOS MARTÍRIOS E A ABERTURA DA AVENIDA DANTAS BARRETO (1946-1964): URBANISMO E INSTITUIÇÕES

Pontuados a criação da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, o estudo de sua igreja no bairro de São José e a abordagem dos seus aspectos arquitetônicos, iluminando os principais fatos relacionados com a “vida” da Igreja dos Martírios, convém adentrar na investigação do processo de sua “morte.” Para tanto, esse capítulo trata da discussão sobre os Martírios e a abertura da Avenida Dantas Barreto, desde 1946, mostrando as inflexões presentes nesse ano, até 1964.

O ano de 1946, posterior ao momento do término do Estado Novo no país, foi portador de grandes mudanças no Recife. Dentre os vários fatos que podem ser mencionados por ilustrar tais mudanças, aqueles situados no âmbito urbanístico e institucional da cidade merecem ser pontuados pelo direcionamento desta investigação. Assim, é necessário contemplar determinados acontecimentos que aprofundam, distinguem, mas ao mesmo tempo fazem a ponte entre os processos de destruição da Igreja do Paraíso e da Igreja dos Martírios.

Um primeiro fato a ser colocado, de âmbito mais geral, refere-se ao novo contexto político definido pela redemocratização. O período ditatorial do Estado Novo foi encerrado com a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, organizada por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério. Vargas foi substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, já que na Constituição de 1937 não existia a figura do vice-presidente. Ele ficou três meses no cargo até passar o poder a Eurico Gaspar Dutra, eleito diretamente em 2 de dezembro de 1945.

Pontual (1998, p. 123) coloca que esse foi um momento de incertezas e adaptações, rumo à democracia e ao pluripartidarismo. A autora ainda afirma que foram grandes os desafios que se colocaram para a gestão do Recife, uma vez que houve um “crescimento explosivo das necessidades e desejos dos governados.”

Foi nesse contexto de transição que José dos Anjos assumiu a Prefeitura do Recife, nela permanecendo de 1945 a 1946. Em 1946, o procurador José Domingues da Silva, Interventor Federal em Pernambuco, nomeou Pelópidas Silveira¹⁶⁵ como o novo prefeito da cidade, ficando

¹⁶⁵ Pelópidas Silveira nasceu no Recife, em 15 de abril de 1915, filho de Sizenando Elysio Silveira (bacharel em Direito) e Laura de Souza Silveira (professora primária). Formou-se em engenharia civil em 1935, pela Escola de Engenharia de Pernambuco. Sua atividade profissional começou quando ainda era estudante do 3º ano, como auxiliar-técnico do Porto do Recife. Como Professor, atuou como assistente na Escola de Engenharia e na Escola de Belas Artes, chegando à diretoria. Em 1945, tornou-se catedrático na disciplina de Construção Civil e Arquitetura na Escola de Engenharia. No serviço público, ocupou os cargos de engenheiro da Diretoria das Docas e Obras do

frente ao poder de fevereiro a agosto do ano de 1946.¹⁶⁶ Pontual (1998) afirma que nessa sua curta gestão, o prefeito buscou dar continuidade às intervenções iniciadas por Novaes Filho durante o Estado Novo. Manteve as desapropriações e demolições para a abertura da Dantas Barreto, assim como prosseguiu com as obras de alargamento do primeiro trecho da Avenida Conde da Boa Vista. E, já que o prefeito deu prosseguimento às destruições necessárias para a chegada da Dantas Barreto, também houve a retomada nas discussões sobre a avenida.

Para Mário Melo, o grande empenho de Pelópidas Silveira em abrir essa via poderia ser compreendido a partir da consideração do temperamento desse prefeito, considerado pelo jornalista como um gestor “jovem, dinâmico e desassombrado”,¹⁶⁷ que “acariciou o cabo da picareta que Novaes Filho empunhara”,¹⁶⁸ e prosseguiu fervorosamente as destruições do casario para a chegada da via. Do mesmo modo que a Dantas Barreto foi adotada por Novaes Filho como símbolo primeiro de seu governo, o mesmo aconteceu com Pelópidas Silveira.

Além do novo momento advindo com o fim do período getulista, cabe pontuar algumas modificações chegadas com o final da 2ª Guerra Mundial neste estudo. Com a destruição massiva de grandes trechos de cidades européias, iniciou-se um movimento de reconstrução física e identitária das nações, em que a reorganização do espaço urbano e dos seus principais edifícios teve um grande peso. Nesse sentido, Kenneth Frampton (2000, p. 270) diz que houve um grande movimento de reedificação da cidade e de reavaliação dos seus monumentos. Para exemplificar tal fato, o autor cita trechos de artigos elaborados por Charles Eliot Norton, Fernand Léger e José Luis Sert sobre o assunto:

Os monumentos são marcos humanos que os homens criaram como símbolos de seus ideais, objetivos e atos. Sua finalidade é sobreviver ao período que lhes deu origem e constituir um legado às gerações futuras. Enquanto tais, formam um elo entre o passado e o futuro [...] As mudanças do pós-guerra em toda a estrutura econômica das nações podem trazer consigo a organização da vida comunitária na cidade, que foi praticamente ignorada até o presente momento.

Porto do Recife; da Diretoria de Viação e Obras Públicas; Diretor, em comissão, da Diretoria de Viação e Obras Públicas; chefe da Seção de Solos e Fundações do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco-ITEP. Na atividade política, após ter sido nomeado prefeito em 1946, foi candidato a governador pela coligação PSB/PC, em 1947; em 1955 foi eleito Prefeito do Recife; em 1959, eleito como vice-governador de Pernambuco; em 1963, eleito Prefeito do Recife novamente, deposto pelo golpe militar de 1964 (PONTUAL, 1998, p. 126).

¹⁶⁶ Após Pelópidas Silveira, assumem a Prefeitura do Recife Clóvis de Castro (1946-1947), Antônio Alves Pereira (1947-1948), Morais Rego (1948-1951), Antônio Pereira (1951-1952), Jorge Martins (1952-1953), José do Rego Maciel (1953-1955), Djair Brindeiro (1955) e Pelópidas da Silveira, que cumpre o mandato de quatro anos, ficando na administração do Recife de 1955 a 1959. O prefeito seguinte foi Miguel Arraes que permaneceu de 1960 a 1962 à frente da gestão municipal da cidade, sendo sucedido por Liberato da Costa Júnior (1963) e Pelópidas Silveira novamente (1963-1964), encerrando-se outro período de regime democrático no Brasil.

¹⁶⁷ Jornal do Commercio. 29 de maio de 1946. Crônica da Cidade.

¹⁶⁸ Jornal do Commercio. 13 de março de 1946. Crônica da Cidade.

É visível que nesse período estava latente a necessidade do resgate das representações e hábitos anteriores que vinculavam a sociedade ao seu espaço pretérito. Nesse sentido, vê-se emergir um crescente movimento em prol não apenas da reconstrução mas também da proteção de tradicionais lugares da cidade, o que se refletiu em um incremento das intenções de preservação urbana. Apesar de se tratar de um período de grande produção arquitetônica e urbanística moderna, a questão da preservação urbana também passou a estar mais presente nas atribuições do planejamento, com mais ou menos intensidade, sendo essa uma idéia irradiada para várias outras localidades, chegando também até o Recife.

Esse “ideário preservacionista”, por sua vez, recebeu um representativo apoio com a criação do 1º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Recife, no ano de 1946. Essa instituição federal de proteção ao patrimônio teve sua criação impulsionada por intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento moderno, no ano de 1937,¹⁶⁹ especialmente a partir dos trabalhos de Gustavo Capanema, Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Inicialmente foi chamada de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), por meio do decreto nº 8534, de 2 de fevereiro de 1946, e posteriormente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nome que permanece até os dias atuais.¹⁷⁰

À disposição dessa instituição estavam o instrumento do tombamento, os registros e inventários. O patrimônio reconhecido era administrado por meio de diretrizes, planos, instrumentos de preservação e relatórios que informavam sobre a situação dos bens, o que estava sendo feito e o que necessitava ser realizado. Essas ações eram executadas a partir de um diagnóstico prévio de avaliação do bem e dos aspectos a ele ligados, como classificação e valoração.

Do ponto de vista organizacional, conta Maria Cecília Fonseca (2000) que o SPHAN foi inicialmente estruturado na Divisão Técnica de Estudos e Tombamentos, chefiada por Lúcio Costa de 1937 a 1972, e na Divisão de Conservação e Restauro, chefiada por Renato Soeiro. A instituição encontrava-se dividida em distritos ou superintendências regionais, que tinham como

¹⁶⁹ É possível que sua criação também esteja correlacionada com a elaboração da Carta de Atenas, de 1933, documento que dispunha brevemente sobre a preservação de monumentos, de modo museológico e documental. O desejo de preservação em ambos os casos surgiu da perspectiva da destruição, propondo-se a defender aquilo que se tomava como digno de perpetuação.

¹⁷⁰ Cabe citar que, anteriormente ao plano de criação do SPHAN, já havia idéias em Pernambuco sobre a criação de um órgão de semelhante fim. Nesse sentido, destacam-se as iniciativas do deputado Luiz Cedro, que propôs à Câmara Federal a criação de um órgão de defesa dos monumentos artísticos e históricos. No ano de 1928, instalou-se no Recife a Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, por iniciativa do Governo do Estado, sendo o seu primeiro diretor Aníbal Fernandes. Ao jornalista, somaram-se os esforços de Gilberto Freyre e do seu irmão, Ulisses Freyre, que buscaram orientar a prática da instituição a partir das diretrizes de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (IPHAN, S/D).

objetivo capilarizar a ação de proteção dos monumentos locais, ou seja, nas localidades onde eles se encontravam.

Às Superintendências Regionais compete executar as ações de identificação, inventário, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural, no âmbito da respectiva jurisdição, e, ainda: analisar e aprovar projetos de intervenção em áreas ou bens protegidos; exercer a fiscalização, determinar o embargo de ações que contrariem a legislação em vigor e aplicar sanções legais, bem como proceder à liberação de bens culturais, exceto os protegidos; participar, com os Departamentos, da elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural; e instruir as propostas de tombamento de bens culturais de natureza material e, eventualmente, de registro de bens culturais de natureza imaterial.¹⁷¹

No Recife, logo foi designado o engenheiro Ayrton de Almeida Carvalho¹⁷² para a direção do distrito regional, sob determinação de decreto presidencial de 24 de janeiro de 1946. Esse desenvolveu um largo plano de trabalho que terminou ampliando as atividades locais de proteção ao patrimônio. Trabalhos de restauração, solução de problemas técnicos nos edifícios, prospecções, estudos e interpretações de documentos são exemplos do leque de atividades que passaram a ser desenvolvidas na preservação dos monumentos do Recife com a sua posse (IPHAN, S/D.). Cabe citar que o engenheiro permaneceu na chefia desse distrito regional até o ano de 1981, quando se aposentou, sendo uma personalidade de grande dedicação à causa preservacionista no Recife e portador de grande coerência política.

Anos após sua instalação em Pernambuco, essa unidade regional passou a contemplar os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Nesse período, à chefia estavam subordinadas duas seções: a técnica e a administrativa. À seção técnica cabiam as obras, orçamentos, projetos, levantamentos e inspeções, enquanto à seção administrativa estavam incumbidas as pesquisas, biblioteca, mapoteca, fototeca, pessoal, finanças, comunicações e arquivo (IPHAN. ORGANOGRAMA DE COMPETÊNCIAS E ATIVIDADES DO 1º DISTRITO, S/D.).

É interessante perceber como essa instituição utilizou o seu principal instrumento de preservação, o tombamento, ao longo de sua existência. Para tanto, foram utilizadas as informações contidas na publicação *Patrimônio na Visão da 6ª Regional*, editada no ano de 1985 pelo IPHAN. Nela é colocado que, inicialmente, o SPHAN tinha como ponto central de sua prática o momento de inscrição dos bens no Livro do Tombo, antecedido pelo ato preparatório e seguido pelos atos

¹⁷¹ Informação constante no Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004. Apesar de esse documento referir-se a uma período bastante posterior à criação do 1º Distrito, as atividades previstas para a sede no Recife no momento de sua criação eram semelhantes.

¹⁷² Nascido em Recife em 26 de dezembro de 1913, formou-se em engenharia no ano de 1938. Ainda estudante, de 1936 a 1937, foi servidor público, auxiliar técnico da Diretoria de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras públicas. Em 1938, foi auxiliar técnico da Diretoria de Construção, Arquitetura e Urbanismo do Estado de Pernambuco. De 1939 a 1940, atuou como ajudante técnico de 3ª classe do SPHAN, e de 1940 a 1946, como perito na Escola de Belas Artes, atuando ainda como arquiteto do mesmo órgão (PONTUAL; ARAÚJO, 2006).

complementares, ou seja, pela conservação e restauração dos bens considerados como parte do patrimônio nacional, por seus “méritos históricos, artísticos, paisagísticos” (IPHAN, 1985, p. 31).

A notícia que se tem sobre os critérios que orientaram os tombamentos na fase inicial de atuação refere-se às solicitações dirigidas por Rodrigo de Melo Franco de Andrade “a pessoas de público e notório saber, de diversas regiões do país, para que indicassem, em suas respectivas áreas, os elementos que por sua significação, pudessem ser considerados como patrimônio nacional” (IPHAN, 1985, p. 32). Nessa perspectiva, os processos dos primeiros bens tombados são bastante resumidos, em que, de acordo com o exposto, se considerava como suficiente a confiança que inspirava o discernimento dessas pessoas, cujo ponto de vista expressava uma espécie de consenso de época do que representasse o patrimônio brasileiro.

Anos após, tanto o julgamento dos bens a serem tombados como a conservação dos mesmos passaram a ser objetos de análise e atuação conjunta dos técnicos, não mais de personalidades externas à instituição. À Divisão de Estudos e Tombamento cabia a formulação de pareceres e processos que eram encaminhados ao diretor-geral da instituição, que os inscrevia no Livro de Tombo pertinente. Entretanto, com o surgimento de pedidos mais complexos de tombamento, Rodrigo de Melo Franco de Andrade sugeriu submeter esses processos à apreciação de um Conselho Consultivo do SPHAN (IPHAN, 1985, p. 33).

Assim, foi nesse ano de 1946 quando se somaram a queda do Estado Novo, a disseminação do ideário preservacionista com o fim da 2ª Guerra Mundial ocorrida em 1945 e a instalação no Recife do 1º Distrito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que a abertura da Avenida Dantas Barreto começou a ser questionada e colocada em xeque.

É possível que, com o término do regime ditatorial, as idéias presentes nos meios intelectuais tenham passado a ser abertamente mais discutidas. Dessa forma, percebe-se que nesse ano, houve uma maior reflexão sobre a condução da obra e dos propósitos que cercavam a criação da Avenida Dantas Barreto, à luz das novas questões colocadas. Tal reflexão versava sobre o equacionamento entre as vantagens e desvantagens da via, ou seja, seus benefícios e custos.

As idéias veiculadas nos jornais apresentavam-se preponderantemente por meio de duas questões antagônicas, mas ao mesmo tempo complementares: a construção do novo e a destruição do velho. A tensão entre esses dois elementos permeava as páginas dos periódicos do Recife, por

meio de enunciados referentes à construção de arranha-céus e à implantação de uma nova arquitetura,¹⁷³ bem como à demolição do casario nos bairros de Santo Antônio e São José.¹⁷⁴

Inicialmente assentadas sob a forma de reflexão e equacionamento, essas questões passaram a ser alvo de questionamentos que colocavam em dúvida: a necessidade de destruição de tamanha quantidade de casas térreas, sobrados, ruas; a necessidade de relocação de grande parte do comércio e moradias dos bairros de Santo Antônio e São José e a necessidade de tão grande investimento nessa obra, tendo-se no horizonte outros tipos de medidas que também poderiam beneficiar o Recife. Questionava-se, igualmente, a lógica da ordem das prioridades adotadas pela prefeitura quanto à essa realização, em contraposição às graves questões sociais existentes.

Não seria nenhuma heresia dizer que uma obra como a da Avenida Dantas Barreto, cuja relevância e cuja necessidade de objetivação são incontestáveis, podia ficar para depois, em que pese a toda essa necessidade e a toda essa importância urbanística que fôra veleidade procurar negar. É até louvável o esforço do prefeito procurando dotar a cidade de uma avenida como será a Dantas Barreto; apenas esse esforço está sendo feito num momento em que os problemas sociais superam os problemas urbanísticos e constituem, como temos dito, verdadeiro desafio aos governadores (FOLHA DA MANHÃ. 14 DE MARÇO 1946).

Entretanto, é importante não perder de vista que, além de questionar a abertura da avenida, o jornal Folha da Manhã, ligado ao ex-interventor Agamenon Magalhães, partidário do Estado Novo em Pernambuco, estava interessado em desqualificar a ação da prefeitura liderada por Pelópidas Silveira. Essa afirmação por ser aferida pelo fato de o dito jornal aplaudir a obra da Dantas Barreto no período anterior a 1945, e em 1946 colocar em dúvida o direcionamento e a necessidade dessa ação. A avenida tornou-se, então, um objeto politizado em meio a discussões político-partidárias.

Mesmo com esses questionamentos, as demolições continuavam a se dar em um ritmo tão acelerado que, em 11 de março de 1946, foi publicada a matéria¹⁷⁵ intitulada *Tem o poder da bomba atômica: A presença de Francisco de Assis Passos. Num bairro significa arrazamento e ruína*. Segundo consta no editorial, era ele o responsável da Prefeitura do Recife pelas demolições, que enfatizava tenazmente que “as casas velhas são minhas inimigas, principalmente quando não obedecem ao Plano da Cidade. Já derrubei mais de 500.”

Apesar da existência de um órgão local, vinculado a uma instituição federal de proteção aos bens culturais, a participação do 1º Distrito no debate sobre o processo de abertura da Avenida Dantas

¹⁷³ Jornal do Commercio. 18 de agosto de 1942 e 14 de fevereiro de 1946.

¹⁷⁴ Folha do Povo. 1º de março de 1946; Folha da Manhã. 7 de março de 1946; Folha da Manhã. 8 de março de 1946, Folha da Manhã. 11 de março de 1946; Folha da Manhã. 21 de março de 1946.

¹⁷⁵ Folha da Manhã. 11 de março de 1946.

Barreto nesse momento foi incipiente, já que os edifícios destinados à destruição não se encontravam salvaguardados. A malha urbana, que consistia no “patrimônio urbano”, utilizando-se a acepção proposta por Choay (2001), não era tratada pela instituição como um bem específico, apenas como o local onde repousavam os monumentos. Assim, como a abertura da Dantas Barreto passava pela destruição de pátios, praças, quadras e da Igreja dos Martírios, que não era tombada, o DPHAN não poderia intervir institucionalmente contra a sua efetivação. A ação de salvaguarda existente do patrimônio construído estava preponderantemente ligada aos edifícios religiosos barrocos e às grandes edificações públicas, ficando o patrimônio urbano e não excepcional legado à própria sorte.

Mostram Pontual e Araújo (2006) que, nesse período, o 1º Distrito do DPHAN se detinha preponderantemente nas questões da verticalização de edifícios nas proximidades de monumentos tombados. Tal prática estava sendo bastante difundida, uma vez que a Comissão do Plano da Cidade havia instituído simultaneamente dois instrumentos fundamentais para a elevação do gabarito nas áreas centrais do Recife.

Um instrumento remetia à fixação da altura das novas construções nesse território, onde foi estabelecido o mínimo de três pavimentos e o número máximo livre para a Avenida Dantas Barreto, aprovada na seção de 27 de maio de 1946 e transformada no Decreto nº 27, de 15 de julho de 1946. O outro instrumento criado pela comissão referia-se à possibilidade de reparcelamento do solo dos lotes cujas fachadas se encontravam voltadas para a Dantas Barreto, determinação aprovada na seção de 10 de outubro de 1946. É notório que esses dois instrumentos propiciavam o adensamento de altos edifícios nas áreas centrais do Recife e, de modo especial, na Dantas Barreto, onde a especulação imobiliária tinha um farto terreno a explorar pelas inúmeras possibilidades que apresentava de maximizar os investimentos.

Nesse período, a única menção referente à necessidade de preservação de um edifício, que foi publicada nos jornais consultados, referiu-se a um sobrado localizado na Rua das Trincheiras,¹⁷⁶ cujo apelo pela sua não-destruição se fundamentou preponderantemente em um possível valor histórico. Segundo matéria publicada em 13 de março de 1946 na Folha da Manhã, o dito sobrado não poderia ser violado porque possivelmente correspondia a uma antiga Cadeia dos Jesuítas. De acordo com a matéria, foi incumbido ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, do mesmo modo que ao DPHAN, a confirmação desse fato, para que fosse tomada a decisão sobre o destino do edifício, que posteriormente foi destruído.

¹⁷⁶ A Rua das Trincheiras correspondia a uma das vias que seria destruída para a passagem da Avenida Dantas Barreto.

Mário Melo, membro da Comissão do Plano da Cidade e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, merece um grande destaque na discussão intelectual desse período, já que escrevia quase cotidianamente nos jornais em favor da Dantas Barreto. No *Jornal do Commercio* de 23 de março de 1946, Mário Melo coloca que era favorável ao “prosseguimento da Avenida Dantas Barreto, de acordo com o plano urbanístico de Ulhôa Cintra, aprovado pela Comissão do Plano da Cidade e pelo Prefeito Novaes Filho.” Nessa matéria, ele alega que seria incoerente se não apoiasse a via com as destruições necessárias, já que prestou um grande auxílio ao ex-interventor Agamenon Magalhães na Liga Social contra o Mocambo, a favor da extinção dessas habitações. Para Mário Melo, seria inexplicável que ele se alegrasse com o “‘derruba mucambo’ em nome do urbanismo e ao mesmo tempo combatesse o prosseguimento das demolições necessárias à abertura da avenida, depois de desapropriados os prédios, de pagas as indenizações, e concedidos prazos para desocupação, de esgotada toda tolerância.”¹⁷⁷

Se, por um lado a abertura da Avenida Dantas Barreto era aplaudida por uns e desdenhada por outros, ela se polemizou ainda mais pelo itinerário que tomaria. Na proposta original e aprovada da sua criação em 1943, a Dantas Barreto e parte do perímetro de irradiação proposto destruiriam, além de inúmeros sobrados, casas térreas, ruas, o Pátio de São Pedro e o do Carmo. Essa passagem invasiva especificamente por São Pedro tornou-se uma questão não-consensual entre o plano proposto, a Comissão do Plano da Cidade e o DPHAN, sendo um dos primeiros grandes dilemas a cercar a execução desse plano. A Igreja de São Pedro dos Clérigos era monumento nacional tombado desde o ano de 1938, quando houve a primeira “leva” de tombamentos em Pernambuco; entretanto, o pátio e o casario que o conformavam não estavam dentro dessa linha proteção.

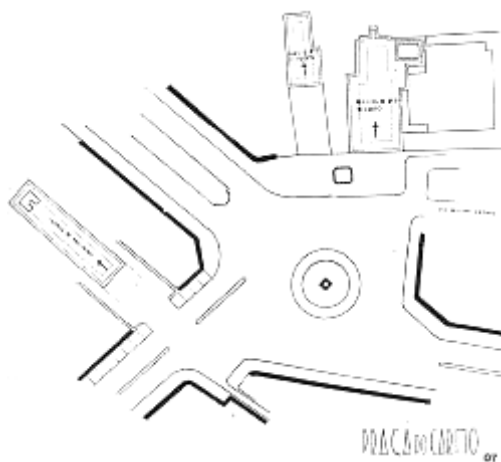


Figura 1. Detalhe do plano proposto por Ulhôa Cintra. Era prevista a abertura dos pátios do Carmo e de São Pedro para formar uma grande rotatória de veículos no encontro das novas avenidas projetadas
Fonte: Revista Arquivos (1943)

¹⁷⁷ *Jornal do Commercio*. 23 de março de 1946.

Mesmo assim, as citadas instituições não tardaram de solicitar que o Pátio de São Pedro fosse poupado da mutilação que o deixaria completamente aberto à frente de uma nova avenida; entretanto, o mesmo não ocorreu com o Pátio do Carmo. Assim, o próprio Prefeito Pelópidas Silveira decidiu que o itinerário da avenida se desviasse de São Pedro¹⁷⁸ para protegê-lo, o que causou uma modificação no desenho em relação à sua proposta original, fazendo as citadas instituições envolvidas chegarem a um consenso.

Tomada essa decisão, na matéria de 20 de julho de 1946 do Jornal do Commercio, foi colocado que o novo traçado da Dantas Barreto passaria a vir em linha reta da Praça da República até a Praça do Carmo. Partindo daí, seguiria outra avenida, de 34 metros de largura, que atingiria o Cais Martins de Barros, entre o Grande Hotel e o edifício do Instituto dos Industriários. Da Praça do Carmo, a Dantas Barreto continuaria até a Praça Sérgio Loreto, com 50 metros de largura. Para efetivar o novo traçado, seria destruída a Igreja dos Martírios pelo fato de a mesma não ser tombada, mas conservando-se o Pátio de São Pedro com o seu calçamento, além das ruas Felipe Camarão e das Águas Verdes, proibindo-se a construção de novos edifícios no entorno da igreja, a fim de não sacrificar a sua perspectiva.

Apesar da confirmação da previsão de destruição da Igreja dos Martírios em 1946, nenhuma instituição se moveu em favor da defesa desse templo nesse momento. Algumas inferências podem ser depreendidas a partir da situação. A primeira se refere ao fato de a própria Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios não se ter manifestado contra a ameaça de destruição do seu templo, mantendo-se em silêncio, o que pode denotar a falta de preocupação com o destino do edifício nesse momento, ou a descrença na abertura da avenida. A segunda remete ao fato de, nesse período, os Martírios serem um assunto de pouca importância no debate do meio intelectual, que muito pouco se manifestou contra essa previsão de demolição. A terceira inferência refere-se à diferença da reação que a Comissão do Plano da Cidade e o DPHAN tiveram em relação à previsão de destruição do Pátio de São Pedro e da Igreja dos Martírios. Enquanto essas instituições se posicionaram contra a mutilação do pátio, no caso dos Martírios não foi emitida nenhuma manifestação. A última inferência que pode ser feita reporta-se à pouca importância, ou à importância secundária que esse templo tinha aos olhos dos urbanistas que propuseram sua demolição para que fosse aberta uma avenida.

Mesmo com o livramento do Pátio de São Pedro, decisão política tomada pelo prefeito da cidade, a Dantas Barreto, protagonista do plano de Ulhôa Cintra, continuava a ser criticada. Um dos

¹⁷⁸ Informação concedida por Pelópidas Silveira a Virgínia Pontual durante entrevista em 2007.

argumentos centrais que cercavam a abertura dessa via referia-se ao seu caráter viário e, desse modo, o questionamento dessa ação e os posicionamentos contra ela também passavam pela crítica ao esquema de circulação proposto. Na década de 1950, passou a ser divulgado que as propostas para problemas de tráfego de áreas antigas deveriam evitar as soluções centralistas, por essas demandarem um grande número de destruições, sendo preferível a adoção de um partido perimetral, que contornasse a área em questão, como já mostrou Pontual (1998).

Essa idéia também é abordada por Reynaldo (1998, p. 298), ao colocar que a ação moderna de abertura dessa via de irradiação passou a “representar um contra-senso” ao longo da década de 1950, se analisada à luz das práticas urbanísticas e das necessidades de circulação de então. Isso se deveu ao fato de que, nesse momento, já haviam desaparecido as razões que culminaram na sua formulação como um grande eixo viário de interligação norte-sul. Com o processo de abertura da Avenida Agamenon Magalhães, também idealizada por Ulhôa Cintra, essa conexão na cidade seria realizada, sendo pouco necessária e pouco recomendável a execução de uma obra tão drástica quanto a Dantas Barreto, que cortaria longitudinalmente dois bairros inteiros.

Dessa forma, tornou-se tarefa cada vez mais difícil a de justificar a continuidade da abertura da Dantas Barreto a partir da sua necessidade como artéria de comunicação viária, já que as teorias, tanto as urbanísticas quanto as preservacionistas, apontavam para outro tipo de solução, diametralmente oposta àquela que estava sendo adotada. Nesse sentido, a instituição que a estava promovendo, no caso a Prefeitura do Recife, se viu pouco munida de argumentos que justificassem tamanha empreitada, pelos altos montantes financeiros e pela grande destruição que estava sendo exigida para a sua realização. As inúmeras indenizações necessárias, as dificuldades de negociação judicial, a necessidade constante de levantamento de empréstimos e os interesses políticos envolvidos ainda dificultavam cada vez mais a sua condução.

Assim, no fim da década de 1950, as obras da avenida sofreram uma interrupção, bem noticiada nos periódicos locais. O Diário da Noite de 17 de novembro de 1959 publicou a matéria intitulada *Avenida Dantas Barreto parou: pouco dinheiro e pouca utilidade*. Desse modo, a abertura da via permaneceu interrompida por alguns anos, nas proximidades do Pátio do Carmo.



Figura 2. Avenida Dantas Barreto aberta até o Pátio do Carmo

Fonte: Museu da Cidade do Recife

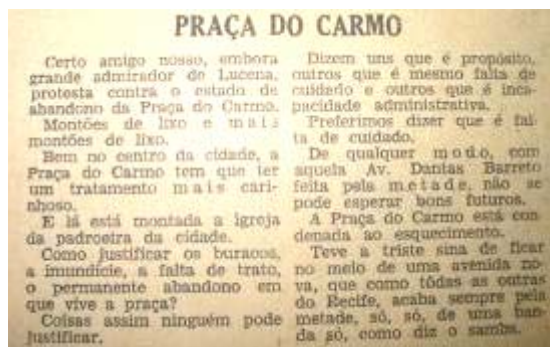


Figura 3. Matéria do Diário de Pernambuco criticando a suspensão da abertura da Avenida Dantas Barreto no Pátio do Carmo

Fonte: Diário de Pernambuco. 13 de Maio de 1966

Nesse sentido, a disseminação do ideário preservacionista e o exercício democrático, dentre outros fatores, ofereceram as bases para que a Avenida Dantas Barreto, envolvida pela “mística do progresso”, parafraseando as palavras de Gilberto Freyre, passasse a ser desmistificada e o modernismo refletido. O que se viu foi o paulatino despertar da consciência preservacionista, ao ver a ameaça de desaparecerem da fisionomia da cidade importantes fragmentos arquitetônicos e urbanos dos séculos passados. Nesse momento, o caso da Igreja dos Martírios pouco contribuiu para essa discussão, de forma diferente do que ocorreu nos anos que se sucederam, especialmente após o retorno de mais um período ditatorial.

6. A IGREJA DOS MARTÍRIOS E A ABERTURA DA AVENIDA DANTAS BARRETO (1964-1973)

6.1 A PRIMEIRA GESTÃO DE AUGUSTO LUCENA (1964-1968)

Na primeira gestão do Prefeito Augusto Lucena,¹⁷⁹ que começou no dia 2 de abril de 1964, chegando até o ano de 1968, as obras da Avenida Dantas Barreto foram retomadas e, com elas, reacendidas as discussões.



Figura 1. A ilustração representa o início do conflito em torno do destino da Igreja dos Martírios
Fonte: Cavalcanti (1985)

Cabe citar que esse governo municipal teve seu início após o golpe militar de 31 de março de 1964,¹⁸⁰ o que resultou no afastamento de Pelópidas Silveira do governo do Recife, de Miguel

¹⁷⁹ Segundo informações da Assembléia Legislativa de Pernambuco, “Augusto da Silva Lucena nasceu em Guarabira da Paraíba, em 14 de fevereiro de 1916. Bacharel em Direito, foi delegado de Acidentes de Trânsito, no Recife, delegado de Investigações e Capturas e delegado de Trânsito de Pernambuco. Em 1954, elegeu-se primeiro suplente de deputado estadual, na legenda da Aliança Social Democrática, composta pelo Partido Social Progressista (PSP) e pelo Partido Libertador (PL). Assumiu o mandato no ano seguinte. Elegeu-se mais duas vezes à Assembléia Legislativa, pelo PSP (1958) e pelo Partido Democrata Cristão (PDC), em 1962. No ano seguinte, foi eleito vice-prefeito do Recife, assumindo a Prefeitura, em 1964, com o movimento militar que depôs o presidente. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Ao deixar a Prefeitura, em 1968, elegeu-se vereador à Câmara Municipal do Recife; dois anos depois, foi eleito deputado federal, exercendo por pouco tempo o mandato, pois foi novamente nomeado Prefeito do Recife. Administrou a cidade até 1975, quando reelegeu-se vereador do Recife e, em 1978, deputado federal. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), mas não conseguiu reeleger-se. Foi, novamente, vereador do Recife. Publicou: Aspectos da Problemática do Desenvolvimento do Recife; Mobilização de Áreas para Habitação de Interesse Social; Planejamento da Região Metropolitana e Regiões Metropolitanas e Desenvolvimento Urbano do Recife. Morreu em 22 de outubro de 1995, no Recife.”

¹⁸⁰ Cabe aqui tecer algumas breves considerações sobre o golpe militar. Anos após o fim do período ditatorial do Estado Novo, Getúlio Vargas voltou ao poder pelo voto direto, governando mais oito anos no regime democrático. Entretanto, a sua natureza política marcada claramente por tendências populistas e estatizantes foi considerada pelos setores mais tradicionais da política e da sociedade como um foco de disseminação do comunismo. Segundo conta Thomas Skidmore (1988), o fim do seu governo foi marcado pelo aprofundamento da polarização política e, com ela, uma nova pressão para a reorganização do poder administrativo no Brasil. Essa pressão assumiu o seu ápice com a organização de um manifesto, documento elaborado por 27 generais do Exército Brasileiro, exigindo a denúncia do presidente, que terminou por se suicidar em 24 de agosto de 1954. Segundo Hélio Silva (1975, p. 21), após esse período foram intensificadas as crises do poder político nacional, registrando-se o “impedimento de tomada de

Arraes do governo de Pernambuco, e a passagem do regime democrático ao autoritário. Denis Bernardes (2004, p. 59), assim como outros autores,¹⁸¹ em seu trabalho *Kafka à Brasileira*, ao abordar as razões dessa intervenção militar, explica que o golpe de 1964 foi o resultado de uma confluência de múltiplos interesses,

... de múltiplas forças sociais e de confrontos políticos cujas raízes históricas vinham, pelo menos, da década de 20. Juntou interesses do capitalismo internacional, notadamente do norte-americano, com o moralismo de amplos setores da classe média, ainda profundamente impregnados de um catolicismo tradicional, de raízes rurais.

O autor ainda coloca que esse período ficou caracterizado pela quebra da legalidade republicana, pela instauração gradativa de um violento regime repressivo, pela supressão da política partidária e do livre jogo parlamentar, pela desmobilização geral da sociedade, dentre outros aspectos.

Foi nesse contexto que a abertura da via foi prosseguida, adentrando cada vez mais no bairro de São José e polemizando ainda mais o debate. A matéria do Diário de Pernambuco de 3 de março de 1968 bem ilustra a situação ao mostrar que não foi sem lutas, protestos e ações na justiça que a Avenida Dantas Barreto iniciou sua avançada, tendo que derrubar a picaretas alguns dos pontos mais antigos do Recife. “Contra a sua abertura se levantam os tradicionalistas e saudosistas, falando em patrimônio histórico, relíquias seculares e monumentos, profanação.”

poder do Presidente Café Filho (1954-1955); a renúncia de Jânio Quadros em 1961; a batalha de posse de João Goulart (Jango); a adoção do parlamentarismo e o plebiscito presidencialista.” Dentre esses acontecimentos, os últimos momentos do governo de Jango confirmam a amplitude da crise. Hélio Silva (1975, p. 26-27) coloca que o governo de Jango, personagem de tendências políticas semelhantes às de Vargas, foi marcado pela maximização dos conflitos que existiam entre as massas urbanas, “sem estruturação definida, e com lideranças populistas”, e a estrutura de poder que controlava o Estado, culminando em diversos embates. Como reflexo principal destes conflitos, estava a ameaça contra o próprio funcionamento das instituições básicas em que estava apoiado o poder. Paralelamente à crise política instaurada e amplificada com a ameaça mundial de tomada de poder pelos comunistas, o Brasil vivia uma grande crise econômica. Nesse período, a acelerada taxa de crescimento da população do país contribuía bastante para o aumento do número de desempregados. A resposta a essa crise foi inicialmente dada por Jango por meio de um programa de estabilização econômica elaborado por San Tiago Dantas e Celso Furtado, membros da esquerda moderada. No ano de 1963, o presidente voltou-se para a questão das reformas de base, nas quais se incluíam a reforma agrária, a educação, os impostos e a habitação, em outras palavras, as medidas preponderantemente voltadas para as classes populares, o que ratificava o seu veio populista aos olhos daquele momento. A partir de então, a destituição se aproximou do Presidente João Goulart que, segundo conta Thomas Skidmore (1988, p. 44), foi uma operação de caráter militar, cujos objetivos enunciados eram de “frustrar um suposto plano comunista facilitado pelas políticas do presidente, defender a instituição militar e restabelecer a ordem para a realização de reformas legais.” Para a realização do golpe, seus organizadores haviam cultivado o apoio entre os oficiais, sabendo que também podiam contar com o apoio da potência que eram os Estados Unidos (SKIDMORE, 2003), interessada na manutenção do poder político e econômico que irradiava desde o término da segunda guerra mundial. Com o golpe empreendido, os militares passaram a ter o pleno controle da administração do país. Durante os primeiros anos, formaram uma aliança com a UDN, o partido tradicionalmente anti-populista, “na tentativa de parecerem legítimos a despeito de sua tomada ilegal de poder” (SKIDMORE, 2003, p. 225). Após o golpe, os militares permaneceram no poder político no Brasil por 21 anos.

¹⁸¹ Sobre o golpe militar de 1964 no Brasil, também consultar Andrade (1989), Beozzo (1982), Cavalcanti (1978), Coelho (2004), Fausto (1995), Skidmore (1969), (1988) e (2003).

6.1.1 O IDEÁRIO PRESERVACIONISTA E A PRÁTICA URBANÍSTICA

Juntamente com o retorno do debate sobre a Avenida Dantas Barreto, vê-se emergir a questão referente ao destino da Igreja dos Martírios, quando muitos intelectuais passaram a ser seu porta-voz, impulsionados pelas sementes lançadas no ano de 1946 e pelos novos fatos que se agregaram e reforçaram o ideário preservacionista. A publicação da Carta de Veneza, em 1964, deu grande contribuição ao debate, trazendo as questões colocadas sobre a preservação, a restauração de monumentos e sítios históricos naquele momento. No artigo 1º, que se refere às definições postuladas pelo documento, estava posto que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras mais modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Essa ampliação da noção de monumento histórico permitiu que edifícios que anteriormente eram tidos como secundários na relevância histórico-cultural e no interesse de perpetuação, assumissem um status diferenciado, como foi o caso da Igreja dos Martírios, que bem se harmoniza com essas colocações. A matéria do *Jornal do Comercio* de 13 de outubro de 1966 mostra essa equivalência, lamentando a previsão de destruição de um edifício como os Martírios:

...mais um monumento histórico, testemunha de um passado remoto, cederá lugar ao nosso progresso urbanístico, reduzindo a escombros... Cabe, pois, aos urbanistas municipais, olharem com bastante carinho, para a descaracterização de nossa cidade que, pouco a pouco, vai perdendo o que lhe resta de sentimental, como foi o caso da Igreja do Corpo Santo, demolida no dia 6 de março de 1913. Depois da Igreja do Corpo Santo e da Igreja do Paraíso é mais um templo do centro da cidade ameaçado pelos urbanistas.


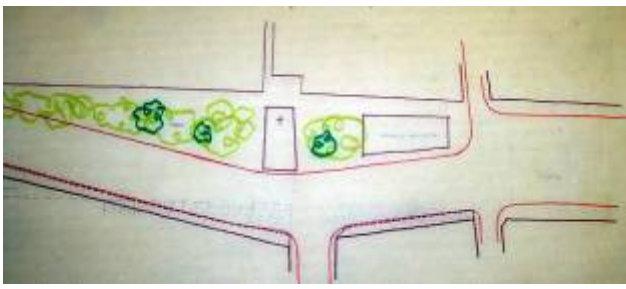
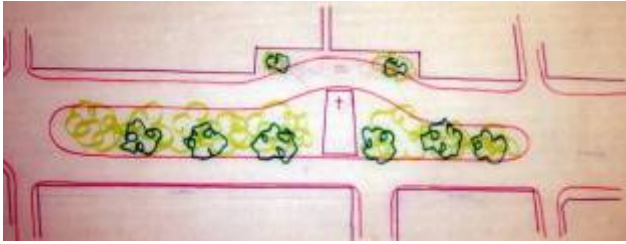
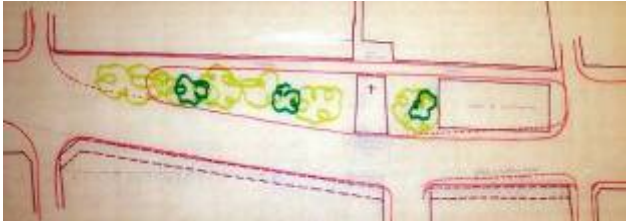

Além disso, a ampliação das atividades do 1º Distrito do SPHAN também impulsionou novas discussões, respaldadas pelas teorias urbanísticas e preservacionistas em voga, as quais apontavam para a necessidade de manutenção e coexistência de artefatos urbanos e arquitetônicos de distintos tempos.

SUGESTÃO DE NOVOS TRAÇADOS

Assim, no momento de intensificação das obras de abertura da Dantas Barreto e do aumento do debate em torno dos Martírios, o 1º Distrito elaborou planos urbanísticos que continham sugestões distintas que preservariam a Igreja dos Martírios por meio da alteração do traçado da

avenida. Tais propostas foram encaminhadas à Assessoria de Planejamento da Prefeitura do Recife, com o pedido de sua análise por parte desse órgão.

Quadro 1. Sugestões elaboradas pelo 1º Distrito do IPHAN para salvaguardar a Igreja dos Martírios

Proposta	Descrição
	<p>SUGESTÃO 1. Igreja dos Martírios em uma quadra arborizada no meio da avenida, com o fluxo desviado para a frente e para trás dessa por duas vias separadas com 10,50 metros de largura. Suave alargamento na avenida que corta parte da quadra oeste da Avenida Dantas Barreto. Quadra vizinha à igreja com um jardim ou edifício de três pavimentos.</p>
	<p>SUGESTÃO 2. Igreja dos Martírios solta com um jardim na expansão da quadra oeste da Avenida Dantas Barreto que se projeta sobre a avenida. Essa sofre uma inflexão, corta as quadras a leste da via e tem sua largura subtraída. Propõe-se ainda um jardim ao lado da igreja ou um edifício de três pavimentos.</p>
	<p>SUGESTÃO 3. Igreja dos Martírios em uma quadra arborizada e mais comprida que as das propostas anteriores no meio da avenida, com o fluxo desviado para a frente e para trás dessa por duas vias separadas. A via que contornaria a igreja pela sua fachada posterior sofreria uma inflexão e cortaria a quadra oeste da Avenida Dantas Barreto, enquanto que a que passaria pela fachada principal permaneceria na mesma orientação.</p>
	<p>SUGESTÃO 4. Igreja dos Martírios em uma quadra arborizada e comprida na avenida, sendo mais próxima da quadra oeste da Dantas Barreto, com o fluxo desviado para a frente e para trás dessa por duas vias separadas (não fica claro se a via posterior seria para o tráfego de veículos ou apenas de pedestres). Essa sugestão prevê a perda de parte da capela mor. Propõe-se ainda um jardim ao lado da igreja e um edifício de três pavimentos.</p>
	<p>SUGESTÃO 5. Igreja dos Martírios em uma quadra arborizada e longa na avenida, sendo mais próxima da quadra oeste da Dantas Barreto, com o fluxo desviado para a frente, em faixas de rolamento de 25 metros de largura, e para trás dessa, por via separada (não fica claro se a via posterior seria para o tráfego de veículos ou apenas de pedestres). A sugestão se diferencia das demais em vários aspectos, dentre eles a preservação e restauração de 13 sobrados e a proposição de jardins ao lado dos sobrados ou de um edifício de dois pavimentos. Não está explícito se a igreja seria cortada para a passagem da via.</p>

O fotógrafo Benício Whatley Dias fez elogiosas críticas às propostas que englobaram diferentes modalidades de desvio e contorno do tráfego, “cada qual mais inteligente e enquadrada no que se tem feito de mais atual, para poupar o monumento setecentista que, sem ser grandioso como outros exemplares, contém valôres”, podendo se constituir em uma “ilha de interêsse e graça profano-religiosa” a combater a monotonia (CASA E JARDIM. 17 DEZEMBRO DE 1969).

Apesar dos planos alternativos para salvar a igreja, vê-se certamente em um deles a preservação parcial do edifício, já que ele seria mutilado em uma das suas principais partes, a capela-mor, como foi mostrado na sugestão 4.

O recebimento de tais sugestões vindas do 1º Distrito do IPHAN causou estranheza ao Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF), unidade técnica da Prefeitura do Recife, conforme se observa no ofício nº 182/69, de 1º de setembro de 1969. Nele, o diretor do ETPF, Zenildo Sena Caldas, questionou a Ayrton Carvalho o “porque da mudança de atitude do IPHAN com relação a agora querer preservar a igreja.”

O PLANO DE GABARITOS

Para o ETPF, o envio das sugestões de mudança de traçado da avenida e conseqüente preservação da igreja se chocava com a posição que o IPHAN havia assumido frente ao caso da Igreja dos Martírios no momento de elaboração do Plano de Gabaritos, no ano de 1965. Cabe esclarecer que esse plano representou uma proposta de estabelecimento geral de gabaritos para aqueles edifícios que ficariam localizados nas proximidades de monumentos nacionais tombados, como medida para preservar a visibilidade e guardar sua escala. Nele ainda estava prevista a destruição da Igreja dos Martírios pelo prolongamento da Dantas Barreto. Assim, esse plano buscou dar uma resposta a uma dupla realidade: por um lado, a necessidade de preservação, buscando garantir a mirada dos monumentos por meio do cone de visibilidade e, por outro, o desejo de verticalização como expressão da arquitetura e do urbanismo progressistas.



Figura 2. Plano de Gabaritos (1965). Esse plano previa o zoneamento de áreas específicas próximas a monumentos tombados de acordo com o número máximo de pavimentos que eram permitidos construir

Fonte: Reynaldo (1998)

Gabaritos estipulados:

Amarelo: Conservação do gabarito existente

Cinza: 4 a 6 Pavimentos

Azul claro: 7 a 10 Pavimentos

Azul escuro: 17 Pavimentos

Áreas de preservação:

I. Núcleo São Pedro

II. Núcleo Livramento

III. Núcleo São Pedro

IV. Núcleo Carmo

V. Núcleo Carmo

VI. Núcleo Rosário dos Pretos

Em poucos dias, o 1º Distrito respondeu por meio do ofício nº 081/D, de 10 de setembro de 1969, ao diretor do ETPF da Prefeitura do Recife, que queria deixar claro não ter havido “mudança de atitude do IPHAN com relação a agora querer preservar esta igreja”, referindo-se aos Martírios. Ayrton Carvalho colocou que esse distrito do IPHAN não teve a mínima interferência, nem emitiu nenhuma opinião em qualquer momento do estudo da Dantas Barreto, limitando-se anteriormente apenas à defesa da integridade do Pátio de São Pedro na década de 1940, não sendo coerente a afirmação de uma suposta mudança de posição.

Foi explicado que, no momento do estabelecimento geral de gabaritos para edifícios localizados nas proximidades de monumentos nacionais tombados, plano deliberado e proposto por integrantes do ETPF, o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, colaborador do 1º Distrito, trabalhou em conjunto com aqueles arquitetos da prefeitura, colaborando apenas nas zonas dos monumentos nacionais tombados. Alegou-se que o restante da definição foi iniciativa do ETPF, resultando na planta fixadora de gabaritos, sob o número 146- P:02:AS:SJ, assinada por Vital Pessoa de Melo, aprovada por Augusto Lucena e subscrita pelo diretor local do IPHAN. Ayrton Carvalho argumentou que a subscrição só dizia respeito aos gabaritos em torno de monumentos, uma vez que o “aspecto urbanístico”, nas suas palavras, não foi atribuição do 1º Distrito.

Apesar disso, no ofício nº 081/D ficou claro que essa instituição de preservação “jamais apreciou o caso da Igreja dos Martírios, quer concordando, quer impugnando a sua demolição, mesmo porque a referida igreja não era monumento nacional tombado”, mas não impediu o 1º Distrito

de se tornar o “eco de inúmeras vozes, bastante autorizadas, que pela imprensa e estações de rádio e de televisão encarecem a preservação.”

O mencionado ofício finalizava mencionando o Artigo 175, da Constituição Federal, que coloca sob a proteção do Poder Público as obras, monumentos e documentos de interesse histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de interesse particular de beleza, cabendo ao município, tanto como à União, medidas de cautela contra o agravo aos seus monumentos.

A CONTROVERTIDA REVISÃO DO PLANO DE ABERTURA

Na semana seguinte, o arquiteto Zenildo Sena Caldas, diretor do ETPF, afirmou ser possível uma

Augusto Lucena não se atreveria, a permanência, no local, da Igreja dos Martírios, condenada ao desaparecimento. Na ocasião, acompanhei, subsidiariamente, claro, aquele rôgo às alturas por, igualmente, não me atrever à pretensão de ser ouvido pelo Dr. Lucena. Os céus atenderam ao Nilo... O assessor de planejamento, o arquiteto Valdeci Pinto, em fala aos jornais, afirmou que a Igreja [...] não iria abaixo... Acontece, porém, que o mesmo assessor Valdeci Pinto, que na entrevista declarara taciturnamente que a Igreja dos Martírios não seria sacrificada ao plano viário, na subsequente já não se mostra tão seguro no que afirmara. E então, a integridade da igreja, que era tão firme, passa a ser um “caso possível.”

É provável que a indefinição sobre o caso dessa igreja se tenha estendido até o corpo técnico da prefeitura que, por meio de declarações controvertidas, terminava por acentuar a polêmica em torno da Igreja dos Martírios e do prolongamento da Avenida Dantas Barreto.

6.1.2 O EMBATE INSTITUCIONAL

Com o início dessa gestão de Augusto Lucena, o ritmo de retomada da abertura da Dantas Barreto se apresentou à irmandade com uma real ameaça de destruição. Cabe colocar que o estado de conservação da igreja nesse momento já mostrava melhoras, após trabalhos de mais de dez anos, conforme foi retratado no capítulo 4. Entretanto, de forma paradoxal, à medida que a igreja recuperava a sua estrutura física, mais ela se via ameaçada pelo plano da Avenida Dantas Barreto, cuja abertura seguia o seu curso. Frente a tal situação, uma das medidas tomadas pela dita irmandade foi a busca de apoio à permanência da igreja junto a outras instituições, dando início a uma seqüência de embates institucionais.

No intervalo dessa discussão, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Ma CoIes ins juAr(daológtéc, Histórtéc

estudar o caso.

É bastante visível, nesse momento, a associação existente entre os edifícios religiosos e a fisionomia do Recife. Muitas matérias de jornal abordavam as igrejas como elementos característicos e caracterizadores da cidade dos séculos XVIII e XIX, sendo sua permanência essencial para a continuidade de uma imagem urbana histórica. Paralelamente ao aumento da ameaça da destruição dos Martírios, também passaram a ser cada vez mais mencionadas as destruições precedentes de edificações religiosas e, com elas, a perda irreparável que representaram, não apenas como artefatos urbanos e arquitetônicos mas, acima de tudo, como elementos tradicionais da cidade.



Figura 3. Foto da Igreja dos Martírios a partir da Travessa dos Martírios, via que a conectava à Igreja do Terço
Fonte: Jornal do Commercio. 13 de outubro de 1966

Nesse momento, a ameaça da perda da Igreja dos Martírios ia bastante além da simples destruição do templo, representando a extinção de “um trecho histórico e sentimental do Recife Colonial”, ou o desaparecimento “da paisagem recifense do que ainda resta de um autêntico bairro tradicional, o de São José”, segundo Dulce Chacon (JORNAL DO COMÉRCIO. 19 DE NOVEMBRO DE 1966). A escritora coloca a importância da permanência dos Martírios para o contexto e para a caracterização do bairro, correlacionando-o com outras cidades. Para Chacon, todas as capitais da Europa “conservam seus bairros pitorescos de ruas estreitas, casas centenárias, moradores na maioria da pequena classe média, a Cité, o Marais e a colina de Montmartre em Paris, a Alfama em Lisboa, Veneza, em cujas ruas estreitíssimas se pode apertar a mão de alguém da outra calçada.” Dessa forma, as experiências de preservação dos edifícios antigos e da estrutura urbana característica de períodos passados em outras cidades, começaram a ser incorporadas ao repertório das motivações em prol da permanência da Igreja dos Martírios.

Além da desaconselhável destruição do templo, Dulce Chacon colocou a insuficiência do valor da indenização prometida aos moradores do bairro de São José, onde “um dos indenizados no bairro, mal conseguiu comprar um barraco de madeira em Santo Amaro.” Por fim, a autora coloca que “seria presunçosa se acreditasse de alguma valia esse pedido”, procurando apenas juntar a sua “fraca e desafinada voz, a outras mais fortes e autorizadas.”

Porém, o que inicialmente se configurou como pedidos e posicionamentos em favor da permanência da igreja, passou a assumir a proporção de protestos contra a sua derrubada. O Diário de Pernambuco de 23 de outubro de 1966 publicou que, no dia 22 do mesmo mês, membros da Irmandade dos Martírios compareceram à redação do jornal para protestar contra a atitude da Prefeitura do Recife, cujo propósito era demolir a Igreja dos Martírios. Foi explicado que, nesse momento, ainda não havia nenhum documento oficial que tratasse da pretendida derrubada do templo, apenas demonstrando a edilidade o público desejo de executar tal empreitada ao determinar a sua medição. Um dos primeiros sinais de protesto da irmandade referiu-se à elaboração e ao envio de um abaixo-assinado ao Prefeito Augusto Lucena, solicitando-lhe a suspensão da ação demolitória, por considerar um atentado ao patrimônio histórico e à tradição católica do Recife.

Dessa forma, as manifestações públicas contra a demolição da igreja passaram a se intensificar, assim como se multiplicaram os argumentos a favor da sua permanência. A *Carta Aberta ao Prefeito*, assinada por “W” e publicada no Jornal do Commercio de 11 de novembro de 1966, configura de forma interessante a situação do momento ao colocar:

V. Excia. já deve ter, sobre sua mesa de trabalho uma pilha de cartas como que neste momento lhe endereço... Venho então, excelência, engrossar o coro dos que lhe pedem, com a mesma ênfase, com que José Clemente Pereira pedia a Pedro I que não partisse para Portugal, o seu lugar era aqui, que não consinta na derrubada da Igreja dos Martírios. Quanto aos seus arquitetos urbanistas, não se importe: eles sempre, arranjam um meio de inflectir qualquer de suas grandes linhas, como já inflectiram, aliás, a da Dantas Barreto, para evitar que irrompesse pelo Pátio de São Pedro, merecedor de conservar sua fisionomia própria. Eles têm jeito para tudo... Cordialmente, W.

Por ter ocorrido a mudança do caminho da Dantas Barreto e da Avenida Nossa Senhora do Carmo, que livrou da destruição duas quadras que fechavam o pátio da Igreja de São Pedro, houve um acréscimo nas solicitações de que o mesmo ocorresse com a Igreja dos Martírios. Esse desejo culminou na elaboração de propostas que visavam ao desvio da avenida e à permanência da igreja, mostradas no item *Sugestões de novos traçados* deste trabalho, mas que não foram colocadas em prática.

Frente ao avolumamento das críticas e pedidos que solicitavam a preservação da igreja, o Prefeito Augusto Lucena, propôs uma saída “conciliatória” entre a abertura da avenida em linha reta e a “permanência da igreja.” Sua sugestão consistia na reposição da igreja em outro lugar, conforme colocou em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio* de 12 de fevereiro de 1967. Ele defendeu a medida, afirmando que se tratava de uma “construção modesta, com as paredes laterais servindo a dois pardieiros na Rua Augusta e há muito abandonada”, portanto, o templo seria “reposto noutra local, por indicação da cúria. Para isso, aliás, já existe entendimento com as autoridades eclesiásticas.”

Um editorial do *Jornal do Commercio* de 23 de fevereiro de 1967 ironiza essa afirmação que, de acordo com as declarações do Prefeito Lucena, “tudo seria muito simples: põe-se a igreja abaixo e em outro local a ser indicado pela cúria, ela será reposta.” O autor do editorial critica essa medida e defende que o que estava em jogo era a tradição da cidade e um velho templo que o Poder Público deveria preservar, questionando: “Como é que se repõe uma igreja em outro lugar? Construindo outra igual ou parecida, ou simplesmente elevando-a em qualquer parte, com qualquer estilo?”. Além de se questionar a idéia do prefeito, questionava-se também como viabilizá-la. Ainda se afirmou que essa medida também fora proposta no momento da destruição da Igreja do Paraíso, em que se colocou que essa tinha de ser derrubada, correspondendo aos reclamos do urbanismo, do desenvolvimento da cidade, para ser reposta em outro lugar. Entretanto, o desfecho do Paraíso foi bastante diferente da proposta para a sua “preservação”, como foi mostrado na parte I deste trabalho, já que foi simplesmente lançado por terra.

No editorial ainda foi colocado que:

... se a teoria pega, igrejas destruídas e repostas, pesa sobre nossa tradição uma grande ameaça... A vingar essa inovação, muita coisa poderá ser erradicada da nossa paisagem religiosa e mesmo profana. Tira-se daqui, repõe-se ali, e eis tudo resolvido ao sabor do urbanismo... Os Martírios, diz o prefeito, tristemente estão com os seus dias contados.

Acreditava-se, então, que a igreja seria destruída no ano de 1968, fato que provocou grande pesar naqueles que se empenhavam em defender sua permanência, especialmente aos membros da irmandade. Foi relatado que foi profundamente emocionado que Antônio Celestino, zelador da igreja, ouviu falar sobre a demolição que ocorreria em breve. Frente à iminente ameaça de destruição, o mesmo colocou que, “antes de tudo, deveriam mandar construir uma outra igreja, em local apropriado, a fim de não se desaparecer a Irmandade dos Martírios”, idéia sempre lembrada pelo Monsenhor Manuel Barreto, pároco de São José (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*. 21 DE JANEIRO DE 1968).

Da mesma forma que a demolição do templo era prevista para o ano citado, a conclusão da abertura da Dantas Barreto tinha o seu término estimado em um ano, ao longo dos seus quase dois quilômetros que chegariam à Praça Sérgio Loreto. Assim, foi publicada pelo Diário de Pernambuco de 3 de março de 1968 uma síntese do processo de abertura da avenida e das reformas dos bairros de Santo Antônio e São José, correlacionando-o com as etapas em que se previu a destruição de diferentes igrejas:

... daria uma história longa, marcada até de lances dramáticos, com passagens sentimentais e alguns episódios violentos, a história do nascimento, construção e existência da nova avenida recifense... No começo foi a igreja do Pátio do Paraíso, famosa pelas suas procissões, tão lembrada pelos mais idosos... Foi o primeiro local a ser derrubado... Nos primeiros planos traçados que previam a extinção da Dantas Barreto até o Largo das Cinco Pontas, duas outras igrejas estavam ameaçadas, a de São Pedro dos Clérigos e a do Pátio do Terço.¹⁸³ Os protestos foram enormes, considerando o prestígio e a tradição dos dois templos... Prevaleceu o saudosismo e a avenida mudou de rumo... Facilitou a decisão o estado precário em que se encontra a Igreja dos Martírios, inteiramente deteriorada, com seu teto e suas paredes em ponto de desabar... Morre a cidade velha, para que das suas cinzas se levante o Recife novo, acompanhando o desenvolvimento do Nordeste.

É importante relacionar que esse foi um período de intensa discussão sobre o processo desenvolvimentista do Brasil e, dessa forma, a Avenida Dantas Barreto fazia parte desse processo pela crença que nela era depositada de uma via que traria uma imagem de progresso para o local. Cabe citar que uma das medidas mais perseguidas pelo regime militar se referia ao desejo de estabilização econômica, com a redução da inflação e estímulo ao crescimento econômico, como meio de promover o desenvolvimento da nação, segundo coloca Skidmore (2003).

Frente à situação, o desenvolvimento do Brasil passava por uma estratégia de expansão econômica, que foi criticada a partir de duas frentes. A primeira se referia ao modo como essa se viabilizava: a partir de empréstimos externos, o que Skidmore (2003, p. 252) bem conceituou como a estratégia do “crescimento pela dívida.” A segunda se referia ao modo como os dividendos dessa operação se distribuíam. Os benefícios do “milagre” eram repartidos de modo desequilibrado, marcando uma crescente desigualdade de renda entre as classes.

Dessa forma, a partir de empréstimos facilitados pela conjuntura econômica daquela época, a Dantas Barreto foi em sua maior parte financiada. Em matéria do Diário de Pernambuco de 3 de março de 1968, foi publicado um balanço referente ao preço de execução da avenida, no qual constavam os seguintes gastos:

¹⁸³ Apesar de ser publicado nessa matéria que as duas igrejas seriam destruídas, apenas se encontrou registros da previsão de destruição do Pátio de São Pedro no plano elaborado por Ulhôa Cintra, em 1943, e aprovado pela municipalidade no mesmo ano.

- Edifícios desapropriados para demolição: 5.000.000.000,00 Cruzeiros Velhos;
- Pavimentação, meio-fio e outros trabalhos: 10.000.000.000,00 Cruzeiros Velhos;
- Edifícios das ruas Augusta e Dias Cardoso para demolição: 1.000.000.000,00 Cruzeiros Velhos;
- Igreja dos Martírios: 45.000.000,00 Cruzeiros Velhos.

Acreditava-se que os 45.000.000 cruzeiros velhos que seriam pagos pela destruição da Igreja dos Martírios seriam suficientes para dar prosseguimento aos trabalhos da fase final da Avenida Dantas Barreto, conforme atestou o Prefeito Augusto Lucena no Diário de Pernambuco de 10 de agosto de 1968. O mesmo divulgou que, ao fim do mês de agosto, o templo seria entregue à prefeitura, após os entendimentos e acordos que foram selados entre o clero e a edilidade, “com vistas a um ajuste que não prejudique nenhuma das partes.”

Segundo a matéria, Helion de Melo, diretor do Serviço de Desapropriação da Prefeitura do Recife, estava negociando com Monsenhor Aníbal, representante da Associação de São Pedro dos Clérigos, à qual pertencia o terreno defronte à Igreja dos Martírios, onde a prefeitura pretendia construir uma capela em substituição ao templo. Defendia-se que tal medida não acarretaria qualquer prejuízo para os fiéis residentes naquela área,¹⁸⁴ já que a igreja da Rua Augusta apenas mudaria de posição, permanecendo “quase que no mesmo local.”

Assim, foi celebrada a última missa na Igreja dos Martírios no domingo, às 10 horas, quando o Prefeito Augusto Lucena anunciou seu comparecimento em companhia da esposa e de familiares. Essa celebração litúrgica foi prestigiada por grande número de fiéis e dirigentes de diversas irmandades.¹⁸⁵

Entretanto, transcorreu todo o ano de 1968, concluindo-se o mandato de Augusto Lucena, chegou o ano de 1969 e a Igreja dos Martírios não havia sido destruída, nem a avenida concluída, contrariando as expectativas da edilidade. O que se viu no ano de 1969 foi o aumento da discussão em torno do destino do templo e o acréscimo de mais instituições ao debate sobre essa

¹⁸⁴ É interessante observar os desencontros entre as informações dadas pelos membros da prefeitura. Enquanto alguns afirmavam que a Igreja dos Martírios estava há muito abandonada e sem uso, outros colocavam a existência de fiéis no bairro de São José que a freqüentavam.

¹⁸⁵ No período em que foi realizada a última missa, ocorria a conclusão da abertura da Avenida Nossa Senhora do Carmo, faltando apenas a destruição de dois edifícios na Rua Duque de Caxias. Paralelamente, seria dado início à sua pavimentação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 10 DE AGOSTO DE 1968).

questão. Uma destas instituições que passou a estar mais envolvida com a causa dos Martírios foi o 1º Distrito do IPHAN.¹⁸⁶

A mobilização de alguns intelectuais e de determinadas instituições em prol da manutenção da igreja denota um reconhecimento coletivo da sua importância artística e histórica. Frente a essa constatação, cabe questionar: por que razão os Martírios não estavam inscritos na lista de bens tombados pelo IPHAN nesse período? Benício Whatley Dias, em matéria na Revista Casa e Jardim de 1969, oferece uma possível resposta à indagação. O fotógrafo colocou que a Igreja dos Martírios não estava tombada, não por lhe faltar merecimento mas pelo problema permanente das verbas insuficientes do órgão de preservação. Assim, a “Delegacia Regional do IPHAN não teve como responder de outro modo, quando foi citada pela justiça para tal”, ausentando-se das discussões iniciais sobre o destino do templo. O mesmo afirmou que Renato Soeiro, diretor nacional do IPHAN, ficou de acordo com o tombamento do monumento que mereceu a apreciação e os elogios do professor Robert Smith, estudioso do barroco luso-brasileiro. Seu parecer sobre os atributos artísticos e arquitetônicos da igreja foram feitos em atenção ao convite de Ayrton Carvalho e sublinharam a importância do templo.

É interessante compreender a opinião desse fotógrafo quanto ao procedimento que deveria ter sido tomado em relação à Igreja dos Martírios. Benício Dias defendeu veementemente que a igreja não deveria ser destruída, mas “antes restaurada com orientação própria e cuidados especiais.”¹⁸⁷

A Prefeitura do Recife, segundo o referido fotógrafo, felizmente não se mostrava totalmente irredutível, ainda aceitando o diálogo. Em seu discurso, percebe-se um grande apelo à necessidade de preservação do edifício, tendo como perspectiva as novas orientações quanto à proteção das áreas urbanas. Para tanto, cita que:

Não é possível que, justamente quando a UNESCO vai voltar suas vistas para São Luís do Maranhão e para Alcântara, preservando grandes trechos e áreas dessas cidades, os recifenses, filhos da “Guia de Cegos e Mãe da Cultura”, não consigam fazer fluir as duas mãos do tráfego de uma avenida que, em vez de levar de oito, venha a abraçar, numa solução indicada, moderníssima e consagrada em várias partes, a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios e seus vizinhos sobrados, onde se encosta e que a complementam (CASA E JARDIM, 1969).

¹⁸⁶ Acredita-se que, a partir do ano de 1969, o 1º Distrito tenha se envolvido mais com a questão do destino da Igreja dos Martírios, pelo fato de ter sido encontrado um grande volume de matérias de jornais e de documentos da instituição, que tratam do caso nesse período. Anteriormente, destaca-se apenas a inclusão do nome de Ayrton Carvalho e de sua esposa como patronos do padroeiro da Igreja dos Martírios, segundo consta na documentação consultada na 5ª Superintendência Regional do IPHAN.

¹⁸⁷ Casa e Jardim (1969).

Nas suas palavras, mesmo com a árdua batalha para proteger um bem digno de perpetuação, Benício Dias sentia-se confortado com a companhia de “homens de bom-gôsto, conhecedores autênticos, intelectuais de várias atividades, todos possuídos do mínimo divisor comum de intuição do urbanístico e do arquitetônico, que não esquarteja inutilmente a cidade.”

Dessa forma, a partir dos pronunciamentos de personagens como Benício Whatley Dias, Ayrton Carvalho junto ao 1º Distrito do IPHAN, do Instituto Arqueológico, vê-se a ampliação e o fortalecimento do ideário preservacionista. O que antes era defendido por impulsos saudosistas e românticos, que tentavam resgatar um período já passado, agora passava a ser acastelado por um conjunto de idéias e experiências nacionais e internacionais que eram rebatidas no Recife.

É interessante observar que, paulatinamente o discurso, os enunciados e os princípios preservacionistas que partiram de meios técnicos especializados foram assimilados por diferentes segmentos profissionais. Essa assimilação, por sua vez, foi responsável pela capilarização desse ideário, fazendo-o espalhar por grande parte da cidade, que cada vez mais se politizava em relação à questão da destruição da igreja.

6.2 A GESTÃO DE GERALDO MAGALHÃES (1969-1971)

Apesar do furor da discussão no fim da década anterior, pôde-se observar a partir de pesquisas em diversos jornais locais, que o ritmo das discussões tanto sobre a Igreja dos Martírios quanto sobre a Avenida Dantas Barreto sofreu uma sensível desaceleração, sobretudo no início da década de 1970.

É importante perceber que o fato de as discussões referentes à via e a seus temas correlatos ter sido amenizado encontra-se relacionado com o fim do mandato de Augusto Lucena e a posse do Prefeito Geraldo Magalhães no Recife,¹⁸⁸ o qual passou pouco mais de um ano na chefia da municipalidade. Nesse período, as principais medidas administrativas noticiadas na cidade, como aponta Bernardes (1996), não se restringiram ao centro do Recife, mas se deram de forma mais ampliada. Destaca-se a construção do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, a melhoria do Cais da Aurora, a urbanização do Cais do Apolo, a finalização da Avenida Agamenon Magalhães, o tratamento da questão dos ambulantes no centro da cidade, a criação da Empresa Metropolitana de Processamento de Dados (EMPREL), dentre outros fatos.

¹⁸⁸ Ele assumiu a Prefeitura do Recife ao fim do ano de 1969.

No bairro de São José, a obra mais destacada durante a gestão foi o Viaduto das Cinco Pontas. Segundo atestam os jornais da época, o viaduto era tido como uma obra de arte, em que “a leveza de suas linhas encobre a estrutura potente, característica das obras projetadas com vistas ao futuro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25 DE OUTUBRO DE 1970). O objetivo de sua construção foi solucionar o estrangulamento do tráfego em uma das zonas de maior fluxo da cidade, neutralizando ainda o perigo de um cruzamento ferroviário. Apesar de se localizar ao lado do Forte das Cinco Pontas, monumento tombado pelo IPHAN, a inauguração do viaduto foi bastante festejada, segundo o noticiário. De acordo com a citada matéria, “o viaduto emoldura o Forte das Cinco Pontas, valorizando o cenário histórico.” Percebe-se que, apesar dos esforços envidados pelo 1º Distrito do IPHAN em manter os monumentos com sua visibilidade garantida, não alterando sua escala com a adição de elementos dissonantes, o mesmo não ocorreu no caso da fortificação construída ainda no século XVII.

O prosseguimento da Dantas Barreto seguia o seu curso, e com ele se percebia no Recife um clima de intensa agitação frente às novas possibilidades de investimento imobiliário que surgiam com a abertura dessa via e a transformação do centro da cidade. Essa inquietação pôde ser percebida a partir das tentativas de ampliação dos índices construtivos, principalmente no tocante à quantidade de pavimentos nos edifícios. Destaca-se a realização da sessão ocorrida em 3 de dezembro de 1969, na Câmara Municipal do Recife, voltada para a discussão do Código de Obras do Município, vigente nesse momento. Sua reformulação imediata foi o assunto mais comentado e debatido durante a sessão, com o objetivo de promover o progresso da cidade por meio de sua expansão, que só poderia ser realizada nessa área no sentido vertical, devido à escassez de terrenos livres.

De acordo com a matéria intitulada *Câmara enviará sugestões ao prefeito do Recife para imediata reformulação do Código de Obras*, do Diário de Pernambuco de 4 de dezembro de 1969, essa sessão também contou com a presença do empresário José Correia de Siqueira, presidente da Associação dos Proprietários de Imóveis do Recife.

Para o empresário, delimitando o gabarito dos futuros prédios que serão construídos no centro da cidade, em cumprimento a um código tido como obsoleto e ineficaz, a “Prefeitura do Recife automaticamente estará indo de encontro ao ritmo de progresso que bem caracteriza toda região, impulsionado principalmente nos últimos dez anos.” Frente a essa questão, apontou para a necessidade de reformulação do Código de Obras do Recife, ficando decidido, no término da reunião, que o vereador Vandekolk Wanderley ofereceria ao Prefeito Geraldo Magalhães os

subsídios necessários para um reestudo, solicitando ainda para tal atividade, a designação de uma comissão de técnicos interessados no progresso do estado.

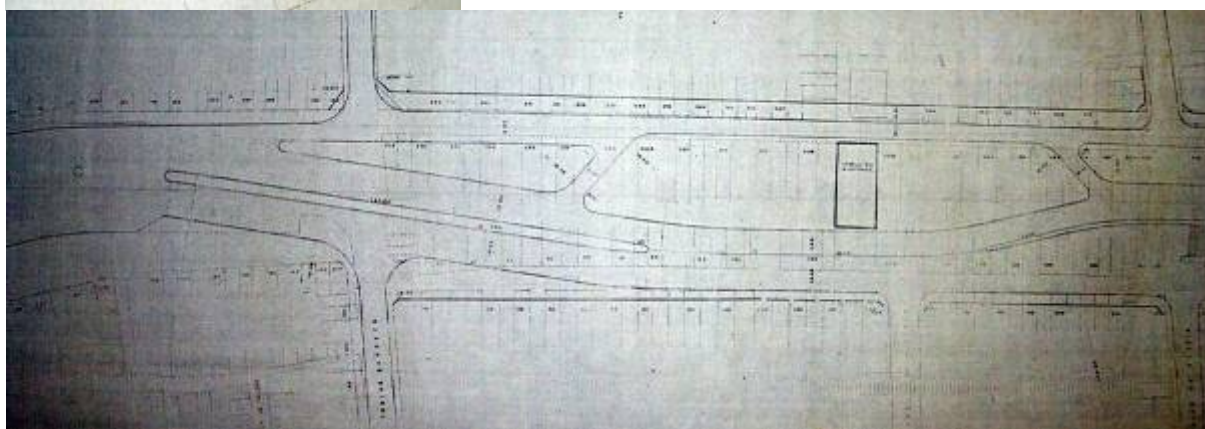
Apesar do grande furor em relação à “reconstrução” que seria possível nos bairros de Santo Antônio e São José com a alteração do Código de Obras vigente, cabe pontuar que o prefeito solicitou a elaboração de uma proposta alternativa de abertura da Avenida Dantas Barreto que não destruísse a Igreja dos Martírios. De acordo com a matéria *No meio do caminho*, da Revista Veja de 27 de outubro de 1971, foi devido aos apelos do urbanista e membro do IPHAN, Lúcio Costa, que esse prefeito não prosseguiu com a proposta de demolição do templo, o que “permitiu que o patrimônio tivesse tempo para descobrir o valor dos Martírios.”

6.2.1 UMA POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO: AS SUGESTÕES DO ETPF

Dessa forma foi apresentada a sugestão de desvio da Avenida Dantas Barreto pela Rua Dias Cardoso, elaborada pelo Escritório Técnico de Planejamento da Prefeitura do Recife. Tal proposta, além da preservação do templo, visava à manutenção da própria Rua Augusta, como resquício do tradicional bairro de São José.



Figura 4. Projeto alternativo de abertura da Avenida Dantas Barreto elaborado pelo Escritório Técnico de Planejamento Físico da Prefeitura do Recife
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Leonardo Silva, em matéria do *Jornal do Commercio* de 22 de agosto de 1971, explicou que nesse plano era prevista uma avenida com 17,50 metros de largura, o que comportaria cinco faixas de rolamento, sendo necessárias as desapropriações de casas na Rua Dias Cardoso e nos

fundos da Igreja dos Martírios. No plano, as casas passariam a fazer parte do patrimônio do município e seriam arrendadas a locatários que desejassem estabelecer restaurantes, oficinas e casas de artigos regionais na artéria. Tal medida também foi impulsionada pelo sucesso da iniciativa de revitalização do Pátio de São Pedro, transformado em um Centro de Turismo, que tentou restabelecer o bairro de São José como um dos mais típicos da cidade.

Nessa matéria, Leonardo Silva estabeleceu um paralelo entre a desejada demolição dos Martírios, tão buscada durante a gestão de Lucena, e a extinção de templos já desaparecidos da cidade, colocando que os que defendiam a destruição,

... da Igreja dos Martírios, caso vivessem na segunda década deste século, também defenderiam a demolição da Matriz do Corpo Santo, dos Arcos, da Igreja do Paraíso e de outros monumentos cujo desaparecimento hoje lamentamos. Mas foi em nome do 'progresso', do 'desenvolvimento', e do 'modernismo' que foram demolidos aqueles monumentos.

Percebe-se uma forte crítica ao almejado “progresso” e aos meios de consegui-lo. Para grande parte da sociedade, a derrubada dos Martírios estava intimamente relacionada com o processo de transformação urbana nesse momento, na medida em que atendia às demandas de “desenvolvimento da cidade”, já que se acreditava que o almejado progresso estava contido nas medidas de desenvolvimento do espaço. Essas medidas eram expressas preponderantemente por meio de obras, como a criação de vias e alargamento das existentes, a construção de viadutos e a implementação de outros instrumentos para o fluxo do tráfego.

À medida que a Dantas Barreto ia se prolongando em direção à igreja e ao final de seu trajeto, acreditava-se que se estava chegando mais próximo ao progresso. A avenida estava em “marcha em direção ao progresso do Recife, com a extinção das Ruas Augusta, Dias Cardoso e parte do Alecrim.” Além disso, ela mesma representava e tinha o sentido de progresso, como afirma a matéria do Diário da Noite: “a Rua Augusta vai, aos poucos, desaparecendo, para dar passagem ao progresso, que vem vindo em nome da nova Avenida Dantas Barreto” (DIÁRIO DA NOITE. 28 DE SETEMBRO DE 1971).

É interessante notar que, nesse período, também foi elaborada uma proposta para salvar a Igreja dos Martírios da destruição, da autoria do arquiteto Delfim Amorim. Na proposta, o arquiteto propôs a manutenção da Rua Augusta frente ao templo, desviando todas as faixas de rolamento da avenida por trás dele. Ao lado do templo, estavam previstos jardins que se comunicariam com a igreja por meio das suas antigas arcadas laterais que voltariam a ser abertas.



Figura 5. Proposta do arquiteto Delfim Amorim de desvio da Avenida Dantas Barreto
Fonte: Amorim (1991)

Mesmo com o prosseguimento da via com grande destruição do casario, a existência de um plano alternativo para sua abertura, o qual tencionava salvar a Igreja dos Martírios, promovido pela Prefeitura do Recife por meio do Escritório Técnico de Planejamento Físico, e de outro da autoria de Delfim Amorim,¹⁸⁹ terminou por minimizar os embates institucionais que poderiam ocorrer nesse momento.

6.3 A SEGUNDA GESTÃO DE AUGUSTO LUCENA (1971-1975)

6.3.1 O PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DA IGREJA DOS MARTÍRIOS

Esse item é dedicado ao processo de destruição da Igreja dos Martírios na segunda gestão de Augusto Lucena na Prefeitura do Recife, quando se vê um grande acirramento do debate sobre o destino do templo. Proporcionalmente às querelas entre os envolvidos, estão pontuados os diversos argumentos no âmbito institucional e urbanístico, os quais visaram defender a destruição da igreja ou a sua manutenção na cidade.

A INTENSIFICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Os pernambucanos gostam de brigar. Quase todos possuem espírito polêmico. Os que não têm coragem para a luta aberta, costumam “botar lenha na fogueira.” Joaquim Nabuco, muito moço ainda, provocou o já glorioso José de Alencar para uma polêmica. Oliveira Lima não poupava os inimigos. Álvaro Lins, até o fim de sua vida, tinha frases envenenadas para quem não gostava... Aníbal Fernandes, como jornalista, vivia de florete na mão... Toda a “Escola do Recife” foi polêmica. Em determinada época, o Recife criou fama de ter o jornalismo mais virulento do país. Por causa das nossas

¹⁸⁹ Esse plano também não foi colocado em prática.

brigas, nossas freqüentes rebeldias, ficamos com o território dilacerado... Agora o Brasil assiste a briga de pernambucanos em torno da pequena Igreja dos Martírios. Maranhenses, cearenses, paraenses, cariocas metem o bedelho em problemas que competem a nós resolvê-los. É como se fosse briga de marido e mulher que termina por juntar gente, com os vizinhos se intrometendo ávidos de curiosidade e vedetismo. O Recife, depois da polêmica que se acendeu [...] está se tornando uma Irlanda em tom menor. Verdadeira luta, felizmente até agora sem derramamento de sangue, mas apenas com discursos, artigos, pareceres, telegramas, ofícios, suores, lágrimas e ranger de dentes... Somos assim... Que os prefeitos não se extremem em sectarismo ou fobias “progressistas”, esquecidos da tradição, do caráter da cidade formado através de séculos. Que nenhum deles pretenda passar para a História como sôfrego papa-igrejas. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 17 DE OUTUBRO DE 1971, ASSINADO POR RENATO CARNEIRO CAMPOS)

O ano de 1971 foi bastante conflituoso quanto à discussão sobre a Igreja dos Martírios, marcado por inúmeras contendas entre a Prefeitura do Recife, o IPHAN, a Irmandade dos Martírios e outras instituições envolvidas. Foi o período em que a polêmica atingiu o seu auge, como bem ilustra a matéria de Renato Carneiro Campos e como será mostrado neste subcapítulo.

A solução apresentada durante a administração de Geraldo Magalhães, em que um contorno da avenida previa salvar a Igreja dos Martírios, não chegou a ser aprovada em planta definida durante a administração desse prefeito, que governou até dia 15 de março de 1971. Após a sua saída, Lucena retornou à Prefeitura do Recife, e com ele o debate sobre a Igreja dos Martírios voltou a se reacender, dando início à fase mais agitada das negociações sobre o seu destino.

É importante colocar que, nessa sua segunda gestão, também se vê a intensificação na realização de obras públicas na cidade. Segundo Augusto Lucena (1973, p. 23), autor do livro *Aspectos da problemática do desenvolvimento do Recife*, o planejamento foi utilizado como “técnica de administração, na manipulação dos meios e recursos financeiros de que dispunha a prefeitura para a consecução de suas atividades.” Dessa forma, a Secretaria de Viação e Obras foi uma das mais atuantes nesse governo municipal, tendo realizado uma série de obras durante o período. Dentre elas, destacam-se a construção do Viaduto Presidente Médici, a pavimentação da Estrada de Dois Unidos, a construção da ponte do Canal de Setúbal, a construção de 24 praças e jardins, a restauração de 23 praças, parques e jardins, serviços de terraplenagem, capinação, aterro e drenagem de aproximadamente 4.000 ruas, pavimentação da subida do conjunto residencial do Jordão, manutenção e expansão da rede de iluminação pública, continuação da abertura da Avenida Dantas Barreto, entre outros (LUCENA, 1973).

Com seu retorno à prefeitura, Lucena deixou claro que iria concluir a abertura dessa via, tal qual vinha trabalhando desde o seu mandato anterior. Frente à retomada da ameaça, a Irmandade dos Martírios decidiu apelar para o Conselho Estadual de Cultura, que nesse período tinha como membros: Gilberto Freyre como presidente, Mauro Mota como vice-presidente, os conselheiros

Luiz Delgado, Josué Montelo, Flávio Guerra, Paulo Fernandes Craveiro, Nilo Pereira e José Antônio Gonsalves de Mello. A irmandade enviou um ofício a esse conselho pedindo sua interferência no sentido de se evitar a destruição do templo, que foi encaminhado à Comissão de Patrimônio Histórico e Artístico, segundo a ata da 7ª sessão, de 22 de março de 1971 (REVISTA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO. NÚMEROS 3 E 4, 1973).

É possível que a irmandade, nesse momento, tenha percebido que necessitava de uma maior mobilização da sociedade em prol da defesa de sua igreja, não sendo suficientes apenas pedidos de intercessão a instituições especializadas, como o IPHAN, o Conselho Estadual de Cultura e o Instituto Arqueológico. Desse modo, o membro da Irmandade dos Martírios e assessor da Televisão Universitária, Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, tomou providências para trazer um cinegrafista a fim de documentar as atividades procedidas no templo durante o mês de maio, tanto durante o dia, quanto à noite (ATA DA REUNIÃO DA IRMANDADE DO BOM JESUS DOS MARTÍRIOS. 23 DE MAIO DE 1971). As filmagens realizadas¹⁹⁰ compuseram uma reportagem que foi assinalada pela irmandade como “o começo da nova luta em prol da manutenção do templo.”

Ainda no mês de maio, a Irmandade dos Martírios voltou a apelar ao Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, solicitando as mesmas medidas que as requeridas no ofício anterior. Entretanto, os conselheiros dessa instituição opinaram pelo arquivamento do pedido, acreditando que não houvesse ameaça iminente de demolição da igreja, já que o prefeito não se havia manifestado a respeito (REVISTA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO. NÚMEROS 3 E 4. 16º SESSÃO, 1973).

Entretanto, essa “calmaria” verificada no início do ano de 1971 não foi mantida por muito tempo. Ao passo que Augusto Lucena pouco discutia o caso dos Martírios no Recife, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional providenciava o tombamento do templo, que teve o início do seu processo realizado em 23 de junho de 1971. Por meio da notificação nº 1051-A, o diretor do IPHAN, Renato Soeiro, sediado no Rio de Janeiro/ Guanabara, informou ao responsável pela Irmandade Senhor Bom Jesus dos Martírios que:

Para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que foi determinada a inscrição nos livros de tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a qual se refere o artigo 4º do citado diploma legal, da seguinte obra de arquitetura religiosa, pertencente à Mitra Arquiepiscopal de Recife, Igreja do Bom Jesus dos Martírios, em Recife/ Estado de

¹⁹⁰ Nesse período, foi registrado o sermão do Cônego Miguel Cavalcanti, o que comprova que no ano de 1971 ainda eram realizadas atividades litúrgicas na igreja, apesar de ter sido divulgado que a última missa fora realizada no ano de 1968.

Pernambuco. Solicitando a Vossa Senhoria queira me anuir a presente notificação, apresento-lhe os protestos ao meu elevado apreço.

A irmandade não tardou em enviar um ofício de agradecimento pelo ato que, do ponto de vista jurídico, tinha a capacidade de salvar a igreja da destruição, já que ela passaria a ser listada como um bem de interesse de preservação nacional. Nesse documento, também foi feita a ressalva de que a informação constante de que a igreja pertencia à Mitra Arquiepiscopal do Recife¹⁹¹ estava equivocada, já que o dito templo era de propriedade da irmandade, fato comprovado por meio do termo de aforamento do terreno e do registro no Cartório de Imóveis (OFÍCIO N° 19 DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS PARA A DIRETORIA DO IPHAN. 23 DE JUNHO DE 1971).

Com o início do processo de tombamento da Igreja dos Martírios, vê-se a intensificação do questionamento das medidas administrativas empreendidas por Augusto Lucena nessa sua segunda gestão, especialmente no que se refere à Avenida Dantas Barreto. Gilberto Freyre, em matéria publicada no Diário de Pernambuco de 4 de julho de 1971, ilustra essa inquietação sentida por parte da sociedade quanto ao rumo das atividades procedidas pela municipalidade.

Se eu fosse prefeito do Recife não me deixaria possuir pelo mesmo ardor quase místico que, mais que qualquer outro, parece animar atualmente o bom burgomestre Lucena. O furor de destruição imediata e maciça do bairro de São José, todo ele a ser crucificado, juntamente com a igreja simbolicamente chamada dos Martírios, é o que Sorel chamava o “mito do progresso.” E vou dizer porque: se eu fosse o Prefeito Lucena, sempre bem intencionado, porém, por vezes, um tanto desorientado, me dedicaria à Avenida Beira Rio; à reabilitação do desprezado Capibaribe; a uma obra assim, tanto de arrojada modernidade quanto de essencial equilíbrio ecológico... Valendo-me do saber dos meus assessores, que não seriam apenas engenheiros dominados pelo sentido linear dos empreendimentos urbanos, porém também artistas como Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, poetas como Mauro Mota e João Cabral, geógrafos como Gilberto Osório e Mário Lacerda, cientistas, sociólogos, humanistas, jornalistas, historiadores, educadores, trataria de cortar as asas da grandiosidade banalmente reta que é a continuação da Avenida Dantas Barreto.

Nessa matéria, o sociólogo questiona as obras prioritárias empreendidas pela prefeitura, a composição da Assessoria de Planejamento e a linearidade da Dantas Barreto ao destruir maciçamente o bairro de São José, juntamente com a Igreja dos Martírios.

É importante relatar que a institucionalização da proteção dos Martírios não foi um ponto de comum acordo para muitos intelectuais que tangenciavam esse assunto. Foi o caso do professor e historiador Alfredo Schmalz, que se posicionou na imprensa contra o tombamento da Igreja dos Martírios por considerá-la sem importância artística ou histórica.

Segundo o que foi publicado no Diário Oficial do Município do Recife, em 14 de julho de 1971, para o historiador não havia nenhuma expressão o tombamento da Igreja dos Martírios pelo

¹⁹¹ Referente à Arquidiocese de Olinda e Recife.

IPHAN: “Isso, porque o estilo do templo é comum, uma espécie de barroco brasileiro, não possui peças de arte e as paredes estão sempre ameaçadas pela umidade. Está sem imagens e seu altar não é mais o original.” Na mesma matéria está relatado que para o também historiador Flávio Guerra a Igreja dos Martírios “é uma igreja típica, [...] não oferece obras de arte dignas de referência. É mesmo moderníssima internamente”, dando a entender a não-concordância de ambos com a medida de tombamento.

Porém, na 20ª Sessão Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, ocorrida em 15 de julho de 1971,¹⁹² o conselheiro Nilo Pereira manifestou sua inquietação diante do fato de as declarações do colega terem ido de encontro ao que fora deliberado pelo IPHAN. A mesma reação também foi registrada pelo conselheiro Flávio Guerra, que mostrou sua estranheza por ter sido envolvido no assunto com a reprodução deturpada de um trecho de livro seu: *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Declarou, ainda, que na próxima sessão leria uma crônica a respeito, de sua autoria, que já havia sido lida no canal 6 da televisão, defendendo a Igreja dos Martírios.¹⁹³

Dentro do conjunto de documentos investigados, esse foi mais um fato observado quanto à discordância das informações publicadas em jornais, especialmente nos Diários Oficiais, quanto a uma suposta “versão verdadeira.” É possível que tais distorções se tenham dado pela razão de haver manipulações na imprensa local, fortemente vigiada pelo governo militar. Cabe citar que, nesse período, a presidência do Brasil havia sido ocupada pelo General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)¹⁹⁴ e coincidiu com um dos períodos mais repressores do regime militar. Para o Padre José Oscar Beozzo (1982, p. 39), houve três momentos específicos de maior violência do regime militar. “O primeiro ocorreu durante a instituição dos dois primeiros Atos Institucionais em 1964

¹⁹² Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. Secretaria do Estado de Educação e Cultura. Números 3 e 4 (1970/1971). Recife, 1973.

¹⁹³ Nesta mesma sessão, o conselheiro Nilo Pereira indagou de que modo se poderia atender ao que o chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN solicita no final do ofício em que comunica o tombamento da igreja, ou seja, “a cooperação do conselho em favor de tão belo monumento.” O presidente Gilberto Freyre declarou que o conselho já havia manifestado o seu regozijo pelo tombamento, na resposta àquele ofício. O conselheiro Nilo Pereira propôs que se fizesse um ofício ao prefeito manifestando o regozijo do conselho pelo tombamento, acrescentando o presidente que também se devia oficiar aos jornais, o que foi aprovado.

¹⁹⁴ No período de sua posse, o Exército Brasileiro se encontrava bastante dividido politicamente e essa cisão influenciava negativamente os ideais da revolução, enfraquecendo seu poder político. Nesse sentido, Médici foi escolhido por ser “o único general de quatro estrelas” que poderia impedir o aprofundamento dessa divisão que acometia o exército (SKIDMORE, 1988, p. 211), ou seja, ele foi escolhido não pelo fato de seus eleitores militares acharem que tinha visão ou conhecimentos de que um presidente necessitava, mas por ser a melhor opção para conter a crise militar presente. Diferentemente dos dois presidentes que o antecederam, Médici não tinha interesses específicos em nenhuma das áreas do seu governo. Sua estratégia de gestão foi dividi-lo em três áreas gerais, a militar, a econômica e a política, e subordiná-las a componentes específicos que teriam grandes poderes dentro dos seus territórios. O Ministro do Exército, Orlando Geisel, ficou encarregado de administrar os assuntos militares, a área mais sensível do regime. O Ministro da Fazenda, Delfim Neto, ficou responsável por todos os assuntos econômicos. A Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, coube a supervisão das questões políticas (SKIDMORE, 1988).

e 1965; o segundo, no final do governo de Castelo Branco, 1966 e 1967; e o terceiro, de 1968 em diante, com a edição do AI-5 adentrando no período da Junta Militar e do governo Médici.”

Nesse contexto, Thomas Skidmore (1988, p. 214-215) relata que, aparentemente, o governo do General Médici foi de relativa calma:

... não houve marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve, nem comícios com a costumada oratória demagógica. Ou, pelo menos, nada que o grande público pudesse ver ou saber. A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos.

Tamanha era a repressão do governo e da conjuntura política na qual ele estava inserido, que a oposição, constituída legalmente pelo partido do MDB, ficou com muito pouca voz política devido às revisões e censuras pelas quais os seus discursos políticos passavam até chegar aos meios de comunicação. A repressão foi tão grande que praticamente impossibilitou a existência de manifestações contrárias ao regime, o que culminou na ausência de cassações no governo, segundo afirma Hélio Silva (1975).

Desse modo, após o início do processo de tombamento do templo, começou a circular pela imprensa pernambucana a notícia de que a Igreja dos Martírios estaria com sua estrutura abalada pela longa passagem dos anos e pela pouca manutenção que recebeu nesse intervalo de tempo. A partir da divulgação do suposto “mau estado de conservação” que afetava a igreja e colocava em risco a vida das pessoas dentro e nas proximidades do edifício, a opinião das instituições e personalidades favoráveis à sua permanência começou a ser eticamente questionada.

Nas *Notas avulsas*, publicadas no Jornal do Commercio de 29 de julho de 1971, Nilo Pereira procurou manifestar e esclarecer sua opinião, assim como a de Gilberto Freyre, frente ao anúncio do perigo que a igreja poderia trazer à integridade humana. Colocou que, no último artigo de domingo, Gilberto Freyre escrevera que sua atitude em face do caso da Igreja dos Martírios deveria ficar bem clara: caso a igreja estivesse firme, como ela estava tecnicamente garantida, a atitude do IPHAN deveria ser respeitada. Nilo Pereira ainda buscou defender-se, defender o Instituto Arqueológico,¹⁹⁵ a Academia Pernambucana de Letras¹⁹⁶ e o Conselho Estadual de

¹⁹⁵ Em 12 de agosto de 1971 o instituto enviou a seguinte correspondência ao chefe do 1º Distrito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que, em sessão realizada neta data, esse Instituto, resolveu, por unanimidade, hipotecar solidariedade ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a respeito das providências para preservação da Igreja dos Martírios, templo que esse Instituto considera de valor histórico, artístico, religioso, em boa hora, devidamente aos técnicos desse Instituto e de notáveis autoridades em arte religiosa luso-brasileira, inclusive o professor Robert C. Smith da Universidade da Pensylvania. Atenciosas Saudações, Pedro Camelo (Responsável pela Secretaria).”

Cultura da acusação de que concordavam que a vida humana poderia ser sacrificada em prol da preservação da igreja. Finalizou assinalando que “não sendo, portanto, um emocional, um saudosista, um passadista”, desejava apenas que a igreja fosse preservada.

A ARQUIDIOCESE APÓIA A PREFEITURA

A Cúria Metropolitana, por sua vez, mesmo com o tombamento dos Martírios, anunciou que iria desativar a igreja e desligá-la terminantemente das suas funções eclesiais. É possível que isso tenha ocorrido pelo fato de existirem entendimentos entre essa instituição religiosa e a Prefeitura do Recife, no sentido de demolir a igreja. Frente a tal situação, a Irmandade dos Martírios organizou uma comissão formada por Sinésio de Medeiros Correia,¹⁹⁷ Nivaldo Mulatinho Filho, Lucilo Varejão Neto, Ronaldo Montenegro, Antônio Celestino da Cunha, para tentar revogar a decisão que o bispo-auxiliar Dom Lamartine iria tomar, suspendendo todos os atos litúrgicos da igreja e retirando as alfaías com os santos, para o recolhimento do patrimônio à Matriz de São José (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 8 DE AGOSTO DE 1971).

Na reunião com a cúria, Sinésio de Medeiros buscou apresentar razões que inspirassem a simpatia e “desarmassem o espírito do bispo-auxiliar, que desejava fechar o templo e cassar os poderes da irmandade.” O mesmo se apresentou dizendo ter sido o acusador oficial do Padre Hosana de Figueira que, em Garanhuns, assassinou o bispo, e que na acusação defendeu o então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio Almeida Moraes Júnior. Em seguida colocou que era amigo do influente sacerdote Dom Hélder, o arcebispo naquele momento. Disse ainda que induziu seu irmão Orígenes de Medeiros Correia a doar a Capela da Mustardinha com todos os santos à Mitra Arquiepiscopal, “sendo este ato uma prova do apreço dele e de sua família para com o arcebispado e sua obra social” (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 8 DE AGOSTO DE 1971). Sinésio de Medeiros também ofereceu um acordo de que, se por ventura a igreja fosse desapropriada, embora a propriedade do terreno e da construção fosse da irmandade, a cúria receberia uma parte para a construção de um local onde fossem realizadas obras de serviço social no bairro do Cabanga. Apesar da argumentação da comissão no intuito de fazer com que Dom Lamartine não desativasse a igreja, o bispo-auxiliar não recuou da decisão, proibindo, ainda, a realização da festa do padroeiro, por achar que a igreja não se encontrava em condições para tal.

¹⁹⁶ Está registrado nessa matéria que o escritor Marcos Vilaça, presidente da Academia Pernambucana de Letras, se manifestou contrário à demolição.

¹⁹⁷ Advogado e membro da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.

Assim, a Igreja dos Martírios teve suas imagens e objetos de valor retirados e transferidos para a referida matriz. Segundo a carta de Sinésio de Medeiros Correa ao Juiz da Fazenda Municipal (29º vara), de 6 de setembro de 1971, a relação dos santos e alfaías recolhidos à Matriz de São José, por ordem de Dom Lamartine, foi a seguinte:

- 3 Imagens do Senhor dos Martírios de roca, com um resplendor de prata;
- 1 Cruz com símbolos;
- 1 Imagem de Nossa Senhora da Soledade de roca com 1,20 m;
- 1 Imagem de Nossa Senhora de Fátima de gesso com 1,20 m;
- 1 Imagem de São Braz de madeira com 1,20 m;
- 1 Imagem do Coração de Jesus de gesso com 0,80 m;
- 1 Imagem de São Judas Tadeu de gesso com 0,30 m;
- 1 Imagem de Santa Terezinha de gesso com 0,30 m;
- 1 Imagem de Santo Antônio em madeira com 0,80 m.

De acordo com a carta de Sinésio de Medeiros Correia ao diretor do IPHAN em Pernambuco, datada de 13 de agosto de 1971, foi colocado que a irmandade só aceitou a retirada do seu patrimônio para não entrar em litígio imediato com a Cúria Metropolitana. A irmandade via-se munida do direito de protestar contra essa instituição, já que o ato realizado feria o artigo 172 da Constituição Federal, referente ao amparo à cultura como dever do Estado. A atitude da cúria também ia de encontro ao artigo 166 do Código Penal, já que foi alterado, sem licença da autoridade competente, o aspecto de um local especialmente protegido por lei.

Mesmo assim, a desativação do templo foi mantida. A ausência da celebração pública de cultos ocasionou uma paulatina deterioração do edifício, que tinha na continuidade do seu uso um impulso maior para a conservação, pela constância da limpeza e reparos. Desse modo, a suspensão das missas e o conseqüente fechamento do templo foram responsáveis por parte de sua decadência física, já iniciada pelo decurso dos seus 189 anos, naquele momento. Sem a realização de nenhum tipo de atividade religiosa, a manutenção do templo era justificada apenas pelos seus aspectos artísticos e históricos. Pode-se verificar que o peso da decisão de Dom Lamartine sobre a Igreja dos Martírios afetou diretamente as motivações pelas quais, ela estava sendo protegida como um monumento nacional.

A posição assumida pelo bispo-auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife não teve apenas um grande impacto na posterior decisão do destino do templo, mas foi de encontro a determinações

emitidas pela Santa Sé naquele período. Segundo foi publicado da Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, no ano de 1971,¹⁹⁸ a sagrada congregação de clero dirigiu uma carta aos presidentes das Conferências Episcopais em todo mundo, a respeito, precisamente, da “proteção ao patrimônio histórico e artístico da igreja.” O conselheiro Luiz Delgado, membro do citado conselho, colocou que a carta tinha como objetivo estabelecer uma série de itens, fixando normas de conduta que se deviam seguir, inclusive com a remissão à penalidade prevista no Código de Direito Canônico.

O documento referia-se à importância específica da obra da arte e o seu emprego no culto, advertindo que também era missão dos sacerdotes “cuidar dos edifícios e dos objetos sagrados porque são um nobre testemunho de piedade do povo, e por causa do seu valor histórico ou artístico” (ITEM 1º). A missão também se estendia às cúrias, sendo-lhes atribuída a responsabilidade de “cuidar de que [...] os administradores das igrejas, recorrendo à colaboração de peritos, elaborem um inventário dos edifícios sagrados” (ITEM 3º). A intenção era tornar o Vaticano ciente do patrimônio das suas igrejas, o qual se estendia tanto aos bens móveis, aos santos e aos utensílios para a celebração litúrgica, quanto aos imóveis, representados pelos edifícios. Ciente desse conjunto de bens que avultavam o patrimônio da Igreja Católica, o seu controle e conservação se tornavam mais efetivos.

Desse modo, a *Carta de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico da Igreja*, publicada em abril de 1971, destacou, em linhas gerais, a necessidade de uma maior participação das igrejas, subordinadas às cúrias, no processo de proteção de seus edifícios, frente à dilapidação constante do seu patrimônio edificado. Cabe então questionar: o que a levou a Cúria Metropolitana a optar pela decisão de desativar a Igreja dos Martírios, considerando que sua falta de uso daria razões a mais para a Prefeitura do Recife destruir o templo?

Essa questão, apesar de bastante pontual, revela-se complexa, levando-se em conta o contexto na qual se desenvolveu. A presidência do Brasil, sob a chefia do General Emílio Garrastazu Médici, coincidiu com um dos períodos mais repressores do regime militar vigente desde 1964, como já foi colocado. Nesse contexto, uma das únicas instituições capazes de enfrentar o regime desse período e sobreviver foi a Igreja Católica, ainda que marcada por conflitos e divisões internas.

Skidmore (1988, p. 273-274) coloca que “a Igreja tornou-se o mais conspícuo opositor do estado autoritário brasileiro”, por meio da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB) que

¹⁹⁸ Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Números III e IV (1970-1971), 1973.

procurava defender sacerdotes e leigos contra a tortura; por meio dos ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior: do Vaticano, no seio do clero e do laicato na Europa e nos Estados Unidos; e por meio de outros ativistas dos direitos humanos. Assim, a Igreja Católica gerava protestos na imprensa estrangeira, tornando-se “uma espinha na garganta do regime militar.” Essa idéia é ratificada por Silva (2006, p. 215), que defende que “foi a Igreja Católica de tendência progressista uma igreja que, ao longo de duas décadas, quase, tornou-se a mais comentada por sua coragem em afrontar aqueles que tomaram o poder no Brasil em 1964.”

Frente a essas breves considerações, como compreender o fato de a Arquidiocese de Olinda e Recife ter tomado uma decisão contra uma irmandade católica e favorável aos desejos da municipalidade fortemente vinculada aos ideais do regime militar?

Um dos caminhos para essa compreensão refere-se à vontade da arquidiocese de atender aos seus interesses particulares naquele momento. De acordo com as atas de reunião da Irmandade dos Martírios de 1971, a arquidiocese desejava fundar uma igreja no Cabanga; entretanto, faltavam-lhe os recursos necessários. Nesse bairro não havia nenhuma igreja, e um grande número de fiéis tinha que se deslocar para outras localidades para participar dos cultos.

O bairro de São José, por sua vez, contava com um grande número de igrejas bastante próximas entre si e ativas, como a Matriz de São José, a Igreja de São José do Ribamar, a Igreja de Santa Rita, a Igreja do Terço, a Igreja da Penha, dentre outras. Com a destruição dos Martírios, seria construída a igreja do Cabanga, conforme acertos já realizados entre o Prefeito Augusto Lucena e a Irmandade dos Martírios (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 8 DE AGOSTO DE 1971). Desse modo, com a destruição da Igreja dos Martírios a arquidiocese poderia realizar o seu projeto de expansão no Cabanga, abarcando um maior número de fiéis.

Outro fator que parece ter sido determinante para a tomada de decisão de Dom Lamartine refere-se ao seu desejo de não ir de encontro às intenções da Prefeitura do Recife, e, por conseguinte, não ir de encontro ao regime militar. Possivelmente, essa se constituiu na principal razão pela qual a arquidiocese descumpriu as determinações da *Carta de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico da Igreja*, que defendiam que as igrejas deveriam ser alvo de proteção por serem de interesse coletivo. Vê-se que essa posição assumida pela Arquidiocese de Olinda e Recife, além de ter ido contra as recomendações dessa carta, desconsiderou o parecer dado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que conferiu ao templo uma importância suficiente para que fosse tombado.

Apesar de o posicionamento da referida arquidiocese ter procurado atender aos interesses específicos da Igreja, tal atitude teve uma repercussão ampla e complexa, não se restringindo ao âmbito religioso, mas sobretudo ao político, o que posteriormente veio a culminar em uma das destruições mais polêmicas e recordadas na Cidade do Recife.

Frente a essa situação, paralelamente ao esforço de manter o templo ativo quanto às suas funções eclesiais, a Irmandade dos Martírios movia-se judicialmente com o objetivo de manter a estabilidade da sua igreja, cada vez mais ameaçada pela aproximação dos sobrados que estavam sendo progressivamente destruídos. A irmandade levou à Justiça Federal a ação intentada pelos seus advogados, e assinada por Sinésio Medeiros, no sentido da proibição da derrubada dos prédios vizinhos na Rua Augusta, de números 342, 358, cujas demolições poderiam abalar e danificar o templo.¹⁹⁹ A ação movida pela irmandade foi logo comunicada ao IPHAN por parte da Procuradoria da República, chefiada por José Maria Jatobá.

O bacharel Nivaldo Mulatinho, membro da irmandade, também deu entrada na Justiça Comum da vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, com o objetivo de avaliar a igreja, o terreno, as obras de arte, os mausoléus de famílias pernambucanas, o valor dos santos e a situação física do templo, que ainda se encontrava estável.

À medida que a Irmandade dos Martírios, o IPHAN e a Procuradoria da Justiça reuniam esforços para garantir a permanência do templo, bem como seu estado físico íntegro, a imprensa publicava exaustivamente que o templo estava deteriorado, ameaçando a vida das pessoas. A matéria do Jornal do Commercio de 13 de agosto de 1971 bem ilustra essa questão, ao colocar que “o tempo responsabilizou-se pelo enfraquecimento de suas bases. Agora, a questão não é histórica. Pertence ao campo da segurança dos moradores das vizinhanças. Ninguém pode fugir dos fatos consumados.” Frente à impossibilidade de destruição legal da igreja, por ela se encontrar tombada, o argumento de que os Martírios colocavam em perigo a vida das pessoas foi a tônica do momento.

Paradoxalmente após o início do processo de tombamento da igreja, essa se viu cada vez mais ameaçada, ficando a Irmandade dos Martírios em uma situação bastante delicada frente aos últimos acontecimentos. Os atos religiosos, ora existentes na igreja, foram terminantemente cassados por Dom Lamartine e, além disso, a Irmandade dos Martírios, segundo consta na *Ata da*

¹⁹⁹ Como os sobrados vizinhos à Igreja dos Martírios se encontravam imediatamente ao lado dela, sem nenhuma espécie de recuo, a demolição desses edifícios poderiam danificar a estrutura do templo.

Reunião da Venerável Irmandade dos Martírios, de 15 de agosto de 1971, estava sendo caluniada de que estava extinta e de que não era a proprietária do terreno nem da igreja.

A AMEAÇA DE DESABAMENTO: UMA MAQUINAÇÃO DE AUGUSTO LUCENA

A situação ficou mais complicada à medida que começou a ser publicada a existência de manifestações de residentes das proximidades da igreja favoráveis à sua destruição. De acordo com o Diário Oficial do Município do Recife, de 17 de agosto de 1971, a senhora Grace Mary Rossi, da Rua Dias Cardoso, entregou a Augusto Lucena um abaixo-assinado com 1.400 assinaturas dos moradores do bairro de São José, solicitando a imediata demolição daquele templo. Diante dessa situação, o prefeito não tardou em solicitar a suspensão do seu processo de tombamento, alegando a ameaça aos moradores locais pelos desabamentos iminentes nas ruas Augusta e Dias Cardoso, devido “à precária situação da Igreja dos Martírios.” De acordo com o prefeito, o mau estado da igreja e das edificações adjacentes fez com que desabasse parte de um sobrado, matando cinco pessoas (TELEGRAMA DO PREFEITO DO RECIFE AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 17 DE AGOSTO DE 1971).

No mesmo dia em que Lucena solicitava o destombamento da igreja, o Ministério da Educação e Cultura enviou um texto-radiograma,²⁰⁰ transmitido à Prefeitura do Recife, comunicando que a Igreja dos Martírios não corria risco de desmoronamento, de acordo com dois laudos periciais de firmas idôneas locais, solicitados pelo IPHAN. Prosseguia colocando que cabia à prefeitura “a responsabilidade de desmoronamento há dias do prédio vizinho, incendiado há seis meses e não incluído no tombamento, que causou além de mortes, danos à torre da igreja, a qual não correrá risco maior uma vez que preservados os prédios contíguos.” Por fim, foi colocado que a demolição do imóvel não poderia ser autorizada de acordo com o decreto-lei 25/1937, uma vez que se tratava de um monumento em tombamento, cabendo exclusivamente ao Presidente da República, em caso de interesse público, cancelar essa ação.

Enquanto se desenrolavam essas polêmicas, o IPHAN, cujo chefe do 1º Distrito era José Ferrão Castelo Branco, em substituição a Ayrton Carvalho, movia-se no sentido de dar início às obras de restauração da igreja, medida recomendada já que o templo estava sendo tombado. O planejamento das medidas da obra de restauro, emitido desde 8 de agosto de 1971 pelo chefe do 1º Distrito, englobou:

²⁰⁰ Documento de 17 de agosto de 1971.

- Fechamentos dos arcos laterais, inferiores e superiores da fachada norte;
- Fechamentos das arcadas divisórias em ambos os lados da capela-mor;
- Reconstrução da cobertura de parte da nave, correspondente ao lado direito sobre o côro que foi destruído devido à desestabilização da torre;
- Substituição do madeiramento danificado do telhado;
- Retelhamento completo da igreja, substituindo-as por telhas canal idênticas;
- Escoramento do salão do consistório;
- Sustentação da parede lateral da galeria da igreja;
- Remoção dos entulhos resultantes do desabamento da escada e da cobertura.



Figura 6. Forro de madeira parcialmente destruído pela desestabilização da torre da Igreja dos Martírios
Fonte: IPHAN/ 5° SR



Figura 7. Entulhos no interior da igreja
Fonte: IPHAN/ 5° SR



Figura 8. Abertura na fachada da igreja
Fonte: IPHAN/ 5° SR

É importante esclarecer, a partir da consulta aos documentos pesquisados, a razão da divulgação da informação de que a igreja estava desabando. Com a destruição do casario adjacente à igreja, a sua estabilidade viu-se comprometida, não por se tratar de um templo que estava prestes a ruir, mas pelo fato de as demolições se terem dado de forma violenta. Segundo o ofício nº 140/71/D do Chefe do 1º Distrito do IPHAN a Júlio Freire Revorado, delegado regional em Pernambuco do Departamento de Polícia Federal, de 18 de agosto de 1971, o prefeito do Recife, com o fim de promover de qualquer forma a demolição da citada igreja, tomou a iniciativa de derrubar prédios vizinhos e contíguos sem as cautelas necessárias, o que acarretou algumas rachaduras em uma parede e na torre do templo. Atingindo esse objetivo, o prefeito fez desencadear pela imprensa e pela televisão um falso alarme de que a igreja estava para cair.

Porém, esse fato mostrou-se inverídico, ao passo que o exame de perícia realizado na igreja mostrou o oposto, que os Martírios se mantinham firmes, sendo apenas necessárias algumas

medidas cautelares quanto à demolição de prédios vizinhos. O chefe do 1º Distrito do IPHAN prosseguiu argumentando que essa instituição promoveu o início da realização dos reparos mais urgentes na igreja.

O Prefeito Lucena, por sua vez, não aceitou a intervenção do IPHAN, nem as conclusões dos laudos periciais e interditou a área, fazendo sair os operários desse distrito que estavam em serviço no templo, na noite do dia 17 de agosto, retirando ainda o material de construção ali existente e levando-o para local não identificado. José Ferrão Castelo Branco acreditava que, com a impossibilidade de testemunhas terem acesso à área, os operários da prefeitura provocariam a desestabilização da torre ou de uma parede, anunciando em seguida que o fato ocorreria em virtude do suposto estado do templo, “criado pela campanha jornalística a cargo de profissionais de publicidade, pagos pela prefeitura.”²⁰¹

Para o chefe do 1º Distrito, tais medidas se constituíram em uma manobra para demolir o templo de uma forma “legítima”, sob o pretexto de evitar maiores perigos. Por fim, concluiu que esse monumento artístico e religioso, tombado pelo Governo Federal, estava “à mercê da fúria e da violência do senhor prefeito, sem ter recursos materiais para resistir ao vandalismo com que se procura destruir o templo, com os seus operários obstados de trabalhar no mesmo.”²⁰²

Cabe colocar que a forma pela qual foram demolidos os sobrados vizinhos foi determinante para que a Igreja dos Martírios sofresse danos materiais. Segundo o Diário Oficial do Município do Recife, de 18 de agosto de 1971, foi utilizado um fuzil de retinido para derrubar os edifícios localizados ao lado esquerdo do templo.

²⁰¹ Ofício nº 140/71/D do Chefe do 1º Distrito do IPHAN a Júlio Freire Revorado, delegado regional em Pernambuco do Departamento de Polícia Federal, de 18 de agosto de 1971.

²⁰² O presente ofício é bastante elucidativo quanto à sucessão dos fatos sobre a destruição paulatina da Igreja dos Martírios e da responsabilidade da prefeitura e do IPHAN nesse caso. [Ofício 241/71. Livro 2, fl. 134. Ao juiz federal da 2ª vara: Documento com o fim de obter a proteção de direito líquido e certo do que é titular, violado por ato evidentemente ilegal do Prefeito Augusto Lucena, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da lei 1533 de 31 de dezembro de 1951, seguida de suas pertinentes modificações./ IPHAN para IPHAN artigo 14 do decreto número 66.967 de 27 de julho de 1970]. A mencionada autoridade desencadeou pela imprensa falada, escrita e televisionada uma campanha no sentido de gerar na opinião pública a impressão de que o aludido templo se achava em ruína na iminência de ruir, provocando pânico entre os moradores dos prédios contíguos e próximos que, por isso, os desocuparam imediatamente. O chefe do Executivo Municipal aproveitou-se dessa circunstância para atingir dois objetivos: a) Demolir, sem depósito prévio de indenizações, os prédios desocupados; b) Abalar a estrutura da igreja, principalmente com o impacto das demolições próximas... Por ofício número 123/71/D, de julho último solicitou-se que fossem sustentadas provisoriamente as demolições, especialmente do prédio número 358, durante o período necessário para que os operários daquele órgão federal promovessem o escoramento e o entaipamento das paredes e arcos atingidos pela violência das obras de demolição... O senhor prefeito se revelou indiferente a esse pronunciamento técnico, bem como à solicitação anterior constante do ofício número 136/71/D... Por intermédio de uma publicidade elaborada no Departamento de Imprensa da Prefeitura, o chefe do Executivo Municipal manda demolir o restante do templo, alegando que as suas paredes suficientemente sólidas como reconheceu o laudo pericial, não resistiram aos ventos de agosto... O Procurador da República achou por bem requerer o presente mandato de segurança com o fim de reprimir o abuso de poder que incorre o prefeito. Assina o Procurador da República em Pernambuco, José Maria Jatobá.

O projétil, tendo uma corda amarrada, atingia a distância de 25 metros e permitia, ao ultrapassar o imóvel de lado a lado, que os trabalhadores enlaçassem grossas cordas e cabos de aço. Uma pá-carregadeira, com a corda e o cabo de aço amarrados fortemente no seu pára-choque, arrastou os pardieiros, que levantavam espessa camada de pó ao serem demolidos... A parede lateral esquerda do templo, ao ser atingida pelo desabamento de um pardieiro contíguo, sofreu mais rachaduras, ficando mais abalada a base na qual, em situação precária, está assentada a torre...

O grupo de trabalho responsável por essa atividade era supervisionado pelos Secretários de Planejamento e Viação e Obras, procedendo à “operação derruba-pardieiros”, segundo consta na referenciada notícia do Diário Oficial do Município do Recife.

Dentro desse contexto de destruições intencionais ora anunciadas, ora veladas, foi publicada a notícia do desabamento de uma torre de igreja no povoado de San Tilapa, no México, com o total de sete mortes e várias vítimas feridas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 DE AGOSTO DE 1971), aumentando ainda mais o alarme dos residentes. Impulsionado por esses acontecimentos internacionais, passou a ser constantemente anunciado que “o povo está sofrendo, a prefeitura desgastando-se e preocupando-se, além de causar sérios prejuízos financeiros e ao progresso urbano da cidade, somente porque uma minoria vê arte e história onde absolutamente não há.”²⁰³

IGREJA DOS MARTÍRIOS: PERIGO À VIDA HUMANA

A partir do momento em que Gilberto Freyre passou a aceitar a possibilidade de destruição da igreja, o seu posicionamento tornou-se um tanto quanto ambíguo. Segundo matéria do Diário de Pernambuco de 19 agosto de 1971, em conversa do sociólogo com Lucena, o primeiro frisou sua fidelidade às igrejas do Recife, mas, no caso da Igreja dos Martírios, se o templo estava realmente irrecuperável e se constituía em real ameaça à vida de pessoas, não hesitava em apoiar sua demolição. Também sugeriu que o prefeito tivesse novos entendimentos com o IPHAN para conseguir trazer ao Recife o diretor Renato Soeiro, para ver a Igreja dos Martírios de perto.

Renato Soeiro, por sua vez, permanecia defendendo que a Igreja dos Martírios estava firme, e o que ameaçava as estruturas do templo eram as paredes laterais dos prédios que desabaram, em especial do prédio 370, que ruiu parcialmente em 11 de agosto de 1971. Para ele, essas paredes formavam um bloco de sustentação da estrutura da igreja e deviam ser preservadas como medida provisória e oportuna para que não se repetissem os acidentes que anteriormente aconteceram (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 19 DE AGOSTO DE 1971).

²⁰³ Diário de Pernambuco. 19 de agosto de 1971.

Desse modo, diante da crença de um suposto estado de ruínas da Igreja dos Martírios, o foco da discussão passou a incidir na prática protecionista do IPHAN. Flávio Guerra, no Diário Oficial do Município do Recife de 19 de agosto de 1971, colocou que, nesse agitado e controvertido caso, da Igreja dos Martírios, “em que o povo está totalmente ao lado do seu prefeito, insiste-se quando tantos patrimônios históricos e artísticos estão abandonados, em se manter caprichosamente um prédio que nada representa em função do dito patrimônio.”²⁰⁴

Entretanto, o caso se polemizava cada vez mais pelo acirramento da polarização entre aqueles que defendiam as medidas do Prefeito Lucena, e aqueles que delas discordavam. No dia 19 de agosto de 1971, moradores da Rua Augusta ingressaram na justiça com uma ação que responsabilizava o Prefeito Augusto Lucena por qualquer dano que eles ou seus imóveis viessem a sofrer com o desabamento da Igreja dos Martírios. O proprietário da casa 310 alegou que a igreja encontrava-se com o madeirame apodrecido, a torre solta, as paredes rachadas e os frontões inclinados, o que apavorava os moradores da Rua Augusta (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 20 AGOSTO DE 1971).

Em linhas gerais, pode-se elaborar um retrospecto da situação da Igreja dos Martírios segundo os fatos apurados pelo Ministério da Educação e Cultura em documento oficial:

Quadro 2. Retrospecto da situação da Igreja dos Martírios e desenrolar dos fatos

Data	Fato
25 de julho de 1971	Igreja estável com prédios anexos sem problema.
26 de julho de 1971	Prefeitura inicia a remoção das traves e a demolição das paredes do prédio anexo à igreja. O IPHAN vai ao local e alerta os operários e moradores adjacentes para os riscos da demolição.
27 de julho de 1971	Prefeitura continua trabalhos de retirada de material demolido e traves de amarração do prédio nº 358.
5 de agosto de 1971	Um técnico em fundações e estabilidade visita o local a pedido do IPHAN para verificar os riscos de desmoronamento nas laterais da igreja. A parede adjacente ao templo do lado da torre, do prédio nº 358, apresenta-se totalmente sem contraventamento, havendo o risco de cair.
6 de agosto de 1971	Visita da empresa Censo Fundações para examinar a igreja.
11 de agosto de 1971	A empena do prédio nº 358, sem amarração alguma, vira sobre o prédio nº 364, talvez pela trepidação do tráfego, trazendo conseqüências trágicas para os moradores desse imóvel. A igreja mantinha-se de pé.
12 de agosto de 1971	O IPHAN recebe o Laudo de Vistoria nº 162/71 da Censo Fundações reafirmando a segurança da igreja e a necessidade de medidas acauteladoras, com obras de fechamento de alguns vãos do templo.
13 de agosto de 1971	Desabamento da empena do outro lado do prédio nº 358, arrastando trechos das arcadas laterais da Igreja, sem colocar a sua estrutura em perigo.
16 de agosto de 1971	O IPHAN desloca todos os operários disponíveis e materiais necessários para a realização das medidas sugeridas pelo Laudo de Vistoria.

²⁰⁴ Vê-se claramente a mudança de posição frente ao caso dos Martírios, quando Flávio Guerra passou a apoiar as

Quadro 2. Retrospecto da situação da Igreja dos Martírios e desenrolar dos fatos

Data	Fato
20 de agosto de 1971	A prefeitura demole o restante do prédio n° 358 com o uso de cabos de aço, sem cuidados, ocasionando a ruína da torre da igreja, conseqüência inevitável e prevista no Laudo de Vistoria técnica. Ainda são arrastadas as partes restantes das arcadas laterais as igreja.

Fonte: Documento do Ministério da Educação e Cultura sem data, localizado no IPHAN/ 5° SR

Por meio desse retrospecto, o Ministério da Educação e Cultura parece atribuir responsabilidade à Prefeitura do Recife pelo estado da Igreja dos Martírios e dos desabamentos de sobrados nessa área do bairro de São José, os quais posteriormente levaram consigo a torre do templo.



Figura 9. Igreja dos Martírios com sobrado ao lado esquerdo ruído pelo seu primeiro pavimento que veio abaixo
Fonte: IPHAN/ 5° SR

Entretanto, não era apenas esse ministério que apontava negativamente os atos do Prefeito Augusto Lucena. Uma carta anônima enviada em 23 de agosto de 1971 ao Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco também endossa a responsabilidade do prefeito na condução das obras da Rua Augusta e nas demolições que estavam ocorrendo, acusando-o ainda de manipular e ocultar a verdade. Segue abaixo a transcrição do teor da correspondência.

Desculpe-me, mas prefiro a omissão do meu nome, pois não gostaria de me envolver em política, em polícia, ou qualquer outro caso que venha a me prejudicar... Fui um eleitor de Lucena, nosso prefeito, entretanto diante de suas atitudes para com os moradores da Rua Augusta, (os seus funcionários cumprem suas ordens, é claro), ameaçando os seus moradores, derrubando prédios, soterrando os nossos pertences (móveis e utensílios outros de grande utilidade para nós) são atitudes pouco recomendáveis. Pena é que a televisão, os jornais e rádios não possam dizer a verdade, aquilo que realmente está ocorrendo, cenas de massacre e terrorismo aos seus moradores. A tão falada “queda da torre da igreja”, foi pura mentira, pois vários moradores viram dois homens subirem, que aproveitando da escuridão, [...] chegando inclusive a amarrar uma corda na torre, forçaram a sua queda. Entretanto, os órgãos de divulgação disseram justamente o contrário. Isso é lamentável. Mas uma vez desculpe-me se declino o meu nome, mas é necessário que se procure averiguar. As listas de adesão são balelas, pois os moradores da Rua Augusta nada assinaram.

A partir dessa carta anônima, pode-se perceber que alguns grupos se sentiam inseguros, tanto quanto à estabilidade das construções nesse trecho do bairro de São José, como à repressão²⁰⁵ do regime, que reagia com violência “política e de polícia” contra as idéias divergentes da sua. Esse documento, ao afirmar que tanto o fato da queda da torre quanto as listas de moradores do local solicitando a retirada dos Martírios foram manietadas pela municipalidade, coloca em xeque os dois principais argumentos que estavam sendo utilizados para justificar a destruição do templo: a sua instabilidade e o desejo dos moradores de se verem livres dele.

Junto a esses dois argumentos também era colocado o fato de que a igreja não era detentora de atributos históricos e artísticos que culturalmente fossem relevantes para a cidade. A matéria do *Jornal do Commercio* de 21 agosto 1971 ressaltou que a lógica recomendava que fosse procedida imediatamente a demolição pelo fato de haver pessoas em perigo (defendia-se que os recifenses se encontravam diante de um problema de mera racionalidade) e porque o Recife não ficaria culturalmente empobrecido com o desaparecimento da igreja, considerando-se que “vale muito

²⁰⁵ Grande parte da repressão existente durante o período ditadura foi devida à existência dos atos adicionais, decretos que atuaram como um mecanismo de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo diversos poderes extra-constitucionais. Os atos constituíram-se em um artifício utilizado para que fosse mantida a “legalidade” do domínio militar, já que, sem esse mecanismo, a Constituição de 1946 tornaria inexecutável o regime de então. O AI-1 foi emitido em 9 de abril de 1964, e dispunha de 11 artigos, dando ao Poder Executivo amplos poderes, como autoridade para obter emendas constitucionais, para propor notas de despesa ao Congresso Nacional, para suprimir os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, para cassar mandatos legislativos, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país. Determinava ainda eleições indiretas para a Presidência da República no dia 11 de abril, sendo o mandato do presidente terminado em 31 de janeiro de 1966, quando expiraria a vigência do ato (ATO INSTITUCIONAL N° 1, 1964). Em 27 de outubro de 1965, foi emitido o segundo ato institucional. Esse, com 33 artigos, instituiu a eleição indireta para a Presidência da República, dissolveu todos os partidos políticos existentes, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime, estabeleceu o poder do presidente para: decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso Nacional, intervir nos estados, decretar recesso no congresso, demitir funcionários por incompatibilidade com o regime e baixar decretos-lei e atos complementares sobre assuntos de segurança nacional (ATO INSTITUCIONAL N° 2, 1965). Sob o ato institucional foram dispostos atos complementares, cujo mais conhecido foi o AC-4, que em 20 de novembro estabeleceu a nova legislação partidária, criando e fixando os dois únicos partidos políticos que poderiam existir: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), representando o governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando a oposição. Em 5 de fevereiro de 1966, o Presidente Castelo Branco editou o terceiro ato institucional, o AI-3, que estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador, e que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com a aprovação das Assembleias Legislativas. Com a pressão do governo, somada às cassações de deputados estaduais, a ARENA elegeu 17 governadores (ATO INSTITUCIONAL N° 3, 1966). No dia 3 de outubro de 1966, foi eleito para a Presidência da República o Marechal Artur da Costa e Silva, Ministro da Guerra de Castelo Branco. No final do mesmo ano, em 7 de dezembro de 1966, é decretado o Ato Institucional 4, que convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação do Projeto de Constituição que revogaria definitivamente a Constituição de 1946, por não mais atender “às exigências nacionais”, nem aos poderes conferidos aos militar

mais todo um contexto de história e tradição do que um prédio isolado que vem sendo martirizado.” O autor da matéria prosseguiu alegando que são profundas e várias as razões que recomendam a demolição, sendo mais sérias as de “segurança e de exigência da própria organização urbana que não é mais a mesma da época em que o templo foi erguido na invocação de Nossa Senhora dos Martírios.” Por fim, argumentou-se que tal perda não seria significativa, não ficando o Recife lesionado na sua essência histórico-cultural por haver outras igrejas que respondem pela preservação dessa “atmosfera conjuntural que faz da cidade um pólo de constante atração.”

É interessante notar que a importância da igreja era diminuída a partir o momento em que era comparada a outros exemplares de arquitetura religiosa, ou quando comparada ao somatório de todos as igrejas e conventos da cidade. Isso denota a falta de visão da singularidade do bem cultural e o pouco conhecimento da sua história que, desde o século XVIII, o torna bastante distinto quanto ao processo de construção, à irmandade que abrigava, dos demais templos brasileiros. Além de não reconhecer suficientes atributos que justificassem a permanência da igreja, muitos jornalistas, políticos e membros de instituições diversas não reconheciam o IPHAN como instituição técnica especializada no reconhecimento de bens passíveis de preservação, indo deliberadamente ao encontro das suas afirmações acerca da importância artística, histórica e cultural da Igreja dos Martírios.

A BUSCA DA LEGALIDADE E LEGITIMIDADE: OUTRA FARSA DA PREFEITURA

Nessa luta de forças, são bastante evidentes os esforços empreendidos pela Prefeitura do Recife para destruir a igreja e fazer com que essa destruição parecesse legal e legítima. Um dos artifícios usados foi a menção ao artigo 160 do Código Civil, que dava poderes à municipalidade para demolir os prédios que ameaçassem a integridade da população. Investida desse argumento, a prefeitura estabeleceu novo contato com o Ministério da Educação, por meio de um ofício enviado ao ministro Jarbas Passarinho (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 21 DE AGOSTO DE 1971). Nesse documento, o Prefeito Augusto Lucena alegou a preocupação do Executivo Municipal no que tangia à situação em que se encontravam vários “pardiéis” situados na Rua Augusta, devido à permanência da Igreja dos Martírios, templo supostamente abandonado há muito tempo para os ofícios religiosos, pelo risco que trazia para quem o freqüentasse.

O prefeito prosseguiu mencionando que o mau estado de conservação do templo não era resultante das técnicas inadequadas de destruição dos sobrados vizinhos, mas do “decorrer do tempo”, das “fortes chuvas caídas”, fazendo com que templo se tornasse irreparável e perigoso. Salientou-se ainda que a fachada poderia causar grandes estragos à população local e aos transeuntes com o seu desabamento,²⁰⁶ sendo iminente a necessidade de demolição.

Sobre a derrubada da torre da Igreja dos Martírios, a prefeitura poderia responder penal ou civilmente pela sua queda, caso fosse provada a intencionalidade desse ato, plausivelmente causada pela trepidação dos tratores utilizados nas demolições de edifícios junto ao templo, pela derrubada das paredes de sobrados com cabos de aço, ou ainda por um atentado contra ela.

Frente a essas possibilidades, a prefeitura rebatia as acusações divulgando que as demolições próximas à Igreja dos Martírios estavam sendo efetuadas de forma lenta, segundo as determinações da direção do IPHAN em Pernambuco, com o objetivo de não atingir a estabilidade do templo. A edilidade ainda colocou que foram adotadas “medidas necessárias a fim de evitar novas catástrofes, entretanto, forças ocultas se movimentaram no sentido de impedir a ação do governo e incompatibilizá-lo com o povo, no sentido de desmoralizar o governo revolucionário” (JORNAL DO COMMERCIO. 22 AGOSTO 1971).

PERMANÊNCIA DOS MARTÍRIOS: ATO CONSPIRATÓRIO CONTRA O REGIME

Todos os esforços empreendidos pelo Prefeito Augusto Lucena se viam parcialmente frustrados, já que a igreja não tinha a autorização de ser derrubada, nem o seu estado de conservação fazia com que ruísse toda “naturalmente.” Esse fato passou então a ser visto como uma afronta ao regime militar, pela hierarquia de poderes que se estabeleceu no processo decisório sobre o destino da igreja, em que a posição do IPHAN era soberana à da municipalidade.

A partir desse momento, a permanência da Igreja dos Martírios começou a ser encarada pela prefeitura como um ato conspiratório contra o regime, na tentativa de enfraquecê-lo e desautorizá-lo. As discussões referentes às motivações para a preservação ou destruição dos Martírios passaram a dividir o cenário com manobras e artifícios políticos. Na declaração do Prefeito Augusto Lucena ao jornal Diário da Noite de 12 outubro de 1971, o mesmo colocou a

²⁰⁶ Foi ainda colocado que como medidas cautelares, a Prefeitura do Recife, por meio do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, mobilizou dessa corporação e da companhia de bombeiros, vários contingentes que nas imediações do templo se revezavam em turnos de seis horas por todo o dia.

existência de um grupo político forte “tramando” pela presença dos Martírios. Também foi comentado, por seus assessores, a imposição financeira para que a Igreja dos Martírios se mantivesse de pé, em que trabalhadores do serviço de demolição chegaram a ser “conversados.” Segundo a matéria, o IPHAN ainda teria recebido uma importância para garantir a segurança do templo da Rua Augusta. A partir dessas declarações, Lucena passou a colocar em dúvida a idoneidade do IPHAN em Pernambuco pela denúncia de um suposto suborno.

Da mesma forma que a municipalidade alegava a existência de interesses ilícitos por trás da preservação do templo pelo IPHAN, a prefeitura também era acusada de estar se movendo com intenções obscuras. Tal tipo de denúncia foi registrada no Diário de Pernambuco de 15 de julho de 1971, que colocou que algumas autoridades se ausentaram, ou até contribuíram para que suas cidades perdessem a fisionomia tradicional. Entretanto, assinalou casos em que o progresso exigia modificações, porém, para opinar e autorizá-las existia o “Patrimônio Histórico”, que às vezes se via surpreendido pelo fato consumado. Por fim, foi dito que, “na maioria, essas transformações criminosas atendem a interesses privados e não tem nada a ver com o progresso.” Apesar do ataque às reais motivações que moviam Augusto Lucena a desejar a abertura da Dantas Barreto e a conseqüente destruição da Igreja dos Martírios, não foram divulgadas quais seriam as supostas verdadeiras intenções do prefeito.

Zacarias Maciel, ao escrever para o Diário de Pernambuco em 16 outubro de 1971, ratifica essa informação colocando que a questão da igreja se transformou mais em uma divergência “política”, do que em interesse pela preservação. O mesmo fez Flávio Guerra no Diário de Pernambuco de 25 de setembro de 1971, quando colocou que “por trás de tudo parece estar havendo velados interesses políticos, com o fim de prejudicar a formidável administração do Prefeito Augusto Lucena.”

Esse historiador, além de supor a existência de motivações ilícitas e políticas como justificativa para as incessantes tentativas de preservar os Martírios, contestou abertamente a política de atuação do IPHAN, colocando em dúvida a sua capacidade técnica. Para tanto, apontou a ênfase na preservação dessa igreja enquanto outras padeciam pela falta de cuidados e proteção.²⁰⁷

Enquanto ocorre o abandono do Espírito Santo prejudica-se o progresso de uma cidade, com a preservação absurda dos destroços da Igreja dos Martírios, que nada vale como História, arte e como arquitetura antiga. De duas uma. Ou os senhores do patrimônio nada conhecem disso, e estamos prontos para ensinar, ou essa

²⁰⁷ Zacarias Maciel, no Diário de Pernambuco de 16 outubro de 1971, também questiona a atuação do IPHAN, ao dizer que, “se o patrimônio histórico tivesse falado e tombado a igreja dos Martírios no devido tempo [...] era mais que justo que o caso fosse levado na devida consideração... O prefeito não quer [...] o prejuízo da cidade por uma questão já de feição política e fora de tempo.”

intransigência dá o que pensar... As ruínas dos velhos templos, dos sobrados mouriscos, das tradições da Velha Olinda andam ali desafiando os Senhores do IPHAN. O desabamento da Igreja do Espírito Santo; a restauração dos altares da Madre de Deus, incendiados recentemente; a ameaça que pesa sobre a Igreja do Rosário dos Pretos; as infindáveis obras na Igreja do Carmo do Recife; a ameaça pairando na célebre Capela Dourada dos franciscanos, na Rua do Imperador; o abandono dos templos e conventos de Goiana; são alguns dos casos que se apontam assim de relance, para esclarecer como anda entre nós bastante errada a política do IPHAN (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25 DE SETEMBRO DE 1971).

Do mesmo modo, foi mencionado o caso da cidade de Igarassu, a poucos quilômetros do Recife, que não recebia a intervenção do IPHAN pela falta de verbas específicas para suas igrejas e conventos, sendo condenada à sua própria decadência. Era colocado que no Brasil, apenas se dava atenção às coisas prestes a morrer, e “quando a cidade entrar em estado de coma, então aparecerão os salvadores prontos para intervenções cirúrgicas” (JORNAL DO COMMERCIO. 9 NOVEMBRO 1971).

Paralelamente à discussão desse momento, a própria idéia de abertura da Dantas Barreto estava sendo fortemente combatida pela destruição do templo que acarretaria e pela pouca justificativa do pontíficaiestcaiaá(ri. Alegdav-sse quepelanãe)]T]I9403 0 TD[os trarianSenum benefincis paraos tânsrito

Mitra Arquiepiscopal de Recife e à Irmandade do Bom Senhor dos Martírios, na mesma pessoa de seus representantes legais, para o fim de inscrição nos Livros de Tombo a que se refere o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, pelo que se acha tombado em caráter provisório até a ultimação do respectivo Processo, nos termos do artigo décimo e seu parágrafo único do referido Decreto-lei nº 25. CERTIFICO outrossim, que é o seguinte teor das notificações supra mencionadas: “Armas da República – Ministério de Educação e Cultura – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Notificação nº 1051 Rio de Janeiro, Guanabara – Em 23 de junho de 1971 – Do diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Dom José Lamartini Soares. Por fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelentíssima Reverência que foi determinada a inscrição dos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a que se refere o artigo 4º do citado diploma legal, da seguinte obra de arquitetura religiosa, pertencente à Mitra Arquiepiscopal de Recife: Igreja do Bom Senhor dos Martírios, em Recife, Estado de Pernambuco. Solicitando a Vossa Excelentíssima Reverência queira anuir à presente notificação, apresento-lhe os protestos de meu elevado apreço. Assinado: Renato Soeiro – Diretor em exercício. Ao excelentíssimo e Reverendíssimo Dom José Lamartini Soares – Bispo auxiliar da Mitra Arquiepiscopal de Recife Palácio Manguinhos – Olinda – Pernambuco. “Armas da República Ministério da Educação e Cultura - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Notificação nº 1051-A- Rio de Janeiro, Guanabara – Em 23 de junho de 1971 – Do diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Ao senhor responsável pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios – Recife – Pernambuco – Senha responsável: Para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelentíssima Reverência que foi determinada a inscrição dos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a que se refere o 4º do citado diploma legal, da seguinte obra de arquitetura religiosa, pertencente à Mitra Arquiepiscopal de Recife e à Irmandade do Bom Senhor dos Martírios, em Recife, Estado de Pernambuco. Solicitando a Vossa Senhoria queira anuir a presente notificação, apresento-lhes os protestos do meu elevado apreço. Assinado: Renato Soeiro, Diretor – Ao senhor Responsável pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios – Recife – Pernambuco.” E por ser verdade, eu, Edson de Britto Maia, arquivista nível 7, lavrei a presente Certidão que vai por mim datada e assinada e visada pelo Dr. Renato de Azevedo Duarte Soeiro, Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1971

O processo completo de tombamento passou pelas seguintes etapas: primeiro, a Câmara do Patrimônio, formada por cinco pessoas, deu seu endosso ao processo de tombamento da Igreja dos Martírios sob o número 836. Posteriormente, em instância superior, o certificado de tomo foi encaminhado ao Conselho Federal de Cultura, constituído por membros escolhidos pelo próprio Presidente da República, o qual também reconheceu a validade do tombamento, tornando o monumento propriedade da nação. Na ata da decisão de tombamento da igreja pelo Conselho Federal de Cultura assinaram os conselheiros: Adonias Filho, Ariano Suassuna, Casiano Ricardo, Deolindo Couto, Djacir Lima Menezes, Gladstone Chaves de Melo, José Cândido de Andrade Muricy, Irmão José Otão, Josué Montello, Manoel Diégues Júnior, Dom Marcos Barbosa, Octávio de Faria, Pedro Calmon, Peregrino Júnior, Rachel de Queiroz, Raymundo Faoro, Renato Soeiro, Roberto Burle Marx, Sílvio Meira, Arthur Cezar Ferreira Reis (presidente). O último passo para a efetivação do tombamento constituía-se na publicação da resolução dessa medida no Diário Oficial (DIÁRIO DA NOITE. 9 DE SETEMBRO DE 1971).

A PREFEITURA FRENTE AO TOMBAMENTO

A prefeitura tentou revogar o tombamento alegando que a Irmandade dos Martírios não era proprietária do terreno onde estava construída a igreja. Caso conseguisse provar que o terreno pertencia à Cúria Metropolitana, como há meses atrás fora erroneamente divulgado, a municipalidade poderia tentar entrar em um acordo com ela, solicitando a negação do tombamento (DIÁRIO DA NOITE. 9 DE SETEMBRO DE 1971). Tal medida seria possível, uma vez que qualquer edifício que passasse pelo crivo do tombamento, seu proprietário teria 15 dias para se defender, quer empregando argumentos financeiros (não poder mantê-lo) ou técnicos (dizendo que não tem nenhuma importância artística ou histórica). Caso o dono comprovasse a sua incapacidade financeira, o IPHAN arcaria com as despesas de eventuais restaurações, mas caso fosse alegada e provada a ausência de importância, o tombamento seria desfeito. Entretanto, a municipalidade não teve sucesso, uma vez que não conseguiu provar que o dito terreno era da cúria, já que documentos variados atestavam propriedade à irmandade.

Como não conseguiu desfazer o tombamento da Igreja dos Martírios desse modo, o prefeito do Recife se reuniu com os secretários Luís Coimbra, do Planejamento; José Mário Freire, de Viação e Obras Públicas; Urbano Vitalino, de Assuntos Jurídicos; Samir Abou Hana, do Departamento de Imprensa e Renato Gouveia, Secretário do Governo Municipal, para montar uma argumentação a fim de provar que o processo em prol da preservação dos Martírios “não passa de uma campanha que um grupo de pessoas vem movendo na justiça, a pretexto de defender um monumento histórico para que a cidade não ganhe uma avenida considerada imprescindível ao desenvolvimento urbano” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26 DE AGOSTO DE 1971). Na mesma matéria foi colocado que a prefeitura estava no lado oposto ao IPHAN, como entes e desejos incompatíveis, já que o primeiro “luta pelo progresso e o Patrimônio Histórico pela tradição.”

O antagonismo existente entre as duas instituições, expresso quanto às medidas administrativas referentes à cidade, tornava a preservação de edifícios e áreas urbanas uma tarefa bastante complexa, pela dificuldade de compatibilização entre o progresso que colocava em risco o patrimônio, e pelo patrimônio que colocava em risco o progresso, segundo se acreditava.

Apesar da insatisfação do prefeito quando à legalização do tombamento da igreja, o advogado Urbano Vitalino explicou que o prefeito do Recife não poderia deixar de se curvar ao *mandamus* judicial, porque “quando o amor ao trabalho, o interesse pelo desenvolvimento de sua cidade e o compromisso de servir à causa pública não cedem diante de uma demanda, haveria de falar mais alto o seu respeito e acatamento à justiça.” Apesar da docilidade do discurso, os membros da

prefeitura continuavam a defender a abertura da avenida tal qual estava prevista por essa instituição, alegando “as inconveniências de ordem urbanística, [...] o pesado ônus de desapropriação de edifícios recém-construídos”, além da modificação requerida quanto aos entendimentos anteriormente mantidos que culminaram na elaboração de plantas nas quais estava prevista a demolição do templo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26 DE AGOSTO DE 1971).

Nessa nova investida, Augusto Lucena fez pronunciamentos na televisão,²⁰⁸ sendo noticiado pela imprensa o recebimento de telegramas, cartas e pronunciamentos favoráveis à avenida e à destruição do templo (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 29 DE AGOSTO DE 1971).

Apesar de os periódicos locais, especialmente do Diário Oficial, colocar que o Prefeito Lucena estava recebendo um grande apoio à continuidade da sua luta a favor da derrubada da Igreja dos Martírios, o mesmo passou a ter que responder a questões sobre o estado e o estrago da igreja após a destruição dos sobrados adjacentes.

Para tanto, foi marcada uma audiência de perícia, para o dia 8 de setembro, às 14 horas, no Cartório Eugênio Ramos, segundo consta a carta do advogado Sinésio de Medeiros Correa ao Juiz da Fazenda Municipal (29º vara), de 6 de setembro de 1971. Essa foi a 1ª Audiência da Vistoria *Ad Perpetua Memoriam*, requerida pela irmandade, para a avaliação dos estragos no edifício, bem como para se verificar o valor do consistório da Rua Dias Cardoso, e o relacionamento de santos e alfaías. O perito indicado pela irmandade foi o engenheiro civil Oswaldo Cisneiros Cavalcanti, mordomo da Santa Casa de Misericórdia do Recife (OFÍCIO Nº 22 DA IRMANDADE PARA O CHEFE DO 1º DISTRITO DO IPHAN. 6 DE SETEMBRO DE 1971).

Desse modo, os principais quesitos apresentados pela Irmandade dos Martírios foram:

- Qual o valor de uma torre e da cobertura que ruiu quando puxado o prédio 358 da Rua Augusta?
- Qual o valor do terreno do prédio principal voltado para a Rua Augusta e qual a sua metragem quadrada, da porta até o fundo do altar-mor?
- Se a parte posterior da igreja possui primeiro andar, pode o perito informar o funcionamento no térreo de uma escola e no primeiro andar, da residência do zelador?

²⁰⁸ Diário Oficial do Recife de 28 de agosto de 1971: “O pronunciamento do Prefeito Augusto Lucena, feito por meio de uma rede de emissoras de televisão, quarta feira, sobre a Igreja dos Martírios continua repercutindo junto às classes empresariais, órgãos trabalhistas e autoridades civis e militares.”

- Qual o valor deste segundo prédio, da Rua Dias Cardoso, considerando os preços dos terrenos para arranha-céu, na citada avenida, como seja, Edifício Igarassu, bem assim aqueles que a Prefeitura já aprovou em planta?
- Qual o valor dos santos a alfaias, da relação anexa que foram guardados na Matriz de São José, em virtude da demolição procedida pela prefeitura?

É importante perceber a especulação imobiliária que rondava as margens da Avenida Dantas Barreto. Os altos e modernos edifícios construídos nas suas laterais no trecho compreendido entre a Igreja de Santo Antônio e o Pátio do Carmo bem mostram como essa área da recém-aberta avenida foi procurada. A extensão da via, por conseguinte, representava a ampliação de possibilidades de investimento no mercado imobiliário e da possibilidade de lucros.

Cabe citar que o ano de 1971 se situou no pleno auge do chamado “milagre econômico”, já citado no início deste capítulo. A conjuntura favorável para o acontecimento desse “milagre” apresenta suas raízes no fim do governo de Castelo Branco, em 1967, quando o programa de estabilização econômica, iniciado em 1964, atingira parte dos seus objetivos, reduzindo a inflação, renegociando a dívida externa e estabelecendo alicerces para o crescimento econômico, principalmente a partir do sistema de crédito facilitado, em que o auxílio financeiro dos Estados Unidos foi determinante para a realização de tal medida (SKIDMORE, 2003). As diretrizes de estabilização econômica estavam mantidas; entretanto, vê-se durante o governo de Médici o grande desejo de ampliação da economia nacional, estando a remodelação das cidades e aberturas de novas vias extremamente sintonizadas com esse meta-objetivo.

No Recife, observou-se a manifestação da Associação dos Incorporadores de Pernambuco, que apoiava as medidas do prefeito, conforme se vê na solicitação enviada por telegrama ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, de uma solução que permitisse a Augusto Lucena realizar o projeto de abertura e prolongamento da Avenida Dantas Barreto. O engenheiro Henoch Coutinho de Melo, em nome dos incorporadores locais, salientou que não podia desconhecer a necessidade de preservação do patrimônio histórico, desde que representasse as tradições de um povo (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 7 DE SETEMBRO DE 1971), mas que, na sua opinião, não era esse o caso dos Martírios.

O envolvimento direto dessa associação com o desejo de se destruir o templo para que fosse concluída a abertura da Dantas Barreto denota o interesse que a área levantava para os investidores, pela potencialização dos investimentos no setor imobiliário que poderia ser acarretada. Dessa forma, a Prefeitura do Recife e a Associação dos Incorporadores de

Pernambuco estavam unidas pela mesma idéia de destruição dos Martírios, utilizando para isso argumentos semelhantes.

É interessante perceber como Augusto Lucena se valeu do apoio prestado à Prefeitura do Recife na luta pela destruição da Igreja dos Martírios e da abertura da Dantas Barreto pelos mais variados segmentos e instituições. Orlando Morais, em matéria de 15 de setembro de 1971 no Diário de Pernambuco fala de sua indignação quanto a essa medida, questionando “por que levar a arte e a história ao debate da massa eleitoral que, sabidamente, em sua grande maioria, não dispõe dos necessários conhecimentos especializados? Por que taxar de pardieiro, sem maiores explicações, o velho templo?”. A colocação de Orlando Morais se mostrava bastante pertinente, tendo em vista a origem dos apoios que Lucena utilizava para desqualificar a igreja, emitidos por instituições que nem sempre eram tecnicamente autorizadas a proferir tais julgamentos. O quadro abaixo sintetiza, em parte, o panorama do ano de 1971.

Quadro 3. Posicionamentos e opiniões sobre a abertura da Dantas Barreto e destruição da Igreja dos Martírios

Instituição	Membro	Apoio	Referência
Associação Comercial de Pernambuco	Vice-diretor Cristóvão Pedrosa da Fonsêca	“Defendo a medida, não como comerciante, mas como um recifense que deseja o progresso de sua cidade.”	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
	Comerciante Cristóvão de Cavalcanti Alves de Miranda, proprietário de uma loja de ferragens na Dantas Barreto	“Todos os lojistas devem agradecer a medida da Prefeitura, pois uma avenida larga facilita tudo para quem quer comprar ou vender...”	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
Conselho Estadual de Trânsito (CETRAM)	Presidente Engenheiro Edgar Amorim	Via importante ao escoamento sul que agora é feito apenas por uma via.	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
Clube de Engenharia de Pernambuco	Presidente Armando da Costa Cairutas	Facilita o escoamento do tráfego e o embelezamento da cidade.	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEP	Presidente Miguel Vita	Parabeniza “em face das medidas tomadas pela Prefeitura do Recife para evitar o tombamento da Igreja dos Martírios.”	Diário Oficial do Município do Recife. 27 de agosto de 1971
Prefeitura de Quipapá	Prefeito Durval de Albuquerque	Demonstração da capacidade do edil recifense.	Diário Oficial do Município do Recife. 27 de agosto de 1971
	Caeté Medeiros	“Lamento profundamente que inimigos seus e do Recife, pretextando conservar o patrimônio, estejam entervando o progresso da cidade.”	Diário Oficial do Município do Recife. 27 de agosto de 1971

Quadro 3. Posicionamentos e opiniões sobre a abertura da Dantas Barreto e destruição da Igreja dos Martírios

Instituição	Membro	Apoio	Referência
	Procurador Luis Melo Reis	“Receba integral apoio em sua luta denodada, de alto espírito público e de defesa intransigente do progresso do Recife.”	Diário de Pernambuco. 26 de outubro de 1971
Câmara Municipal de Ribeirão	Vereador João Sebastião de Melo	“Voto no empenho pela demolição das ruínas da Igreja dos Martírios que oferece perigo aos transeuntes.”	Diário de Pernambuco. 26 de outubro de 1971
Congregação do Convento do Carmo	Frei Antônio Gonçalves	“Apóio os trabalhos de conclusão da Avenida Dantas Barreto, mesmo que isso implique em sacrifício da Igreja dos Martírios.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
	Monsenhor Ferreira Lima deputado estadual e ex-prefeito de Surubim	“O padre deputado acha imprescindível a abertura da avenida até a Praça das Cinco Pontas.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares	Major Luiz Duarte presidente	“Devem ser dadas ao Prefeito Augusto Lucena as necessárias condições para desenvolver as atividades programadas.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
Federação do Comércio Varejista do Estado	Presidente José Anchieta Alves	“Contribuição ao progresso urbanístico.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
Centro dos Chauffeurs de Pernambuco	Presidente Sebastião Cordeiro de Sá	“Nossa cidade não comporta mais ruas apertadas.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
DETRAN	Engenheiro Murilo Carneiro Leão Paraíso (ex-secretário de Viação e Obras), Engenheiro Erivaldo Gadelha, diretor técnico do Detran	“Como obra urbanística é muito importante, embora ainda não existam condições para se dar uma opinião final sobre o traçado viário do projeto...”	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
	Vereador Rubem Gamboa	Marco da administração de Augusto Lucena, “a Dantas Barreto nos deixará livres de engarrafamentos até o ano 2000.”	Diário Oficial do Município do Recife. 17 de junho de 1971
Casa do Menor	Presidente José Antônio Braga	“Profundo conhecedor da nossa cidade, ele é um homem preocupado com o traçado urbano e o desenvolvimento arquitetônico.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
Clube Náutico Capibaribe	Presidente Luiz Carneiro	“Não por uma questão estética simplesmente mas, sobretudo por ser obra vital para o descongestionamento do tráfego.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971

Quadro 3. Posicionamentos e opiniões sobre a abertura da Dantas Barreto e destruição da Igreja dos Martírios

Instituição	Membro	Apoio	Referência
Associação da Imprensa de Pernambuco	Presidente Lúcio Coura Góes	“É lamentável que, agora, falsos defensores do Recife, inclusive pessoas que já administraram a cidade, estejam trabalhando para criar dificuldade ao Prefeito Lucena.”	Diário Oficial do Município do Recife. 22 de junho de 1971
Assembléia Legislativa	Antônio Heráclio do Rêgo, Ribeiro Godói, Lusmar Lócio, Vital Novaes, José Ramos, Francisco Perazzo, Argemiro Pereira, Lívio Valença, Ivo Queiroz, Newton Carneiro, Severino Cavalcanti, Luiz Marques, José Emídio Fernandes, Mário Monteiro, Heriberto Gueiros, Osvaldo Rabêlo, Aldomar Ferraz, Paulo Mendonça, Nivaldo Machado, José Libertado, Araci Nejaim, Ênio Guerra, Alcides Teixeira, Antônio Airton Benjamim, Edson Cantarelli, Honório Rocha, Edgar Lins Cavalcanti, Mosenhor Ferreira Lima, Jacques Ferreira Lima	Moção: “Somos, nesta hora, totalmente favoráveis à demolição do restante da Igreja dos Martírios.” Lucena não quer “derrubar uma igreja histórica, quer sim, tirar as ruínas de um templo.”	Diário Oficial do Município do Recife. 25 de agosto de 1971
Governo de Pernambuco	Eraldo Gueiros Leite	Não se deve tombar a igreja.	Diário Oficial do Município do Recife. 25 de agosto de 1971
Capitania dos Portos	Comandante Afrânio de Paiva Moreira	Empréstimo de equipamentos para demolição.	Diário Oficial do Município do Recife. 19 de agosto de 1971
	Professor e teatrólogo Valdemar de Oliveira	“Eu já fui contra a demolição, e em princípio continuo sendo, mas se a igreja está ameaçando causar danos pessoais ou materiais é melhor que seja demolida.”	Jornal do Commercio. 11 de setembro de 1971
	Professor Antônio Câmara Lima	“Sou a favor de qualquer evolução.”	Jornal do Commercio. 11 de setembro de 1971
	Professor de direito Lourival Vilanova	“Sou a favor da demolição em face à urgência do problema urbano.”	Jornal do Commercio. 12 de setembro de 1971
	Industriário Jacob Elias Quevici	“O progresso é mais importante que uma igreja sem história.”	Jornal do Commercio. 12 de setembro de 1971
	Jogador de futebol do Santa Cruz	“A igreja só deverá ser demolida se não houver condições de restaurá-la.”	Jornal do Commercio. 12 de setembro de 1971

Quadro 3. Posicionamentos e opiniões sobre a abertura da Dantas Barreto e destruição da Igreja dos Martírios

Instituição	Membro	Apoio	Referência
	Ex-prefeito do Recife Pereira Borges	Envio de telegrama a Augusto Lucena solidarizando-se.	Diário de Pernambuco. 31 de agosto de 1971
Sociedade Protetora dos Recursos Naturais	Professor Osvaldo Gonçalves Lima e Geraldo Mariz	Hipotecaram solidariedade com o prolongamento da Avenida Dantas Barreto.	Diário de Pernambuco. 31 de agosto de 1971
Associação dos Locatários dos Mercados Públicos de Pernambuco	Joaquim Antônio de Moura	Hipotecaram irrestrita solidariedade com o prolongamento da Avenida Dantas Barreto.	(Jornal não indetificado). 27 de agosto 1971
	Zacarias Maciel	“O Prefeito Augusto Lucena tem se conduzido correta e excelentemente nesta questão do tombamento da Igreja dos Martírios.”	Diário de Pernambuco. 16 de outubro de 1971
Câmara dos Vereadores do Município de Catende	Vereador Amaro José Soares da Silva	“Verifiquem que a Igreja dos Martírios, pela sua situação material e pela sua localização, deverá ser demolida, como até uma valorosa contribuição do Patrimônio Histórico para evolução da nossa capital.”	Ofício nº 121/71 da Câmara dos Vereadores do Município de Catende ao Patrimônio Histórico de Pernambuco
Câmara Municipal do Recife	Vereadores Josué Pinto, Clóvis Correa, Romildo Gomes, Wandenkolk Wanderley, Roberval Lins Pinto, Aristófanés de Andrade, Rubem Gamboa, Achilles Amorim	Solidariza-se com o Exmo. Prefeito desta Capital, acerca do momentoso caso da Igreja dos Martírios.	Ofício nº 3546 da Câmara Municipal do Recife à Prefeitura do Recife em 27 de agosto de 1971
Câmara Municipal do Recife	Vereadores Josué Pinto, Clóvis Correa, Romildo Gomes, Wandenkolk Wanderley, Roberval Lins Pinto, Aristófanés de Andrade, Rubem Gamboa, Achilles Amorim	“Se há, em toda essa história, alguma coisa sagrada, e digna de ser preservada a qualquer preço, é, acima de tudo a espécie humana.”	Requerimento nº 1665 da Câmara Municipal do Recife em 25 de agosto de 1971
Irmandade da Igreja de Santa Cruz	Presidente Rui Sampaio (membro há 32 anos da Irmandade dos Martírios e de mais nove irmandades e quatro confrarias)	Não há “razão para o tombamento porque a igreja perdeu todas as suas características históricas, teve o altar restaurado duas vezes e a fachada está deformada.” Sugere que o caso seja tratado entre a Arquidiocese e a Prefeitura, já que acredita que a irmandade não tem conhecimentos suficientes.	Diário Oficial do Município do Recife. 24 de agosto de 1971
Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes do Estado de Pernambuco	Luiz Pinto da Silva	Apoio	Diário Oficial do Município do Recife. 28 de agosto de 1971

Quadro 3. Posicionamentos e opiniões sobre a abertura da Dantas Barreto e destruição da Igreja dos Martírios

Instituição	Membro	Apoio	Referência
	Monsenhor João Barbalho Uchoa Cavalcanti, Padre Roberto Macêdo, Padre Antônio Alves de Souza, Padre Gomes de Andrade, Padre Edvaldo Bezerra e Cônego Teófilo Rocha. ²⁰⁹	“Dezenas de padres firmaram memorial, que será enviado ao presidente Garrastazu Médici, solicitando o destombamento das ruínas da Igreja dos Martírios, possibilitando a conclusão da abertura da Avenida Dantas Barreto.”	Diário de Pernambuco. 5 de novembro de 1971

Fonte: Diversas

De acordo com Orlando Morais, além de a municipalidade considerar tais opiniões como se fossem capazes de um correto julgamento acerca a importância artística e histórica dos Martírios, desconsiderava as motivações para a preservação do templo proferidas por respeitáveis representantes da cultura brasileira, por estarem dissociados do povo, “acomodados em seus palacetes.” É possível que o autor estivesse buscando responder aos comentários como o que foi publicado no *Jornal do Commercio* de 10 de outubro de 1971, no qual constava que parecia estar havendo um certo sofisticamento em torno da preservação dos Martírios.

Algumas pessoas, infelizmente várias delas com projeção em nosso meio cultural, resolveram, de repente, provar sua “sensibilidade” e seu “espírito superior”, defendendo o templo arruinado, de que antes nunca se lembraram. Seria uma posição sofisticada, esnobe, de quem está muito mais alto que os filisteus que pensam apenas no progresso material e no desenvolvimento... Temos, assim, uma verdadeira ditadura daqueles que vivendo fora da cidade e dos seus problemas, se querem dar ao luxo de exhibir, com o sacrifício de toda uma cidade, os requintes do seu “bom gosto”, e da sua especial capacidade de apreciar o “artístico” e o “histórico.”

Orlando Morais ainda defendia que as motivações expendidas por renomados defensores da igreja deveriam ser contestadas, necessariamente, no mesmo nível intelectual, “perante os canais competentes do Ministério da Educação e Cultura e não diante de canais de televisão... Não devem adiantar, para a solução do caso, mensagens de solidariedade partidas de entidades que não são autoridade em história, nem em arte.”²¹⁰ Por fim, coloca que normalmente os prefeitos defendiam até o último instante os seus planos de obra, afirmando que não podiam ser alterados

²⁰⁹ A opinião dos padres era bastante importante, pois legitimava religiosamente a ação e afastava a idéia do pecado da destruição.

²¹⁰ A matéria do *Jornal do Commercio* de 14 outubro 1971 bem ilustra essa contestação. Nela, é realizada uma enquete na qual se pergunta: Você apóia a decisão de preservação da Igreja dos Martírios?

1. Edeltrudes Viana Amaral (doméstica): “Não. Deve ser demolida porque existem muitas igrejas no Recife”;

2. José Gomes do Rêgo (comerciante): “Não apoio de jeito nenhum. É um absurdo querer preservar uma igreja que está atrapalhando o progresso”;

3. Moacir Pinheiro Câmara (contabilista): “Acho que a igreja deve ser conservada porque todas as antiguidades devem ser conservadas”;

4. Severino Vasconcelos da Silva (ambulante): “Quero que a igreja saia. Ela vai prejudicar quase três ruas do Recife”;

5. Mariete Andrade (doméstica): “Acho que ela deve ser derrubada. Nunca fizeram nada pela igreja. PF Craveiro. Então, ela não pode ser conservada.” Só deviam conservar o que estava novo.

em prol do desenvolvimento de suas cidades, mas lançava a seguinte questão para a reflexão dos leitores:

Imaginaram [...] se um dia, pretendesse o prefeito da capital italiana demolir as ruínas do Fôro Romano, sob a alegação de que aqueles pardieiros entravam o progresso da cidade?... Talvez pudesse alguém dizer que aquelas ruínas do antigo esplendor do Império Romano devem ser preservadas, porque se trata de testemunhas mudas de civilização duas vezes milenárias, o que não ocorre com a modéstia idade (200 anos) da pobre Igreja dos Martírios. Todavia, a proceder tal argumento, nada mais se tombaria no Brasil, de vez que apenas militam em seu favor 471 anos de vida... (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 15 DE SETEMBRO DE 1971).

Apesar dos protestos, a igreja, monumento oficial e legalmente tombado naquele momento, só poderia ser destruída mediante a autorização da maior autoridade suprema do país, cuja resolução era soberana diante dos principais órgãos existentes: o Presidente da República.

O PROSSEGUIMENTO DAS AÇÕES DEMOLITÓRIAS: A DESESTABILIZAÇÃO DA IGREJA DOS MARTÍRIOS, OUTRA MANOBRA DE AUGUSTO LUCENA

Nesse período em que a municipalidade envidava esforços para conseguir o destombamento da igreja, as demolições continuavam a ser empreendidas no bairro de São José, onde alguma delas permaneciam ameaçando a estabilidade dos Martírios. O prosseguimento das ações demolitórias fez com que a prefeitura recebesse o Mandado de Segurança nº 241/71, cujo impetrante estava representado pela União Federal, assinado por Emerson Câmara Benjamin, juiz federal substituto da 2º vara, em 22 de setembro de 1971. Nesse documento, a União Federal, por meio da Procuradoria da República, lançou o mandado de segurança contra ato do Prefeito Augusto Lucena, que determinou a demolição dos prédios nº 342 e 358 da Rua Augusta, sob o fundamento de que essa medida colocaria em risco a sustentação do templo.

Esse mandato de segurança foi uma resposta ao comunicado realizado em 27 de setembro de 1971 pelo Procurador da República Emanuel Franco, que expunha a desobediência do prefeito no prosseguimento das demolições de prédios vizinhos à Igreja dos Martírios.



Figura 10. Prosseguimento da demolição de edificações vizinhas. Detalhe para as escoras utilizadas para que a fachada não pendesse para o lado que estava sendo removido
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 11. Detalhe do restante da edificação sendo demolida a partir da Rua Dias Cardoso
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 12. Parede da igreja completamente solta
Fonte: IPHAN/ 5º SR

Apesar de os prédios vizinhos não serem tombados, eles eram essenciais para a permanência da integridade estrutural do templo, monumento protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tinha a incumbência e o direito líquido e certo de zelar pela sua existência e conservação. Emanuel Franco prosseguiu em sua argumentação colocando a ilegalidade do ato de Augusto Lucena, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da lei 1.533, de 3 de dezembro de 1951. Dissertou ainda sobre o

Intuito declarado publicamente em todos os veículos de imprensa, da intenção da municipalidade em demolir a Igreja dos Martírios, com fito de alargar a Avenida Dantas Barreto, nas circunstâncias atuais com a existência de medida liminar de embargos em ação de nunciação de obra nova requerida pela Irmandade de Bom Jesus dos Martírios e em face do tombamento legal, representa abuso de poder por parte do Chefe da Câmara de Recife. Assim há direito líquido e certo da União Federal para requerer a segurança e obter medida liminar que obrigue o Senhor Prefeito a respeitar a integridade do templo supra mencionado, cuja conservação é de dever do poder público e cuja demolição constitui crime de ação pública equiparado aos cometidos contra o Patrimônio Nacional (Artigo 180 da Constituição da República, artigo 17 e 21 do Decreto-lei nº25, de 30/ XI/ 1937 e artigo 165 do Código Penal).

Apesar da existência desse mandato de segurança, continuava a ser relatado que a Rua Augusta ia aos poucos desaparecendo, dando lugar à nova Avenida Dantas Barreto, havendo uma morte lenta, inexorável, cujo desfecho final estava cada vez mais próximo (DIÁRIO DA NOITE. 28 DE SETEMBRO DE 1971).

Mesmo com o aparecimento de medidas judiciais em represália aos atos do prefeito, a destruição da Igreja dos Martírios para a abertura em linha reta da referida avenida continuava a ser defendida e buscada. Segundo o que foi publicado no jornal carioca Correio da Manhã, de 30 de setembro de 1971, Lucena obteve na Guanabara um empréstimo de Cr\$ 15.000.000,00, destinado

à execução de várias obras, dentre as quais se destaca a conclusão da Dantas Barreto.²¹¹ Esse mesmo jornal aparentava desconhecer ou desconsiderar o tombamento dos Martírios, já que anunciava que “vários pardieiros, talvez mais de 100 casas, e a Igreja dos Martírios, que não tem tradição artística nem histórica, estão com os dias praticamente contados.”

Essa matéria ainda suscitou a pergunta: “é bom para o Recife a tradição ceder seu lugar ao progresso?”. A resposta afirmativa que era dada se fundamentava no fato de que a avenida traria inúmeras vantagens à cidade. Em contraponto às declarações de que essa via, do ponto de vista viário, não acarretaria melhorias na conexão dos bairros de Santo Antônio e São José com outras localidades do Recife, afirmava-se que, quando estivesse concluída, provavelmente em dezembro de 1971, seriam gastos apenas oito minutos para se atingir a zona sul a partir do centro da cidade. Segundo dizia o Correio da Manhã, partindo da Praça da Independência, da Avenida Guararapes ou da Praça da República, apenas dois sinais de trânsito seriam transpostos, sendo a Dantas Barreto a única rota até se alcançar a Rua de São João. Na Rua de São João, haveria a opção de dobrar à esquerda e transpor o Viaduto das Cinco Pontas, ou ir em frente, pela Rua do Alecrim, que teria sua mão rumo à Praça Sérgio Loreto.²¹²

AS SUGESTÕES DE GILBERTO FREYRE E MAIS UM PARECER DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Ciente do poder que teve o Conselho Federal de Cultura na avaliação do tombamento dos Martírios, Augusto Lucena esteve no dia 30 de setembro de 1971 assistindo à reunião desse órgão, no Rio de Janeiro. Na ocasião, apresentou um dossiê completo sobre as supostas “ruínas da Igreja dos Martírios”, para que cada conselheiro soubesse das condições em que se encontrava aquele templo, que poderia “ocasionar prejuízos ao desenvolvimento do Recife” (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 1º DE OUTUBRO DE 1971). Juntamente com o dossiê, Lucena entregou a cada membro do conselho o “fac-símile” da Planta de Gabarito do Bairro de São José, aprovada pelo IPHAN em 1965, na qual estava prevista a demolição da Igreja dos Martírios, fato que levou a prefeitura a realizar vultuosos investimentos para a abertura da Avenida Dantas Barreto. Era sabido que dificilmente o Presidente da República, ou, antes dele, o Ministro da

²¹¹ De acordo com o Diário Oficial do Município do Recife de 1º de outubro de 1971, o prefeito fez viagem ao Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1971 para dar andamento aos entendimentos para a obtenção de empréstimos pleiteados pela prefeitura junto a órgãos internacionais e nacionais.

²¹² Ainda foi colocado nessa matéria que não seriam apenas essas as vantagens que beneficiariam o escoamento do tráfego em demanda da zona sul. O Detran teria condições de inverter o trânsito nas ruas da Concórdia e Floriano Peixoto. Haveria também outras opções para atingir a Rua Imperial, que seria desafogada com a Avenida Central, que Lucena também iria construir.

Educação, estariam motivados ou encorajados a tomar uma posição contrária à decisão do Conselho Federal de Cultura, por isso o apoio dessa instituição tornava-se imprescindível na tentativa de destombar o templo.

Frente às argumentações expedidas pelo Prefeito Augusto Lucena, Gilberto Freyre, membro do Conselho Federal de Cultura, apresentou uma proposta “conciliatória” para dar fim à polêmica sobre o destino da Igreja dos Martírios. Segundo consta no Diário da Noite de 6 outubro de 1971, o sociólogo sugeriu:

- Aproveitar o terreno vazio da Rua Augusta e transferir a Igreja dos Martírios para lá;
- Destombar a igreja que permaneceria com sua importância histórica, já que, por meio de moldes de gesso, a fachada do templo seria refeita nos mínimos detalhes;
- Com essa medida, a igreja ficaria um pouco menor. O seu espaço interior seria aproveitado para a instalação de uma Galeria de Arte Sacra, a primeira do Recife;
- Os serviços de “restauração”²¹³ seriam custeados pelo IPHAN, enquanto que a desapropriação do terreno da Rua Augusta ficaria por conta da prefeitura.

Diante dessa atitude do ilustre Gilberto Freyre, percebe-se que a autenticidade da igreja não era um quesito importante, já que se admitia a possibilidade de substituí-la por uma réplica. Essa réplica, por sua vez, seria apenas parcial, já que o único elemento “igual” seria o frontão. Seu uso seria extinto e seu espaço interior não corresponderia mais à forma e função originais. Tal sugestão denota uma preocupação iconoclasta com o monumento tombado, que seria esvaziado de seu conteúdo histórico por não mais corresponder à trajetória temporal a que foi submetido por quase 200 anos.

A sugestão de Gilberto Freyre, apesar de favorável à destruição da igreja, não agradou a todos, nem mesmo a quem defendia a sua extinção. Foi o caso de Alfredo Schmalz, que colocou em matéria do Diário da Noite de 8 outubro de 1971, que segundo seu conceito, “as igrejas não podem ser apenas museu, porque têm uma função dinâmica, que, é servir de culto aos fiéis.” Com essa consideração, sugeriu que a Igreja dos Martírios fosse transferida, de acordo com os moldes do seu frontispício, para o bairro do Cabanga. Esse historiador, apesar de desejar a demolição dos Martírios, defendia que o uso religioso não deveria ser desligado da igreja, uma vez que o edifício foi projetado para desempenhar estritamente tal função.

²¹³ A reconstrução da fachada a partir de moldes foi erroneamente nomeada por Gilberto Freyre como uma restauração.

Enquanto o Conselho Federal de Cultura refletia sobre o caso dos Martírios, o Conselho Municipal de Cultura do Recife²¹⁴ apoiava completamente Lucena na luta que vinha travando no sudeste do país, a fim de encontrar junto às autoridades federais uma solução definitiva para o caso da igreja. Para o Conselho Municipal, o templo vinha se “constituindo em um entrave para a execução das obras de complementação da Avenida Dantas Barreto”, aguardando, por conseguinte, um pronunciamento favorável do Conselho Federal de Cultura quanto ao seu destombamento (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 7 DE OUTUBRO DE 1971).

No momento em que Augusto Lucena esperava por uma nova colocação do Conselho Federal de Cultura sobre a manutenção, ou não, do tombamento dos Martírios, o IPHAN aguardava a autorização para o início das obras da igreja, enquanto providenciava o financiamento para fazer a prometida restauração, conforme colocou o chefe do 1º Distrito João Ferrão Castelo Branco em 7 de outubro de 1971 (JORNAL DO COMMERCIO. 8 DE OUTUBRO DE 1971). Enquanto a autorização não era emitida, os únicos trabalhos realizados na igreja foram aqueles em obediência às determinações da perícia.²¹⁵ Assim, operários contratados pelo IPHAN levantaram “uma coluna derrubada de propósito,” segundo afirmou o chefe do 1º Distrito, e que iria determinar o completo desabamento da igreja. A preocupação com as “medidas indiretas para derrubar a igreja” era tamanha que fez com que fosse alocada uma guarnição da rádio-patrolha próxima à igreja, onde nem bicicletas poderiam aproximar-se da igreja para evitar mais atentados. Essa medida foi o resultado de um novo mandato de segurança dado por Emanuel Franco contra a prefeitura, ao pedir a interdição do local. Dessa forma, a igreja foi isolada em um raio de cinco metros de distância, para se evitar que a edilidade, sob o falso pretexto de tirar lixo e limpar as paredes de prédios próximos, danificasse o templo, segundo coloca o jornal.

Nesse contexto, cabe destacar o trabalho exaustivo empreendido por José Ferrão Castelo Branco e a sua grande dedicação à preservação do monumento. A Irmandade do Bom Jesus dos Martírios registrou na ata da reunião de 10 de outubro de 1971 que, se não fosse o entusiasmo do mesmo, os operários da prefeitura já o teriam derrubado.

Dia e noite, este homem notável que deve ser um irmão, trabalhou, ameaçou e brigou e contra o poder público municipal, quer trancando operário, material, dentro da igreja,

²¹⁴ Bernardes (1996, p. 88), ao analisar a segunda gestão de Augusto Lucena, coloca que a criação desse Conselho Municipal de Cultura a partir da Lei nº 10.384, também foi motivada pelo desejo da prefeitura de obter um parecer técnico apoiando a destruição da Igreja dos Martírios e, assim, “legitimando” essa medida.

²¹⁵ Apenas no dia 14 de dezembro de 1971, por meio do memorando interno nº 40/71, o responsável pelo Setor de Aplicação de Recursos do 1º Distrito do IPHAN solicitou oficialmente a autorização para convidar a firma de restauros João Augusto de Carvalho a apresentar propostas de obras de sustentação do arcabouço arquitetônico da Igreja dos Martírios. A autorização foi concedida. O termo de contrato foi firmado entre João Augusto de Carvalho e Ayrton Carvalho em 20 de dezembro de 1971. João Augusto de Carvalho, segundo o acordo estipulado, seria o empreiteiro da obra por Cr\$ 25.000,00.

para ir tapando os buracos que as máquinas Caterpillar iam fazendo, quer apelando para o Juiz Federal e Procurador da República, quer telefonando diariamente para o seu chefe no Rio de Janeiro.

A irmandade também afirmou que se poderia contar com o apoio do Governo do Estado, se não fosse o fato de a municipalidade contar uma história diferente da real, dizendo tratar-se de “um templo abandonado e podre, por sinal expressão também do vigário substituto de São José, que apoiava a demolição seguindo ordem de chefes hierárquicos.”²¹⁶ Também foi dito que editoriais do *Jornal do Commercio* injuriaram a igreja, alegando que a mesma era “pardieiro” e que de há muito estava sem função, devendo providenciar-se o processo de injúria ou aplicação da Lei de Imprensa para que fosse desmentida, no mesmo local do jornal, a mentira. Tanto a igreja não era um pardieiro, que no dia 9 de outubro foi visitada pelos alunos do Colégio Estadual de Pernambuco, estando limpa e com condições de sustentação (ATA DA REUNIÃO DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 10 DE OUTUBRO DE 1971).

É interessante observar que esse debate não foi apenas difundido por todo o Recife,²¹⁷ mas também repercutiu em outras capitais nacionais. De acordo com a Irmandade dos Martírios (ATA DA REUNIÃO DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 10 DE OUTUBRO DE 1971), Dorgil Fernandes Batista, o procurador geral dos irmãos, foi designado para escrever a história da irmandade e do templo, a pedido dos estudiosos do Rio e de São Paulo, considerando a “celebridade nacional da igreja que venceu uma avenida, na luta, da história e do progresso.” É provável que as opiniões desses interessados pelo caso dos Martírios que não residiam em Pernambuco tenham sido divergentes das de Lucena.

O prefeito defendia que o tombamento de edifícios deveria ser realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de cada estado e depois homologado pela direção central. O argumento de sua tese, como ele próprio chamava, era o de evitar o que “aconteceu com a Igreja dos Martírios quando muita gente no Sul passou a comentar e a debater o caso sem ter uma idéia real, objetiva do mesmo” (JORNAL DO COMMERCIO. 28 OUTUBRO 1971). Verifica-se, então, a diversidade de questões que estavam sendo debatidas sobre a preservação de monumentos no Brasil a partir do caso específico dos Martírios.

²¹⁶ *Ata da Reunião da Irmandade dos Martírios*. 10 de outubro de 1971.

²¹⁷ O debate do destino da Igreja dos Martírios foi tamanhamente divulgado que se tornou assunto cotidiano. Um exemplo disso foi publicado na matéria do *Jornal do Commercio* de 8 de outubro de 1971, na qual se colocou que “o comerciante Severino Vasconcelos da Silva, apostou Cr\$ 50,00 com seu parente Péricles Vasconcelos, como a igreja seria derrubada.” À medida que aumentavam os debates, também se acirrava a disputa dos poderes em torno da igreja, concentradas nas mãos do prefeito e do IPHAN.

No dia 19 de outubro de 1971, no Diário de Pernambuco, foi publicado integralmente o telegrama enviado por Gilberto Freyre ao ministro Jarbas Passarinho confirmando o seu novo parecer sobre a igreja. Nele, o membro do Conselho Federal Cultura comunicava seu pronunciamento a favor da conservação apenas do frontão da igreja, e não mais dela inteira. Porém, também houve pronunciamentos divergentes que foram enviados pelo presidente do conselho para que o ministro conhecesse o assunto na sua plenitude e exatidão, verificando até que ponto houve unanimidade de posições no Conselho Federal de Cultura. Entretanto, a decisão final desse conselho foi novamente pela manutenção dos Martírios. Para Augusto Lucena, essa posição “rígida” se baseou na postura adotada pelo conselheiro Ariano Suassuna, favorável à permanência do templo. O prefeito chegou a propor uma solução conciliatória, a mudança da fachada da igreja para a Rua Augusta, mas o conselho a recusou, apesar das opiniões favoráveis dos conselheiros Gilberto Freyre²¹⁸ e Josué Monteiro (O CRUZEIRO. 20 DE OUTUBRO DE 1971).

Apesar da maioria de votos a favor da manutenção, o conselho parece ter-se dividido quanto àqueles que defendiam a preservação completa da igreja e àqueles que defendiam a preservação apenas do seu frontão, porém nenhum membro foi favorável à destruição completa do templo, onde fossem aniquilados todos os seus vestígios. Entretanto, passou a ser divulgado pela imprensa do Recife a existência de votos contra a permanência da igreja. Diante desses boatos, o 1º Distrito do IPHAN publicou uma Nota Oficial em 16 de outubro de 1971, disponibilizando uma cópia autenticada do valor literal da ata de reunião para que essa notícia fosse refutada.

A partir da disposição pública da versão oficial da reunião do Conselho Federal de Cultura, foram procedidas elogiosas críticas ao seu teor. O Diário de Pernambuco publicou, em 17 de outubro de 1971, parte da ponderação de Gilberto Freyre que discutia a questão da preservação da Igreja dos Martírios. Ainda ressaltou ser um documento de tamanha inteireza moral e dignidade, que esse autor só deveria merecer admiração, até mesmo das pessoas que pensassem de outro modo. O parecer de Gilberto Freyre frente o caso dos Martírios foi considerado uma página de sociologia urbana que poderia figurar em qualquer um dos seus livros, já que suas linhas ignoraram a polêmica, abrindo nova dimensão para questão da igreja, “sendo ardorosa somente naquilo que representa a defesa de uma arquitetura tradicional que é um dos poucos orgulhos do Recife Novo.” Por fim, o autor dessa matéria afirmou que a esse parecer caberia o título de ensaio, “pois são palavras que fogem à nomenclatura de uma sessão de conselho e até à discussão

²¹⁸ Essa nova posição de Gilberto Freyre contentou tamanhamente Augusto Lucena que esse, juntamente com vereadores do Recife e deputados de Pernambuco foram ao Solar dos Apípicos cumprimentar o seu ilustre morador (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 22 DE OUTUBRO DE 1971).

do caso concreto dos Martírios para aferir problemas gerais, como da falta de verba para o Instituto do Patrimônio Histórico e o da mística do progresso que veda os olhos do povo.”

A partir desse relato, pode-se perceber que as discussões referentes à Igreja dos Martírios se ampliavam para a questão da preservação dos bens culturais naquele momento que se deparava com situações de diversas naturezas. Sobre esse assunto, a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco enviou uma carta ao Presidente da República, em 9 de novembro de 1971, apelando pela permanência do templo e argumentando sobre a significância da sua preservação:

A propósito do pedido de destombamento da Igreja dos Martírios, templo do estilo barroco, que se constitui em preciosa relíquia do passado pernambucano, professores da Faculdade de Arquitetura, e arquitetos por ela diplomados, e membros do Instituto de Arquitetos do Brasil, pedem a Vossa Excelência para o pronunciamento, que fazem, no intento de ser evitada a demolição daquele raro e expressivo monumento. Por haverem, em 1969, emitido parecer idêntico sobre a salvaguarda da Igreja dos Martírios em documento dirigido ao então Prefeito do Recife, os signatários se vêem no dever de reiterar, agora perante a Mais Alta Autoridade do País, os seus sentimentos em defesa do acervo cultural brasileiro, que se desfalaria gravemente se atendida a pretensão ora em custo. Desta vez, o gesto dos signatários se prestigia com a defesa, que já emitiram o Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco e o Conselho Estadual de Cultura, e notadamente o Conselho Federal de Cultura em recente e memorável parecer. Com efeito, o zelo pela conservação dos monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, representa uma atitude a que são partes sensíveis aos professores que, além de instruírem os alunos sobre as particularidades da arquitetura brasileira, procuram despertar-lhes o patriótico encarecimento pelos exemplares que restam da vida social e cultural, tais como traduz a arte arquitetura. Portanto, aos signatários parece que a preservação da Igreja dos Martírios, sobre atender à lei de defesa do patrimônio histórico e artístico, caberá também como administração às gerações mais novas, a fim de que o mesmo espírito que animou a criação da antiga diretoria do patrimônio, o IPHAN, venha a se converter em consciência racional, de modo que todos os brasileiros colaborem na incolumidade dos bens tecnicamente considerados dignos de perpetuação.

Assinaram a carta: Nelly Maurício de Abreu Pinto, Antônio Pedro Pina Didier, Delfim Fernandes Amorim, Ângela Góes de Aquino Fonseca, Ayrton Carvalho, Ângelo José Costa, José Luiz da Mota Menezes, José Maria de Albuquerque, Zildo Sena Caldas, Evaldo Bezerra Coutinho, Alexandre Castro e Silva, Carlos Alberto Carneiro da Cunha, Heitor Maia Neto, Armindo Leal da Costa, Everaldo da Rocha Gadelha, Geraldo José de Santana, Clarice Mesel Lobo, João Batista Castelo Branco, Hélio Polito Lopes, Acácio Gil Borsóí, Armando de Holanda, Cremilda Martins de Albuquerque, Euler da Silva Maia, dentre outros diplomados.

Por fim, cabe registrar o pronunciamento de Roberto Burle Marx, publicado nas *Conferências Escolhidas “Arte e País”* (2000), proferido no final do ano de 1971. Em sua argumentação, o paisagista faz um apelo à permanência da Igreja dos Martírios, em face a experiências passadas de destruição intencional do patrimônio construído. Reitera ainda o seu apoio e auxílio a essa causa

de preservação, criticando o fato de o destino de bens culturais estarem nas mãos e obedecerem a desejos políticos (MARX, 2000).

No presente caso de ameaça de demolição da Igreja dos Martírios de Recife, declaro-me inteiramente solidário com os que defendem sua integridade e reagem contra a insólita ameaça de destruição. Ponho-me, como paisagista, à disposição do órgão responsável e ameaçador, nesse caso a Prefeitura de Recife, do mesmo modo que fiz quando se demoliu, por inépcia e insensibilidade, a casa de detenção e o antigo fórum de Maceió, construído por volta de 1847, poucos anos após a instalação de Maceió como capital. Não estou ofertando meus préstimos de profissional com fins lucrativos. Ofereço a minha colaboração de brasileiro, que deseja defender a integridade do patrimônio cultural de seu povo, sem ônus para o Estado. Enquanto sou solicitado por vários governos e clientes dos mais distantes, para solucionar, paisagisticamente, áreas e acervos de interesse cultural, vejo-me impedido, na minha terra, de ser útil em graves problemas de preservação de nosso patrimônio, de incalculável valor e significado, sempre ameaçado pelo entendimento equívoco que alguns governantes e administradores fazem do que seja progresso. Desejo que minha atitude seja entendida como solidariedade à memória de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o autor da notável monografia histórica, e, ao mesmo tempo, mensagem patriótica, intitulada História da Legislação destinada à proteção dos monumentos e obras de valor histórico, artístico e arqueológico do país²¹⁹. O mais estranho, no caso dos Martírios, foi a pretensão de se formar, arditamente, uma corrente de opinião favorável à demolição, baseada no diagnóstico erudito de alguns, e no aplauso leigo da parcela popular, que sempre concorda com a abertura de novas avenidas. Dentre muitas, surgiu a curiosa conjectura de transplante da fachada, somente da fachada, como único elemento de valor, desprezando-se

de soluções urbanísticas em casos equivalentes do vandalismo progressista e predatório, que não cessa. A segunda advertência que me cabe fazer é a de que os acervos e monumentos culturais, situados em qualquer lugar do mundo, são bens da humanidade, e não coisas submissas ao critério de mandantes ocasionais, nem sempre identificados com as razões culturais que indicam a necessidade e conveniência de perenizar os valores remanescentes. Nada mais posso fazer, senão estas duas advertências. Fora disso, resta-me apelar para uma daquelas máscaras do teatro: a que ri ou a que chora.

O IPHAN E A RESTAURAÇÃO DOS MARTÍRIOS: UMA TENTATIVA DE GARANTIR A PRESERVAÇÃO

Frente à quantidade de mobilizações aliadas ao fato de a igreja estar tombada pelo patrimônio histórico, o ano de 1972 é iniciado com grande expectativa em torno da preservação dos Martírios. Divulgou-se que essa igreja havia vencido a Avenida Dantas Barreto, culminando em mais uma adaptação do seu projeto original. A crença em que os Martírios permaneceriam no bairro de São José, juntamente com a via que seria aberta e contornaria o dito templo, gerou a idéia de uma possível coexistência entre o “passado” e o “progresso”, agora unidos a partir desse caso. Porém, a sua permanência e a reativação do seu uso passavam pela restauração do edifício e, nesse sentido, o IPHAN de Pernambuco mobilizou em Brasília uma verba de 25.000 cruzeiros para a execução dos serviços necessários (DIÁRIO DA NOITE. 10 DE JANEIRO DE 1972).

A alocação desses recursos em janeiro pareceu ter colocado um fim ao longo *affaire* da Igreja dos Martírios, o que foi reforçado pelo posicionamento do Conselho Federal de Cultura, que entendeu que o sacrifício da igreja poderia e deveria ser evitado, apesar de o Presidente da República ainda não ter se posicionado. A matéria do Jornal do Commercio de 11 de janeiro de 1972 relata que, tomada essa decisão, as partes em litígio deveriam harmonizar-se, em prol do desenvolvimento da cidade, propondo que tanto a prefeitura quanto o IPHAN, a partir desse momento, se dessem as mãos para um trabalho em conjunto. O que estava sendo defendido era uma conciliação quanto às estratégias de desenvolvimento do Recife, que deveriam primar tanto pela abertura de vias e melhoria das estruturas urbanas, quanto pela preservação dos seus monumentos. O autor da matéria diz que para isso se deveria dar “a César o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus, isto é, dando aos humanos uma bela e confortável avenida e dando ao divino a igreja de seu culto.” Entretanto, a idéia de transformar a igreja em um museu de arte sacra ainda era cogitada, tendo sido sugerida a opção de se adquirir a grande coleção de imagens de Abelardo Rodrigues (JORNAL DO COMMERCIO. 11 DE JANEIRO DE 1972).

Em face da notícia da manutenção da igreja e do aparente ponto final nessa discussão, foi questionado a Gilberto Freyre se ele se sentiria derrotado caso a decisão presidencial a respeito da

Igreja dos Martírios fosse a já anunciada por alguns jornais: a de se preservar e restaurar a igreja, dentro da nova e triunfante Avenida Dantas Barreto. A resposta foi publicada no Diário de Pernambuco de 16 de janeiro de 1972, em que o sociólogo afirmou que não se sentiria “nem de longe derrotado.” Defendeu sua postura afirmando que foi essa uma solução que sempre pareceu atender idealmente à crise que se instalou no Recife, por um aparente conflito entre valores supostamente inconciliáveis: a tradição e o chamado progresso. Prosseguiu sua argumentação justificando o seu posicionamento anterior, no qual tendeu para o lado da destruição da igreja. Em suas palavras, considerava injusto para uma cidade, “além de doente, pobre, como é a nossa inchada Recife, foi vir a capital do desprestigiado Pernambuco de hoje, na verdade de há anos, a ser castigada por um crime que não cometeu.” Para Freyre o suposto “crime” ou “pecado” havia sido cometido pela representação local do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já que essa instituição havia concordado com o traçado da nova avenida que previa a destruição da igreja no Plano de Gabarito de 1965, sem defender naquele momento o que acreditava ser justo, a sua manutenção.

Cometido esse “erro”, que terminou por reduzir a igreja a uma “triste ruína”, valendo apenas como arte pelo seu frontão, Gilberto Freyre não acreditava ser justo que tal edifício fosse considerado agora um exemplo de igreja antiga, perfeita na sua integridade monumental, nem justo que a Cidade do Recife tivesse de arcar com novas e dispendiosas transações quanto aos contornos sugeridos para a avenida. Para o sociólogo, esse pequeno monumento foi repentinamente exaltado como arte e como história de primeira importância, ou de primeira grandeza, o que foi de encontro a pronunciamentos anteriores do próprio IPHAN. Assim, frente a uma situação criada por um “lamentável erro”, não do Recife mas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em relação a uma igreja antiga que, por não ser grandiosa, não deixava de merecer preservação, se procurasse preservar apenas aquele frontão valioso, segundo Gilberto Freyre.

Ressaltou ainda que, se o Governo Federal decidisse preservar e restaurar a Igreja dos Martírios, assumindo a responsabilidade de considerável despesa, a solução só poderia ser acolhida pelos recifenses e pelos pernambucanos como ideal. Se, porém, os gastos com sua preservação fossem exigidos da Cidade do Recife, cabendo-lhe reparar “com o seu suor e sacrifício, erro, lamentável erro de origem federal, creio que estaremos, recifenses e pernambucanos, diante de um castigo que o Recife e Pernambuco terão que receber sem merecê-lo.” Também assinalou a semelhança desse erro com aquele cometido pela Igreja Católica ao abandonar Igreja dos Martírios e ir contra a sua preservação. Por fim, ressaltou o caráter didático que se estabeleceu em torno dos Martírios,

colocando que isso deveria servir como advertência a favor dos templos também em perigo: “o perigo de como que martirizar-se” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 16 DE JANEIRO DE 1972).

Apesar dos anúncios e festejos em torno da preservação da Igreja dos Martírios, a sua situação ainda não se encontrava completamente definida. Apesar da liberação de verbas para a restauração e do parecer do Conselho Federal de Cultura que sugeriu ao Ministério da Educação e Cultura a preservação daquele templo católico, o Prefeito do Recife continuava engajado na determinação de demoli-lo. A evocada conciliação entre os interesses da prefeitura e os do IPHAN, apesar do longo embate que já vivenciavam há anos, não parecia estar perto acontecer. Estabelecida a circunstância da verdade de cada um, a Igreja dos Martírios continuava de pé em meio a destroços dos prédios vizinhos já demolidos e no centro da avenida que se abria.



Figura 13. Aspecto da Igreja dos Martírios no ano de 1972. Vista do norte para o sul
Fonte: FUNDAJ

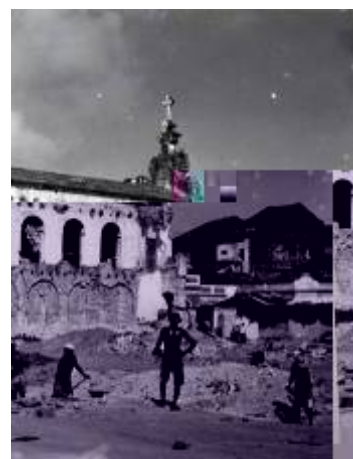


Figura 14. Aspecto da Igreja dos Martírios no ano de 1972. Vista do sul para o norte
Fonte: IPHAN/ 5º SR

Segundo foi publicado no Jornal do Commercio de 16 de janeiro de 1972, esse último *round* da disputa foi ganho pelo IPHAN, quando a justiça determinou que a igreja não seria demolida pela prefeitura até o julgamento final da questão. Segundo a referida matéria, a permanência da igreja conferia um status cultural ao Recife, para uns, enquanto para outros interferia de modo constrangedor nas linhas do projeto de alargamento daquela avenida.

É interessante observar que no período do aguardo da decisão presidencial sobre o destino da igreja não foram observados muitos documentos oficiais, atas ou matérias de jornal que tratassem de defender a permanência ou a destruição dos Martírios, como se observou em 1971, especialmente do IPHAN. Tal procedimento do escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional seguiu as orientações do seu diretor central, que explicou que considerava “inconveniente, no momento em que a decisão do tombamento da referida igreja se encontra em

mãos do Senhor Presidente da República e do senhor Ministro da Educação e Cultura para decisão final, qualquer nota do IPHAN e da Chefia do seu 1º Distrito.” Por outro lado, considerava conveniente constar em nota de esclarecimento a solução urbanística defendida pelo IPHAN que, contrariamente ao que o prefeito anunciava, não implicaria um número vultoso de demolições nem a adoção do raio de 40 metros para o desvio da avenida projetada de contorno à igreja, evitando a sua destruição (OFÍCIO Nº 145 DO DIRETOR DO IPHAN AO CHEFE DO 1º DISTRITO DO IPHAN).

Apesar de não terem sido encontrados documentos oficiais que ilustrem essas proposições emitidas pela Prefeitura do Recife ou pelo IPHAN, os jornais locais publicaram esboços de algumas idéias referentes à preservação, ressaltando, na maioria das vezes, o absurdo que seria.



Figura 15. Esboço do contorno que a Avenida Dantas Barreto faria em torno da Igreja dos Martírios
Fonte: Diário da Noite. 12 de outubro de 1971.



Figura 16. Esboço de uma das soluções apontadas como meios de preservação da Igreja dos Martírios
Fonte: Diário de Pernambuco. 30 de outubro de 1971.

Mesmo com as recomendações da direção geral do IPHAN, o chefe do 1º Distrito, Aryton Carvalho, parece ter adotado outra estratégia, já que defendia a necessidade de “movimentar a opinião pública em favor da preservação do templo”, uma vez que o assunto só dependia do Presidente da República, segundo consta na carta de 7 de fevereiro de 1972 endereçada à SAIA.

Por outro lado, os defensores da avenida também buscavam o apoio da sociedade em geral no sentido de mobilizar o maior número de pessoas em torno da destruição dos Martírios. Nesse sentido, Flávio Guerra representou um grande aliado aos interesses da prefeitura, já que escrevia freqüentemente ao jornal Diário de Pernambuco e lia suas crônicas na Rádio Clube. No ano de 1972, ele passou a defender a abertura da Dantas Barreto, não apenas pelas “facilidades no tráfego” que traria mas também como meio de potencializar o turismo no bairro de São José. Segundo o historiador, as áreas cortadas pela avenida ficariam íntegras ao lado da grande avenida,

convidando os visitantes a verificarem o contraste entre a cidade moderna e a antiga, como trechos das ruas das Águas Verdes, Calçadas, Direita e suas transversais, Pátios de São Pedro, do Terço e São José do Ribamar. Argumentava que esses logradouros seriam beneficiados com a conservação do seu status secular e postos em permanente contraste com a Dantas Barreto e a Avenida Nossa Senhora do Carmo, chamando mais ainda a atenção dos visitantes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 9 DE FEVEREIRO DE 1972).

Cabe citar que o historiador Flávio Guerra, por ser o presidente do Conselho Municipal de Cultura, diretor em exercício do Arquivo Público Estadual, membro da UFPE, era tido pelo 1º Distrito do IPHAN como um adversário ferrenho da preservação da igreja, “sempre pronto à palavra escrita e falada contra a sua permanência e em favor dos interesses da prefeitura, na qual, exerce cargo de confiança do excelentíssimo senhor prefeito do Município do Recife”, segundo afirmou Ayrton Carvalho, que já tinha havia retornado à direção do 1º Distrito do IPHAN (CARTA AO DIRETOR GERAL DO IPHAN, RENATO SOEIRO. 23 DE FEVEREIRO DE 1972).

É interessante ressaltar que uma das principais discussões empreendidas nesse ano se referia à possível execução do plano de desvio da Avenida Dantas Barreto. Sobre esse assunto, mais uma polêmica foi reacendida a respeito de um malicioso artifício empreendido pela Prefeitura do Recife, segundo foi relatado pelo chefe do 1º Distrito do IPHAN ao diretor Renato Soeiro no ofício 022/72/P, de 26 de fevereiro de 1972. Nesse documento, Ayrton Carvalho argumentou que por meio do noticiário da imprensa local, se teve conhecimento do regresso de Brasília dos secretários de Planejamento e de Assuntos Jurídicos, Luiz Coimbra e Urbano Vitalino, respectivamente. Nessa viagem, os secretários tiveram um longo encontro com o Ministro da Educação e Cultura, ao qual haviam entregue um plano para a solução do impasse sobre o destino da igreja. A execução do plano, segundo a imprensa, custaria mais de 3.000.000 cruzeiros, uma altíssima quantia para a época.

Segundo a avaliação do chefe do 1º Distrito desse plano apresentado e orçado pela Prefeitura do Recife, tratava-se de “mais uma hábil manobra da Prefeitura do Recife” ao propor a execução de dispendiosa proposta quando havia outras que não implicariam tamanho vulto e preservariam o templo do mesmo modo. Ayrton Carvalho ainda enviou o caro plano apresentado pela prefeitura à sede nacional do IPHAN, para que Renato Soeiro pudesse avaliar e chegar à conclusão de que “a Prefeitura do Recife pretende apenas, obter maiores recursos do que os necessários para abertura final da Avenida Dantas Barreto, sem prejuízo para a permanência da Igreja do Bom Jesus dos Martírios.” Assim, solicitava urgentes providências no sentido de ser o Ministro da

Educação e Cultura devidamente esclarecido a respeito do assunto em foco, “anulando-se assim, a maliciosa manobra da Prefeitura do Recife” (OFÍCIO 022/72/P. 22 DE FEVEREIRO DE 1972).

Não foi possível esclarecer se a Prefeitura do Recife realmente estava sinalizando uma possibilidade de não demolir a igreja para concluir a abertura da avenida, ainda que por meio de uma intervenção bastante onerosa, ou se apresentou esse projeto ao Ministério de Educação e Cultura para influenciar na decisão presidencial quanto à sua derrubada pela dispendiosa quantia que seria “necessária” para a manutenção do templo no bairro de São José.

Nesse mesmo período, o movimento em torno da preservação do templo recebeu um reforço com a visita ao Recife e Olinda dos professores Jean Bernard Perria e Alain Peskine, técnicos da UNESCO. Segundo o que foi publicado no Diário de Pernambuco de 14 de março de 1972, essa visita foi motivada pela necessidade de eleição de monumentos para restauração. Segundo a mencionada matéria, um dos aspectos ressaltados pelos técnicos foi a necessidade latente de cooperação dos governantes municipais no trabalho de preservação dos monumentos históricos. Em companhia de historiadores pernambucanos, os técnicos visitaram na manhã do dia 13 de março a Igreja dos Martírios, afirmando à imprensa que a mesma deveria permanecer, já que os urbanistas pernambucanos poderiam contornar o templo com a via. Segundo relataram, tratava-se de um belo monumento, para o qual o próprio paisagista Burle Marx se oferecera para projetar um jardim, como mencionado anteriormente.

○ DECRETO DE DESTOMBAMENTO: PELA GLÓRIA DO AUTORITARISMO

Apesar do parecer positivo do Conselho Federal e Estadual de Cultura, dos técnicos da UNESCO, do IPHAN, dentre outras instituições, no dia 11 de abril de 1972, por meio do Decreto Presidencial nº 70389, a Igreja dos Martírios foi destombada. Esse documento autorizou o cancelamento da inscrição de tombo do templo e deu outras providências. Nele, “o Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição²²⁰ e tendo em conta a Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Educação e Cultura”, decretou:

Art. 1º - É autorizado o cancelamento da inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios, situada em Recife, estado de Pernambuco, no Livro de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

²²⁰ Para o professor Denis Bernardes, o citado artigo da Constituição não confere ao presidente o poder de tomar tal medida de destombamento. Informação concedida a autora deste trabalho durante a apresentação do projeto de mestrado, em abril de 2007.

Art. 2º - O Ministério da Educação e Cultura, pelos meios que entendeu mais convenientemente, sem ônus para a União, promoverá o que se fizer preciso para preservar o frontão da Igreja dos Martírios, podendo neste sentido permitir, inclusive, a transposição, no todo ou em partes, daquele local diferente do em que, atualmente, se encontra a referida Igreja;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O decreto foi assinado em Brasília, na citada data, pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, e pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

Pelo conteúdo do decreto, pode-se perceber que a posição do Ministro da Educação e Cultura, expressa em sua *Exposição de Motivos*, foi determinante para o cancelamento do tombamento da igreja, o que só poderia ser realizado com os poderes do presidente. Essa exposição, apesar de não ter sido relatada no decreto nº 70.389, foi publicada no jornal carioca Correio da Manhã, em 13 de abril de 1972. Segundo consta, esse documento foi dirigido ao Presidente Médici com o intuito de expor a situação em que se encontrava a questão da Igreja dos Martírios naquele momento, para que pudesse ser solucionada a ruidosa pendência surgida em torno daquele templo. O ministro assinalava, por um lado, a necessidade de preservação da lembrança das linhas fundamentais do monumento para a posteridade, e, por outro, o prosseguimento da construção de uma obra pública de importância para o desenvolvimento. Jarbas Passarinho colocou que o caso dos Martírios foi objeto de um meditado estudo na área de seu ministério, que procurou “sem extremo e sem paixões, situar o caso com realismo e objetividade, inclusive examinando a existência de meios e recursos para a eventualidade de uma linha de ação especial,” segundo o Correio da Manhã de 13 de abril de 1972.

A esse documento de *Exposição de Motivos*, o Ministro da Educação e Cultura anexou um dossiê, a fim de que o presidente pudesse melhor se informar a respeito do caso. No dossiê, estava colocado que a chamada “Questão da Igreja dos Martírios” apareceu em consequência da abertura da Avenida Dantas Barreto, e logo assumiu aspectos de litígio e polêmica, já que, para a sua consecução, a Prefeitura do Recife exigia a demolição do prédio da igreja, enquanto o IPHAN defendia a sua preservação, sugerindo que a projetada artéria contornasse o templo. Sem o intuito de discutir a procedência dos motivos invocados pelas facções desavindas, Jarbas Passarinho se restringiu a opinar que ambas as instituições incidiram em erros, “em atitudes, de boa fé, sem dúvida, mas advindas talvez de intransigência e radicalismo com que se colocaram na defesa de seus pontos de vista” (CORREIO DA MANHÃ. 13 DE ABRIL DE 1972).

O ministro evocou esse fato para colocar que, se errou a Prefeitura do Recife propondo a destruição da igreja, e tentando alcançá-la pela violência para que dela nada restasse como

tradição e história, errou também o IPHAN, porque ao tempo em que foi ratificado o planejamento do traçado da avenida, em 1965, o chefe do 1º Distrito colocou a sua assinatura aprobatória na planta. Para o ministro, o argumento alegado pelo IPHAN de apenas serem discutidos os gabaritos das novas edificações em torno dos monumentos tombados, e não os edifícios que iriam ser destruídos para a abertura da avenida, não era fundamentado nem válido. Como essa era uma planta que visava à proteção dos bens de interesse de preservação, a questão deveria ter emergido. Essa planta, submetida e elaborada com o apoio do IPHAN, claramente continha o traçado da avenida com o sacrifício da igreja, que na época ainda não havia sido tombada.

Jarbas Passarinho prosseguiu colocando que o Conselho Federal de Cultura, ao examinar o processo, opinou no sentido de o Ministro da Educação e Cultura considerar duas hipóteses a serem submetidas à superior deliberação do Presidente da República. A primeira, constante do voto do conselheiro Gilberto Freyre, que defendeu para o problema,

... aquilo que lhe parece ser solução realista, já admitida pelo Prefeito Lucena. Da igreja, no estado atual, pouco resta de interesse artístico e o que resta é, sobretudo a sua bela fachada. O Prefeito Lucena reservaria um local à margem da avenida, próximo àquela em que se encontra a igreja, e ali seria construída outra, respeitando as linhas do velho templo, com repetição, e talvez o aproveitamento, por transposição, da fachada atual. Esse novo templo seria o futuro museu sacro do Recife (CORREIO DA MANHÃ. 13 DE ABRIL DE 1972).

A segunda hipótese aceitava o traçado da Avenida Dantas Barreto, desde que fosse contornada a igreja, para preservá-la. Quanto à última sugestão, a qual o citado conselho defendia, o Prefeito Augusto Lucena declarou concordar, desde que o poder público disponibilizasse os recursos indispensáveis, com os quais a Prefeitura do Recife não contava no momento por serem de alto montante.²²¹ Frente a essas duas situações, Jarbas Passarinho alegou ao Presidente da República que o poder público, que nesse caso era sinônimo de poder público federal, não tinha condições de arcar com o valor sugerido pelas desapropriações necessárias para o contorno da avenida, segundo o plano apresentado ao ministério pelos secretários de Planejamento, Luiz Coimbra, e de Assuntos Jurídicos, Urbano Vitalino. Os valores em jogo, segundo o ministro, ultrapassavam muito as disponibilidades orçamentárias totais. Desse modo, Jarbas Passarinho optou pela destruição da igreja e a transposição do frontão, que se acreditava ser a única parte da igreja de real importância artística e histórica, e que traria custos menores à municipalidade e nenhum ônus ao Governo Federal, segundo o acordo selado com Augusto Lucena.

²²¹ Mais uma vez fica a dúvida sobre as reais intenções do prefeito que colocou que aceitaria essa segunda hipótese, desde que com o auxílio da União. Cabe citar que, apesar de Augusto Lucena também ter sido favorável a essa solução dentro das condições determinadas, segundo consta no documento, o prefeito não divulgou tal possibilidade nos jornais locais do Recife.

Logo após a emissão do decreto de destombamento da igreja, o prefeito do Recife não fez nenhuma declaração sobre o caso da Igreja dos Martírios. Limitou-se apenas a dizer: “o Presidente Médici acaba de atender a um pedido da Cidade do Recife” (JORNAL DO COMMERCIO. 15 DE ABRIL DE 1972).

Na tarde do dia 13 de abril, técnicos da prefeitura começaram a desenhar o esboço frontal da igreja, visando ao levantamento da mesma para a sua futura transposição, nesse momento em local não resolvido pela edilidade.

Segundo notícia publicada no Jornal do Commercio de 14 de abril de 1972, quando fosse concluída a demolição da igreja, seriam realizados serviços de pavimentação do trecho compreendido entre a Rua Tobias Barreto, onde termina o atual asfaltamento executado na segunda administração de Augusto Lucena, e a Praça Sérgio Loreto. Esse trecho compreendia 550 metros de extensão, e sua maior parte já se encontrava desobstruída com a demolição dos edifícios, com exceção da Igreja dos Martírios.



Figura 17. Foto aérea da Avenida Dantas Barreto em meados de 1972
Fonte: FUNDAJ

Entretanto, mesmo com o decreto de destombamento da igreja, a Prefeitura do Recife continuava proibida de entrar no templo, já que o Interdito Proibitório contra a edilidade, da autoria da Irmandade dos Martírios e da Procuradoria da República, sentenciada por Emerson Câmara Benjamim, ainda estava vigente. Dessa forma, a irmandade procedeu à entrega das chaves da igreja ao Cartório da Justiça Federal, segundo consta em carta ao chefe do 1º Distrito do IPHAN, enviada por Sinésio de Medeiros Correa em 19 de maio de 1972. Tal medida foi realizada, já que o decreto presidencial publicado não encarregava a Prefeitura do Recife de proceder à posse da igreja, e sim, o Ministério da Educação e Cultura. Diante dessa situação, fez-se necessário que a edilidade solicitasse imissão de posse, após o decreto de desapropriação, o que não ocorreu de imediato.

A Irmandade dos Martírios tomou essa precaução tendo em vista a ameaça da Prefeitura do Recife de destruir o frontão da igreja, o trecho do edifício que era tido como uma parte “tombada implicitamente,” e que exigia cuidados judiciais. Dessa forma, a 2º Vara de Pernambuco comunicou que a edilidade, tendo se apossado do prédio sem nenhum decreto judicial de imissão de posse, contrariou o mandado expedido nesses autos, por esse Egrégio Juízo, e contrariou igualmente a Lei de Desapropriação que comanda o caso em foco. Assim foi pedida uma audiência ao Procurador da República, para que se oficiasse ao Delegado do Ministério da Educação a transmissão administrativa do referido decreto presidencial.

Além disso, a irmandade alegou ser público e notório o fato de a prefeitura ter tomado conta do prédio com a conivência do vigário de São José. O acesso à igreja, segundo consta na *Ata de Assembléia Geral dos Irmãos da Igreja dos Martírios*, de 13 de junho de 1972, foi possível graças à substituição do cadeado, o que deve ter ocorrido no dia do interdito proibitório contra a Prefeitura do Recife.²²² Na mesma ata também constava que a igreja estava sendo constantemente

Recife concluiu os desenhos da fachada do templo.” Após aproximadamente dois meses de estudos, os técnicos da Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Recife terminaram os desenhos do frontispício. O desenho resultou no tamanho de um metro por vinte e cinco centímetros, onde a fachada foi representada em detalhes, inclusive os adornos e frisos.



Figura 18. Desenho do frontispício da Igreja dos Martírios
 Fonte: IPHAN/ 5º SR

Ficou ainda acertado que, na semana seguinte, o secretário Luís Coimbra mostraria a planta ao Prefeito Augusto Lucena para que tudo fosse aprovado, e a igreja finalmente demolida. Com o término do levantamento da igreja, Lucena, por meio do Decreto nº 9.922, de 13 de julho de 1972, no uso de suas atribuições, abandonou a determinação de promover a transposição do frontão da igreja. Para tanto, fez as seguintes colocações:

- Considerando que preservar a memória das linhas arquitetônicas da Igreja, em seus traços fundamentais representados pelo frontão do templo, é determinação expressa do citado decreto;
- Considerando a reconhecida urgência de ser concluída a obra de abertura da Avenida Dantas Barreto;
- Considerando que dos referidos estudos se chegou à conclusão, por meio de um laudo técnico, da inviabilidade de ser transportado o frontão original da igreja para outro local, face ao mau estado em que se encontra a fachada do templo, construída com material de alvenaria, argila e areia, deteriorado em quase todo o complexo, o que determina a sua

irrecuperabilidade, possibilitando apenas, talvez, o aproveitamento de alguns materiais que dela se possam retirar;

- Considerando que o levantamento da planta da fachada da igreja, para posterior edificação, preservada a sua repetição arquitetônica, em local a ser oportunamente definido, representa a única solução possível para que se perpetuem os traços fundamentais do templo;
- Considerando que esse trabalho de levantamento, pela sua natureza, somente poderá oferecer a possibilidade de uma repetição, em cópia fotográfica, desenho ou moldagem da fachada, no estado em que se encontra, exigindo, por isso, assistência, não somente de técnicos autorizados, mas de autoridades outras identificadas com o problema, sob os seus aspectos históricos, culturais, arquitetônicos, sociais, religiosos, técnicos, jurídicos;

Resolveu constituir uma comissão para, no desempenho de serviço público, apreciarem e referendarem o levantamento da fachada da Igreja dos Martírios, a fim de que posteriormente essa possa ser construída por repetição em outro local do parâmetro da Avenida Dantas Barreto. A comissão, por sua vez, encontrava-se composta pelos seguintes membros:

- Escritor Gilberto Freyre, membro do Conselho Federal de Cultura;
- Historiador Flávio Guerra, presidente do Conselho Municipal de Cultura;
- Secretário Municipal de Planejamento, Luís José Macedo Coimbra;
- Secretário Municipal de Viação e Obras, José Mário de Sá Pereira Freyre;
- Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, Urbano Vitalino de Melo Filho;
- Arquiteto Jorge Martins Filho, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil do Departamento de Pernambuco;
- Engenheiro Armando da Costa Cairutas, presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco;
- Jornalista Lúcio Coura Góis, presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco;
- Deputado Antônio Correa de Oliveira Andrade, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;
- Vereador Aristófanes de Andrade, presidente da Câmara Municipal do Recife;
- Padre José Augusto Rodrigues Esteves, vigário da Paróquia de São José;
- Professor Sileno Ribeiro, delegado do Ministério da Educação e Cultura.

O novo destino da fachada da Igreja dos Martírios, apesar de conduzido de forma diferente da determinada pelo Presidente da República, parece não ter gerado contendas entre a Prefeitura do Recife e o Ministério de Educação e Cultura, já que não foram localizados registros que

indicassem tal fato. Mesmo com essa mudança de planos quanto ao transplante da fachada, o que ficou acordado sobre a reconstrução da fachada ainda assim não ocorreu. Quando o prefeito Augusto Lucena foi questionado anos após, durante o *Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Planejamento e Democracia*, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pelo Clube de Engenharia de Pernambuco no ano de 1981, por não ter cumprido o acordo, o mesmo respondeu: “quanto ao frontal da igreja, ele foi desenhado e eu deixei na prefeitura, na Secretaria de Planejamento, dentro de uns tubos de alumínio, bem fechados e bem lacrados para que fossem posteriormente conduzidos, mas a verdade é que saí da prefeitura, não fiquei lá como ditador” (POLÍTICA URBANA, PLANEJAMENTO E DEMOCRACIA, 1982: 61). Assim, por uma suposta falta de continuidade de ações políticas da Prefeitura do Recife, o frontão dos Martírios nunca foi reconstruído.

É importante mencionar que, paralelamente aos estudos da fachada do templo, foi dado início às negociações sobre o preço a ser pago pela igreja e por seu terreno. A *Ata de Assembléia Geral dos Irmãos da Igreja dos Martírios*, de 13 de junho de 1972, registra que foi realizado um laudo pericial em conjunto, tendo o técnico da prefeitura, Gustavo Gomes de Matos, avaliado o terreno em Cr\$ 61.428,90 e o prédio em Cr\$ 70.879,50, totalizando a indenização em Cr\$ 132.308,40. O perito da irmandade, por sua vez, representado por Oswaldo Cisneiros Cavalvanti, conferiu outros valores. O terreno foi avaliado em Cr\$ 70.879,50 e prédio em Cr\$ 165.385,50, totalizando Cr\$ 236.265,00. Mesmo sem contar os santos e alfaias, o perito da irmandade calculou quase que o dobro do valor oferecido pelos técnicos da prefeitura.

Apesar de a segunda avaliação ter sido mais generosa que a primeira, a irmandade não se conformou com os preços que seriam pagos pela igreja e pelo seu terreno. Alegou que valia um terreno de 11,75 metros para a Rua Augusta e 13,00 metros para a Rua Dias Cardoso, com área de 472,53 m² cerca de Cr\$ 1.000.000,00, não achando explicação para o valor dado por Oswaldo Cisneiros, de Cr\$ 236.265,00, já que o terreno da igreja era de semelhante tamanho. Ainda foi citado na ata de 13 de junho que na mesma avenida o terreno e prédio da Rigne S.A., comprado à firma Vicente Soares, custara Cr\$ 1.200.000,00, sendo Cr\$ 800.000,00 pagos pelo terreno e Cr\$ 400.000,00 pelo prédio. Diante da disparidade de valores oferecidos pela igreja e por edificações em locais e de tamanhos semelhantes, foi pedido aos peritos que avaliassem a indenização, de acordo com o valor venal, o que não foi feito, sob a alegação de se ter procedido de acordo com as coletas municipais.

Nesse período, a Irmandade dos Martírios negociou com a prefeitura o valor do terreno e da edificação, e com Cúria Metropolitana a entrega dos livros da dita irmandade. A Arquidiocese de

Olinda e Recife, por meio do vigário-geral Dom Lamartine, exigiu a entrega desses livros, mas não foi atendida pela irmandade, que alegou o desconhecimento das motivações desse pedido. Na mesma ata anteriormente citada, a irmandade negou-se a entregar o material solicitado, temendo que os mesmos fossem “seqüestrados”, segundo suas palavras, como acontecera anos atrás com os santos e alfaias.

É interessante notar que a relação entre a cúria e a irmandade se encontrava bastante conflituosa, chegando até os irmãos dos Martírios a acusar o Padre José Edvaldo de ter recebido dinheiro em um acordo com a municipalidade, com o qual entrou em contato e falou em nome da irmandade (ATA DE REUNIÃO DA IRMANDADE DOS MARTÍRIOS. 13 DE JUNHO DE 1972).

Nesse contexto, com o destombamento da igreja e a tomada de providências para a sua derrubada, o IPHAN pouco se manifestou. Em matéria do Jornal do Commercio de 1º de agosto de 1972, foi perguntado a Ayrton Carvalho se o novo frontispício da igreja representava uma solução. O chefe do 1º Distrito se limitou a dizer que, “com o destombamento da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, o assunto está definitivamente encerrado. Se a pergunta fosse feita antes daquele ato, responderíamos não. Agora já não nos cabe apreciar a matéria.”



Ayrton: silencioso

Figura 19. Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton Carvalho após o destombamento da Igreja dos Martírios
Fonte: Jornal do Commercio. 1º de agosto de 1972

Sobre a importância histórica e arquitetônica do templo, Ayrton Carvalho manteve-se firme, evocando o pronunciamento do Conselho Consultivo do Instituto favorável à inscrição dos Martírios no Livro de Tombo, a posição favorável à preservação por parte do Conselho Federal de Cultura, o “testemunho inequívoco de Robert Chester Smith, da Universidade da Pensilvânia, talvez a maior autoridade em arte religiosa luso-brasileira” a favor da preservação da igreja em função das suas excelentes qualidades artísticas, exemplar único, talvez, de um período de

transição de estilos. Entretanto, foram mais comuns nesse momento notas de regozijo com a destruição da igreja que notas de lamentação.²²³

A Irmandade dos Martírios, por sua vez, parecia estar mais conformada com a decisão de ter a sua igreja destruída que o IPHAN. Em 12 de dezembro de 1972, segundo consta na *Ata de Assembléia Geral dos Irmãos da Igreja dos Martírios*, a dita irmandade tomava providências no sentido de manter essa corporação ativa. O irmão Antônio Celestino, um dos membros mais atuantes no processo de destruição dos Martírios, defendeu a construção de uma capela para a guarda dos santos e o ofício do culto com o saldo da indenização que seria concedida pela prefeitura. O irmão Antônio sugeriu que a irmandade adquirisse um terreno no bairro de São José para que fosse novamente construída a Igreja dos Martírios, para resguardo do patrimônio²²⁴ e local de reuniões. O irmão Nivaldo Mulatinho, por sua vez, disse que seria louvável a aquisição de imóvel ou construção de uma capela próxima do frontão, sendo ideal situar-se a dita capela ou salão atrás do frontão, no terreno que a prefeitura anunciou que iria desapropriar em frente à igreja que iria ser demolida. Essas medidas seriam realizadas com o restante da quantia de indenização que remanescesse após o pagamento dos advogados e dos processos judiciais movidos ao longo do processo de tentativa de preservação da igreja.

Desse modo, o ano de 1972 chegou ao fim, juntamente com a Igreja dos Martírios, quando os preparativos para sua demolição estavam todos organizados.

²²³ Pode ser citada a matéria do Jornal do Commercio de 13 de abril de 1972. Nela, é colocado que “o Presidente da República acaba de tomar acertada medida, cancelando inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios, no Recife... Primeiro veio a concordância para retirar a igreja, depois o pedido de tombamento do templo, a seguir uma rumorosa reunião do Conselho Nacional de Cultura, posteriormente um recurso ao Ministério da Educação e Cultura e finalmente o cancelamento da inscrição de tombamento... Eliminando os interesses políticos e preservando o cultural e o progresso, o Presidente Garrastazu Médici [...] garantiu a abertura da avenida de tanto interesse para o escoamento de trânsito do Recife, ao mesmo tempo que mandou conservar o frontão do templo que, de resto, era o único de valor na calorosa polêmica. Assim, não há vencidos nem vencedores e a solução encontrada na letra presidencial salvaguarda simultaneamente, o que há de artístico no templo secular... Progresso que respeita o artístico e o cultural, no que eles tem de mais autêntico, sem todavia impedir as melhorias necessárias a uma grande cidade.” Também se destaca a publicação do Jornal do Commercio de 15 de abril de 1972, cujo título foi *Demolição sensata*. Foi colocado que “com o destombamento da Igreja dos Martírios se encerra no Recife um episódio que levou à controvérsia muitas pessoas, desde autoridades aos operários, desde intelectuais a profissionais de todas as categorias... A atitude do Presidente da República, ao encerrar o assunto com a determinação de cancelamento no Livro de Tombo, não fere em absoluto a história e a arte do Recife... Ela não é essencial para a narração viva da história sacra e artística da cidade... A demolição será feita sem desrespeito à religião nem à arte. Presta-se, sim, um tributo ao desenvolvimento do Recife.” Ou ainda a matéria do Jornal do Commercio de 15 de abril de 1972, onde segundo o deputado Etelvino Lins, “estrela de Lucena brilhou es lfa[(rire[(hi)omap[(reCúaté da)45.1()]T]3.5689766 -1.1257 TD0.00



Figura 20. Vista do casario do entorno a partir de uma grande abertura na fachada da Igreja dos Martírios, 1972
Fonte: IPHAN/ 5º SR

O último mês de vida dos Martírios foi o de janeiro de 1973. Nesse curto período de ano, foi bastante divulgada a data de demolição do templo. O Diário Oficial do Município do Recife, de 5 de janeiro de 1973, foi um dos primeiros periódicos a noticiar que a igreja seria demolida às 10 horas da manhã da sexta-feira, dia 12 de janeiro. O anúncio dessa destruição era acompanhado por uma grande expectativa referente à conclusão da Avenida Dantas Barreto e o início de um novo “estágio para o desenvolvimento do Recife.” Com a demolição da igreja, o projeto de conclusão da via seria realizado tal qual fora previsto há anos atrás, com todos os detalhes do projeto, inclusive iluminação e arborização. Dessa forma, parte da igreja foi destruída no dia 12 de janeiro,²²⁵ permanecendo apenas a sua fachada principal. Essa foi terminantemente demolida em 28 de janeiro de 1973 (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. 27 DE JANEIRO DE 1973), às 9 horas da manhã.



Figura 21. Destruição do corpo da Igreja dos Martírios em 12 de janeiro de 1973
Fonte: IPHAN/ 5º SR



Figura 22. Ilustração representando a parcela da população que protestou contra a medida do Prefeito Lucena ao destruir a Igreja dos Martírios
Fonte: Cavalcanti (1985)

²²⁵ De acordo com a *Ata da Reunião Ordinária da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios*, de 13 de abril de 1973, no dia da demolição, os tijolos foram depositados no Cais do Apolo.

Desse modo, foi completamente “aberto o coração do Recife”²²⁶, que passou a ser uma cidade “desventrada”²²⁷ para uns, e destruída para outros. A aplicação de investimentos nas obras da Avenida Dantas Barreto, autorizada na gestão do Prefeito Augusto Lucena, foi de aproximadamente Cr\$ 9.000.000,00, o que terminou por gerar uma grande expectativa quanto ao retorno financeiro de tamanho investimento em uma única obra pública.

Entretanto, apesar da prontidão em destruir os Martírios, o mesmo não ocorreu com a Avenida Dantas Barreto, que só foi finalizada oito meses depois. Apenas no dia 29 de setembro de 1973 a nova via foi inaugurada, contando com a presença de um dos favoráveis à demolição da igreja, Gilberto Freyre. O sociólogo foi convidado para acionar a chave instalada nas proximidades da Basílica do Carmo e inaugurar oficialmente a nova avenida. De acordo com o Diário Oficial do Município do Recife, de 29 de setembro de 1973, estiveram presentes ao ato autoridades civis, militares e eclesiásticas, tendo havido um espetáculo pirotécnico, desfile dos alunos das escolas da Fundação Guararapes, discursos do governador, prefeito e outras personalidades, seguindo-se a exibição de agremiações carnavalescas em palanques colocados próximos ao cruzamento da Avenida Dantas Barreto com a Rua São João.

Paradoxalmente, no período em que a igreja foi destruída, por meio de decreto presidencial, com o auxílio do Ministro de Educação e Cultura, contando com os grandes esforços empreendidos pela Prefeitura do Recife e instituições que a apoiaram, foi divulgado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 3 de janeiro de 1973, que o governador de Pernambuco saudou Presidente da República “pelas medidas em prol do barroco no Estado.”

Essa saudação foi devida ao fato de ter chegado a notícia de “recentes medidas presidenciais, no sentido de preservar para a posteridade os remanescentes da arte barroca no Nordeste, mais precisamente em Pernambuco.” Dessa forma, o Governador Eraldo Gueiros Leite e o Prefeito Augusto Lucena fizeram questão de ressaltar ao Chefe da Nação e ao Ministério da Educação, Jarbas Passarinho, a gratidão do governo e em nome do povo, ante mais essa manifestação de zelo pela terra e arte pernambucanas.

²²⁶ Esse foi o slogan que a Prefeitura do Recife utilizou para divulgar a conclusão e a inauguração da Avenida Dantas Barreto e a respectiva destruição da Igreja dos Martírios.

²²⁷ Esse termo foi tomado de empréstimo a Donatella Calabi (2001, p. 118), ao discutir “o mito da modernização.” Segundo a autora, o termo “desventrar” foi retirado do léxico médico, e se reporta a amputar o mal onde esse se apresenta, significa “sanear, extirpando o bulbo infecto do coração da cidade, para criar um novo centro capaz de representar e celebrar o renovado estilo de vida cidadão.”

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os três capítulos apresentados na Parte II do trabalho procuraram explorar a trajetória da Igreja dos Martírios, marcando os principais fatos ocorridos nos âmbitos urbanístico e institucional relacionados com sua existência, além de mostrar a edificação do templo e a criação da sua irmandade. Dessa forma, a narrativa empreendida teve início no fim do século XVIII, chegando até ao ano de 1973. Dentro desse recorte, viu-se que, a partir do início do século XX, a Igreja dos Martírios passou de uma edificação notável na cidade, apesar de suas pequenas dimensões, a um bem passível de destruição. A partir do desejo de melhoria da circulação entre os bairros de Santo Antônio e São José, e de remodelação da sua estrutura urbana, uma série de planos urbanísticos foram elaborados, especialmente nas décadas de 1930 e 1940. Entretanto, apenas em 1943 foi aprovada uma proposta que pareceu conciliar as expectativas que se criaram em torno do plano.

Nessa proposta, assim como em outras que a antecederam, a Igreja dos Martírios tinha a sua destruição prevista pela abertura de uma larga e longa avenida que atravessaria os citados bairros, a Dantas Barreto. Entretanto, como foi mostrado, foram muitos os fatores que impediram a sua rápida execução. A demora na abertura dessa avenida terminou por tornar a idéia de sua existência deslocada em relação às novas práticas urbanísticas que estavam sendo realizadas em centros históricos densamente edificadas. A sugestão da via que foi aceita e aplaudida no momento de sua concepção passou a estar “caduca” no contexto urbanístico e institucional de uma década depois. A avenida que anteriormente era relacionada com o progresso passou a ser também prescrita como anacrônica, por apresentar uma idéia ou solução fora de tempo e lugar.

Na tentativa de colocar em prática essa “idéia fora de tempo”, a Igreja dos Martírios assumiu um lugar de alto destaque na discussão, já que passou a simbolizar o quanto tais práticas urbanísticas e institucionais precisavam ser reavaliadas. As possibilidades de permanência e destruição da Igreja dos Martírios durante a abertura da avenida assumiram diferentes intensidades a partir do contexto político e da gestão municipal do momento. Enquanto as chances de diálogo quanto à manutenção do templo existiam no governo de Pelópidas Silveira e Geraldo Magalhães, percebe-se, principalmente na segunda gestão de Augusto Lucena, o empenho na destruição.

Foi devido ao jogo de argumentos e contra-argumentos utilizados que o processo de destruição da Igreja dos Martírios não foi tão breve quanto o de demolição de outros edifícios. Pode se observar que os argumentos colocados para apoiar a derrubada da igreja foram sendo modificados ao longo de todo o período de decisão sobre seu destino, à medida que novas

situações iam surgindo. Percebe-se que o ocorrido foi a construção histórica das motivações para a destruição de uma igreja que foi bem além de “uma pedra no meio do caminho.”

Para respaldar a destruição do templo, foram alegadas motivações como falta de importância artística, histórica, cultural, falta de uso, premissa de velar pela vida humana, instabilidade estrutural, necessidade de se abrir a Avenida Dantas Barreto para solucionar os problemas de tráfego, a existência de outras igrejas na proximidade, de outros templos maiores e mais ricos, o consentimento do IPHAN ao assinar a Planta de Gabaritos de 1965 que previa a destruição dos Martírios, dentre outros. No intuito de prosseguir com suas obras municipais, a prefeitura se muniu de uma gama de argumentos que tentaram atestar uma motivação legítima para a destruição da igreja, sobretudo a partir de 1971.

Com o objetivo de assegurar a manutenção do templo, eram evocadas as motivações exatamente opostas àquelas proferidas para derrubá-lo, ou seja, falava-se da sua importância artística como singular exemplar da arquitetura rococó que representava, da trajetória histórica que a acompanhou, do uso pelos fiéis, da possibilidade de a Avenida Dantas Barreto realizar um desvio para salvá-la, do fato de ela ter sido tombada durante um período pelo IPHAN, dentre outras.

Entretanto, o modo pelo qual a igreja foi destruída aponta para uma razão que não foi diretamente exposta durante o embate institucional dos Martírios, mas que sempre esteve nele presente: o desejo político. A decisão sobre o destino dos monumentos, atribuição de instituições como o IPHAN e como os Conselhos de Cultura nas instâncias Municipal, Estadual e Federal respectivamente, foi colocada nas mãos do Presidente da República, que se valeu da posição tomada por um dos seus ministérios, o de Educação e Cultura. Assim, a destruição dos Martírios, da forma em que se deu, aponta para a supremacia do poder político nesse período de ditadura militar, que foi soberano ao poder de instituições especializadas ao responder por tal decisão.

Nesse sentido, a igreja surgiu como o símbolo do embate a favor da proteção e manutenção da cidade existente e contribuiu de forma decisiva para que se refletisse sobre a preservação dos antigos monumentos e da trama urbana do Recife, sendo lembrada até os dias atuais.

Itinerário elegíaco do Recife

[Alfredo Craveiro da Costa Leite] ²²⁸

Morrer quisera
 Se bem pudesse
 E quem me dera
 Este meu rio
 E a ponte velha
 O casario
 E as barcaças
 Almas penadas
 Cruz do Patrão
 E as pescarias
 Pela quaresma
 De curimãs
 Nos Afogados.

Comer mangabas
 Depois pitangas, mangas espadas, jaboticabas
 Dos sítios nobres da Madalena
 E da Casa Forte
 E abacaxis doces, maduros
 Lá de Goiana
 Ou Gravatá
 Ver procissões
 Do Senhor dos Passos de Fogaréus
 E dos Martírios rezar novenas
 Andar nas ruas
 Rua do Forte
 Fogo e da Guia
 Das Águas Verdes
 E do Jasmim estreitas ruas
 Dos bairros pobres tão humilhadas desajustadas
 Simples, coitadas com cheiros próprios...

²²⁸ Poesia publicada em Nascimento (1997, p. 198-202).

PARTE III. COMPREENDENDO A DESTRUÇÃO DA IGREJA DO PARAÍSO E DOS MARTÍRIOS

A terceira e última parte desta pesquisa é dedicada às considerações finais acerca das motivações que levaram às destruições da Igreja do Paraíso e Igreja dos Martírios, que foram exploradas nesta dissertação. Para tanto, será empreendida uma abordagem comparativa onde estarão sistematizados os fatos correlatos às destruições destas duas igrejas dentro do âmbito de estudo proposto, ou seja, urbanístico e institucional, seguido da montagem de uma matriz.

O intuito da criação desta matriz será o de se verificar, a partir de um conjunto de questões que atravessam os dois casos de destruição, as semelhanças e as diferenças entre as motivações que levaram as igrejas a esse fim. Esse conjunto de questões que estruturará a matriz representa os fatos específicos aos quais as causas da destruição da Igreja do Paraíso e dos Martírios foram relacionadas neste trabalho. Assim, o caso de cada uma destas igrejas será submetido a esse conjunto, o que possibilitará a melhor compreensão da amplitude das respectivas motivações de destruição, à luz deste movimento de interação e iluminação recíprocas.

A partir do delineamento dos pontos diferenciadores e semelhantes entre os conjuntos de informações obtidas por meio desta comparação, será procedida a reflexão sobre as constantes identificadas, para que possam ser aferidas constatações de caráter mais geral sobre as motivações desse fenômeno de destruição. As questões que serão analisadas são representadas pelos itens:

- Duração do processo de destruição;
- Forma de governo no momento da destruição;
- Estado de conservação das igrejas anteriormente à destruição;
- Uso das igrejas anteriormente à destruição;
- Importância histórica atribuída às igrejas;
- Importância artística atribuída às igrejas;
- Principais instituições envolvidas com a destruição;
- Existência de conflito quanto à destruição;
- Relacionamento da irmandade com a cúria;
- Relacionamento da destruição com a especulação imobiliária;
- Lugar ocupado pela prática urbanística no momento da destruição;
- Lugar ocupado pela prática preservacionista no momento da destruição;

- Influência do poder político na decisão de destruição.

As questões a partir das quais será realizada a comparação estão circunscritas dentro dos eixos analíticos propostos. Apesar de ser um duplo foco de investigação, que remete a aspectos distintos sobre a destruição das igrejas, ele será tratado de forma conjunta na comparação, uma vez que ambos apresentam relações de complementaridade quando observados nesse fenômeno. Tal fato foi constatado pela recorrente convergência entre as intenções políticas e técnicas, expressas por meio das idéias e das práticas desenvolvidas nos setores técnicos que foram inseridas nas estruturas administrativas municipais. Observa-se, dessa forma, que essa mútua interação entre as motivações no âmbito urbanístico e institucional das destruições, não permite uma abordagem dissociada, já que só podem ser compreendidas na sua plenitude, a partir da outra.

Primeiramente se constata a diferença de duração do processo de destruição das duas igrejas. A Igreja do Paraíso levou quatro anos para ser destruída, indo de 1940 quando começaram as maiores discussões sobre essa iniciativa, até 1944, quando foi efetivada. Já o processo demolitório dos Martírios totalizou 30 anos. O intervalo foi estabelecido considerando o seu início em 1943, momento da aprovação do plano de Ulhôa Cintra onde era prevista essa demolição, e o término em 1973, ano de sua extinção.

Tais trajetórias temporais podem ser compreendidas a partir do número de conflitos e polêmicas que cercaram ambas as destruições. Enquanto que no caso do Paraíso, a quase inexistência de divergências sobre a idéia de sua destruição culminou na aceleração do processo demolitório, nos Martírios, a lentidão na abertura da Avenida Dantas Barreto, além das contendas envolvendo desta obra e a destruição do templo, terminaram por retardá-lo.

É igualmente importante relacionar que estes processos de destruição e transformação da cidade estavam inscritos em períodos distintos, mas de formas de governo semelhantes, marcadas pela ditadura e autoritarismo. A destruição da Igreja do Paraíso ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945), enquanto que os Martírios foram demolidos no Governo Militar (1964-1985).

Em ambos os casos vê-se a instância municipal como integrante de um sistema político-administrativo nacional, que teve o seu modelo baseado na esfera federal. Assim, no período de destruição das igrejas, os planos urbanísticos, responsáveis por grande parte das modificações urbanas, eram considerados como parte de um sistema organizado de previsão e implementação de metas e objetivos governamentais, que adotou o planejamento como técnica de administração municipal. Tal constatação pode ser observada nos escritos de Lucena (1973), nos

pronunciamentos de Novaes Filhos aos jornais e na publicação *Seis Anos de Administração Municipal* da Prefeitura Municipal do Recife (1945). Dessa forma, percebe-se que as destruições uma vez que inscritas a esse planejamento, faziam parte dos projetos políticos de cada um dos governos onde se encontravam.

As destruições foram utilizadas como um meio de firmar uma imagem condizente aos novos momentos políticos no qual o Brasil estava inserido em cada um dos governos. Tanto o “Estado Novo”, quanto o “Ciclo Revolucionário”, tinham em sua essência o desejo de instituir uma nova ordem política e social, que foi refletida no desejo de transformação do espaço urbano do Recife.

Outro ponto a ser observado nessa comparação, se refere ao estado de conservação das igrejas no período anterior às suas destruições. Foi visto que a Igreja do Paraíso encontrava-se em bom estado por ser uma edificação nova, completamente reconstruída no ano de 1911, já a dos Martírios apresentavam um estado de conservação regular.

Se por um lado, a passagem de quase dois séculos de existência lhe deixou as marcas e estragos provocados pelo tempo, pelo outro, as manutenções constantes que esse templo vinha recebendo desde a década de 1940, terminaram por atenuar parte destes efeitos. Assim, a Igreja dos Martírios ao fim da década de 1960 apresentava um estado de conservação compatível aos das demais igrejas do Recife que possuíam essa idade.

Foi devido ao estado de conservação que ambos os templos apresentavam, que suas atividades eclesiais eram recorrentes em seus espaços interiores e exteriores. Entretanto, o uso se viu suspenso por determinações da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e da Cúria Metropolitana, respectivamente. No caso do Paraíso, a suspensão das missas fez com que deixasse de haver celebrações, entretanto, no caso dos Martírios, mesmo com a proibição do culto, a realização de determinadas atividades foi mantida.

A proibição da utilização dos templos foi uma decisão de grande peso na discussão da preservação das igrejas, já que eram freqüentes as alegações de falta de uso para justificar as suas derrubadas. Percebe-se, nestes períodos, que a utilização do edifício se constituía em um dos aspectos fundamentais para a sua permanência.

É igualmente interessante observar que enquanto a decisão de desativação da Igreja do Paraíso foi tomada a partir do seu próprio padre, no caso da Igreja dos Martírios a resolução veio da alta cúpula clerical de Olinda e Recife. Com isso, fica visível que a irmandade do Senhor Bom Jesus

dos Martírios esteve uniformemente empenhada na manutenção da igreja, o que não se verificou na destruição que a antecedeu.

Também se deve retratar a importância histórica e artística atribuída às igrejas. À Igreja do Paraíso não era conferida importância histórica e artística, pelo fato dela ter sido inteiramente reconstruída, apesar do seu antigo edifício ter estado relacionado a feitos memoráveis da capital pernambucana, como já foi mostrado. Esse caso se mostra semelhante àquele descrito por Choay (2001), no qual, em determinado momento, as expressões formais, tornadas indecifráveis pela perda de seu referente, reduziram-se a formas vazias e sem maiores interesses de preservação.

Desse modo, os seis tópicos colocados nesta dissertação que ilustram o pensamento do IAHGPE quanto à “condição de permanência de edifícios”, parecem convergir bastante com os critérios que orientaram e conferiram legitimidade técnica à destruição do Paraíso. A reconstrução não fez apenas desaparecer a antiguidade do templo, mas também foi responsável pela atribuição de um estilo que não refletia a tradição, a arte, nem a identidade nacional.

À Igreja dos Martírios, por sua vez, era atribuída importância histórica pelos seus 200 anos incompletos de existência, já que nesse momento tal caráter era bastante associado à ancianidade do edifício. Porém, é necessário ressaltar que a emergência da “consciência histórica” que propiciou o reconhecimento da importância da Igreja dos Martírios por parte de determinadas instituições, cresceu à medida que a igreja se viu cada vez mais ameaçada de desaparecer.

Nesse sentido, a Igreja dos Martírios ressurgiu como um elemento característico e caracterizador da fisionomia do Recife de períodos pretéritos. Assim, o interesse de mantê-lo, também passou pelo desejo de perpetuar tal imagem urbana histórica.

Também lhe era atribuída importância artística, especialmente pelo seu frontão rococó que representava um exemplar de arte singular no Brasil. As únicas instituições que disseram não reconhecer a importância histórica e artística da Igreja dos Martírios referem-se àquelas envolvidas com a Prefeitura do Recife no desejo de destruir a igreja. Esse julgamento tendencioso se movia pela intenção de desqualificar o templo, justificando a motivação de sua derrubada.

É interessante pontuar que ao examinar especificamente as motivações alegadas pelas respectivas Prefeituras do Recife, governadas por Novaes Filho e por Augusto Lucena, para promover destruição das duas igrejas, quanto aos seus atributos históricos, percebe-se grande diferença.

O fato da Igreja do Paraíso ter sido reconstruída e ter perdido suas antigas linhas originais se constituiu em uma forte motivação que a “condenou” à demolição. Entretanto, no caso da Igreja dos Martírios foi verificada a situação oposta. Defendeu-se a sua extinção pela idade avançada que “comprometia” o edifício. Enquanto na primeira igreja, a ausência da “estética do tempo” a levou à destruição, no caso da segunda, a “estética do tempo” e os aspectos dela decorrentes foram utilizados para incitar a sua demolição.

A questão levantada por Lúcio Costa, que indagava: “Desde quando é de boa ética matar gente velha só porque estorva o caminho?” (CORRESPONDÊNCIA DO IPHAN AO 1º DISTRITO. 19 DE JUNHO DE 1971) foi uma das colocações dadas frente ao intento de destruir a Igreja dos Martírios alegando-se a sua idade.

A existência de posicionamentos contrários ou divergentes à demolição das igrejas, como este acima citado, gerou conflitos entre as instituições que se envolveram com estes processos. Assim, percebe-se a adesão de um maior número de instituições na discussão do destino da Igreja dos Martírios. Enquanto que na Igreja do Paraíso se registram a participação apenas da Prefeitura do Recife, da Comissão do Plano da Cidade por meio da Sub-Comissão História, Tradição e Monumentos, do IAHGPE e da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, no caso dos Martírios vê-se um substantivo acréscimo. Deste embate participaram com grande peso a Prefeitura do Recife e o 1º Distrito do IPHAN, além do IAHGPE, da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, do Conselho Federal de Cultura, do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Municipal de Cultura, da Faculdade de Arquitetura da UFPE, da Academia Pernambucana de Letras, dentre muitas outras.

Verificou-se ainda que no caso do Paraíso, devido ao fato da maior parte das instituições ter defendido a demolição do templo com posições convergentes, os conflitos foram bastante atenuados. Já nos Martírios, a presença de um maior número de instituições empenhadas em mantê-lo no bairro de São José contrariando o desejo de importantes instituições, como a Prefeitura do Recife, culminou no acirramento do conflito, que atingiu proporções judiciais.

Um exemplo simples, mas que revela a dimensão desses conflitos que existiram em torno na derrubada da Igreja dos Martírios, pode ser tomado a partir de um fato enumerado no discurso que Augusto Lucena proferiu no *Ciclo de Debates sobre Política Urbana, Planejamento e Democracia* (1982, p. 60). Nele o prefeito colocou que “... até me rogaram um praga na hora de tentar botar a igreja abaixo. O sacristão dizia: ‘ele vai morrer antes de demolir a igreja’...”. E prossegue dizendo:

“... eu cheguei lá um dia, encontrei uma mulher de preto. ‘A senhora está aqui hoje?’... ‘Estou, porque o meu marido morreu!’ Então fiquei satisfeito porque a praga não pegou.”

É também interessante perceber que nos dois casos, tanto da Igreja do Paraíso, como da Igreja dos Martírios, importantes membros de determinadas instituições apresentaram uma posição ambígua quanto ao destino dos templos. Na destruição desta primeira igreja, Mário Melo, membro do IAHGPE e da Sub-Comissão de História, Tradição e Monumentos inicialmente se colocou a favor da manutenção do templo, mas não tardou a passar a apoiar a sua destruição.

Do mesmo modo, comportou-se Flávio Guerra e Gilberto Freyre, que de defensores da permanência dos Martírios, tornaram-se importantes personalidades a defender a sua destruição. É possível que tal mudança de atitude esteja relacionada à mudança de interesses destes membros e das instituições às quais faziam parte, onde a convergência com os ideais governamentais assumiu grande peso.

No tocante ao relacionamento entre as instituições religiosas, foi verificado um grande afinamento e sintonia entre a maior parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia com a Cúria Metropolitana, o que não ocorreu entre a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios e essa arquidiocese. Ao passo que na situação do Paraíso, a cúria e a irmandade estavam unidas sob a intenção de permitir a destruição da igreja, nos Martírios viu-se que a relação foi de litígio e acusações, já que essas instituições assumiram posições contrárias quanto ao destino do templo.

Pôde-se constatar que tanto a Irmandade da Santa Casa no caso do Paraíso, quanto a Cúria Metropolitana no caso dos Martírios, moveram-se com o intuito de barganhar com as destruições dos seus templos, seja por meio de quantias em dinheiro ou em bens, ou por meio da convergência com as medidas políticas do governo municipal.

A municipalidade durante a destruição da Igreja do Paraíso também esteve bastante envolvida com a especulação imobiliária, já que a nova área criada com a reforma do bairro de Santo Antônio estava atraindo novos usos e investidores. Dessa forma, a destruição do templo aumentava as possibilidades de retorno financeiro à Prefeitura do Recife, que estava negociando os novos terrenos criados com a reforma.

No caso da destruição da Igreja dos Martírios, essa especulação também se fez presente, já que estava sendo aberta uma das mais largas e comentadas avenidas do Recife, em pleno centro da cidade, o que durante um período, também atraiu investimentos. Entretanto, como a demolição

deste templo esteve atrelada a diversos embates institucionais e questões judiciais, viu-se que esse aspecto, apesar de ter estado presente, assumiu um lugar secundário no processo de destruição.

Nesse contexto envolvendo o destino de edifícios religiosos e a remodelação do centro da cidade é pertinente pontuar o lugar ocupado tanto pela prática urbanística, quanto pela prática preservacionista na discussão.

No período de destruição da Igreja do Paraíso constatou-se a posição bastante privilegiada assumida pelo urbanismo junto às instituições político-administrativas locais, apresentando grande influência na condução das medidas de transformação do Recife. É importante não perder de vista que se em um primeiro momento prevaleceram as idéias higienistas e sanitaristas chegadas ao Recife por meio da divulgação do urbanismo europeu, vê-se que no momento seguinte, há uma gradativa predominância das idéias difundidas pelos CIAMs, que exploravam fartamente o artifício da *tabula rasa* e, em um terceiro momento, o questionamento dessas idéias.

Assim, foi mapeada a gradativa modificação das práticas urbanísticas no tocante ao equacionamento entre a quantidade de construções e destruições. Se no fim da década de 1920 (momento de elaboração do primeiro plano abordado neste trabalho) até 1946, a destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos pré-existentes, a construção de novas tipologias edilícias e de avenidas eram tidas como progresso, viu-se a situação começar ser transformada com a volta do regime democrático, com a instalação do 1º Distrito do IPHAN e com o início da difusão do ideário preservacionista.

Estes acontecimentos se constituíram nas bases que deram suporte para o questionamento da adoção de determinadas soluções urbanísticas que foram consagradas décadas atrás, como no momento da destruição do Paraíso, mas deixaram de fazer sentido anos após.

No caso de destruição da Igreja dos Martírios, o urbanismo ainda ocupava um lugar privilegiado junto às instituições político-administrativas, ainda que o plano de abertura da Avenida Dantas Barreto estivesse há muito tempo sendo criticado. Estas críticas foram existentes não pela descrença no planejamento urbano, mas por esse estar sendo colocado em prática utilizando soluções já ultrapassadas, que remetiam às citadas “idéias fora de lugar.”

As destruições das igrejas, assim como de grande parte dos bairros de Santo Antônio e São José, foram amplamente relacionadas ao urbanismo moderno, já que esse foi efetivado por meio de grandes doses de destruição. Assim, foi bastante divulgado que o urbanismo ameaçava as igrejas, na sua tentativa de trazer progresso e desenvolvimento às estruturas físico-construídas da cidade.

Durante muito tempo, acreditou-se que o progresso só poderia ser atingido caso houvesse uma superação do “antigo” pelo “novo”, sendo poucos os que propagavam a necessidade de uma atitude conciliatória entre ambos.

As práticas urbanísticas que buscavam o “novo” eram guiadas por intenções diversas, por vezes provenientes das instituições que as demandavam e as punham em prática. Assim, foi verificado que a atuação da municipalidade, em ambos os casos, se fez apoiada basicamente no conhecimento técnico. Esse conhecimento expressou o futuro que se almejava construir, assim como o confronto entre as condições do presente e os desejos que se estabeleciam sobre a cidade, traduzidos no processo de escolha sobre o que seria extinto e perpetuado em seu seio.

Desse modo, a associação estabelecida entre governantes e especialistas no urbanismo definiu as estratégias de ação para estabelecer uma nova organização do espaço urbano dentro de repertórios específicos de políticas de ação.

A preservação dos bens culturais no período da destruição da Igreja do Paraíso, por sua vez, assumiu uma posição pouco privilegiada, pela recente emergência da questão protecionista e pela recente criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Apesar de se relatar a existência e atuação da Inspetoria dos Monumentos em um dado momento, assim como do IAHGPE, a proteção institucional dos bens culturais só passou a estar “garantida” com a criação do SPHAN, no ano de 1937. A prática de preservação inicial desta instituição, por sua vez, não incidiu sobre grande variedade de bens culturais, o que possibilitou a ação demolitória de grandes áreas do centro do Recife e de artefatos que não se julgavam importantes para a perpetuação.

De forma oposta, ao longo da polêmica envolvendo a Igreja dos Martírios, viu-se a ampliação e o fortalecimento tanto das teorias como das práticas preservacionistas, que tiveram na discussão sobre o destino do templo, o fórum de reflexão e debates, a partir dos quais foi tecida uma nova “consciência de preservação”, que ressoa até os dias atuais.

Entretanto, mesmo com esse incremento preservacionista, a Igreja dos Martírios foi destruída. A influência do poder político nessa decisão, facilitada pelo regime ditatorial do momento, possibilitou que as posições e os pareceres emitidos por instituições especializadas na preservação dos artefatos dignos de proteção e permanência fossem sucumbidos pelos desejos e pela vontade política do prefeito do Recife, Augusto Lucena.

No caso da Igreja do Paraíso, cuja decisão de destruição também ficou ao encargo do prefeito da cidade, Novaes Filho, a influência do poder político também foi grande. Entretanto, se deu de

forma distinta à decisão de destruição dos Martírios, já que não foi soberana às determinações das “instituições de preservação”, naquele momento assinaladas pelo IAHGPE, favorável à destruição, e pelo SPHAN, que se omitiu na discussão.

Devido a esse fato, a imagem do Prefeito Augusto Lucena, ficou associada a de um “sôfrego papa-igrejas”, conforme foi anunciado há anos atrás por Renato Carneiro Campos no Diário de Pernambuco de 17 de outubro de 1971, o que não ocorreu com o Prefeito Novaes Filho.



Figura 1. Prefeito Novaes Filho
Fonte: Alepe (2007)



Figura 2. Prefeito Augusto Lucena
Fonte: Alepe (2007)

A matriz abaixo ilustra sinteticamente as principais questões acima debatidas.

Quadro 1. Matriz comparativa entre os aspectos relacionados à destruição das Igrejas do Paraíso e dos Martírios

Igreja do Paraíso	Questões	Igreja dos Martírios
1940-1944	Duração do processo de destruição	1943-1973
Bom	Estado de conservação da igreja anteriormente à destruição	Razoável
Suspensão e encerrado	Uso da igreja anteriormente à destruição	Suspensão mas ainda existente
Não era atribuída importância histórica	Importância histórica atribuída à igreja	Era atribuída importância histórica
Não era atribuída importância artística	Importância artística atribuída à igreja	Era atribuída importância artística
Ditatorial no regime do Estado Novo	Forma de governo	Ditatorial no regime do Governo Militar
Prefeitura do Recife, Comissão do Plano da Cidade por meio da Sub-Comissão História, Tradição e Monumentos, IAHGPE, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia	Principais instituições envolvidas com a destruição	Prefeitura do Recife, 1º Distrito do IPHAN, IAHGPE, Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, Conselho Federal, Estadual e Municipal de Cultura, dentre outros
Conflitos atenuados	Existência de conflito	Conflitos acirrados
Relacionamento sem conflitos	Relacionamento da irmandade com a cúria	Relacionamento com conflitos
Grande	Relacionamento da destruição com a especulação imobiliária	Razoável
Bastante privilegiado	Lugar ocupado pela prática urbanística	Privilegiado
Pouco privilegiado	Lugar ocupado pela prática preservacionista	Privilegiado
Grande	Influência do poder político na decisão de destruição	Grande

Fonte: A autora (2008)

Percebe-se que estas igrejas, expressão da cidade e da sociedade até o século XIX, tornaram-se artefatos passíveis de destruição no século XX²²⁹ por motivações que ora variaram de acordo com o momento histórico onde se deram, ora permaneceram constantes. A motivação constante verificada no caso da destruição da Igreja do Paraíso e da Igreja dos Martírios está representada pela influência do poder político, especialmente da Prefeitura do Recife, da decisão de destruição, que foi determinante para que tal medida fosse tomada.

A municipalidade em ambos os casos, se valeu do seu poder investido e do apoio de outras instituições, para poder passar da intenção à ação, “dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Vê-se, então, a manifestação do chamado “poder simbólico.” Pierre Bourdieu coloca que esse se assemelha ao poder de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver a fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”, graças ao efeito específico de mobilização que só se exerce ao ser reconhecido.

Assim, as motivações da destruição das igrejas estudadas apontam para dois processos distintos que guardam entre si relações interativas, e que juntos oferecem uma visão clara de um ponto comum que as atravessou, representado pelo exercício do poder da municipalidade nas questões referentes ao destino dos bens culturais da cidade.

Nesse sentido, vê-se que as destruições das igrejas foram especialmente impulsionadas por motivações de ordens político-institucionais, por vezes encobertas sob o véu dos atos técnicos ou administrativos, resultantes de “necessidades” ou de “problemas” objetivos, e apoiadas em uma suposta neutralidade técnica.

As histórias das destruições destas duas igrejas alertam para as “heranças às avessas” que estão sendo legadas, tendo em vista os interesses que se colocam por determinadas instituições ou grupos, ponto este bastante atual e recorrente em várias cidades brasileiras que estão perdendo importantes artefatos urbanos e arquitetônicos.

Buscou-se explorar com todo o entusiasmo e facínio que o tema provoca, uma pequena página da historiografia do Recife, mas que não exclui de modo algum, a possibilidade e a necessidade da exploração de assuntos mais aprofundados e correlatos a este.

Abaixo estão alguns dos fragmentos que foram deixados de herança.

²²⁹ Nesse contexto, as duas situações representam mais que dois opostos em posição de conflito, mas constituem-se faces de uma mesma moeda que representou o processo de transformação do centro do Recife, apoiado nas práticas urbanísticas e institucionais de então.



Figuras 3 a 6. Santos pertencentes à Igreja dos Martírios guardados na Matriz de São José
 Fonte: A autora (2007)



Figuras 7 a 10. Sino, forro da nave central, porta central e porta lateral da Igreja dos Martírios guardados no Museu da Cidade do Recife
 Fonte: A autora (2007)



Figura 11. Cabeça do Cristo Martirizado da Igreja dos Martírios guardada na Matriz de São José
 Fonte: A autora (2007)



Figura 12. Cômoda da Igreja dos Martírios guardada na Matriz de São José
 Fonte: A autora (2007)

Recife de Outubro

[Joaquim Cardozo]²³⁰

... Toda a cidade, eu vejo, está transfigurada:
 É um campo desolado, negro, enorme,
 Onde rasteja ainda...

O último rumor de uma batalha,
 E a massa negra dos edifícios,
 As torres agudas recortando o azul sombrio...

Cadáveres revoltos, remexidos,
 Com os braços mutilados
 Erguidos para o céu.

Ó minha triste e materna e noturna cidade,
 Reflete na minha alma rude, e amargurada,
 O teu fervor católico, o teu destino, o teu heroísmo.

²³⁰ Poesia publicada em Nascimento (1997, p. 124-125).

FONTES DE PESQUISA

1. PERIÓDICOS

1.1 Jornais

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1971; 1972.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DIÁRIO DA MANHÃ. Recife, 1931; 1944.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DIÁRIO DA NOITE. Recife, 1959; 1971; 1972.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1938; 1940; 1946; 1947; 1966; 1969; 1970; 1971; 1972.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano e 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Recife, 1973.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE. Recife, 1969; 1971; 1973.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

FOLHA DA MANHÃ. Recife, 1938; 1939; 1944; 1945; 1946.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 1941; 1942; 1943; 1944; 1946; 1966; 1967; 1971; 1972.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano, Fundação Joaquim Nabuco e 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

JORNAL PEQUENO. Recife, 1938.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUPLEMENTO CULTURAL. Diário de Pernambuco - Coletânea 1996, Recife: CEPE, 2003.

Acervo: Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco.

Data	Título da Matéria	Jornal
25/DEZ/1937	Em torno do caso do plano da cidade	Jornal do Commercio
30/DEZ/1937	Arborização da cidade	Folha da Manhã
05/JAN/1938	A cidade é toda a cidade	Folha da Manhã
05/MAR/1938	Vão-se os anéis, ficam-se os dedos	Jornal do Commercio
19/ABR/1938	Os que não querem cooperar com a cidade	Folha da Manhã
21/ABR/1938	Combate aos mocambos	Folha da Manhã
21/ABR/1938	Uma mentalidade urbanística	Folha da Manhã
27/ABR/1938	Ontem, Hoje e Amanhã	Jornal Pequeno
27/ABR/1938	Os desabamentos no bairro de Santo Antônio	Folha da Manhã
01/JUN/1938	Ontem, Hoje e Amanhã	Jornal Pequeno
05/OUT/1938	Ontem, Hoje e Amanhã	Jornal Pequeno

06/OUT/1938	Ontem, Hoje e Amanhã	Folha da Manhã
07/OUT/1938	Calçamento Caxangá	Diário de Pernambuco
13/OUT/1938	As pontes do Recife	Folha da Manhã
13/OUT/1938	Rotary Club do Recife	Folha da Manhã
05/NOV/1938	Governo do município	Diário de Pernambuco
06/NOV/1938	As realizações do Estado Novo em Pernambuco	Folha da Manhã
31/AGO/1939	Pronunciamento de Novaes Filho	Folha da Manhã
28/MAR/1940	Comissão do Plano da Cidade	Folha da Manhã
04/FEV/1941	Telegrama recebido pelo Prefeito	Folha da Manhã
05/FEV/1941	Architectura	Diário de Pernambuco
05/FEV/1941	Necessidade de um plano orientador	Jornal do Commercio
09/AGO/1941	Urbanismo	Jornal do Commercio
19/FEV/1942	Sede o Recife do segundo congresso brasileiro de urbanismo	Jornal do Commercio
24/MAR/1943	Obstáculos criados à remodelação do bairro de Santo Antônio	Jornal do Commercio
14/JAN/1944	A política do Estado	Folha da Manhã
17/JAN/1944	O limite do capital	Folha da Manhã
29/JAN/1944	Abastecimento	Folha da Manhã
11/FEV/1944	Os heróicos feitos dos antigos	Folha da Manhã
18/FEV/1944	Matéria	Folha da Manhã
25/FEV/1944	A situação financeira do Estado	Folha da Manhã
22/AGO/1944	Obras públicas	Folha da Manhã
24/AGO/1944	Organização	Folha da Manhã
04/JAN/1945	Dando explicação	Folha da Manhã
14/FEV/1946	Problemas urbanos	Jornal do Commercio
07/MAR/1946	Começou a derrubada e os subúrbios	Folha da Manhã
08/MAR/1946	E a derrubada continua... Sob o protesto dos prejudicados e o aplauso de interessados na obra suntuária e granfina da abertura da Avenida Dantas Barreto	Folha da Manhã
09/MAR/1946	Multa mensal	Jornal do Commercio
10/MAR/1946	Muito bem, Snr. Prefeito	Jornal do Commercio
13/MAR/1946	Problema de urbanismo	Jornal do Commercio
13/MAR/1946	Aqui e ali	Folha da Manhã
13/MAR/1946	Energia elétrica	Folha da Manhã
14/MAR/1946	O caso da avenida	Folha da Manhã
21/MAR/1946	As obras do bairro de Santo Antônio	Diário de Pernambuco
21/MAR/1946	Original reivindicação	Folha da Manhã
23/MAR/1946	Mocambos e arranha-céus	Jornal do Commercio
23/MAR/1946	Requeru mandato de segurança para adiar demolição prédio	Diário de Pernambuco
24/MAR/1946	A igreja e a praça de São Pedro	Diário de Pernambuco
24/MAR/1946	Gringo anti-progressista	Jornal do Commercio
05/ABR/1946	O largo e a igreja da Penha	Diário de Pernambuco
29/MAI/1946	Avenida e açude	Jornal do Commercio
13/JUL/1946	Velhos sobrados e igrejas	Diário de Pernambuco
19/ABR/1966	IAHGP lamenta não ser preservada a Igreja do Bom Jesus dos Martírios	Diário de Pernambuco
19/ABR/1966	Membro do Instituto Arqueológico defendeu a memória de Tiradentes	Jornal do Commercio
10/MAI/1966	Instituto lutará pela preservação da Igreja do Bom Jesus dos Martírios	Diário de Pernambuco
17/MAI/1966	Boa vontade da PMR poderá salvar a Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
11/OUT/1966	Simpósio malogrado	Jornal do Commercio
13/OUT/1966	Igreja de 175 anos será demolida para alargamento de avenida	Jornal do Commercio
14/OUT/1966	A Igreja ameaçada	Jornal do Commercio
23/OUT/1966	Irmandade protesta contra demolição da Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
03/NOV/1966	Carta aberta	Jornal do Commercio
19/NOV/1966	Piedade para a Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
24/FEV/1967	Notas avulsas	Jornal do Commercio
24/FEV/1967	Igreja ameaçada	Jornal do Commercio
26/FEV/1967	A Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco

21/JAN/1968	Crescimento exige sacrifício dos Martírios	Diário de Pernambuco
03/MAR/1968	Cresce a Avenida Dantas Barreto liquidando parte do Recife Antigo	Diário de Pernambuco
11/AGO/1968	Igreja dos Martírios vai sair para prolongar a Avenida Dantas Barreto	Diário de Pernambuco
12/SET/1969	Professores pedem à PMR que salve a Igreja dos Martírios	Diário da Noite
17/SET/1969	Solicitada preservação do templo na Rua Augusta	Jornal do Commercio
17/SET/1969	Martírios	Jornal do Commercio
19/SET/1969	Solução dos Martírios. Desvio de avenida para salvar Igreja	Jornal do Commercio
21/NOV/1969	Nilo defende tombamento dos Martírios	Jornal do Commercio
28/MAR/1971	Igreja dos Martírios pode ser demolida	Jornal do Commercio
08/ABR/1971	Plano de desenvolvimento será divulgado na próxima semana	Diário Oficial do Município do Recife
16/JUN/1971	Prefeitura vai preservar o bairro de São José das deformações do progresso	Diário da Noite
19/JUN/1971	Prefeitura irá demolir a Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
19/JUN/1971	Prefeito desapropria mais de 100 casas para concluir as obras da Dantas Barreto	Jornal do Commercio
22/JUN/1971	Recifense vê progresso correr mais rápido com a conclusão da Avenida Dantas Barreto	Diário de Pernambuco
22/JUN/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
30/JUN/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
01/JUL/1971	Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
04/JUL/1971	Em prol do Recife	Diário de Pernambuco
06/JUL/1971	Igreja	Jornal do Commercio
14/JUL/1971	Historiador é favorável à demolição dos Martírios	Diário de Pernambuco
15/JUL/1971	Irmandade vai à Justiça para evitar demolição da Igreja	Diário de Pernambuco
15/JUL/1971	Cidades Tombadas	Diário de Pernambuco
19/JUL/1971	Os morros do Recife	Diário da Manhã
20/JUL/1971	A derrubada	Jornal do Commercio
20/JUL/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
28/JUL/1971	São José, o bairro naturalmente veste novas plumagens de cimento	Jornal do Commercio
28/JUL/1971	A igreja está só, mas ainda resistindo	Diário da Noite
29/JUL/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
29/JUL/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
05/AGO/1971	Quem deve vencer: a igreja ou a avenida?	Diário da Noite
12/AGO/1971	Igreja dos Martírios pode desabar sobre pardieiros	Diário de Pernambuco
12/AGO/1971	Pardieiro desmorona matando 5 e ferindo 18	Diário de Pernambuco
12/AGO/1971	Igreja dos Martírios representa perigo para novos desabamentos	Jornal do Commercio
12/AGO/1971	Interditado tráfego na Rua Augusta	Jornal do Commercio
12/AGO/1971	Templo também pode desabar	Diário da Noite
12/AGO/1971	Prefeitura exige vistoria nos Martírios no prazo de 24 hs	Diário Oficial do Município do Recife
12/AGO/1971	Lucena passa madrugada tomando providências	Diário Oficial do Município do Recife
13/AGO/1971	Todos querem fugir da Rua Augusta	Diário de Pernambuco
13/AGO/1971	É o pavor dos velhos casarões: moradores fazem campanha para abandonar Rua Augusta	Diário da Noite
13/AGO/1971	Igreja dos Martírios a favor ou contra	Jornal do Commercio
13/AGO/1971	Martírios da insegurança	Jornal do Commercio
13/AGO/1971	Caminhão-tanque pode ter causado o desabamento do pardieiro da Rua Augusta	Jornal do Commercio
13/AGO/1971	Condenados mais três prédios da Rua Augusta	Jornal do Commercio
13/AGO/1971	Técnicos pedem interdição para demolir prédios na Rua Augusta	Diário de Pernambuco
13/AGO/1971	Técnicos pedem demolição de prédios na Rua Augusta	Diário Oficial do Município do Recife
13/AGO/1971	Vizinhos dos Martírios vivem momentos de medo	Diário Oficial do Município do Recife
14/AGO/1971	Moradores da Rua Augusta abandonam suas residências	Diário de Pernambuco
14/AGO/1971	Velhice está matando bairro de São José	Diário da Noite
14/AGO/1971	Técnicos constata rachaduras na torre	Jornal do Commercio
14/AGO/1971	Nota Oficial PRM	Diário de Pernambuco

14/ AGO/1971	Problema da Igreja dos Martírios está agora com ministério	Diário de Pernambuco
14/AGO/1971	Lucena trata com ministério da Educação problema dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
15/ AGO/1971	Igreja está em péssimo estado de conservação	Jornal do Commercio
15/ AGO/1971	Moradores deixam São José	Diário de Pernambuco
17/AGO/1971	Prefeito convida o diretor do Patrimônio para ver Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
17/AGO/1971	Mais de mil pessoas pedem em memorial demolição da Igreja	Diário Oficial do Município do Recife
18/AGO/1971	Prefeitura derruba pardieiro com fuzil	Diário de Pernambuco
18/AGO/1971	Utilizado fuzil para derrubada do pardieiro n° 370 da Rua Augusta	Diário de Pernambuco
18/AGO/1971	Pardieiros da Rua Augusta são derrubados com tiros de um fuzil da Aeronáutica	Jornal do Commercio
18/AGO/1971	Só Martírios está ameaçada. As outras igrejas da cidade continuam firmes	Diário da Noite
18/AGO/1971	Tratando de Tombamentos	Diário de Pernambuco
18/AGO/1971	Povo aplaude derrubada de pardieiros na Rua Augusta	Diário Oficial do Município do Recife
18/AGO/1971	Diretor do patrimônio convida Lucena para encontro na Bahia	Diário Oficial do Município do Recife
19/AGO/1971	Provedor faz apelo ao presidente Médici	Diário da Noite
19/AGO/1971	Faltam 45 prédios para a Rua Augusta acabar	Diário da Noite
19/AGO/1971	Historiador defende demolição da igreja	Diário de Pernambuco
19/AGO/1971	Torre de Igreja mata 7	Diário de Pernambuco
19/AGO/1971	Demolição dos Martírios tem apoio de historiador	Diário Oficial do Município do Recife
20/AGO/1971	Moradores da Rua Augusta querem ação judicial para responsabilizar prefeito	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	De quem é a responsabilidade?	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	Pânico volta com queda da torre	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	Lógica da demolição	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	Vistoria técnica previu desabamento da torre	Diário de Pernambuco
21/AGO/1971	Nota Oficial Irmandade do Senhor do Bom Jesus dos Martírios	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	A igreja poderá ruir a qualquer momento	Diário de Pernambuco
21/AGO/1971	O martírio dos Martírios	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	Lucena diz que igreja cai sozinha e patrimônio nega	Jornal do Commercio
21/AGO/1971	Lucena é levado à justiça	Diário de Pernambuco
21/AGO/1971	Lucena comunica ao Ministro da Educação o problema dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
21/AGO/1971	Zona Sul ficará mais perto com a ampliação da Av. Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
22/AGO/1971	Justiça Federal manda sustar demolição de um pardieiro vizinho aos Martírios	Diário de Pernambuco
22/AGO/1971	Prefeitura proibida de continuar derrubando prédios junto à igreja	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	Prefeitura é responsável pela Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	A propósito da Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	Acontece	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	Prefeitura tem plano para não derrubar Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	Juiz susta demolições dos prédios junto à igreja	Jornal do Commercio
22/AGO/1971	Justiça embarga demolição dos prédios	Diário de Pernambuco
23/AGO/1971	Avenida não prossegue. Há dois pardieiros no caminho	Diário da Noite
24/AGO/1971	O martírio do Senhor Bom Jesus	Jornal do Commercio
24/AGO/1971	Irmandade é favorável à queda dos Martírios	Jornal do Brasil: RJ
24/AGO/1971	Patrimônio entra com ação já Justiça para garantir direito de reformar igreja	Jornal do Brasil: RJ
24/AGO/1971	Justiça Federal manda prosseguir trabalhos para restaurar igreja	Diário de Pernambuco
24/AGO/1971	Eraldo pede para se evitar tombamento dos Martírios	Diário de Pernambuco
24/AGO/1971	Secretaria de planejamento repele acusações feitas aos técnicos da municipalidade	Jornal do Commercio
24/AGO/1971	Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio

24/AGO/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
24/AGO/1971	Apoio a Lucena	Jornal do Commercio
24/AGO/1971	Eraldo pede que Sucupira evite tombamento do resto da Igreja	Diário Oficial do Município do Recife
24/AGO/1971	Câmara Municipal dá todo apoio a Lucena no Caso dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
24/AGO/1971	Presidente de irmandade afirma na haver razão para tombamento	Diário Oficial do Município do Recife
24/AGO/1971	Moradores prenunciam a queda dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
25/AGO/1971	Deputados elogiam prefeito e defendem demolição da igreja	Jornal do Commercio
25/AGO/1971	Assembléia apóia o prefeito e pede demolição dos Martírios	Diário de Pernambuco
25/AGO/1971	Descumprida a ordem do patrimônio	Diário da Noite
25/AGO/1971	Assembléia dá apoio a Lucena e pede a demolição da Igreja dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
25/AGO/1971	Lucena manda sustar demolições de prédios contíguos à Igreja	Diário Oficial do Município do Recife
25/AGO/1971	Ordem da direção do Patrimônio para ouvir Prefeitura não foi comprida	Diário Oficial do Município do Recife
26/AGO/1971	Eraldo poderá pedir o apoio de colegas para destombar os Martírios	Diário de Pernambuco
26/AGO/1971	Augusto Lucena explica pela TV a obra da Dantas Barreto	Jornal do Commercio
26/AGO/1971	Lucena recebe apoio integral dos políticos	Jornal do Commercio
26/AGO/1971	O professor e a Igreja	Diário de Pernambuco
26/AGO/1971	Prefeito explica tudo sobre Martírios hoje na televisão	Diário Oficial do Município do Recife
26/AGO/1971	Lucena paralisa abertura da Avenida por respeito e acatamento à Justiça	Diário Oficial do Município do Recife
27/AGO/1971	Prefeito diz que só pode continuar obras da avenida com a derrubada dos Martírios	
27/AGO/1971	FIEP solidária com o Prefeito na abertura da Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
28/AGO/1971	Fala de Lucena sobre a Igreja dos Martírios tem repercussão	Jornal do Commercio
28/AGO/1971	Povo está solidário com o prefeito no caso da igreja	Diário de Pernambuco
28/AGO/1971	Martírios	Jornal do Commercio
28/AGO/1971	Prefeito recebe solidariedade pelo pronunciamento na TV	Diário Oficial do Município do Recife
29/AGO/1971	Ainda o martírio dos Martírios	Jornal do Commercio
29/AGO/1971	Associação comercial diz que a avenida é útil	Diário de Pernambuco
30/AGO/1971	Passarinho é quem vai decidir destino da Igreja dos Martírios	Diário da Noite
31/AGO/1971	Irandade da Conceição solidária com Lucena	Diário de Pernambuco
31/AGO/1971	Lucena tem problemas para iniciar obras prioritárias	Jornal do Commercio
31/AGO/1971	Irandade solidária com Lucena defende a ampliação da Avenida	Diário Oficial do Município do Recife
01/SET/1971	Seminário da UFP debate turismo nos trópicos	Diário de Pernambuco
01/SET/1971	A Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
01/SET/1971	Igreja dos Martírios	Diário da Noite
01/SET/1971	Deputados federais solidários com Prefeito Augusto Lucena	Diário Oficial do Município do Recife
01/SET/1971	Retirada de ossuários dos Martírios deve ser acertada com a Prefeitura	Diário Oficial do Município do Recife
02/SET/1971	Cleofas comunica ao Prefeito apoio da bancada governista	Diário Oficial do Município do Recife
02/SET/1971	O burgomestre e a demolição do templo	Diário de Pernambuco
03/SET/1971	Patrimônio feriu código de obras início doecife	

		Commercio
05/SET/1971	Patrimônio começa obras para salvar igreja sem licença	Diário de Pernambuco
07/SET/1971	Incorporadores pedem a Ministro apoio para a abertura da Avenida	Diário Oficial do Município do Recife
09/SET/1971	Pernambuco. Uma igreja que dá o que falar	Fatos & Fotos
09/SET/1971	Rua Augusta da minha saudade	Jornal do Commercio
09/SET/1971	Prefeitura ameaçada de mudar o roteiro da Dantas Barreto	Diário da Noite
15/SET/1971	O presente contra o passado	Diário de Pernambuco
16/SET/1971	Notas avulsas	Jornal do Commercio
16/SET/1971	Altar	Jornal do Commercio
25/SET/1971	Os monumentos históricos do Recife	Diário de Pernambuco
27/SET/1971	Martírios. A última pedra no caminho da avenida	Diário da Noite
28/SET/1971	Progresso está devorando lentamente mais um bairro	Diário da Noite
28/SET/1971	Prosseguem demolições de casas e abertura da Avenida Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
28/SET/1971	Opinião de Arthur Reis poderá decidir situação dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
30/SET/1971	Dantas Barreto alivia o coração do Recife	Correio da Manhã: RJ
01/OUT/1971	Lucena viaja ao Sul para solucionar o problema da Igreja dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
01/OUT/1971	Grupo de Trabalho vai estudar abertura da Av. Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
02/ OUT/ 1971	Igreja dos Martírios pode desabar mais facilmente	Jornal do Commercio
03/ OUT/ 1971	Martírios	Diário de Pernambuco
05/ OUT/ 1971	Tradição enfrenta progresso no duelo decisivo em Brasília	Diário da Noite
05/ OUT/ 1971	Freyre vai decidir a questão dos Martírios	Diário da Noite
06/ OUT/ 1971	Lucena reconstituirá fachada da Igreja em outro local da cidade	Diário de Pernambuco
06/ OUT/ 1971	Proposta conciliatória para o problema dos Martírios	Diário da Noite
06/OUT/1971	Lucena fala ao Patrimônio Histórico pedindo a demolição dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
06/OUT/1971	Povo e secretários apóiam o Prefeito na luta pelo desenvolvimento do Recife	Diário Oficial do Município do Recife
07/OUT/1971	Conselho de Cultura cumprimenta Lucena por empenho visando progresso da cidade	Diário Oficial do Município do Recife
08/OUT/1971	Conselho de Cultura veta derrubada dos Martírios	Jornal do Commercio
08/OUT/1971	Igreja fica. A avenida é que passa de lado	Diário da Noite
08/OUT/1971	Martírios na Cabanga. É uma das propostas para um drama antigo	Diário da Noite
08/OUT/1971	Conselho é contra a demolição da igreja	Diário de Pernambuco
08/OUT/1971	Conselho resolve que igreja será mantida	Diário de Pernambuco
08/OUT/1971	Conselho decidiu pela preservação da igreja	Jornal do Commercio
09/OUT/1971	Igreja	Correio da Manhã: RJ
09/OUT/1971	Rápidas	Diário de Pernambuco
09/OUT/1971	Museu ou galeria	Diário de Pernambuco
09/OUT/1971	Augusto Lucena contesta decisão do conselho	Diário de Pernambuco
09/OUT/1971	Lucena irá à Médice pedir contra igreja	Jornal do Commercio
09/OUT/1971	Interesse decrescente	Jornal do Commercio
09/OUT/1971	A igreja	Jornal do Commercio
09/OUT/1971	Bens culturais	Correio da Manhã: RJ
09/OUT/1971	Moradores são pela demolição da igreja	Diário da Noite
10/OUT/1971	Lucena vai retornar amanhã	Diário de Pernambuco
10/OUT/1971	Igreja	Diário de Pernambuco
10/OUT/1971	Recife em 7 dias	Jornal do Commercio
10/OUT/1971	Martírio do Recife	Jornal do Commercio
12/OUT/1971	Repercute o parecer de Gilberto Freyre	Diário de Pernambuco
12/OUT/1971	Presença dos Martírios deixará avenida assim	Diário da Noite
12/OUT/1971	Guerra de influência nos bastidores da questão dos Martírios	Diário da Noite
12/OUT/1971	Lucena respeitará decisão do Conselho mas continua luta	Diário de Pernambuco
12/OUT/1971	Repercute em Brasília parecer do escritor Gilberto Freyre	Diário Oficial do Município do Recife
13/OUT/1971	Governador-mirim entregará manifesto a Médici	Diário de Pernambuco

13/OUT/1971	Assembléia aprova voto de solidariedade ao prefeito para demolir Martírios	Jornal do Commercio
13/OUT/1971	Recifenses solidários com Lucena na luta pelo progresso da cidade	Diário Oficial do Município do Recife
14/OUT/1971	Enquête igreja	Jornal do Commercio
15/OUT/1971	Martírios	Jornal do Commercio
16/OUT/1971	A nova avenida	Diário de Pernambuco
17/OUT/1971	Nota Oficial Ministério da Educação e Cultura	Jornal do Commercio
17/OUT/1971	Pernambuco x Pernambuco	Diário de Pernambuco
17/OUT/1971	Sem título – Recife	Praiero n°7, Série 15
17/OUT/1971	O parecer de Gilberto	Diário de Pernambuco
17/OUT/1971	Nota Oficial Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Diário de Pernambuco
19/OUT/1971	Três conselheiros opinam em favor da transposição da fachada dos Martírios	Jornal do Commercio
19/OUT/1971	Gilberto Freyre confirma parecer sobre a Igreja	Diário de Pernambuco
20/OUT/1971	Para o Recife, uma avenida ou uma igreja?	O Cruzeiro: RJ
21/OUT/1971	Coerência do escritor Gilberto Freyre foi ressaltada por Lucena	Diário de Pernambuco
21/OUT/1971	Recifenses estão solidários com Gilberto Freyre	Diário de Pernambuco
21/OUT/1971	Sociólogo recebe aplausos pelo seu pronunciamento favorável aos Martírios	Jornal do Commercio
24/OUT/1971	O sono do leão	Diário de Pernambuco
24/OUT/1971	Prefeitura conclui outra etapa da Dantas Barreto	Jornal do Commercio
26/OUT/1971	Prefeito recebe mais votos de aplauso em sua luta pelo progresso da cidade	Diário Oficial do Município do Recife
27/ OUT/1971	No meio do caminho	Revista Veja
30/OUT/1971	Olinda faz apelo a Médici em favor do progresso do Recife	Diário Oficial do Município do Recife
31/ OUT/1971	Nota Oficial Prefeitura Municipal do Recife	Jornal do Commercio
31/ OUT/1971	Prefeitura desapropria mais 78 casas para construir avenida	Diário de Pernambuco
NOV/1971	Carta à redação	Jornal do Commercio
02/NOV/ 1971	Augusto Lucena pode mandar retirar lixo amontoado nas proximidades dos Martírios	Jornal do Commercio
03/NOV/1971	Prefeitura paralisa trabalhos	Diário de Pernambuco
04/NOV/1971	Pesquisa histórica leva Flávio Guerra a Portugal	Diário Oficial do Município do Recife
05/NOV/1971	Padres pedem demolição da Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
05/NOV/1971	Patrimônio nega proibição para que prefeitura retire os detritos dos Martírios	Jornal do Commercio
05/NOV/1971	Religiosos solidários com Lucena na luta pelo progresso da cidade	Diário Oficial do Município do Recife
06/NOV/1971	Multi-bilhete para gran-senhores	Diário de Pernambuco
07/NOV/1971	PMR não tem condições para limpar Rua Augusta	Diário de Pernambuco
09/NOV/1971	Igarassu está doente	Jornal do Commercio
10/NOV/1971	Cartas à redação	Jornal do Commercio
11/NOV/1971	Cartas à redação	Jornal do Commercio
12/NOV/1971	Lucena conclui em dezembro abertura da Dantas Barreto	Diário de Pernambuco
12/NOV/1971	Igreja dos Martírios	Jornal do Brasil: RJ
13/NOV/1971	Lucena pede a Médice o destombamento dos Martírios	Diário de Pernambuco

09/JAN/1972	Prejuízos à cidade	Diário de Pernambuco
11/JAN/1972	Ainda os Martírios	Jornal do Commercio
11/JAN/1972	Igreja receberá verba	Diário de Pernambuco
13/JAN/1972	Governo destomba Igreja dos Martírios em Recife	Correio da Manhã: RJ
15/JAN/1972	Acontece	Jornal do Commercio
16/JAN/1972	Problema de indefinição	Jornal do Commercio
19/JAN/1972	Não espalha	Jornal do Commercio
14/MAR/1972	Técnicos da Unesco querem restaurar monumentos do Recife	Diário de Pernambuco
ABR/1972	Médice autoriza remoção da Igreja dos Martírios	O Estado de São Paulo
13/ABR/ 1972	Médice destomba igreja que agora poderá ser demolida	Diário de Pernambuco
13/ABR/ 1972	Solução dos Martírios	Jornal do Commercio
13/ABR/ 1972	Uma guerra mais ou menos santa	Diário da Noite
13/ABR/ 1972	Ministro pretende processar Lucena	Jornal do Commercio
14/ABR/ 1972	Exposição sobre Martírios aponta erros das partes	Jornal do Commercio
14/ABR/1972	Técnicos da SVO concluem projeto de pavimentação da Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
15/ABR/1972	Lucena & a Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
15/ABR/1972	Demolição sensata	Jornal do Commercio
15/ABR/1972	Sobre a Igreja dos Martírios	Jornal do Commercio
16/ABR/1972	Comissão de alto nível fará cópia da igreja	Jornal do Commercio
26/ABR/1972	Destombamento da Igreja ainda obtém repercussão	Diário Oficial do Município do Recife
05/MAI/1972	Desocupação dos ossuários da Igreja dos Martírios começará na quinta feira	Diário Oficial do Município do Recife
09/MAI/1972	Despojos que estão nos Martírios serão transladados 5º feira para Sto. Amaro	Diário Oficial do Município do Recife
12/MAI/1972	Transladação dos ossuários dos Martírios começa hoje	Diário Oficial do Município do Recife
01/ JUN/ 1972	Martírios já pode morrer	Diário da Noite
16/ JUL/ 1972	Autorizada a reconstituição do frontispício dos Martírios	Diário de Pernambuco
18/JUL/1972	Decreto nº 9922 – Cancelamento do Tombamento	Diário Oficial do Município do Recife
20/JUL/1972	Nomeada a comissão que reconstituirá frontispício da Igreja dos Martírios	Diário Oficial do Município do Recife
22/JUL/1972	Igreja e tráfego	Jornal do Commercio
27/JUL/1972	Decreto nº 9922 – Cancelamento do Tombamento	Diário Oficial do Município do Recife
01/ AGO/ 1972	Silêncio para os Martírios	Jornal do Commercio
09/AGO/1972	Prefeito congratula-se com ministro e diz que progresso é irreversível	Diário Oficial do Município do Recife
09/AGO/1972	Prefeito congratula-se com ministro e diz que progresso é irreversível	Diário Oficial do Município do Recife
02/DEZ/1972	Augusto Lucena escolhido o Prefeito do Ano	Diário Oficial do Município do Recife
02/DEZ/1972	Obras na Dantas Barreto reiniciam segunda-feira	Diário Oficial do Município do Recife
08/DEZ/1972	Irmandade dá medalha do Mérito ao prefeito	Diário Oficial do Município do Recife
03/JAN/1973	Governador saúda Presidente pelas medidas em prol do barroco no Estado	Diário Oficial do Estado de Pernambuco
03/JAN/1973	Trânsito será maior beneficiado com obras que Lucena inaugura até março	Diário Oficial do Município do Recife
03/JAN/1973	“Viva o Recife”	Diário Oficial do Município do Recife
05/JAN/1973	Ruínas da Igreja dos Martírios serão demolidas sexta-feira 12	Diário Oficial do Município do Recife
06/JAN/1973	Meio-fio da Dantas Barreto até Sérgio Loreto já foi definido	Diário Oficial do Município do Recife
11/JAN/1973	Dantas Barreto pronta no fim de fevereiro	Diário Oficial do Município do Recife

16/JAN/1973	Macadame será colocado na Dantas Barreto esta semana	Diário Oficial do Município do Recife
19/JAN/1973	Secretário de planejamento explica finalidade da URB	Diário Oficial do Município do Recife
23/JAN/1973	Lucena vê com secretários metas de trabalho deste ano	Diário Oficial do Município do Recife
24/JAN/1973	Avenida passa livre com derrubada dos Martírios	Diário de Pernambuco
24/JAN/1973	Igreja dos Martírios é demolida	Jornal do Commercio
27/JAN/1973	Frontão das Ruínas dos Martírios será demolido amanhã	Diário Oficial do Município do Recife
02/FEV/1973	Paisagismo arborizará bairro de Santo Antônio	Diário Oficial do Município do Recife
06/FEV/1973	Dantas Barreto começa a ser asfaltada e recebe arborização	Diário Oficial do Município do Recife
08/FEV/1973	Dantas Barreto será avenida melhor arborizada do Recife	Diário Oficial do Município do Recife
10/FEV/1973	Pistas centrais da Avenida Dantas Barreto estarão prontas em março	Diário Oficial do Município do Recife
20/FEV/1973	Demolições na cons. Aguiar darão início à pavimentação	Diário Oficial do Município do Recife
20/FEV/1973	Lei nº10930 – Criação da URB	Diário Oficial do Município do Recife
24/FEV/1973	Revestimento asfáltico da Dantas Barreto quase concluído	Diário Oficial do Município do Recife
28/FEV/1973	Editorial de “A Voz do Brasil” comenta a administração de Lucena	Diário Oficial do Município do Recife
03/MAR/1973	Asfaltamento da Dantas Barreto entra agora em fase final	Diário Oficial do Município do Recife
10/MAR/1973	3º Pista da Dantas Barreto tem revestimento asfáltico	Diário Oficial do Município do Recife
27/MAR/1973	Prefeito planta arvore na Av. Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
31/MAR/1973	Aniversário da Revolução tem mensagem do Prefeito	Diário Oficial do Município do Recife
24/ABR/1973	Avenida Dantas Barreto é inaugurada no dia 5 de maio	Diário Oficial do Município do Recife
27/ABR/1973	Estacionamento e baixa velocidade tem pista reservada na Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
05/MAI/1973	Adiada inauguração da Dantas Barreto por causa da terceira pista	Diário Oficial do Município do Recife
05/MAI/1973	26 imóveis da Imperial e Av. sul serão demolidos em 40 dias	Diário Oficial do Município do Recife
24/MAI/1973	Código de Urbanismo e obras do Recife pronto em 90 dias	Diário Oficial do Município do Recife
02/JUN/1973	“Recife na rota do progresso com a Avenida Dantas Barreto”	Diário Oficial do Município do Recife
17/JUN/1973	Recifenses acham muito importante complementação da Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
22/JUN/1973	Recifense vê progresso correr mais rápido com a conclusão da Avenida Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
04/JUL/1973	PMR inicia demolições para avançar Avenida Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
05/JUL/1973	Teve início demolição para unir Av. Dantas Barreto/ Avenida sul	Diário Oficial do Município do Recife
28/SET/1973	Tem início 2ª feira ligação das Avs. Dantas Barreto e Sul	Diário Oficial do Município do Recife
29/SET/1973	Recifense recebe hoje a Av. Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife
02/OUT/1973	Cidade vibra com a inauguração da avenida	Diário Oficial do Município do Recife
02/OUT/1973	Progresso impôs a abertura da Aventura General Dantas Barreto	Diário Oficial do Município do Recife

02/OUT/1973	Festa da Avenida abriu temporada carnavalesca	Diário Oficial do Município do Recife
02/OUT/1973	Governador enaltece o trabalho do prefeito	Diário Oficial do Município do Recife
02/OUT/1973	Prefeito agradece à câmara e aos auxiliares apoio para Avenida	Diário Oficial do Município do Recife
02/OUT/1973	“Você tem certeza de estar colaborando para o progresso do Recife”	Diário Oficial do Município do Recife
29/DEZ/1973	Frontão dos Martírios terá réplica construída pela PMR	Diário Oficial do Município do Recife
15/JUN/1982	A Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
26/JUL/1984	Faz falta?	Diário de Pernambuco
04/NOV/1986	Derrubada de igreja causa após 16 anos	Diário de Pernambuco
08/NOV/1986	Lucena solidariza-se com a irmandade dos Martírios	Diário de Pernambuco
14/DEZ/1986	Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
01/NOV/1987	Há 17 anos o patrimônio do Recife perdia os Martírios	Diário de Pernambuco
29/MAR/1988	Igreja dos Martírios	Diário de Pernambuco
15/ABR/1990	Igreja dos Martírios: marco contra a escravidão	Diário de Pernambuco
24/AGO/1990	Há 50 anos/ A Igrejinha do Paraíso	Diário de Pernambuco
15/JAN/1994	Urbanismo e Tradição	Jornal do Commercio
01/FEV/1994	Igreja do Paraíso	Jornal do Commercio
02/ABR/1994	Há 50 anos/ Vida Religiosa	Diário de Pernambuco
23/MAR/1995	Há 100 anos/ A procissão dos Martírios	Diário de Pernambuco
07/AGO/1995	Lucena: “Fui cotado para o Governo em 74”	Diário de Pernambuco
30/MAR/1999	O Recife de cada um	Diário de Pernambuco
15/OUT/2000	Único exemplar inteiramente construído pelas mãos de escravos negros no Brasil	Jornal do Commercio

1.2 Revistas

ARQUIVOS. Recife: Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura Municipal do Recife. Ano I. Números I, 1942.

Acervo: Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco

ARQUIVOS. Recife: Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura Municipal do Recife. Ano I. Números II, 1942.

Acervo: Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco

ARQUIVOS. Recife: Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura Municipal do Recife. Ano II. Números I e II, 1943.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

ARQUIVOS. Recife: Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura Municipal do Recife. Ano III. Números V e VI, 1944.

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

ARRECIFES. Recife: Revista do Conselho Municipal de Cultura do Recife/ Prefeitura da Cidade do Recife. Ano III/II.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

BOLETIM DA CIDADE E PORTO DO RECIFE. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1943.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

BOLETIM DA CIDADE E PORTO DO RECIFE. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1944.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

BOLETIM DA CIDADE E PORTO DO RECIFE. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1945.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

BOLETIM DA CIDADE E PORTO DO RECIFE. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1946-1949.

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco.

CASA & JARDIM. Rio de Janeiro: Globo, 1969.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

FATOS & FOTOS. Rio de Janeiro: Globo, 1969.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1941.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PRAIEIRO. Recife: Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1971.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

REVISTA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO. Recife: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Números III e IV (1970-1971), 1973.

- Ata da 7º Sessão do Conselho Estadual de Cultura. 22 de Março de 1970.
- Ata da 16º Sessão do Conselho Estadual de Cultura. 3 de Junho de 1971.
- Ata da 19º Sessão do Conselho Estadual de Cultura. 8 de Julho de 1971.
- Ata da 20º Sessão do Conselho Estadual de Cultura. 15 de Julho de 1971.
- Ata da 22º Sessão do Conselho Estadual de Cultura. 2 de Setembro de 1971.
- Texto de Luiz Delgado: Arte e História nas Igrejas. 16 de setembro de 1971.

Acervo: Biblioteca Pública Estadual Castelo Branco

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO. Recife.

- A Evolução da Capital de Pernambuco: Parecer da Sub-Comissão de Monumentos, apresentado à Comissão do Plano da Cidade, para guiar o arquiteto urbanista Nestor de Figueiredo na remodelação do Recife. Volume: 31. Ano: 1931. (p. 75-85).
- A Torre Malakoff. Volume: 30. Ano: 1930.
Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.
- Atas das Sessões. Volume 35. Ano: 1930.
- Atas das Sessões. Volume: 18. Ano: 1908-1909.
- Atas das Sessões. Volume: 31. Ano: 1925.
- Atas das Sessões. Volume: 31. Ano: 1925-1926.

- Atas das Sessões. Volume: 33. Ano: 1929.
- Atas das Sessões. Volume: 36. Ano: 1931.
- Atas das Sessões. Volume: 36. Ano: 1931.
- Breve Memória Sobre o Processo Mais Fácil de Investigar, Coleccionar e Organizar os Materiais da História. Volume: 1. Número: 11. Ano: 1866.
- Chronica historica da cidade do Recife: 1849-1915. Sebastião de Vasconcellos Galvão. Ano: 1916. (p. 171-260).
- Mário Melo. Volume: 45. Ano: 1960.
- O edifício do Instituto Arqueológico. Volume: 18. Ano: 1916.
- O Recife. Volume: 23. Ano: 1921-1922.
- Relatório do 1º Secretário Perpétuo, Volume 22. Ano: 1919-1920.
- Relatório do IAHGPE. Volume: 1. Número: 2. Ano: 1862-1863.
- Relatório do Secretário Perpétuo. Volume: 31. Ano: 1931.
- Santuário Mariano. Frei Agostinho Santa Maria. Ano: 2002. (p. 125-242).

Acervo: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
VEJA. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1971.

Acervo: 5º Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

2. LEGISLAÇÃO

- BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.
- BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.
- BRASIL. Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.
- BRASIL. Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.
- BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº132, de 7 de outubro de 1927.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 10.173, de 27 de dezembro de 1973.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 225, de 28 de dezembro de 1940.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 329, de 27 de agosto de 1942.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 70.389, de 11 de abril de 1972.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 8534, de 2 de fevereiro de 1946.
- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 9.922, de 13 de julho de 1972.

- RECIFE. Decreto do município do Recife nº 27, de 15 de julho de 1946.
- RECIFE. Decreto-Lei do município do Recife nº 3861, de 3 de maio de 1944.

3. MANUSCRITOS

3.1 Livros Gerais da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios

- LIVRO 1. Livro de Inscrição das Alfaías da thesouraria e secretaria da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios. Recife, 3 de janeiro de 1891.
- LIVRO 2. Quinto livro da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife, 1944. “Este livro V, chama-se tomo 8 e, está em consonância com o Livro de Atas, também indicado assim, fazendo parte do mesmo tomo; o Livro dos Estatutos (III) e o Livro do Patrimônio (II), começando pelo da História da Igreja (I). Foi determinado pela assembléia geral. Recife, 21 de novembro de 1968.”.
- LIVRO 3. Livro de Ata da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios – 1949. Tombo de nº 8 – Livro nº IV. Recife, 20 de julho de 1971. Synésio de Medeiros Correia – Procurador Geral.
- LIVRO 4. Livro caixa nº ? – 1975 a 1979 da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.
- LIVRO 5. Compromisso da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios reformado pela Comissão Administrativa no Anno de 1897 á 1900.
- LIVRO 6. Livro caixa nº 3 – 1987 da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.
- LIVRO 7. Livro caixa nº 4 – 1987 da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.

Acervo: Cúria Metropolitana de Olinda e Recife

3.2 Livro de Ata da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios

- 02.09.1949 Termo de Abertura.
- 28.08.1949 Ata da Primeira Reunião da comissão Administrativa Provisória da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 08.04.1956 Ata da Reunião da comissão administração da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 13.05.1956 Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 10.06.1956 Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 08.07.1956 Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 12.08.1956 Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.

- 16.09.1956 Ata da Reunião da Comissão Administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife.
- 23.05.1971 Ata de reunião ordinária da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, da Rua Augusta, do Bairro de São José, pela sua comissão executiva e os mais antigos irmãos e os aspirantes.
- 08.08.1971 Ata da assembléia geral, devidamente convocada, por ofício, aos 8 de agosto de 1971 para serem discutidos assuntos urgentes, como o Senhor Bispo Auxiliar, Dom Lamartine, bem assim para estudo da derrubada ou desapropriação anunciada pelo Prefeito Augusto Lucena, face às notícias do tombamento do templo, que impossibilita dita derrubada e mais a suspensão da festa do padroeiro, ordenado pela Cúria.
- 08.08.1971 Sem título (Talvez a continuação da anterior).
- 15.08.1971 Ata da sessão ordinária, determinada pela Assembléia Geral de 2 de agosto, no sentido de defesa da Igreja e providências urgentes, inclusive de convocação de suplente para a composição da Mesa e poderes aos advogados e irmãos, poderes de representação perante a Justiça e perante as autoridades administrativa e eclesiástica, providências estas, determinadas pela mesma assembléia geral, reunida na semana anterior.
- 10.10.1971 Ata de assembléia geral, do dia 10 de outubro de 1971, às dez horas, na nova sede da irmandade do Bom Jesus dos Martírios, na Rua do Giriquiti, 145, devidamente convocada pela Mesa Regedora e Comissão Administrativa, com número legal, conforme as assinaturas abaixo.
- 13.06.1972 Ata de assembléia geral, dos irmãos da Igreja dos Martírios, do bairro de São José, devidamente convocada por carta, aos 13 dias de junho de 1972, na sede provisória, na Rua do Giriquiti, 145.
- 12.12.1972 Ata de assembléia geral da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, do bairro de São José, devidamente convocada por editais publicados no Diário Oficial dos dias 7 e 8 do corrente mês de dezembro, deste ano de 1972.
- 13.04.1973 Ata de reunião ordinária da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, do bairro de São José, aos 13.04.1973 na sede provisória, na Rua do Giriquiti 145, presentes os diretores e os demais membros que assinam abaixo.
- 28.04.1979 Termo da ata da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.
- 03.05.1981 Ata da diretoria da mesa regedora da irmandade dos Martírios.

Acervo: Cúria Metropolitana de Olinda e Recife

3.3 Livro de Ata da Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife

- Parecer sobre o orçamento para o ano de 1945.
- Atas da Sessão da 45ª Junta Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Recife:

- 25 de agosto de 1942	- 14 de setembro de 1943	- 29 de agosto de 1944
- 15 de setembro de 1942	- 21 de setembro de 1943	- 5 de setembro de 1944
- 29 de setembro de 1942	- 28 de setembro de 1943	- 12 de setembro de 1944
- 6 de outubro de 1942	- 5 de outubro de 1943	- 19 de setembro de 1944
- 13 de outubro de 1942	- 12 de outubro de 1943	- 3 de outubro de 1944
- 27 de outubro de 1942	- 12 de outubro de 1943	- 10 de outubro de 1944

- | | | |
|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| - 3 de novembro de 1942 | - 19 de outubro de 1943 | - 17 de outubro de 1944 |
| - 10 de novembro de 1942 | - 26 de outubro de 1943 | - 21 de outubro de 1944 |
| - 17 de novembro de 1942 | - 16 de novembro de 1943 | - 7 de novembro de 1944 |
| - 20 de novembro de 1942 | - 30 de novembro de 1943 | - 14 de novembro de 1944 |
| - 1 de dezembro de 1942 | - 7 de dezembro de 1943 | - 21 de novembro de 1944 |
| - 15 de dezembro de 1942 | - 21 de dezembro de 1943 | - 2 de dezembro de 1944 |
| - 22 de dezembro de 1942 | - 4 de janeiro de 1944 | - 2 de janeiro de 1945 |
| - 8 de janeiro de 1943 | - 11 de janeiro de 1944 | - 9 de janeiro de 1945 |
| - 19 de janeiro de 1943 | - 15 de janeiro de 1944 | - 16 de janeiro de 1945 |
| - 26 de janeiro de 1943 | - 25 de janeiro de 1944 | - 23 de janeiro de 1945 |
| - 2 de fevereiro de 1943 | - 7 de março de 1944 | - 6 de fevereiro de 1945 |
| - 9 de fevereiro de 1943 | - 13 de março de 1944 | - 20 de fevereiro de 1945 |
| - 16 de fevereiro de 1943 | - 28 de março de 1944 | - 6 de março de 1945 |
| - 2 de março de 1943 | - 14 de abril de 1944 | - 13 de março de 1945 |
| - 16 de março de 1943 | - 25 de abril de 1944 | - 20 de março de 1945 |
| - 23 de março de 1943 | - 13 de junho de 1944 | - 3 de abril de 1945 |
| - 30 de março de 1943 | - 17 de junho de 1944 | - 10 de abril de 1945 |
| - 6 de abril de 1943 | - 1 de julho de 1944 | - 2 de maio de 1945 |
| - 13 de abril de 1943 | - 4 de julho de 1944 | - 15 de maio de 1945 |
| - 20 de abril de 1943 | - 11 de julho de 1944 | - 22 de maio de 1945 |
| - 17 de agosto de 1943 | - 15 de julho de 1944 | - 5 de junho de 1945 |
| - 31 de agosto de 1943 | - 25 de julho de 1944 | - 19 de julho de 1945 |

Acervo: Acervo da Santa Casa de Misericórdia do Recife

3.4 Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, instituída sob a invocação de Nossa Senhora do Paraíso em 27 de junho de 1860

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano

3.5 Relações das Juntas Administrativas da Santa Casa de Misericórdia do Recife:

- 1894-1896
- 1895-1898
- 1898-1900
- 1902-1904
- 1904-1906
- 1906-1908
- 1908-1910
- 1910-1912
- 1912-1914
- 1914-1916
- 1918-1920
- 1920-1922

- 1922-1924

Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano

3.6 Códices

- Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ereta na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Recife no ano de MDCCLXXIII, e transitada para a de Nossa Senhora do Paraíso da mesma vila no ano de MDCCLXXV.
[Código nº 1302 de 12 de Novembro de 1776].
- Requerimento do provedor e mais irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, pedindo que seja confirmado o compromisso mencionado.
[Conselho Ultramarino- Código nº 1302 de 12 de Novembro de 1776].
- Compromisso que faz a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios na sua Igreja no lugar da Rua de Hortas em Santo Antônio do Recife de Pernambuco este presente ano de 1787 que teve princípio a dita irmandade no ano de 1773.
[Código nº 1670 de 5 de Outubro de 1787].
- Requerimento do regente do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus do Recife, ao rei [D. João V], pedindo provisão para poder fazer a obra da enfermaria e das casas convenientes ao mesmo hospital.
[Código nº 3547 de 14 de Dezembro de 1729].
- Carta dos oficiais da Câmara do Recife ao rei [D. João V], sobre a instalação de um hospital da Santa Casa de Misericórdia no antigo hospital de Nossa Senhora do Paraíso.
[Código nº 4319 de 25 de junho de 1735].
- Carta da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Olinda ai rei [D. João V], sobre a doação que fez a D. João de Sousa e sua mulher, moradores no Cabo, da capela de Nossa Senhora do Paraíso, da vila do Recife, para nela se estabelecer Casa e Irmandade da Misericórdia, pedindo a anulação da doação, em vista dos prejuízos que aquele estabelecimento pode trazer a Santa Casa.
[Código nº 5208 de 20 de Outubro de 1744].
- Requerimento da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife, ereta na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, à rainha [D. Maria I], pedindo a confirmação do compromisso da Irmandade e transferência para a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso do Recife.
[Código nº 10062 de 22de agosto de 1779].
- Carta do padre Antônio Gorjão à rainha [D. Maria] sobre o estado de decadência em que se encontra o patrimônio do hospital Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus, fundado na vila do Recife por D. Inês Barreto e seu filho D. Francisco de Sousa, e pedindo as devidas providências.
[Código nº 10205 de 27 de julho de 1780].
- Requerimento do padre Domingos Pereira de Melo à rainha [D. Maria], pedindo que se juntem todos os seus papéis para a restituição da administração do hospital de São João de Deus e Nossa Senhora do Paraíso.

[Código nº 11156 de 23 de Agosto de 1785].

- Requerimento do regente do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, padre José Gonçalves Lessa, à rainha [D. Maria I], pedindo provisão de demarcação das terras do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, denominada Paiva de São Gonçalo.

[Código nº 12401 de 18 de Junho de 1791].

- Carta do ouvidor da capitania de Pernambuco, João de Freitas e albuquerque, ao príncipe regente [D. João], informando a respeito de uma propriedade de terras pertencentes ao hospital Nossa Senhora do Paraíso no morgado do Cabo e que se deve pagar ao proprietário o valor real da dita propriedade.

[Código nº 17163 de 20 de Agosto de 1805].

- Requerimento de João Antônio Gomes ao príncipe regente [D. João], pedindo para que se confirme a venda de um pedaço de terra que o suplicante comprou ao hospital do Paraíso da vila do Recife.

[Código nº 18385 de 10 de Julho de 1812].

Acervo: Laboratório de Estudos e Ensino em História/ UFPE

4. CORRESPONDÊNCIAS E DOCUMENTOS OFICIAIS IMPRESSOS

4.1 Santa Casa de Misericórdia do Recife

Data	Registro	Destino	Remetente
1894	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1896	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1898	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1900	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1902	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1904	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1908	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1910	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1912	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1914	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1918	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
1920	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife

1922	-	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
10.01.1894	Ofício n°361	Governador do Estado Alexandre José Barbosa Lima	Santa Casa Misericórdia do Recife
18.01.1894	Ofício n°368	Governador do Estado Alexandre José Barbosa Lima	Santa Casa Misericórdia do Recife
15.01.1915	Ofício s/ n°	General Governador do Estado Dantas Barreto	Santa Casa Misericórdia do Recife
17.03.1907	Ofício s/ n°	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
27.03.1913	Ofício n°100	General Governador do Estado Dantas Barreto	Santa Casa Misericórdia do Recife
29.04.1914	Ofício n°218	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
25.05.1904	Ofício n°586	Governador do Estado Sigismundo	Santa Casa Misericórdia do Recife
04.07.1892	Relação	-	Santa Casa Misericórdia do Recife
08.08.1894	Ofício n°24	Governador do Estado Alexandre José Barbosa Lima	Santa Casa Misericórdia do Recife
12.08.1895	Ofício s/ n°	Governador do Estado Alexandre José Barbosa Lima	Santa Casa Misericórdia do Recife
11.08.1896	Ofício n°92	Conselheiro Joaquim Correa de Araújo	Santa Casa Misericórdia do Recife
20.11.1894	Ofício n°75	Governador do Estado Alexandre José Barbosa Lima	Santa Casa Misericórdia do Recife
10.12.1908	Ofício n°67	Governador do Estado Herculano Bandeira	Santa Casa Misericórdia do Recife
19.17.1912	Ofício n°17	General Governador do Estado Dantas Barreto	Santa Casa Misericórdia do Recife

Acervo: Arquivo Público Estadual João Emereciano

4.2 Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios - Parte I

Data	Registro	Destino	Remetente
-	-	José Ferrão Castelo Branco, Chefe substituto do 1° Distrito do IPHAN	-
-	Carta	Delegado do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Mesa Regedora da Venerável Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios
-	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Conselho Municipal de Cultura/ Lucilo Varejão Filho (Presidente)
-	Ata de Sessão Plenária	-	Ministério de Educação e Cultura/ Conselho Federal de Cultura, Frida Aronson de Miranda Rosa
-	Carta	Juiz da Fazenda Municipal	Procuradoria da República do

		da 2º Vara	Estado de Pernambuco/ Ministério Público Federal, Emanuel Franco
1971	Requerimento 1665	-	Câmara Municipal do Recife/ Secretário Achilles Amorim
	Registro Geral de Imóveis	-	-
10.01.1957	Carta	-	Acerbispado de Olinda e Recife
05.03.1968	Certidão	-	Prefeitura Municipal de Olinda
01.09.1969	Ofício 182/69	Ayrton de Almeida Carvalho, Diretor do 1º Distrito do IPHAN	Diretor do Escritório Técnico de Planejamento Físico da Prefeitura Municipal do Recife (Assessoria de Planejamento), Zenildo Sena Caldas
10.09.1969	Ofício 081/D	Diretor do Escritório Técnico de Planejamento Físico da Prefeitura Municipal do Recife, Zenildo Sena Caldas	Chefe do 1º Distrito do IPHAN
19.06.1971	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Lúcio Costa (Diretor do DET)
22.06.1971	Ofício 036/ 71/ P	Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Renato Soeiro	José Ferrão Castelo Branco (Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN)
23.06.1971	Carta 19	Renato Soeiro; Digno Diretor do IPHAN – Recife	Sinésio de Medeiros de Gouveia (Venerável Irmandade do Bom Jesus do Recife)
23.06.1971	Notificação 1051-A	Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Renato Soeiro	Senhor responsável pela Venerável Irmandade do Bom Jesus do Recife
06.07.1971	Ofício 112/ 71/ D	Marcos Vilaça (Digno Presidente da Academia Pernambucana de Letras)	José Ferrão Castelo Branco (Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN)
08.07.1971	Procuração	-	Venerável Irmandade do Bom Jesus dos Martírios do Recife
14.07.1971	Carta	Juiz Federal	Synésio de Medeiros Correia
16.07.1971	Ofício 1387	Diretor do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe Substituto do 1º Distrito do IPHAN
08.08.1971	-	José Ferrão Castelo Branco (Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN)	-
11.08.1971	Ofício 055/71*	Diretor do IPHAN, Dr. Ayrton de Almeida Carvalho	Secretário de Planejamento/ Prefeitura Municipal do Recife
13.08.1971	Carta	Diretor do Patrimônio Histórico	Sinésio de Medeiros Correia (Provedor)

17.08.1971	Telegrama	Ministro da Educação e Cultura	Augusto Lucena, Prefeito do Recife
17.08.1971	Texto Radiotransmitido 119	-	Diretoria do IPHAN, Renato Soeiro
18.08.1971	Ofício 140/71/D	Júlio Freire Revoredo, Delegado Regional em Pernambuco do Departamento da Polícia Federal	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
18.08.1971	Ofício 139/71/D	Juiz da 2º Vara, Dr. Emerson Câmara Benjamim	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
21.08.1971	Carta	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco	Senhor Secretário do IAHGPE, Pedro Camelo
23.08.1971	-	Juiz da 2º Vara, Dr. Emerson Câmara Benjamim	Procurador da República em Pernambuco, Dr. José Maria Jatobá
23.08.1971	Mandado de Segurança 241/71 in Ofício 2.2.1-353/71	Juiz Federal Substituto da 2º Vara, Dr. Emerson Câmara Benjamim	Senhor Dr. Prefeito do Município do Recife
23.08.1971	Carta	Diretor do IPHAN	Anônimo
25.08.1971	143/71/D	Juiz da 2º Vara, Dr. Emerson Câmara Benjamim	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
25.08.1971	-	Chefe do 1º Distrito do IPHAN	IAHGPE, Pedro Camelo (Responsável pela Secretaria)
27.08.1971	Carta 26	José Ferrão Castelo Branco; Digno Chefe do 1º Distrito do IPHAN	Sinésio de Medeiros de Gouveia (Venerável Irmandade do Bom Jesus do Recife)
27.08.1971	Ofício 3546	Presidente do Patrimônio Histórico do Estado	Câmara Municipal do Recife/ Secretário Achilles Amorim
01.09.1971	Ofício 147/71/D	Diretor do SANER, Dr. Sebastião Barreto Campelo	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
06.09.1971	Fonte de Informação	Juiz da Fazenda Municipal (29º Vara)	Synésio de Medeiros Correia
06.09.1971	Comunicado	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco	Synésio de Medeiros Correia pela Venerável Irmandade do Bom Jesus dos Martírios do Recife
09.09.1971	Comunicado	Componentes do IPHAN Pernambuco	Câmara de Vereadores do Município de Catende
20.09.1971	Ofício 159/71/D	Secretário do IAHGPE, Pedro Camelo	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
22.09.1971	Mandado de Segurança 241/71	-	Segunda Vara da Justiça Federal. Dr. Emerson Câmara Benjamim
25.09.1971	Nota	Editorial de	“O São

		Paulo”	
27.09.1971	Carta	Juiz Federal da Vara	Procurador Geral da República, Manoel Franco
16.10.1971	Nota Oficial	-	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
23.10.1971	Ofício 72/71/P	Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
08.11.1971	Ofício 73-G/71/P	Procurador Geral da República, Manoel Franco	Chefe substituto do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
09.11.1971	Carta e Abaixo assinado	Presidente da República, Emílio G. Médici	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFPE, Zildo Sena Caldas
10.11.1971	Ofício 395	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFPE, Zildo Sena Caldas
13.11.1971	Ofício 075/71/P	Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho
14.12.1971	Memorando Interno 40/71	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	Responsável pelo setor de recursos do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco
20.12.1971	Termo de Contrato	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	-
17.01.1972	Ofício 004/72/P	Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho
07.02.1972	Carta	SAIA	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho
23.02.1972	Ofício 021/72/P	Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho
26.02.1972	Ofício 022/72/P	Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho
19.05.1972	-	Delegado do 1º Distrito do IPHAN	Adv. Sinésio de Medeiros Correia
19.05.1972	-	2º Vara de Pernambuco	-
17.07.1972	Ofício 545	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	Procuradoria da República do Estado de Pernambuco/Ministério Público Federal, Emanuel Franco
19.09.1972	Ofício 741	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	Procuradoria da República do Estado de Pernambuco/Ministério Público Federal, Emanuel Franco
21.11.1972	Declaração	Auxiliar do Conservador do 1º Distrito do IPHAN, José Ferrão Castelo Branco	-
22.10.1974	Ofício 247.74.D	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de	Senhor Secretário de Viação e Obras, Eng. Valter Luiz do Rego

		Almeida Carvalho	Luna
09.07.1985	Ofício 111/ 85 - CMC	Conselho Municipal de Cultura (Cais do Apolo 925)/ Lucilo Varejão Filho (Presidente)	Ayrton de Almeida Carvalho, Diretoria do IPHAN, Recife
01.1972	Ofício 145	Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton de Almeida Carvalho	Senhor Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro

Acervo: 5º Superintendência Regional do IPHAN

4.3 Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios - Parte II

Data	Documento	Destino	Remetente
27.07.1976	Certidão	-	Fazenda Municipal
27.07.1976	Certidão	-	Fazenda Municipal
17.09.1976	Carta	Prefeito do Recife	Venerável Irmandade do Bom Jesus dos Martírios
04.11.1976	Convite 183/76-SCP/DCJ	Luis de Castro Barreto, Representante da Irmandade dos Martírios	Chefe da Seção de Controle de Processos/ Prefeitura Municipal do Recife, Lúcia França
23.11.1976	Minuta 84/76	-	Departamento de Consultoria Jurídica/ Prefeitura Municipal do Recife/ Procuradora Maria Elisa Schuler Gantois
29.11.1976	-	-	Departamento de Consultoria Jurídica/ Prefeitura Municipal do Recife

Acervo: Empresa de Urbanização do Recife

5. FONTES COMPLEMENTARES

ABREU, Ana Paula. **Avenida Dantas Barreto: Uma intervenção radical no centro histórico do Recife**. Recife: Monografia de Graduação/UFPE, 1995.

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. In: **História & Ciências**. v. 8, n. 3, 2001. (p. 591-611).

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1987.

ÁLBUM DE PERNAMBUCO. Lisboa: Officinas Typographicas do Anuario Commercial, 1913.

ALEPE. **Prefeitos do Recife**, 2007. Disponível em: <www.alepe.pe.gov.br>. Acessado em: 07.07.2007.

ALMANACH DE PERNAMBUCO. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

- ALMOÊDO, Virgínia Maria. **Pretos e brancos: a serviço de uma ideologia de dominação**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1984.
- AMORIM, Luiz (Org.). **Delfim Amorim, arquiteto**. 2º ed. Recife: IAB, 1991.
- AMORIM, Luiz. **Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista**. Recife: UFPE, 2007.
- AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Cláudia. O mascate, o juiz, o bispo e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 2. n. 3. Recife, 2000. (p. 19-38).
- ANDRADE, Manoel Correia. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?**. São Paulo: Contexto, 1989.
- ANJOS, João Alfredo. **A roda dos enfeitados: enfeitados e órgãos em Pernambuco no século XIX**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1997.
- ARAÚJO, Roberto Dantas. **Saturnino de Brito e o saneamento físico e moral do Recife**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1996.
- AZEVEDO, Manoel Teixeira. Cidade e espaço público: transformações e práticas urbanísticas. caderno de arquitetura e urbanismo. In: **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**. v. 8. n. 8. Belo Horizonte, 2001. (p. 21-30).
- BARÓBIO, Dionísio (Org.). **A celebração na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1990.
- BARROS, José. História comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. In: **Revista de História Comparada**. v. 1. n. 1, 2007. (p. 1-30).
- BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.
- BATISTUZZO, Adriana Rolim de Camargo; PACHECO, Regina Silvia Viotto Monteiro. O processo de valorização dos terrenos em uma área de intervenção pública concentrada vila do encontro. In: **Espaço & Debates**. v. 1. n. 2. São Paulo, 1981. (p. 19-59).
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- _____. Originalidade da arquitetura barroca em Pernambuco. In: **Revista Arquivos**. n. 7/20. Recife, 1945.
- BEOZZO, Padre José Oscar. Pacotes eleitorais. In: **Revista Vozes: Revista de Cultura**. n. 76(6). Rio de Janeiro, 1982. (p. 32-46).
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 2º ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.
- BERNARDES, Denis. 1964: Kafka à brasileira. In: **Revista Continente Multicultural**. Ano 4. n. 39. Recife, 2004. (p. 58-61).
- _____. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: UFPE, 1996.
- BEVAN, Robert. **The destruction of memory**. London: Reaktion Books, 2006.
- BONFIM, Andréa; PONTUAL, Virgínia. **A força da tradição entre os intelectuais do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. 1900-1960**. Recife: Relatório Final de Pesquisa de Apoio Técnico / CNPq/ UFPE, 2006.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CALABI, Donatella. O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). **Cidades Capitais do Século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos**. São Paulo: USP, 2001.
- CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: UnB, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 107-143).
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia**. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARONE, Edgar. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CARTA DE VENEZA. **Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, 1964.
- CARVALHO, Ayrton. **Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa no Nordeste**. 2º ed. São Paulo: O Autor, 1954.
- CARVALHO, Maurício Rocha. **Ecletismo arquitetônico na cultura pernambucana**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1992.
- CAVALCANTI, Betânia Uchoa. A cidade dos ditadores. In: **Revista Continente Multicultural**. Ano 3. n. 31, 2003. (p. 78-85).
- _____. **O mágico retorno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi: da coluna Prestes a queda de Arraes. Memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Conselho Municipal de Cultura, 1977.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural; entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil SA/ DIFEL, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Ática: São Paulo, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.
- _____. **O Urbanismo. Utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.
- COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.
- COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DESDE A INDEPENDÊNCIA. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831. Volume III. In: **Saeculum - Revista de História**, 2004.

- CORREYA, Juarez. Ascenso Ferreira. **O Nordeste em carne e osso**. Recife: AIP/ UPE, 1998.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Anais pernambucanos**. 2º ed. Volume 4; 5; 6; 7; 8. Recife: FUNDARPE, 1985.
- COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- DADOS BIOGRÁFICOS DOS SENADORES DE PERNAMBUCO: 1826-2001. 3º ed. Brasília, 2001.
- DECLARACIÓN DE LA UNESCO RELATIVA A LA DESTRUCCIÓN INTENCIONAL DEL PATRIMONIO CULTURAL. Paris: UNESCO, 2003.
- ESTEVIÃO, Pinto. **Pernambuco no século XIX**. Recife: Imprensa Industrial, 1922.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FERREZ, Gilberto. **Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. In: **Cademo CRH**. n. 38. Salvador, 2003. (p. 115-126).
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Diccionario iconographico, historico e estatistico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x mucambópolis : o Estado Novo na cidade do Recife**. Recife: CEPE, 1998.
- GONÇALVES, Maria Paula. A aliança e o casamento: a abertura da Avenida Dantas Barreto em Recife. In: **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas, 1998. (s/p).
- GOULART, Nestor. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil**. São Paulo: USP, 1968.
- _____. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: USP/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2000.
- _____. **Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil**. São Paulo: USP/ LAP, 1994.
- GOUVEIA, Marielza Campos. **Mudanças pedagógicas e disciplinares nas escolas mantidas pela Santa Casa de Misericórdia do Recife**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1983.
- GUERRA, Flávio. **Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco** (Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino). Recife: Arquivo Público Estadual, 1969.
- _____. **Crônicas do velho Recife**. Recife: Norte-Brasileiro, 1972.
- _____. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Itinerário, 1978.
- GUIMARAENS, Ceça. **Paradoxos entrelaçados, as torres para o futuro e a tradição nacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

- GUNN, Phillip. As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta. In: **Anais da ANPUR 6**. Brasília: ANPUR, 1996. (s/p.).
- HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época**. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IPHAN. **Breve histórico sobre o trabalho desenvolvido pela DR/DT desde a sua implantação**. Recife: IPHAN, (s/d.).
- _____. **Organograma de competências e atividades do 1º Distrito**. Recife: IPHAN, (s/d).
- _____. **Patrimônio na Visão da 6ª Regional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1985.
- KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel, 1990.
- LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **A História nova**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. **História e memória**. 5º ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEÃO, Ivson Augusto Menezes. Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. In: **Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial**. v. 5. n. 12, 2004. (p. 1-17).
- LEFÈBVRE, Henri. **Le mode de production étatique**. v. 3. Paris: Unión Generale, 1977.
- LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Recife: Una ciudad inserta en el proyecto nacional. Modernización del Estado Novo (1937-1945). In: **Revista do Arquivo Público**. v. 42, n. 47. Recife, 1997. (p. 55-68).
- LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP, 1999.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: USP, 2001.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. (p. 133-161).
- LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**. Recife: Tese de Doutorado/ UFPE, 2005.
- LIMA JÚNIOR, Augusto. Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 2. Rio de Janeiro: SPHAN, 1938. (p. 101-140).
- LUBAMBO, Cátia. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE/ Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- LUCENA, Augusto. **Aspectos da problemática do desenvolvimento do Recife**. Recife: Departamento de Imprensa da Prefeitura, 1973.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando reliquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/ UFRJ, 2004.
- MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

- MARTINS, Sérgio. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Ano 2. n. 3. Recife, 2000. (p. 39-58).
- MARX, Murilo. **Nosso Chão. Do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MARX, Roberto Burlle. **Arte e país (Conferências escolhidas)**. 2º ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- MATOS, Indira Cardoso. **Os planos urbanísticos e Avenida Dantas Barreto: propostas e intervenções**. Recife: Relatório de Iniciação Científica/ UFPE, 2005.
- MELLO, Evaldo Cabral. **Aspectos da descaracterização do Recife**. Coleção Espaço e Tempo I. Recife: Edição do Grêmio Literário Ruy Barbosa, 1951.
- MELLO, José Antônio Gonsalves. **Um mascate e o Recife, a vida de Antonio Fernandes de Matos no período de 1671-1701**. 2º ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- MELO, Marcus André Barreto Campelo. **Estado, capital e política urbana na formação social brasileira**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1982.
- MENEZES, José Luis da Mota. **Atlas histórico cartográfico da cidade do Recife**. Recife: Massangana, 1988.
- _____. O Recife e as construções religiosas. In: **Revista Arrecifes**. Ano III/II. n. 2. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1987. (p. 27-31)
- MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MORAES, Douglas Batista. **Bem nascer, bem viver, bem morrer. Administração dos sacramentos da igreja em Pernambuco. 1650 à 1790**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 2001.
- MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea: entre a tabula rasa e a preservação**. Cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: UNESP, 2004.
- MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na Cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP/ FUPAM, 1999. (p. -).
- _____. **A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)**. Recife: Dissertação de Mestrado / UFPE, 1994.
- _____. **Shaping cities, building a nation: Alfred Agache and the dream of modern urbanism in Brazil (1920-1950)**. Pennsylvania: Tese de Doutorado/ University of Pennsylvania, 2004.
- MOTA, Urariano. O assassinato de uma cidade. In: **La Insignia**. Disponível em: <http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=376>. Acessado em: 02.03.2007.
- NASCIMENTO, Luiz. **O Recife pela voz dos poetas**. Recife: Prefeitura Municipal/ Conselho Municipal de Cultura, 1997.
- NASLAVSKY, Guilah. **Modernidade arquitetônica no Recife: arte, técnica e arquitetura, de 1920 a 1950**. São Paulo: Dissertação de Mestrado/ USP, 1998.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitectura barroca tardia y rococo**. Madrid: Aguilar, 1973.
- O DIREITO À MEMÓRIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA. São Paulo: DHP, 1992.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. Tempo, indivíduo e vida social. In: **Ciência Cultura**. v. 54. n. 2, 2002. (p. 30-33).

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. **O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OTT, Carlos. **A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador**. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.

OUTTES, Joel. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas**. Recife: MDU/ UFPE, 1991.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana/ Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, 1984.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife ontem e hoje**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães. Uma evocação pessoal**. Recife: Governo de Pernambuco, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. n. 7, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document3212.html>. Acessado em: 30.04.2007.

PICCOLO, Rosane. **História, forma e imagem urbana: o caso da Avenida Dantas Barreto**. Recife: Relatório de Iniciação Científica/ UFPE, 2005.

PIO, Fernando. Os sinos e as lendas. In: **Revista do Museu do Açúcar**. n. 1. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1968. (p. 21-64).

POLÍTICA URBANA, PLANEJAMENTO E DEMOCRACIA (CICLO DE DEBATES). Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil/ Departamento de Pernambuco; Clube de Engenharia de Pernambuco, 1982.

PONTUAL, Virgínia. **Cidade moderna: perspectivas interpretativas**. Recife: MDU, 1999.

_____. **O saber urbanístico no governo da cidade: uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950**. São Paulo: Tese de Doutorado/ USP, 1998.

_____. O Urbanismo no Recife: entre idéias e representações. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Ano 1. n. 2. Recife, 2000. (p. 89-108).

_____. Planos urbanísticos em dois tempos: diferenças e representações. In: **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas: PUC-CAMPINAS, 1998. (s/p.).

PONTUAL, Virgínia; ARAÚJO, Angélica Lins de Albuquerque. **A prática de proteção do patrimônio cultural no Recife e a Avenida Dantas Barreto, décadas de 1930 a 1970: A 5ª Regional do IPHAN**. Recife: Relatório de Iniciação Científica/UFPE, 2006.

PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita. **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís**. Recife: Bagaço, 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. A formação política e cultural da cidade do Recife. In: **Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife**. Recife: Secretaria de Planejamento e Urbanismo, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Seis anos de administração municipal - 1937/1943**. Relatório de prestações de contas do Prefeito Antônio de Novaes Filho ao Interventor Federal Agamenon Magalhães. Recife: PMR, 1945.

PROYECTO DE DECLARACIÓN DE LA UNESCO RELATIVA A LA DESTRUCCIÓN INTENCIONAL DEL PATRIMONIO CULTURAL. Paris: UNESCO, 2003.

RAGIN, Charles. Making comparative analysis count. In: **Revista de História Comparada**. v. 1. n. 1, 2007. (p. 1-29).

RAMOS, Cristiano. Vandalismo, uma história de destruição. In: **Revista Continente Multicultural**. v. 1. n. 5, 2001. (p. 50-53).

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. In: **Revista Tempo**. v. 2. n. 3. Rio de Janeiro, 1996. (p. 7-33).

REYNALDO, Amélia. **Las catedrales siguen siendo blancas**. Barcelona: Tese de Doutorado/ Universitat Politecnica de Catalunya, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1997.

_____. **Recife que história é essa?**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

RICCARDI, Dorina Polimeni. **Estado, desenvolvimento capitalista e a indústria da construção no Nordeste**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 1990.

ROCHA, Artur Gilberto Garcéa de Lacerda. **Discursos de uma modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 2003.

ROCHA, Leila Alves. **Caridade e poder: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)**. Campinas: Dissertação de Mestrado/ UNICAMP, 2005.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX**. Campinas: Dissertação de Mestrado/ UNICAMP, 2003.

SANTOS, Nubia Melhem; NONATO, José Antonio. **Era uma vez o Morro do Castelo**. 2º ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Coimbra, 1968.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantina no século XVIII**. São Paulo: Nacional, 1978.

SETTE, Mario. **Arruar, história pitoresca do Recife antigo**. Rio de Janeiro: Casa, 1978.

SIERRA, Clênio. **Sob a invocação do orago Progresso**. 2003. Disponível em: <<http://salu.cesar.org.br/arqbr/servlet/newstorm.notitia.apresentacao.ServletDeNoticia?codigoDaNoticia=3967&dataDoJornal=atual>>. Acessado em: 11.02.2007.

SILVA, Antônio José do Amaral. **A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura. O estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista**. Recife: Dissertação de Mestrado/ UFPE, 2001.

SILVA, Gerado Gomes. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Anateresa (Org.). **Eclétismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987. (p. 178-207).

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **1964, Golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Kalina Vanderlei. Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. In: **Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial**. v. 5. n. 12, 2004.

SILVA, Severino Vicente. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja Progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Uma história do Brasil**. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SMITH, Robert Chester. **Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio, 1979.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes: nacionalismo em crise, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria Ângela. **Posturas do Recife imperial**. Recife: Tese de Doutorado / UFPE, 2002.

STILLE, Alexander. **A destruição do passado: como o desenvolvimento pode ameaçar a história da humanidade**. São Paulo: Arx, 2005.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. In: **Revista de História Comparada**. v. 1. n. 1, 2007. (p. 1-23).

UNIDAS. **Bens da Santa Casa**. Disponível em: <http://www.ciefas.com.br/noticias/impr_noticia.php?id=17163>. Acessado em: 01.08.2007.

VAZ, Lilian Fessler. Espaço e Modernidade na Cidade do Rio de Janeiro. In: **VI Encontro Nacional da ANPUR**. Brasília, 1996. (p. 852-866).

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 38º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

WILLIAMS, Sue. Patrimonio cultural| No más destrucción! In: **Revista Fuentes**. n. 123. Paris: UNESCO, 2000. (p. 10-15).

ZANCHETTI, Sílvio. O Recife do século XVIII como cidade barroca. In: **Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal, 2000. (s/p.).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)